

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016



Brasília, 22 de maio de 2017



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA GERAL

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU N° 63/2010, das DN TCU N° 154/2016 e 156/2016, da Portaria TCU N° 59 e das orientações do órgão de controle interno Ciset/PR.

SECRETARIA EXECUTIVA

Brasília, 2017

LISTAS DE SIGLAS E ASBREVIATURAS

ACERP	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
AFP	Agence France-Presse
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANCINE	Agência Nacional de Cinema
ANSA	Agenzia Nazionale Stampa Associata
AP	Associated Press
BBC	British Broadcasting Corporation
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CBC	Canadian Broadcasting Corporation
CGU	Controladoria-Geral da União
CTIC	Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DIAFI	Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas
DICOP	Diretoria de Conteúdo e Programação
DIGEL	Diretoria da Vice-Presidência de Gestão e Relacionamento
DIGER	Diretoria-Geral
DIJOR	Diretoria de Jornalismo
DIPRE	Diretoria da Presidência
DIPRO	Diretoria de Programação Artística
DIREX	Diretoria Executiva
DISER	Diretoria de Serviços
DOU	Diário Oficial da União
DTH	<i>DirectTo Home</i> (Sinal Digital por Parabólica)
EBC	Empresa Brasil de Comunicação S/A
EFE	Agência de Notícias Espanhola
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
FSA	Fundo Setorial do Audiovisual
GDF	Governo de Brasília
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
KBS	Korean Broadcasting System
LOA	Lei Orçamentária Anual
LUSA	Agência de Notícias de Portugal S/A
MAM	Media Asset Management (Sistema de Gestão de Mídias Digitais)
MEC	Ministério da Educação
NBR	TV Nacional Brasil - Veículo de comunicação do Executivo gerido pela EBC
NHK	Japan Broadcasting Corporation
NOR	Norma
PBS	Public Broadcasting Service
PCR	Plano de Cargos e Remuneração
PDI	Plano de Desligamento Incentivado
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETIC	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PO	Política
PPA	Plano Plurianual
PR	Presidência da República
PROJU	Procuradoria Jurídica

RAI	Radiotelevisione Italiana
RNCP	Rede Nacional de Comunicação Pública
RNTPD	Rede Nacional de TV Pública Digital
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
SECEX	Secretaria Executiva
SECOM (PR)	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TNU	Televisión Nacional Uruguay (Uruguai)
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNTREF	Universidad Nacional de Tres de Febrero (Argentina)
UO	Unidade Orçamentária
UPI	United Press International

Figuras, Gráficos, Quadros e Tabelas

Figuras

Figura 1 - Macroestrutura da EBC.....	18
Figura 2 – Cadeia de Valor da EBC.....	22
Figura 3 – Mapa Estratégico: Objetivos a serem alcançados.	29
Figura 4 – Estrutura de Governança Corporativa.....	53
Figura 5- Estrutura Orgânica de Custos.....	120

Quadros

Quadro 1 – Metas Quantitativas TV – Nacional e Regionalizadas	34
Quadro 2 – Metas Quantitativas Rádio - Nacional e Regionalizadas	36
Quadro 3 – Ações de Preservação Ambiental e de Sustentabilidade.	107
Quadro 4 - Acórdãos	125

Tabelas

Tabela 1 – Mapa de Tendências para a EBC.....	15
Tabela 2 - Unidades responsáveis pelas atividades estratégicas	19
Tabela 3 – Despesas por modalidade de contratação	39
Tabela 4 – Despesas por grupo e elemento de despesa	41
Tabela 5 – Cargo/Função – Diretorias	68
Tabela 6 – Síntese da Remuneração dos Administradores – Diretoria Estatutária.	69
Tabela 7 – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho de Administração	70
Tabela 8 – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho Fiscal.	70
Tabela 9 - Força de Trabalho da EBC.....	73
Tabela 10 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.	74
Tabela 11 - Distribuição da Lotação Efetiva.	74
Tabela 12 – Afastamentos por licença médica/aposentadoria por invalidez.	75
Tabela 13 – Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho.	77
Tabela 14 – Custos de pessoal nos exercícios 2015 a 2016	78
Tabela 15 – Indicadores Gerais sobre Recursos Humanos.....	80
Tabela 16 – Distribuição do Quantitativo de Estagiários e Respectivas Despesas.	83
Tabela 17- Contratos de Prestação de Serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da EBC	86
Tabela 18 - Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis de Propriedade da EBC - 2016.....	94
Tabela 19 - Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis de Propriedade da União/GDF, Cedidos ou em Transferência para a EBC - Exercício 2016.	96
Tabela 20 - Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis Locados de Terceiros em Uso pela EBC.....	96
Tabela 21 - Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis da EBC alienados a terceiros - Exercício 2016.....	97
Tabela 22 - Imóveis de Propriedade da EBC cedidos a Terceiros.....	98
Tabela 23- Imóveis Utilizados pela EBC alugados de Terceiros.....	99
Tabela 24 - Tabela de Imóveis funcionais da EBC em Brasília/DF.	99
Tabela 25 - Despesas de manutenção dos imóveis de propriedade alugados pela EBC – 2016.....	100
Tabela 26 - Imóveis que Apresentam Riscos Relacionados à Gestão Patrimonial.....	100
Tabela 27 – Índice de desempenho.....	117
Tabela 28 - Receitas Realizadas – 2016.	118
Tabela 29- Custos Consolidados por Plataformas da EBC.....	122
Tabela 30 – Apurações Patrimoniais.	132

Gráficos

Gráfico 1– Evolução do Quadro de Estagiários	83
Gráfico 2 – Evolução das Despesas com Estagiários.	85
Gráfico 3 – Demonstrativo das Despesas com o Quadro de Estagiários.	85
Gráfico 4 – Receitas Realizadas EBC 2008 - 2016.....	119
Gráfico 5– Atendimento às Recomendações da CISET/PR – Relatório nº 17/2015.....	130
Gráfico 6– Atendimento às Recomendações da CISET/PR – Relatório nº 16/2014.....	131

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO.....	8
2.	VISÃO GERAL	10
2.1.	Finalidade e competências	10
2.2.	Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.	11
2.3.	Ambiente de atuação	11
2.4.	Organograma.....	16
2.5.	Macroprocessos finalísticos	21
3.	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	28
3.1.1.	Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	30
3.1.2.	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	31
3.1.3.	Descrição sintética dos objetivos do exercício	31
3.2.	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	37
3.3.	Desempenho Orçamentário	38
3.3.1.	Informações sobre a execução das despesas.....	38
3.4.	Desempenho operacional	44
4.	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	52
4.1.	Descrição das estruturas de governança	52
4.1.1.	Atendimento à Lei das Estatais	60
4.2.	Informações sobre dirigentes e colegiados.....	61
4.3.	Atuação da unidade de Auditoria Interna	61
4.4.	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	63
4.5.	Gestão de riscos e controles internos	64
4.6.	Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados	65
4.7.	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	71
5.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	73
5.1.	Gestão de pessoas.....	73
5.1.1.	Estrutura de pessoal da unidade.....	73
5.1.1.	Demonstrativo das despesas com pessoal.....	78
5.1.2.	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	79
5.1.3.	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	81
5.2.	Gestão do patrimônio e infraestrutura	94
5.2.1.	Gestão do patrimônio da União	94
5.3.	Gestão da tecnologia da informação	101

5.3.1.	Principais sistemas de informações	101
5.3.2.	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).....	104
5.4.	Gestão ambiental e sustentabilidade.....	107
5.4.1.	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras:.....	112
6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	114
6.1.	Canais de acesso do cidadão	114
6.2.	Carta de Serviços ao Cidadão	114
6.3.	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	115
6.4.	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	115
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	117
7.1.	Desempenho financeiro no exercício.....	117
7.2.	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.	120
7.3.	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	120
7.4.	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas.....	124
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	125
8.1.	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	125
8.2.	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	130
8.3.	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	131
8.4.	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	132
8.5.	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	132
8.6.	Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	133

1. APRESENTAÇÃO

Este Relatório apresenta a gestão da Empresa Brasil de Comunicação ao longo do ano 2016, estruturando-se por títulos da seguinte forma:

- 1 – Apresentação;
- 2 – Visão Geral;
- 3 – Planejamento Organizacional e Resultados;
- 4 – Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos;
- 5 – Áreas Especiais da Gestão;
- 6 – Relacionamento com a Sociedade;
- 7 – Desempenho Financeiro e Informações Contábeis;
- 8 – Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle;e
- 9 – Anexos e Apêndices.

Em cada um dos seus títulos, as informações são apresentadas de forma clara e direta, podendo ser ilustradas com gráficos, tabelas e outros anexos, destinados a facilitar a compreensão sobre os temas tratados.

De início, destaca-se que, em 2016, a EBC atuou em duas linhas estratégicas prioritárias: a disponibilidade de acesso a suas plataformas e a qualidade de conteúdo da programação. Para tanto, investiu em infraestrutura de rede e em TI, visando ampliar o alcance e a qualidade dos sinais de rádio e TV, consolidar e estender a Rede Nacional de Comunicação Pública-RNCP, aumentando o número de conteúdos da EBC nas emissoras parceiras, e atender à crescente mudança de hábito na demanda de consumo de mídia, com a presença cada vez maior das redes sociais na vida dos indivíduos.

Em relação ao conteúdo, o carro-chefe da TV Brasil continua sendo a produção própria, que compõe 35,1% de sua programação. Um bom exemplo é o programa “Estação Plural”, objeto de críticas favoráveis em jornais de grande circulação. Também o conteúdo apresentado ao vivo ganhou relevância, com a transmissão dos desfiles das escolas de samba no Carnaval e das Paralimpíadas, atingindo índices recordes de audiência na EBC.

Nas rádios, as Paralimpíadas foram destaque, ocupando grande parte da grade das oito emissoras no período do evento esportivo, acompanhadas dos conteúdos políticos (com destaque para o processo de *impeachment* da Presidente da República).

Na Web, a EBC continua registrando crescimento, atingindo mais de 43 mil visitantes únicos na Agência Brasil, na Radioagência Nacional e no Portal EBC, também com destaque para os conteúdos políticos e esportivos.

A qualidade de conteúdo da EBC está evidenciada nacional e internacionalmente, com o recebimento de prêmios e reconhecimentos obtidos nas diversas plataformas. Neste campo, o destaque é o programa de televisão “Caminhos da Reportagem”, vencedor de seis prêmios, cinco com menção honrosa. A lista completa dos prêmios pode ser vista na **Seção 9 – Anexos e Apêndices** deste relatório.

Quanto ao desempenho dos negócios e serviços da EBC, embora a receita própria tenha aumentado, houve queda representativa na captação de receita comercial (-46%), fruto das restrições orçamentárias impostas pela crise econômica nacional que afetou o país e, portanto, o Governo Federal, principal cliente da EBC. No entanto, houve avanço nas negociações de

licenciamento com a Netflix, ampliação do investimento do Governo do Distrito Federal em publicidade institucional e patrocínios dirigidos à programação esportiva.

Já na Governança Corporativa, a EBC adotou uma série de medidas que visaram aprimorar a gestão e reformular a estrutura organizacional da Empresa. Dentre estas, destacam-se a modernização do processo de organização institucional, a criação de unidade específica de gerenciamento de riscos e conformidade e a reestruturação dos portais de acesso à informação.

Na gestão financeira, a Empresa administrou ativos no valor de mais de R\$ 1,1 bilhão no âmbito dos ativos intangíveis, a aquisição de obras audiovisuais que, no exercício, teve crescimento de 7,5% em relação ao ano de 2015. Destacam-se ainda: redução de 3% do patrimônio líquido, que é a representação da riqueza efetiva da Empresa; melhora dos índices de liquidez corrente e seca; redução da participação de capital de terceiros; diminuição das receitas das fontes do Tesouro e aumento da arrecadação das receitas próprias; e o crescimento da receita financeira, demonstrando o compromisso da Empresa em atingir seus objetivos estratégicos de sustentabilidade financeira.

Em relação à força de trabalho, a EBC encerrou o último exercício contando com 2.467 colaboradores – sendo 2.312 integrantes do quadro permanente –, atendendo ao limite permitido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais– SESTe registrando índice de rotatividade de 3,72%. A Empresa continuou dedicando-se à elaboração do novo PCR - Plano de Carreiras e Remuneração, investiu em educação quase um milhão de reais e formou multiplicadores internos. A crise econômica nacional não favoreceu o avanço das negociações do novo PCR em 2016.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e o Canal de atendimento da Ouvidoria da EBC, disponíveis ao público para a comunicação, registraram queda de 25% do volume de atendimentos e contatos via SIC e aumento de 28% nas demandas apresentadas nos canais de atendimento da Ouvidoria. Destacam-se a continuidade da Coluna da Ouvidoria, o acompanhamento crítico da programação e conteúdo e a realização de enquête sobre satisfação quanto à qualidade dos produtos e atendimento.

Por fim, a EBC, atenta às questões socioambientais, adotou em 2016 medidas que produziram racionamento do uso de recursos naturais, melhoria de saúde e qualidade de vida dos colaboradores, auxílio ao desenvolvimento profissional e social de jovens e campanhas beneficentes.

2. VISÃO GERAL

2.1. Finalidade e competências

A Empresa Brasil de Comunicação – EBC foi constituída com os propósitos de prestar serviços de radiodifusão pública e de dar eficácia ao princípio da complementaridade dos sistemas de comunicação privado, público e estatal, referido no art. 223 da Constituição Federal e expresso no art. 2º, inciso I, da Lei n.º 11.652/2008.

Conforme disposto na lei supramencionada, a Empresa atua no campo da radiodifusão para a distribuição de conteúdos próprios ou de terceiros, em mídias de TV, Rádio e Web, visando proporcionar acesso à programação informativa, educativa, artística, científica, de cidadania e recreação que reflita toda a diversidade brasileira em seus diversos aspectos, complementando os sistemas privado e estatal.

A EBC também é responsável por administrar a Rede Nacional de Comunicação Pública/RNCP, que hoje já está consolidada na área de TV. A Rede de TV é composta por 48 emissoras parceiras e quatro geradoras próprias. Na área de Rádio, em 2016 foi iniciado o processo de criação da Rede, com previsão de integração de 38 emissoras.

Além das atividades de produção e distribuição de conteúdo, a EBC presta os serviços de comunicação governamental, por meio do canal de TV NBR e do programa de rádio “A Voz do Brasil”, retransmitido por todas as estações de rádio brasileiras, e os serviços de Publicidade Legal e veiculação publicitária institucional.

São competências legais da EBC:

I - implantar e operar as emissoras e explorar os serviços de radiodifusão pública sonora e de sons e imagens do Governo Federal;

II - implantar e operar as suas próprias redes de Repetição e Retransmissão de Radiodifusão, explorando os respectivos serviços;

III - estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes, com vistas à formação da Rede Nacional de Comunicação Pública;

IV - produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;

V - promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos;

VI - prestar serviços no campo de radiodifusão, comunicação e serviços conexos, inclusive para transmissão de atos e matérias do Governo Federal;

VII - distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União;

VIII –(Inciso Revogado); e

IX - garantir os mínimos de 10% (dez por cento) de conteúdo regional e de 5% (cinco por cento) de conteúdo independente em sua programação semanal, em

programas a serem veiculados no horário compreendido entre 6 (seis) e 24 (vinte e quatro) horas.¹

2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.

A atuação da EBC é regida pelas seguintes normas:

- a) Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966 e dá outras providências;
- b) Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, que aprova o Estatuto Social da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC e revoga o art. 4º do Decreto nº 6.246, de 24 de outubro de 2007;
- c) Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, conforme disposto no art. 43 do Decreto nº 6.689/2008;
- d) Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) Decreto 8.945, de 7 de dezembro de 2016, que regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- f) Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017, resultado da conversão da Medida Provisória nº 744 de 2016, que altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008;
- g) Decreto nº 6.505, de 4 de julho de 2008, que aprova o Regulamento Simplificado para a contratação de serviços e aquisição de bens pela Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC; e
- h) Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

No plano interno, o Regimento Interno da Empresa estabelece a macroestrutura e as competências e responsabilidades das unidades até o segundo nível hierárquico, e a Modelagem da Estrutura Organizacional define o detalhamento da estrutura organizacional e as competências e responsabilidades das gerências e coordenações, terceiro e quarto níveis hierárquicos.

Os normativos que regem a gestão da EBC estão disponíveis no site eletrônico da Empresa, www.ebc.com.br.

As principais normas que regem os macroprocessos relevantes da Empresa estão especificadas na **Seção 9 – Anexos e Apêndices** deste Relatório.

2.3. Ambiente de atuação

No exercício de suas competências, a EBC atua no ramo da comunicação pública e na prestação de serviços conexos e de publicidade legal.

¹Art. 8º da Lei nº 11.652/2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

Atua igualmente no campo da radiodifusão para a distribuição de conteúdos próprios ou de terceiros, em mídias de TV, Rádio e Web, visando proporcionar acesso à programação informativa, educativa, artística, científica, de cidadania e recreação que reflita toda a diversidade brasileira em seus diversos aspectos, complementando os sistemas privado e estatal. Também presta serviços na radiodifusão pública e deve fomentar a produção de conteúdos regionais e independentes.

Mais especificamente, o inciso VII do artigo 3º da Lei orienta o direcionamento da produção e programação para as finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem, com isso, retirar seu caráter competitivo na busca do maior número de ouvintes ou telespectadores. Dessa forma, é preciso observar na operação da EBC e na formatação de sua programação o fato de que a Empresa está em competição mercadológica.

Para o desenvolvimento das competências relativas à comunicação pública, a EBC gere o sistema de comunicação formado pela TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional e do Sistema Público de Rádio, composto por oito emissoras: Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro (1.130 kHz), Rádio Nacional AM de Brasília (980 kHz), Rádio Nacional FM de Brasília (96,1 MHz), Rádio MEC AM do Rio de Janeiro (800 kHz), Rádio MEC FM do Rio de Janeiro (99,3 MHz), Rádio Nacional da Amazônia OC (11.780 kHz e 6.180 kHz), Rádio Nacional AM do Alto Solimões (670 kHz) e Rádio Nacional FM do Alto Solimões (96.1 MHz).

Apesar de não concorrer por verbas publicitárias comerciais com as grandes empresas privadas de comunicação do país, a audiência é um objetivo fundamental desta Empresa.

O alcance deste objetivo, contudo, sempre estará subordinado ao direcionamento da produção e da programação dos conteúdos radiodifundidos pela Empresa para as finalidades, princípios e objetivos estabelecidos para a Radiodifusão Pública do Poder Executivo na Lei nº 11.652/2008, marco regulatório do segmento.

Verifica-se, portanto, que a EBC compete por público, no plano nacional, com todas as difusoras de conteúdos multimídia nas diferentes plataformas, tais como:

- a) redes nacionais de televisão aberta, privadas, públicas e/ou estatais (Rede Globo, SBT, Record, Band, Rede TV!, TV Cultura, Ideal TV, RBI TV, CNT, Rede Brasil, RIT, TV Câmara, TV Senado e TV Justiça, entre outras);
- b) emissoras de rádio (CBN, Tupi, Rádio Senado, Rádio Câmara, Band FM, Jovem Pan e Transamérica, entre outras);
- c) grandes portais de conteúdo na internet (G1, UOL, IG, BBC Brasil e R7, entre outros);
- d) agências de notícias (Estado, Globo e Folha, principalmente).

No campo internacional, a Empresa também compete com veículos de comunicação, dentre os quais se destacam:

- a) radiodifusoras públicas, como BBC, PBS, NHK, CBC, RTP, RAI e KBS. Na América Latina, com Canal 7, Pakapaka e Telesur, entre outras;
- b) agências de notícias (Reuters, UPI, AP, EFE, ANSA, LUSA e AFP, entre outras).

No segmento televisão com sinal analógico, a TV Brasil está presente em 1.286 municípios, por meio da rede própria e parceiras, disponível para mais de 87 milhões de pessoas, o que representa 46% da população brasileira. Nesse universo, a audiência da TV Brasil atingiu 30,2 milhões telespectadores no ano de 2016, o que representa 35% da população com acesso à emissora.

Em sinal digital está disponível para 24,6% da população, representando mais de 46 milhões de pessoas, em 137 municípios.

No segmento rádio, o sistema da EBC atinge 3.103 municípios, disponível para 120,7 milhões de pessoas. Neste caso, há uma variação entre a abrangência diurna, disponível para 1,4 milhões de pessoas, e a noturna, quando a potência da transmissão é expandida. Em média, durante o ano de 2016, foram mais de 9.000 ouvintes por minuto, somando todas as rádios, excetuadas as Rádios Nacional da Amazônia e Alto Solimões, cujas localidades de abrangência não são monitoradas.

A plataforma Web da EBC – Agência Brasil, Radioagência, Portal e os sítios da TV Brasil e Rádios – recebeu 43,2 milhões de visitantes únicos. Esse total representa 42% dos visitantes únicos do Brasil (102 milhões). Além dos sítios, a EBC também está presente nas redes sociais dos veículos e programas, para assegurar presença e interatividade junto ao público.

No que se refere ao segmento de prestação de Serviços de Radiodifusão, a EBC enfrenta ampla concorrência, que abrange desde emissoras de TV e coligadas até empresas produtoras independentes e fornecedoras de equipamentos e serviços para transmissão de sinal. Entre elas estão a TV1, Casablanca, Filmes Mais, Bioma e Downtown Filmes.

Na área de monitoramento de mídia, os principais concorrentes são as empresas Video Clipping, ClipTime, Notabilis, Myclipp e TopClip.

Apesar de concorrentes na disputa de clientes no mercado, muitas dessas empresas também são, ou podem ser, parceiras da EBC, seja pela reprodução do material distribuído pela Agência Brasil, seja pela transmissão da programação das emissoras, seja pela produção de conteúdo. Essas parcerias possibilitam a ampliação de acesso aos conteúdos que difundem os valores da comunicação pública.

Neste ambiente de atuação, as tendências apontam que a comunicação e o conhecimento serão, no futuro os grandes motores do desenvolvimento do século XXI. Até a metade do século, as indústrias criativas irão tornar-se os maiores colaboradores para o Desenvolvimento Produtivo Global – GPD². Não apenas as que estão globalizando o lazer e o entretenimento, mas também aquelas que popularizam o acesso a todo tipo de conhecimento e informação.

Outro estudo, a “Pesquisa e Análise em Estratégia e Negócios da E-Consulting Corporativa”³, indica que, entre os fatores de prosperidade e sobrevivência das empresas nos próximos 10-20 anos, está sua capacidade de gerir conhecimento e ativos intangíveis, responsáveis futuros pelo diferencial das instituições. Caso as empresas de comunicação e mídia não criem um novo modelo sustentável de negócios, centrado na gestão de conteúdos relevantes e de interesse público, poderão deixar de existir ou se tornarem obsoletas nos próximo 10-20 anos.

A reorientação do modelo de negócio de comunicação vem sendo acelerada pelas mudanças nos hábitos de consumo de informações e conhecimento da sociedade atual e também pela celeridade do acesso às tecnologias digitais “4G” e “5G”⁴. Nos Estados Unidos, as grandes fusões das plataformas das empresas de telecomunicações com as empresas de mídia apostam na batalha pelo “relacionamento com o consumidor primário” na distribuição de vídeo e na conquista da lealdade e da atenção dos consumidores. A sociedade está caminhando para um horizonte em que importa o conteúdo e não a plataforma ou o equipamento por meio dos quais a informação é transmitida.

² Richard Weston, Future Files, 2014

³ Centro de Estudos, Pesquisas e Análises em Estratégia e Negócios da E-Consulting Corp, disponível em gl/6Vp03L

⁴ <http://www.economist.com/news/business/21709345-huge-merger-tries-follow-change-way-people-watch-television-angling>

Um bilhão de *smartphones* é vendido a cada ano no mundo, podendo dobrar o número de conexões celulares em quatro ou cinco anos. Estima-se que em 2020 o mundo terá mais de sete bilhões de dispositivos conectados à *internet* (Instituto Gartner, 2013)⁵, demarcando o início de uma nova tecnologia da conectividade entre todas as coisas (a “Internet das Coisas”) e, principalmente, nos hábitos de consumo de mídia.

Neste ambiente, a EBC está se preparando para enfrentar os desafios da implementação da política pública de comunicação orientada para o interesse público.

Além disso, a alteração do cronograma de digitalização da televisão brasileira, postergado para 31 de dezembro de 2023, aliada à conjuntura política e econômica e às mudanças na direção na EBC, também repercutiu nos resultados de 2016.

Os resultados efetivos da política de Comunicação Pública, que prevê ampliar a produção e o acesso a conteúdos multimídia no Brasil, têm relação direta com a ampliação da cobertura em sinal digital da TV Brasil, da cobertura das rádios públicas e do maior acesso à web, empregando as Agências e Conteúdos Digitais para garantir à população maior disponibilidade de acesso aos veículos da EBC.

A Rede Nacional de Comunicação Pública-RNCP tem-se mostrado estratégica para que a disponibilidade de acesso a conteúdos relevantes para a sociedade seja ampliada. A consolidação das redes de TV, rádio e web deve aumentar o acesso a serviços de comunicação pública multimídia, para desenvolver a consciência crítica dos indivíduos e contribuir para a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação social nos debates públicos relevantes, missão da EBC.

Estudo qualitativo recente, 2015/2016⁶, sobre a marca da EBC e, mais detalhadamente, sobre a TV Brasil, mostraram que o público reconhece os valores de credibilidade, diversidade e estímulo à cidadania, presentes nos conteúdos distribuídos pela emissora de TV, veículo mais conhecido dentre os geridos pela Empresa.

As expectativas da população sobre a atuação da EBC foram expressas na Carta de Brasília 2007, resultado do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, posteriormente ratificada pela Carta de Brasília 2014, resultado do Fórum Brasil de Comunicação.

A gestão da EBC tem buscado ampliar os valores ligados à credibilidade, imparcialidade, pluralidade, regionalismo, estímulo à cidadania e à formação da rede nacional de comunicação pública de TV e rádio, ações recomendadas nos fóruns.

No entanto, as tendências mundiais têm reflexo na EBC e podem representar tanto ameaças como oportunidades. Os desdobramentos futuros de tais tendências podem ser percebidos e previstos hoje, seja porque já foram observados seus primeiros estágios ou por que estão determinadas pela realidade presente.

Atentos aos impactos que essas tendências podem causar às atividades da EBC, em 2015, por meio de metodologia participativa e orientada pelo *Balance Score Card* – BSC, foi realizado o trabalho de análise das megatendências mundiais, *Trends&TechnologyTimeline 2010+*, para os próximos 50 anos, resultando na identificação de 15 tendências diretamente relacionadas às atividades da Empresa.

5 http://www.gartner.com/imagesrv/symposium/br/docs/executive_summary.pdf

6 <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/relatorio-final-pesquisa-qualitativa-tv-brasil-jul-15.pdf>

Tabela 1 – Mapa de Tendências para a EBC

Mapa de Tendências para EBC		
1	Acesso 24x7 em qualquer lugar	Hiperconectividade por multi-dispositivos Convergência entre as mídias Democratização da comunicação
2	Redes Sociais 2.0	Redes sociais segmentadas Conexões efêmeras
3	Realidade Digital	Tecnologias 3D e Hologramas Superfícies interativas Resolução 4k e 8k Novas tecnologias de transmissão de dados
4	Cidadão produtor, curador e difusor de conteúdo	“Faça você mesmo” Jornalismo feito pelo cidadão Curadoria social
5	Inteligência coletiva e prediletiva	<i>Crowdsourcing</i> (colaboração coletiva) Sensores de inteligência <i>Big Data</i>
6	Personalização	Trocas justas de informações Serviços <i>ondemand</i> Assistentes digitais inteligentes
7	O novo Aprender	<i>E-learning</i> (Educação a distância) Educação aberta e massificada Conhecimento compartilhado <i>Edutainment</i> (entretenimento educativo)
8	Disputa pela atenção	Engajamento do público Primazia do conteúdo Jornalismo explicativo Consumidores-fãs
9	Alternativa de negócio no setor de comunicação	Economia dos aplicativos Descontinuidade das mídias impressas Conteúdos reforçando marcas Ascensão da economia criativa
10	Glocalização	Globalização da cultura regional
11	Cidadania digital	Cidadão engajado Direitos digitais
12	Governo aberto	Governo participativo Dados abertos (<i>open data</i>)
13	Excelência da gestão	Cobrança por resultados na gestão pública Novas formas de trabalho Novo perfil do profissional de comunicação Sustentabilidade como solução
14	Maior regulamentação do setor de comunicação ao redor do mundo	Marcos regulatório para as comunicações Restrições aos agregadores de conteúdo
15	Novo perfil populacional brasileiro	Ascensão feminina

		Sociedade centenária Evolução das classes sociais
--	--	--

Ao compor todo o contexto apresentado, percebe-se que a Comunicação Pública e a EBC têm muitos desafios a enfrentar no médio e longo prazos, dentre os quais pode-se citar:

- 1) ampliar, interiorizar e diversificar seu público, proporcionando experiências integradas, atrativas e participativas;
- 2) direcionar seu foco estratégico para a oferta de conteúdos multimídia, que podem ser próprios, de parceiros, de colaboradores ou produtores independentes;
- 3) ter mais agilidade, eficiência, eficácia e efetividade em seus processos críticos, com o necessário suporte tecnológico; e
- 4) qualificar e engajar seus profissionais para disseminar a cultura da inovação, do resultado, da justiça e da meritocracia.

Ao mesmo tempo em que a tecnologia se coloca como forte ameaça, pois exige que a Empresa mantenha-se sempre atualizada, sob o risco de ficar ultrapassada, as novas mídias e os diversos meios de acesso à informação e à comunicação são oportunidades para maior visibilidade, abrangência e velocidade. Esses meios possibilitam também a interação e criação conjuntas, ampliando o conhecimento e informação.

Também a crise do modelo de negócios dos meios de comunicação comerciais pode favorecer que se implantem estratégias mais ousadas de expansão da cobertura jornalística, acelerando o processo de conquista e afirmação da credibilidade.

2.4. Organograma

No ano de 2016, foram realizados estudos para a consecução de alterações na estrutura organizacional da EBC. A reestruturação organizacional utilizou como base o Plano Estratégico 2012/2022, o Alinhamento Estratégico - 2015 e a Cadeia de Valor, ferramenta gerencial que organiza os macroprocessos e processos que agregam valor aos resultados da Empresa e os vincula à Estratégia.

Os principais objetivos da reestruturação foram otimização dos recursos, fortalecimento das plataformas, modernização administrativa, redução da linha de comando, flexibilização da gestão e redução de custos.

A reestruturação considerou também, determinações legais que impactaram de forma direta a EBC, tal como a modificação da Lei de Criação da EBC (Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008), por meio da Medida Provisória nº 744, de 2016, bem como a modificação do Estatuto (Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008), por meio do Decreto nº 8.846, de 1º de setembro de 2016.

Coube ainda modificações advindas de legislações e instrumentos infralegais, relacionadas à mudança na vinculação da EBC (Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016); mudanças na Auditoria e nas atribuições do Auditor (Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015; e Resolução nº 09, CGPAR/MPOG); aprimoramento da gestão da ética na Empresa (Decreto de 26 de maio de 1999, Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, e Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007); e fortalecimento da governança, controle e transparência (Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; Resolução nº 18, CGPAR/MPOG; Resolução nº 16, CGPAR/MPOG; Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001, de 10 de maio de 2016; Decreto nº 3.591, de 6 de setembro 2000; Instrução Normativa GSI/PR Nº 1, de 13 de junho de 2008, e Instrução Normativa GSI Nº 2, de 5 de fevereiro de 2013).

Ressalta-se que alguns desses normativos legais sofreram alterações ou complementações no ano de 2017, as quais estão sendo observadas e incorporadas à Organização.

Entre os destaques da reestruturação ocorrida em 2016, estão a extinção da Diretoria da Vice-Presidência de Gestão e Relacionamento – DIGEL, da Diretoria de Conteúdo e Programação – DICOP e da Diretoria de Serviços – DISER, além da extinção do Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa, ao qual competia deliberar sobre as diretrizes de conteúdo e a Política de Comunicação da Empresa.

Também nessa reestruturação foram criadas a Superintendência de Rede, que irá atuar em áreas e temas diretamente ligados às metas da EBC no PPA, e a Diretoria de Operações, Engenharia e Tecnologia, para dar sustentação ao macroprocesso de tecnologia corporativa e *broadcasting* da Empresa, responsável por assegurar às plataformas de TV, Rádio, Web e Serviços, bem como aos veículos, a entrega dos produtos e serviços da EBC aos telespectadores, ouvintes, internautas e clientes de serviços. Além disso, assegura todo o suporte, infraestrutura de equipamentos e sistemas das atividades administrativas da Empresa.

Associadas à Estratégia, as tendências tecnológicas do negócio de comunicação orientam para a interação digital das tecnologias de produção e transmissão das plataformas de TV, Rádio e Web.

Outro destaque relacionado à Estrutura alcançado em 2016 foi a implantação de normativo que regulamenta a modelagem da Estrutura Organizacional da EBC, conceituando e estabelecendo critérios para as mudanças na estrutura organizacional.

Essa estrutura foi implantada a partir da aprovação da Macroestrutura detalhada no Regimento Interno, por meio da Deliberação CONSAD nº 33, de 26 de outubro de 2016, bem como da aprovação da Modelagem Organizacional que detalha a estrutura do nível gerencial e de coordenação, por meio da Deliberação DIREX nº 47, de 7 de novembro de 2016.

As áreas ou subunidades mais estratégicas da gestão da EBC, incluindo as principais competências e os titulares responsáveis com os respectivos períodos de atuação estão inseridos na **Tabela 2** deste Relatório.

As principais funções das áreas relevantes da governança da Empresa, por sua vez, estão delineadas no Capítulo que trata da Governança Corporativa.

A macroestrutura da Empresa, que retrata estrutura vigente em 31 de dezembro de 2016, está configurada conforme imagem abaixo.

Estrutura completa até o nível de Coordenação pode ser vista na Seção 9 – Anexos e Apêndices deste relatório.

Figura 1 - Macroestrutura da EBC

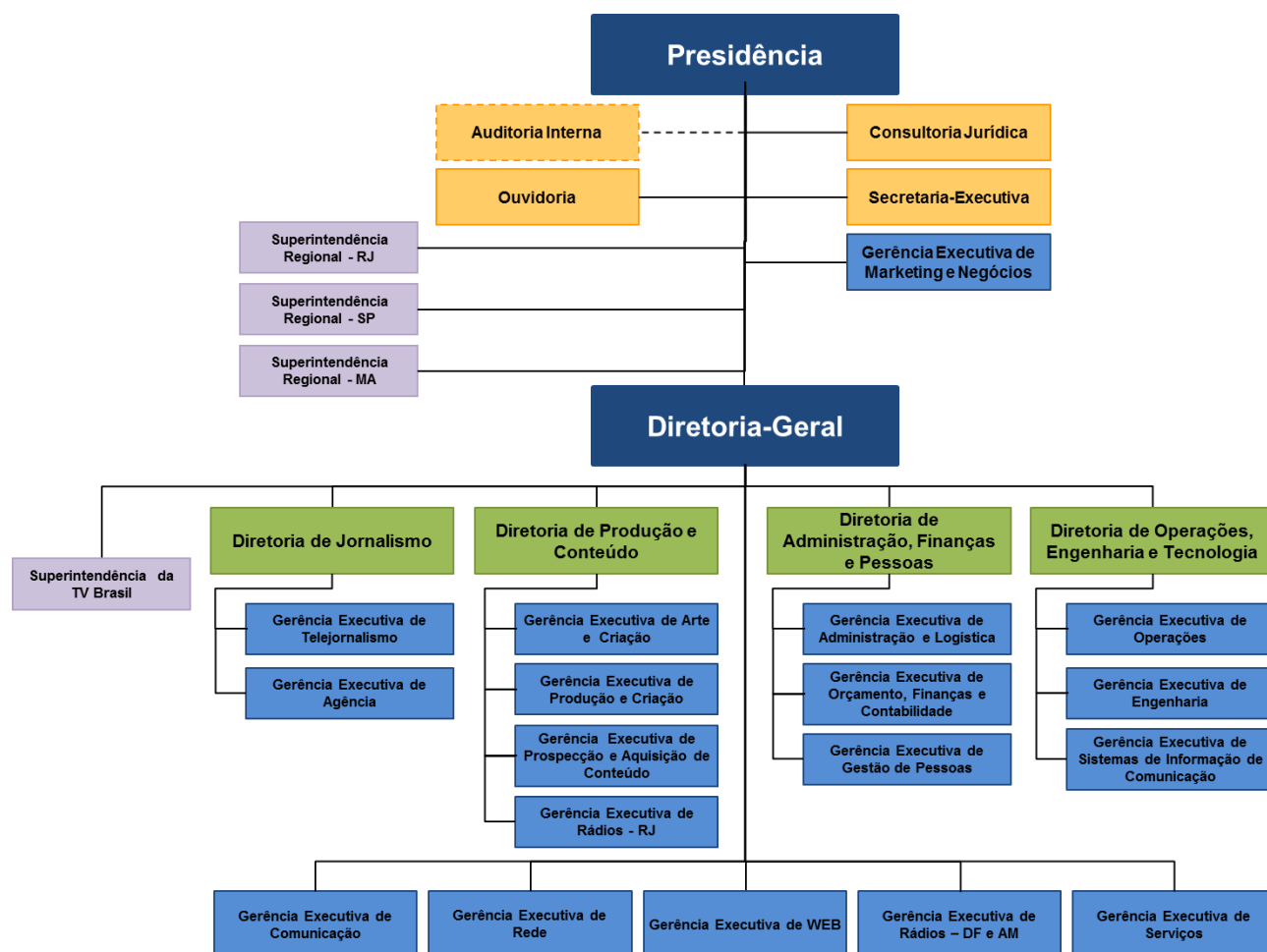


Tabela 2 - Unidades responsáveis pelas atividades estratégicas

UNIDADE	TITULAR	CARGO	COMPETÊNCIAS	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO EM 2016
Diretoria da Presidência	Américo Martins dos Santos	Diretor-Presidente	Realizar a condução geral e a gestão dos negócios da Empresa.	01/01/2016 a 27/03/2016
	Pedro Henrique Varoni de Carvalho			28/03/2016 a 02/05/2016
	Ricardo Pereira de Melo			03/05/2016 a 16/05/2016
	Pedro Henrique Varoni de Carvalho			17/05/2016 a 19/05/2016
	Laerte de Lima Rimoli			20/05/2016 a 31/05/2016
	Ricardo Pereira de Melo			01/06/2016 a 08/09/2016
	Laerte de Lima Rimoli			09/09/2016 a 31/12/2016
Diretoria-Geral	Asdrúbal Figueiró Junior	Diretor-Geral	Definir estratégias e diretrizes para atividades de programação, produção e distribuição de conteúdos dos veículos da EBC.	01/01/2016 a 27/03/2016
	Pedro Henrique Varoni de Carvalho			01/04/2016 a 19/05/2016
	Christiane Samarco Rodrigues Cecílio			20/05/2016 a 31/12/2016
Diretoria da Vice-Presidência de Gestão e Relacionamento*	Mário Maurici de Lima Moraes	Diretor	Definir diretrizes de gerenciamento para a administração, finanças, gestão de pessoas, negócios e serviços, comunicação, marketing, relacionamento e tecnologia corporativa.	01/01/2016 a 24/05/2016
	Luiz Antonio Duarte Moreira Ferreira - Interino			23/06/2016 a 25/10/2016
Diretoria de Conteúdo e Programação*	Asdrúbal Figueiró Junior - Interino	Diretor	Definir diretrizes e estratégias para o planejamento de conteúdo e programação dos veículos da EBC nas plataformas de TV, Rádio e Web.	01/01/2016 a 27/03/2016
	Ricardo Pereira de Melo			23/06/2016 a 08/09/2016
	Maria Aparecida Fontes			27/09/2016 a 26/10/2016
Diretoria de Jornalismo	Ricardo Pereira de Melo	Diretor	Definir diretrizes editoriais e estratégias para os conteúdos jornalísticos e esportivos e gerir a produção de conteúdos jornalísticos para as plataformas TV, Rádio e Web.	01/01/2016 a 24/05/2016
	Lourival Antônio de Macedo			25/05/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Produção Artística*	Myriam Fátima Porto Flaksman	Diretor	Definir diretrizes e dirigir as atividades de planejamento e produção de conteúdos artísticos para as plataformas TV, Rádio e Web	01/01/2016 a 24/05/2016

UNIDADE	TITULAR	CARGO	COMPETÊNCIAS	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO EM 2016
Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas	Marcos Robison Isidoro da Silva	Diretor	Dirigir as atividades relativas à administração, finanças e gestão de pessoas e dar suporte às atividades finalísticas da Empresa.	01/01/2016 a 24/05/2016
	Luiz Antonio Duarte Moreira Ferreira			25/05/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Serviços*	Kátia Guimarães Vaz	Diretor	Definir estratégias e diretrizes para a prestação de serviços de desenvolvimento e produção de programas e conteúdos	01/01/2016 a 24/05/2016
	Ricardo Pereira de Melo - Interino			23/06/2016 a 08/09/2016
Secretaria-Executiva	Regina Maria Silvério	Secretário-Executivo	Realizar a gestão empresarial e promover o seu desenvolvimento.	01/01/2016 a 17/07/2016
	Jadislân Batista Aguiar			18/07/2016 a 18/09/2016
	Tatiana Lipovetskaia Palermo			19/09/2016 a 22/11/2016
	Flavio Coutinho de Carvalho			23/11/2016 a 31/12/2016
Superintendência Executiva de Agências e Conteúdo Digital*	Denize Aparecida Bacoccina	Superintendente	Planejar, supervisionar e coordenar a produção e distribuição de conteúdos das Agências e demais veículos de conteúdo digital.	01/01/2016 a 19/07/2016
	Lana Cristina do Carmo			20/07/2016 a 28/09/2016
Superintendência Executiva de Suporte*	Eduardo de Oliveira Silva Bicudo	Superintendente	Promover a convergência nas plataformas e gerir os sistemas e rede de distribuição de conteúdos	01/01/2016 a 19/05/2016
	Roberto Gontijo de Amorim			25/05/2016 a 07/06/2016
	José de Arimatéia Araújo			08/06/2016 a 26/12/2016
Superintendência Executiva de Comunicação, Marketing e Negócios*	Rodrigo ConnorDindo	Superintendente	Definir a política de comunicação e marketing da Empresa e gerir as atividades de negócio	01/01/2016 a 15/09/2016
Superintendência Executiva de Relacionamento*	André Barbosa Filho	Superintendente	Promover e estreitar o relacionamento entre a EBC e seus <i>stakeholders</i>	01/01/2016 a 20/05/2016
	Kátia Guimarães Vaz			23/06/2016 a 15/09/2016
Diretoria de Produção de Conteúdo**	Maria Aparecida Fontes	Diretor	Definir diretrizes e dirigir as atividades de planejamento e produção de conteúdos artísticos para as plataformas de TV, Rádio e Web da EBC	25/05/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Operações,	José de Arimatéia Araújo	Diretor	Definir as diretrizes para tecnologia de	27/12/2016 a 31/12/2016

UNIDADE	TITULAR	CARGO	COMPETÊNCIAS	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO EM 2016
Engenharia e Tecnologia**			engenharia, operação e sistemas de informação e comunicação e dirigir as atividades de tecnologia da informação, engenharia e operações.	
Superintendência da TV Brasil**	Carlos Henrique Novis	Superintendente	Definir a identidade de programação e supervisionar o alinhamento da produção de conteúdo e a estratégia de grade.	07/11/2016 a 31/12/2016
Superintendência Regional Sudeste I - Superintendência Regional do Rio de Janeiro**	Marília KairuzBaracat	Superintendente	Representar institucionalmente a Empresa em sua região de atuação	01/01/2016 a 19/05/2016
	SahadaJosephinaLudy Mendes			09/06/2016 a 23/08/2016
	Neumar Rodrigues da Mota			25/8/2016 a 15/09/2016
	Jorge Guilherme Marcello Pontes			22/9/2016 a 18/12/2016
				19/12/2016 a 31/12/2016
Superintendência Regional Sudeste II/Sul - Superintendência Regional de São Paulo/SP**	Manoel de Araújo Sobrinho	Superintendente	Representar institucionalmente a Empresa em sua região de atuação	01/01/2016 a 30/5/2016
	Mário Maurici de Lima Moraes			17/06/2016 a 15/09/2016
	Flávio Teixeira de Mello			01/11/2016 a 31/12/2016
Superintendência Regional Nordeste - Superintendência Regional MA**	João Francisco Jones Forte Fraga	Superintendente	Representar institucionalmente a Empresa em sua região de atuação	01/01/2016 a 18/04/2016
	Francisco de Assis Costa Filho			12/05/2016 a 31/12/2016
Gerência Executiva de Marketing e Negócios**	Liloye Brigitte Boubli	Gerente Executivo	Fortalecer e promover marcas, veículos de comunicação, produtos da EBC e o relacionamento comercial	07/11/2016 a 31/12/2016

* Unidade Extinta após remodelagem organizacional

**Unidade Criada após remodelagem organizacional

Fonte: Gerência de Desenvolvimento Organizacional e Gerência Executiva de Gestão de Pessoas

2.5. Macroprocessos finalísticos

A Cadeia de Valor representa o conjunto de atividades da organização, desde as relações com os fornecedores e ciclos de produção e de venda até à fase da distribuição final. O seu desenho permite identificar as inter-relações entre as atividades, de forma a definir o valor agregado em cada atividade e as atividades que afetam o alcance da Estratégia.

Para a EBC, a Cadeia de Valor é uma ferramenta de gestão que permitir identificar os processos, como estão interligados, e os processos que mais agregam valor ao cliente final, além de auxiliar na identificação de “onde” ou em que parte do processo atuar para se sustentar a estratégia e, assim, promover vantagem competitiva.

A ferramenta demonstra que os processos são uma estrutura de agregação de valor e que processos secundários ou de suporte devem ser integrados às atividades finalísticas ou primárias para melhor “responder” à Estratégia.

A Cadeia de Valor da EBC, definida no ano de 2015, foi detalhada durante todo o ano de 2016, tornando, desta forma, possível a identificação dos processos e seus escopos.

Figura 2 – Cadeia de Valor da EBC



Macroprocessos de Negócio

Os macroprocessos de negócio são os que estão diretamente ligados à entrega dos produtos e serviços da Empresa, geram valor aos clientes externos e afetam diretamente os resultados da organização.

a) Definições de Diretrizes de Conteúdo e Programação:

- Descrição: Trata da definição de princípios, diretrizes e linhas editoriais que orientem o posicionamento dos veículos e a produção de conteúdo, acompanhando as tendências do mercado de mídia;
- Produtos e Serviços: Diretrizes de conteúdo e programação, Manual de Jornalismo, Posicionamento dos Veículos, Grade-Base de programação dos veículos, definição do público-alvo e linha editorial de cada veículo de distribuição;
- Principais Clientes: Os produtos gerados nesse macroprocesso são insumos para as áreas de criação de conteúdo e programação vinculadas à Diretoria de Conteúdo e Programação, Diretoria de Produção Artística, Diretoria de Jornalismo e Superintendência Executiva de Agências e Conteúdo Digital, Superintendência de

Suporte, bem como para a Rede Nacional de Comunicação Pública – RNCP e outros parceiros, para a produção e distribuição de conteúdo;

- Processos: Posicionamento dos veículos e Definição de Linha Editorial;
- Subunidades Responsáveis: Unidades de produção de telejornalismo; radiojornalismo, produção e programação da TV Brasil; TV Brasil Internacional; prospecção de conteúdo para produção e programação das emissoras de rádio Nacional, MEC, Amazônia e Alto Solimões; Portal da EBC, Agência Brasil; Unidades de engenharia e suporte para distribuição e produção de conteúdos; unidades de captação e relacionamento;
- Insumos: Os insumos necessários à execução dos macroprocessos são os estudos do mercado de mídias, a análise de tendências de mídia, os relatórios de audiência e as diretrizes dos órgãos colegiados;
- Fornecedores: Mercado, Diretoria Executiva e Comitê de Programação Rede e unidade de marketing e de monitoramento de audiência;
- Principais Parceiros Externos: Não identificados.

b) Produção de Conteúdo:

- Descrição: Nesse macroprocesso estão contidas as atividades de desenvolvimento de conteúdos jornalísticos e não jornalísticos, produção, edição, customização para as diferentes plataformas (Rádio, TV e Web), bem como atividades de aquisição de conteúdo e gestão do acervo da Empresa;
- Produtos e Serviços: Conteúdos prontos para a exibição por meio de produção própria, coprodução, produção de terceiros, aquisição e rede de comunicação;
- Principais Clientes: Os veículos das diferentes plataformas da EBC e a RNCP;
- Processos: Desenvolvimento, Planejamento Jornalismo, Produção TV, Produção Rádio, Produção Artística Web, Produção Jornalística – TV e Rádio, Produção Jornalística – Agência, Produção Jornalística Web, Aquisição de Conteúdo, Acervo;
- Subunidades Responsáveis: Diretoria de Conteúdo e Programação, Diretoria de Produção Artística, Diretoria de Jornalismo e Superintendência Executiva de Agências e Conteúdo Digital;
- Insumos: Deliberações da Diretoria Executiva e do Comitê de Programação e Rede, normativos internos e externos que regulamentam a produção de conteúdo, conteúdos de terceiros disponíveis para licenciamento, conteúdos da RNCP/TV;
- Fornecedores: Diretoria Executiva, Comitê de Programação e Rede, RNCP/TV; Produtores independente; Mercado audiovisual;
- Principais Parceiros Externos: Produtoras.

c) Programação:

- Descrição: Montagem das grades de programação nacional e local, *homes* das páginas Web, controle dos conteúdos exibidos e sua conformidade com a legislação em vigor;
- Produtos e Serviços: Grades de programação e *homes* no ar;
- Principais Clientes: Sociedade;
- Processos: Elaboração de Grade, Elaboração de Roteiro, Empacotamento;
- Subunidades Responsáveis: Gerências Executivas de Programação de TV e Rádio, Superintendência Executiva de Agências e Conteúdo Digital;
- Insumos: Programas, programetes e conteúdos em diferentes formatos, Diretrizes de Programação;

- Fornecedores: Diretoria de Conteúdo e Programação, Diretoria de Produção Artística, Diretoria de Jornalismo e Superintendência Executiva de Agências e Conteúdo Digital;
- Principais Parceiros Externos: Não identificados.

d) Distribuição:

- Descrição: Macroprocesso responsável pela disponibilização técnica e operacional da programação “no ar” nas diversas plataformas (TV, Rádio e Web), em conformidade com os parâmetros e legislação vigentes;
- Produtos e Serviços: Conteúdos transmitidos nas plataformas de TV e Rádio e matérias publicadas na Web em conformidade e ininterruptamente;
- Principais Clientes: Ouvintes, telespectadores e internautas;
- Processos: Monitoramento, Publicação Web, Veiculação;
- Subunidades Responsáveis: Superintendência de Suporte;
- Insumos: Estrutura e técnica necessárias à exibição/disponibilização dos conteúdos. Além de roteiros de programação, *playlist* para orientar a distribuição dos conteúdos;
- Fornecedores: Áreas que produzem os roteiros de programação das diversas plataformas e que se encontram vinculadas à Diretoria de Conteúdo e Programação e à Superintendência Executiva de Agências e Conteúdo Digital. Fornecedores de satélites, telefonia e outros agentes necessários para a transmissão de sinais;
- Principais Parceiros Externos: Integrantes da RNCP/TV.

e) Serviços:

- Descrição: Macroprocesso responsável pela prestação de serviços como publicidade legal e desenvolvimento e produção de programas e conteúdos de comunicação, audiovisuais e multimídia;
- Produtos e Serviços: Publicidade Legal, Monitoramento de mídia, *Clipping*, Programação com conteúdos relativos ao Governo;
- Principais Clientes: Órgãos e entidades da Administração Pública federal obrigados a publicar avisos, balanços, relatórios e outros comunicados; Sociedade em geral; Governo;
- Processos: Monitoramento e Análise de Mídia, Publicidade Legal;
- Subunidades Responsáveis: Áreas vinculadas à Diretoria de Serviços e à área de negócios;
- Insumos: Contratos de prestação de serviços, ordens de serviços de clientes, atos e fatos do Poder Executivo;
- Fornecedores: Produtores e mídias;
- Principais Parceiros Externos: Não identificados.

f) Relacionamento com o Público:

- Descrição: Macroprocesso responsável pela definição do modelo de comunicação e disponibilização de canais de comunicação com o público e interação com os ouvintes e telespectadores para a produção e distribuição de conteúdo;
- Produtos e Serviços: Interatividade com os públicos dos diversos canais e veículos de distribuição, conteúdo resultante da interação com os públicos e dados para produção e distribuição de conteúdo;
- Principais Clientes: As emissoras de Rádio, TV, Portal e Agências da EBC;

- Processos: Central de Atendimento ao Ouvinte – Rádios, Ouvidoria, Relacionamento direto;
- Subunidades Responsáveis: Ouvidoria, unidades responsáveis pela produção de conteúdo;
- Insumos: Redes sociais, canais de atendimento telefônico, *e-mail*;
- Fornecedores: Telespectadores, Ouvintes e Internautas;
- Principais Parceiros Externos: Não identificados.

Macroprocessos de Suporte

Os macroprocessos de suporte orientam, controlam, planejam, facilitam ou provêm recursos aos processos de negócio ou finalísticos.

Na EBC, os macroprocessos de suporte ou de apoio às operações identificados foram:

a) Tecnologia:

- Descrição: Trata-se de fornecer suporte tecnológico às operações de produção e distribuição de conteúdo, bem como à gestão da Empresa, de forma a garantir a sua operacionalidade;
- Produtos e Serviços: Sistemas corporativos; Sistemas para a gestão de produção e distribuição de conteúdo; Sistemas e infraestrutura e sustentação de armazenamento de dados gerenciais e de conteúdo; Redes físicas e lógicas; Transmissão de conteúdo;
- Principais Clientes: Toda a organização e os parceiros da RNCP;
- Processos: Atendimento ao Usuário (interno), Desenvolvimento Engenharia, Infraestrutura, Manutenção, Monitoramento, Planejamento de TI, Planejamento Engenharia, Sistemas, Suporte de Engenharia à Operação;
- Subunidades Responsáveis: Superintendência Executiva de Suporte e Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas;
- Insumos: Diretrizes de conteúdo e programação, Diretrizes do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação, Regulação;
- Fornecedores: Órgãos reguladores; fornecedores de soluções tecnológicas, equipamentos e sistemas;
- Principais Parceiros Externos: Não identificados.

b) Gestão Empresarial:

- Descrição: Prover as condições necessárias para que a EBC alcance seus resultados por meio dos direcionadores estratégicos, do alinhamento organizacional (desdobramento e comunicação), do acompanhamento contínuo e da revisão, quando necessária, das estratégias a serem seguidas;
- Produtos e Serviços: Plano Estratégico; Modelo de Gestão da Estratégia; Avaliação da Estratégia; Plano de Trabalho Anual; Relatórios de Administração e Gestão; Governança Corporativa;
- Principais Clientes: Toda a organização;
- Processos: Acompanhamento e Avaliação Estratégica e Operacional, Alinhamento Estratégico e Operacional, Auditoria, Construção dos Projetos Estratégicos e Operacionais, Correição, Gestão de Riscos, Jurídico, Planejamento da Estratégia, Prestação de Contas, Suporte aos órgãos colegiados;
- Subunidades Responsáveis: Diretoria Executiva, Auditoria, Secretaria-Executiva e Procuradoria Jurídica;

- Insumos: Estudo de mercado, PPA, Legislação pertinente; Diretrizes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração;
- Fornecedores: Conselhos, Mercado, Secom;
- Principais Parceiros Externos: Não identificados.

c) Administrativo:

- Descrição: Trata dos processos de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais, humanos e serviços da EBC;
- Produtos e Serviços: Serviços, pessoas, orçamento e patrimônio gerenciados;
- Principais Clientes: Toda a organização;
- Processos: Finanças, Gestão de pessoas, Gestão do conhecimento, Gestão do patrimônio, Suprimentos;
- Subunidades Responsáveis: Áreas vinculadas à Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas;
- Insumos: Legislação, diretrizes do Conselho de Administração e Diretoria Executiva, informações fornecidas pelas demais unidades e melhores práticas do mercado no que tange à gestão de recursos;
- Fornecedores: Prestadores de serviços; Órgãos reguladores; Conselho de Administração; Diretoria Executiva;
- Principais Parceiros Externos: Órgãos reguladores e supervisores.

d) Comunicação:

- Descrição: Definição do modelo de comunicação, planejamento da comunicação interna e externa, estruturação do modelo de relacionamento com a imprensa, definição de público-alvo, divulgação da Empresa e monitoramento de audiência;
- Produtos e Serviços: Intranet; Campanhas de divulgação; endomarketing;
- Principais Clientes: Público interno e externo;
- Processos: Comunicação Externa, Comunicação Interna;
- Subunidades Responsáveis: Áreas vinculadas à Superintendência Executiva de Comunicação, Marketing e Negócios e Superintendência de Relacionamento;
- Insumos: Informações das diversas unidades da Empresa e canais de comunicação;
- Fornecedores: Toda a organização;
- Principais Parceiros Externos: Não identificados.

e) Marketing e Negócios:

- Descrição: Planejamento de marketing, gestão da marca e promoção da Empresa, além de criação, desenvolvimento e formatação de produtos e serviços, prospecção, vendas e captação;
- Produtos e Serviços: Identidade visual da Empresa e seus veículos, Gestão e Promoção da marca da EBC, Plano de marketing da Empresa, Produtos e serviços formatados e Ações de prospecção e vendas;
- Principais Clientes: Sociedade; órgãos e entidades públicos; empresas para publicidade institucional;
- Processos: Marketing, Negócios;

- Subunidades Responsáveis: Áreas vinculadas à Superintendência Executiva de Comunicação, Marketing e Negócios e Diretoria de Serviços;
- Insumos: Estudos de mercado; Canais e Veículos da EBC;
- Fornecedores: Agências, Mídias, Empresas de Eventos;
- Principais Parceiros Externos: Não identificados.

f) Relações Institucionais:

- Descrição: Relacionamento com setores estratégicos, como integrantes da Rede Nacional de Comunicação Pública, Parlamento, Sociedade Civil e Governo, objetivando a participação, de forma legal e legítima, do processo decisório e, assim, da sustentabilidade empresarial;
- Produtos e Serviços: Ações de relacionamento e expansão da Rede;
- Principais Clientes: EBC e RNCP;
- Processos: Relacionamento de Rede, Relacionamento Governo, Relacionamento Parlamentar, Relacionamento Sociedade Civil;
- Subunidades Responsáveis: Áreas vinculadas à Superintendência Executiva de Relacionamento, subordinada à Diretoria da Vice-Presidência de Gestão e Relacionamento;
- Insumos: Pessoas com capacidade de articulação e influência; Bom relacionamento com os órgãos intervenientes; Dados de mercado e regulação;
- Fornecedores: Não identificados;
- Principais Parceiros Externos: RNCP; Secom; Agências Reguladoras.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

O Plano Plurianual – PPA 2016/2019 e o Plano de Trabalho de 2016 foram elaborados com base no Direcionamento Estratégico 2022, aprovado em agosto de 2015⁷ pelo Conselho de Administração.

No Direcionamento Estratégico, o colegiado definiu o empacotamento (criação, produção, difusão e distribuição de conteúdos nas diversas plataformas) e a programação como núcleos das atividades de operações da Empresa. As atividades de produção devem se concentrar nos conteúdos “quentes” (com pouco tempo entre o empacotamento e a distribuição), ou muito ligados à identidade da EBC.

No caso da distribuição, o avanço tecnológico abriu novas janelas, tornando impossível manter internamente todas essas operações. É desejável contratar e/ou compartilhar serviços completos de distribuição, inclusive de radiodifusão, sendo esta a melhor forma de ampliar o alcance.

Para isso, a Empresa deverá investir na melhoria da qualidade de transmissão e expansão de sinal digital em televisão aberta e na qualidade dos conteúdos programados, bem como no projeto de ampliação do alcance e consolidação da Rede Pública de Televisão e Rádio, para dar acesso às populações que não dispõem de internet.

O alcance de resultados efetivos da política de Comunicação Pública, prevendo ampliar a produção e o acesso a conteúdos multimídia no Brasil, tem relação direta com a ampliação da cobertura em sinal digital da TV Brasil e da cobertura das Rádios da EBC e com a intensificação do uso da Web, para garantir maior disponibilidade de acesso à população brasileira. Essas ações exigem investimentos da Empresa em infraestrutura de transmissão digital e de internet.

O diferencial será alcançado com a intensificação dos investimentos na infraestrutura de internet, que serão fundamentais para conquistar o público jovem e ajustar a EBC à tendência de mudança do hábito de consumo de mídia, no Brasil e no mundo.

A Estratégia de Longo Prazo da EBC prevê dar à sociedade mais acesso a conteúdos multimídia que agreguem valor e sejam relevantes para ampliar o conhecimento da sociedade sobre informações de interesse público que contribuam para a compreensão dos fatos que atuam sobre a realidade social.

Do ponto de vista da EBC, satisfazer as necessidades da sociedade, ganhando confiança e admiração, é o caminho para aumentar, diversificar e fidelizar o público, tornando-a competitiva e socialmente relevante.

Os direcionadores e investimentos acima citados são decisivos para o alcance da Estratégia da Empresa expressa no Mapa Estratégico.

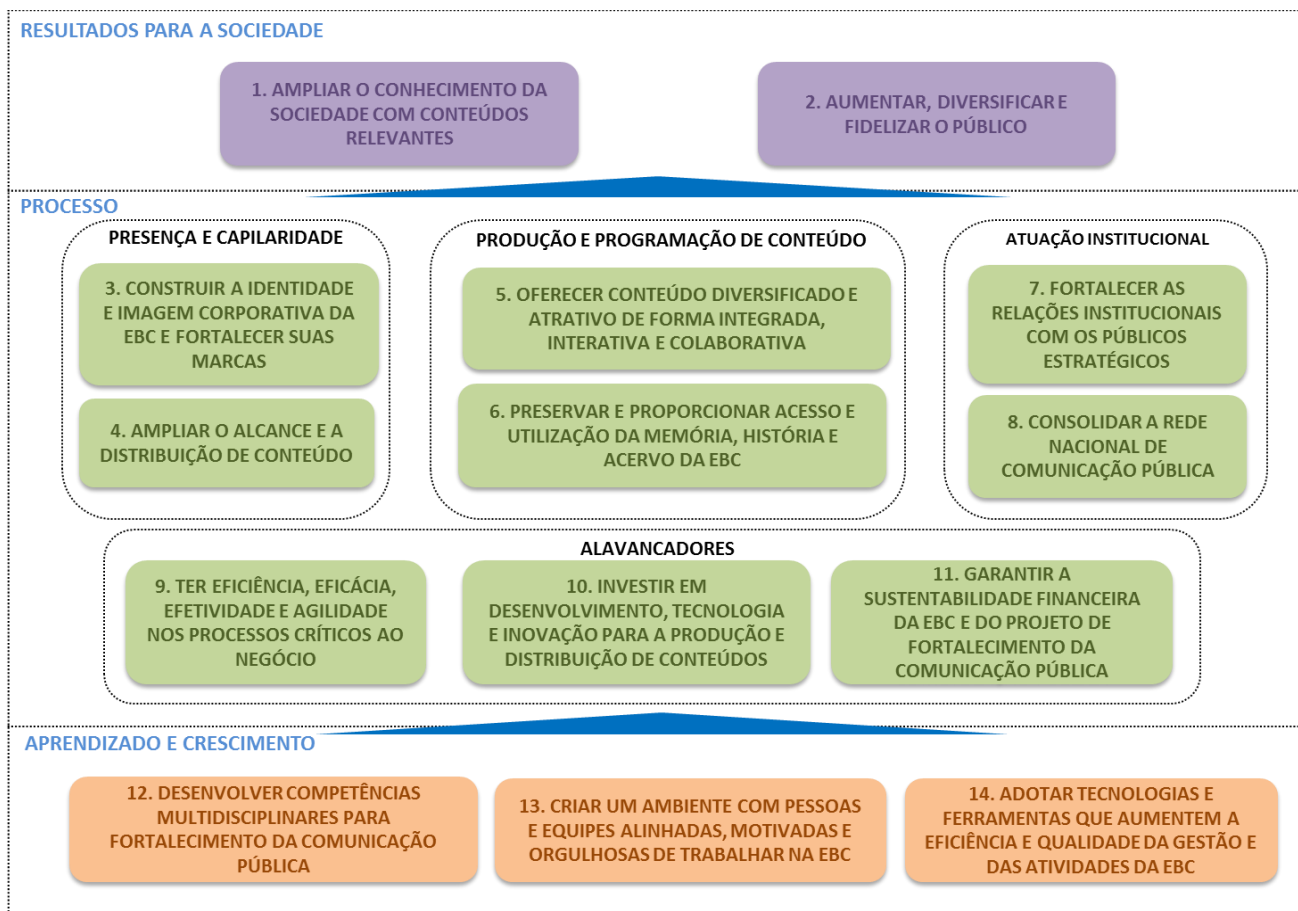
O Mapa Estratégico, projetado para 2022 e atualizado em 2015, define como missão da EBC **“Criar e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas”** para alcançar sua visão de futuro de **“Ser referência em comunicação pública”**.

Todo o esforço para o cumprimento da missão e o alcance da visão deverá traduzir-se nos valores a que a sociedade terá acesso, ao ter contato com os produtos e serviços oferecidos pela Empresa: Credibilidade, Qualidade Técnica, Estímulo à Cidadania, Diversidade, Regionalização de Conteúdo e Inovação em Comunicação Pública.

⁷ Deliberação CONSAD nº 45/2015

Entretanto, os resultados efetivos da Estratégia serão consolidados quando os objetivos estratégicos se tornarem realidade na Empresa.

Figura 3 – Mapa Estratégico: Objetivos a serem alcançados.



Para consolidar a Estratégia e alcançar os resultados esperados, a EBC enfrentará, no período de 2016/2019, os seguintes desafios: 1) ampliar e diversificar seu público e interiorizar seu alcance, proporcionando experiências integradas, atrativas e participativas; 2) direcionar seu foco estratégico para a oferta de conteúdos multimídia próprios, de parceiros, de colaboradores ou de produtores independentes; 3) ter mais agilidade, eficiência, eficácia e efetividade em seus processos críticos, com o necessário suporte tecnológico; 4) qualificar e engajar seus profissionais para o desenvolvimento de competências e talentos multidisciplinares, visando disseminar a cultura da inovação, do resultado e da valorização dos empregados.

Diante dos desafios apresentados, o PPA 2016/2019 e Plano de Trabalho 2016 foram fundamentados na busca da relevância e competitividade.

A Empresa concentrou-se em consolidar as bases necessárias para a execução da Estratégia, elegendo, em 2016, duas **prioridades: a disponibilidade de acesso e a qualidade do conteúdo**.

A alteração do cronograma de digitalização⁸ da Política de Comunicação do Governo Federal de 2016 para 2023, aliada às restrições orçamentárias e à instabilidade na direção da EBC no corrente ano, trouxe impacto na execução da Estratégia.

⁸Portaria do Ministério das Comunicações nº 378/2016

De acordo com as especificidades do contexto de 2016, o Direcionamento Estratégico da Empresa - objetivos, indicadores, metas e projetos - deverá ser revisto em 2017, para ajustá-lo à Estratégia, à nova realidade da política de comunicação do Brasil e à realidade orçamentária, bem como alinhá-lo à nova Direção Executiva da Empresa, com vistas a concentrar a Estratégia nas questões consideradas centrais no momento, para a perenidade do negócio da EBC.

3.1.1. Estágio de implementação do planejamento estratégico

O planejamento estratégico da EBC encontra-se no estágio de implantação do Modelo de Gestão da Estratégia, que tem como objetivo monitorar e avaliar os resultados dos indicadores e metas dos objetivos estratégicos, por meio do acompanhamento e avaliação dos projetos e processos, de forma a orientar medidas de gestão que assegurem o alcance da Estratégia da Empresa.

Em 2016, em função da instabilidade na direção da Empresa, a execução das ações desse projeto foi suspensa. O cronograma do projeto foi reorientado e as ações serão retomadas em março de 2017.

Por outro lado, a partir da definição da Cadeia de Valor apresentando a vinculação da Estratégia aos processos que agregam valor à Empresa, a consolidação da Gestão de Processos avançou.

No 1º semestre de 2016, foram realizadas ações para refinamento da Cadeia de Valor junto às áreas. Subsequente à sua estruturação foi possível vincular à Cadeia de Valor os instrumentos de gestão, como estrutura organizacional, processos de trabalho e instrumentos normativos, de forma a alinhar o modelo de gestão.

Após a análise das demandas das áreas relacionadas ao atendimento da Estratégia, foram priorizados pelos diretores quatro processos críticos, para que sejam redesenhados e modelados com foco no alcance da Estratégia. São os processos de Alinhamento Organizacional, Gestão de Pessoas, Planejamento de Engenharia e Planejamento de TI.

Em 2016, o processo de Alinhamento Organizacional foi o primeiro a ser modelado, sendo concluído em fevereiro de 2016. A etapa do primeiro monitoramento dos indicadores desse processo também foi realizada, com alcance das recomendações atendidas.

Quanto ao processo de Gestão de Pessoas, suas atividades iniciaram-se no 2º semestre de 2016 e estão previstas para serem finalizadas em abril de 2017.

Desdobramento da Estratégia

A EBC, em 2016, deu início às atividades de desdobramento da Estratégia junto às unidades da Empresa. Em outubro de 2016, a Portaria Presidente nº 846 constituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com o objetivo de desenvolver o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e da Comunicação – PETIC, que deverá ser finalizado em abril de 2017 e implementado a partir do 2º semestre.

Com a aprovação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e da Comunicação – PETIC, a próxima etapa na gestão da TIC da EBC é a elaboração de um novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTIC. A previsão é de que os trabalhos de elaboração do PDTIC se desenvolvam até o final de julho de 2017.

O desafio para 2018 será alinhar as demais unidades da organização em direção à Estratégia estabelecida, com a construção dos painéis de contribuição de cada unidade para o desdobramento da Estratégia para as unidades de negócio da Empresa.

3.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A partir do Plano Estratégico da Empresa foram definidos seus referenciais estratégicos: Missão, Visão de Futuro e Valores da Empresa. Todos eles se relacionam com as competências constitucionais e legais (conjunção dos princípios e objetivos referenciados na Lei nº 11.652/2008), da mesma forma com os dispositivos constitucionais. Para o artigo 173 da CF, os referenciais estratégicos, isolados ou em conjunto, demonstram relevância para o interesse coletivo; com relação ao artigo 223, no campo federal, a EBC inaugurou o sistema público nacional de comunicação.

O compartilhamento dessa Estratégia se dá por meio da implementação do Programa Temático “Comunicação para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia”, no qual a EBC é parte integrante da estratégia responsável pelo atendimento do objetivo *“Ampliar a produção e o acesso da sociedade a conteúdos multimídia, de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotores da cidadania, ofertados de forma colaborativa pela Rede Nacional de Comunicação Pública.”*

A vinculação do Plano Estratégico da EBC ao PPA 2016/2019 está definida no art. 2º da Lei nº 11.652/2008, que orienta sobre a prestação dos serviços de radiodifusão pública por órgãos do Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta.

Assim como no Decreto Presidencial e nas Portarias Ministeriais que regulamentam a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que instituiu o Plano Plurianual da União para o período 2016/2019, também definiu o Monitoramento Temático, que será feito por meio das informações do SIOP e servirão para subsidiar a elaboração da Mensagem Presidencial que inaugura a Sessão Legislativa; a Prestação de Contas da Presidência da República - PCPR, publicada pela Controladoria Geral da União - CGU, o Relatório de Gestão do órgão e os demais relatórios e análises pertinentes ou necessárias à consolidação do PPA como referência fundamental à organização e à gestão das políticas públicas nacionais.

A EBC, unidade orçamentária - UO nº 20415 - está inserida no contexto de planejamento estratégico da UO da Presidência da República (20.000), dentro da lógica hierárquica do PPA.

3.1.3. Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Plano Plurianual – PPA 2016/2019 foi elaborado consoante o Plano Estratégico da EBC e tem como objetivo avançar na consolidação de um Sistema Público de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens, um sistema complementar ao sistema privado, conforme previsto no artigo nº 223 da Constituição Federal. A primeira revisão do Plano Estratégico foi realizada em 2014/2015 e resultou no Direcionamento Estratégico de 2015, que orientou toda a construção do PPA 2016/2019.

A EBC estruturou o PPA 2016/2019 fundamentada na busca de relevância e competitividade. Até então, a Empresa havia concentrado esforços na consolidação das bases necessárias para a execução da Estratégia, tendo como foco duas prioridades, disponibilidade de acesso e qualidade do conteúdo, que continuarão a orientar a Empresa no período de 2016/2019, e foi a partir dessas prioridades que o plano plurianual, o orçamento e as perspectivas de resultados da Empresa foram elaborados.

A prioridade de disponibilidade de acesso está correlacionada ao objetivo estratégico priorizado para 2016/2019, que é a consolidação e constituição de uma Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão e Rádio, com a implantação e operação de emissoras de rádio e televisão do Governo Federal, para atuar em cooperação e colaboração com outras entidades públicas e privadas que explorem serviços multimídia de comunicação e radiodifusão, conforme estabelece a Lei de Criação da EBC nº 11.652/2008.

A segunda prioridade, qualidade dos conteúdos, correlaciona-se com os resultados do objetivo estratégico de ampliar a produção de conteúdos multimídia de qualidade, bem como a produção de conteúdos e ampliação de acesso para a plataforma Web (Agência Brasil, Portal EBC e sites TV Brasil, Rádios EBC e TV Brasil Internacional).

Nesse sentido, as duas metas sob a execução da EBC e as três iniciativas para seu alcance, constantes do objetivo 1.062 do PPA 2016/2019, “**Ampliar a produção e o acesso da sociedade a conteúdos multimídia, de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotores da cidadania, ofertados de forma colaborativa pela Rede Nacional de Comunicação Pública**”, são consoantes com a Estratégia da Empresa e com a Política Pública de Comunicação do Governo Federal, que prevê a digitalização da televisão no Brasil e a ampliação de oferta de conteúdos multimídia de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotores da cidadania. São elas:

A meta 1 - Ampliar a cobertura em sinal digital da televisão - será resultado da consolidação da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão.

A meta 2 – Ampliar a cobertura das Rádios Públicas - será resultado da implantação da Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádios – RNCP/Rádios. Esta rede tem como foco dar capilaridade aos conteúdos produzidos e veiculados pelas Rádios da EBC por meio de 38 emissoras de rádio pública com frequência FM.

Ambas as metas são imprescindíveis para assegurar o acesso da sociedade a conteúdos da Comunicação Pública.

Em 2016, os resultados das metas e o avanço das iniciativas foram impactados pela conjuntura política e pelas restrições orçamentárias que o país vem enfrentando em decorrência da crise econômica.

Esse contexto afetou o resultado do objetivo e das metas sob a responsabilidade de execução da EBC, na correlação direta com a mudança do cronograma de digitalização da televisão no Brasil que a Portaria do Ministério das Comunicações nº 378/2016 postergou para 31 de dezembro de 2023. Em 2016, previu-se apenas o desligamento de Brasília/DF, ocorrido em 17 de novembro.

A alteração na Política de Comunicação do Governo Federal, referente ao cronograma de digitalização, aliada às restrições orçamentárias e à instabilidade na direção da EBC no corrente ano, impactou a execução das metas de ampliação do acesso da TV Brasil e das Rádios. O mesmo ocorreu relativamente às três iniciativas previstas no PPA referentes ao acesso universal por meio da TV Digital interativa com o Brasil 4D, ao fomento de parcerias para ampliação da oferta de conteúdos multimídia e à promoção da expansão de infraestrutura de transmissão dos canais públicos de Televisão, Rádio e Web.

A implementação e a execução das iniciativas dependem da evolução das parcerias entre a Casa Civil - Secretaria de Comunicação – e os Ministérios da Comunicação, Cultura, Educação e Saúde, as quais foram arrefecidas, em função da instabilidade política, da decorrente transição do Governo Federal, da reestruturação das prioridades das políticas públicas para o segmento da comunicação e da crise econômica enfrentada pelo país.

Dentre as iniciativas, o acesso universal por meio da TV Digital interativa apresentou alguns avanços na implantação em Brasília, onde está em fase final de distribuição dos receptores (Set Top Box - STB) aos 360 mil beneficiários do Cadastro Único para recepção do sinal digital. Deste total, aproximadamente 150/160 mil possuem o *middleware* Ginga, mecanismo necessário para receber interatividade na TV. Os demais 200 mil, por decisão do Grupo de Implantação da TV Digital – GIRED (Leilão Anatel 02/2014), apenas receberão as transmissões televisivas. Entretanto, o desenvolvimento dos conteúdos digitais (aplicativos/aplicações) que viabilizam a interatividade

sugerida pelo projeto, originalmente chamado de Brasil 4D, aguardam definições dos parceiros do poder público para retomada das atividades de desenvolvimento de novos aplicativos e conteúdos.

Em relação à iniciativa de fomento de parcerias para ampliação da oferta de conteúdos multimídia, a interação entre a EBC e os Ministérios da Comunicação, Cultura, Educação e Saúde, por intermédio da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz avançou com a inclusão de um item específico no Acordo de Cooperação assinado entre estes organismos, que possibilita a todos a troca de conteúdos, o licenciamento de conteúdos públicos e o acesso ao banco de compartilhamento e ao material resultante de editais públicos de fomento para produção e digitalização de acervos. Para tanto, os conteúdos em condições legais de utilização e veiculação foram disponibilizados aos parceiros.

A iniciativa da promoção da expansão de infraestrutura de transmissão dos canais públicos de Televisão, Rádio e Web também apresentou avanços. O Acordo de Cooperação, anteriormente citado, viabilizou a transmissão em sinal aberto, por meio de multiprogramação, dos canais públicos, da TV Nacional Brasil - NBR, do Canal Saúde e da TV Escola para o Distrito Federal, o Rio de Janeiro e São Paulo.

A intensificação das atividades dessa iniciativa, que tem como objetivo maior dar acesso a 56,4% da população brasileira aos canais públicos via TV digital para atender 100% dos municípios com mais de 100 mil habitantes (283 municípios), será reavaliada pelo Governo Federal, de acordo com o cronograma de digitalização da televisão, a fim de que sejam retomadas as atividades.

De acordo com esse contexto, o desempenho do objetivo, das metas e iniciativas do PPA 2016/2019, sob a responsabilidade da EBC, deverá ser revisto em 2017, com o objetivo de ajustar as metas regionais da TV Brasil de acordo com o novo cronograma de digitalização da televisão no Brasil, e redefinição das metas regionais da Rádio, para alinhar a nova realidade orçamentária da Empresa.

A Empresa, mesmo tendo enfrentado dificuldades ao longo do exercício, deu consecução às atividades das plataformas de TV, Rádio e Web.

A EBC disponibilizou acesso aos conteúdos de televisão e rádio para mais de 140 milhões de pessoas, que representam 76% da população do Brasil, distribuídas em 3.474 municípios, por meio da Rede Nacional de Comunicação Pública de TV e Rádio.

A Rede de Televisão é formada por 52 emissoras, sendo quatro geradoras próprias (uma analógica - MA e três digitais - DF, RJ e SP), 13 retransmissoras próprias (sendo 11 analógicas e duas retransmissoras digitais - BH e POA), 48 geradoras e 728 retransmissoras parceiras analógicas em sinal aberto terrestre (1.294 municípios). A Rede de Rádios é formada por sete emissoras e duas retransmissoras de rádio (3.103 municípios).

Neste ano, mais de 30 milhões de pessoas assistiram à programação da TV Brasil via televisão aberta, por assinatura e parabólica, de acordo com as pesquisas de audiência realizadas em seis das principais capitais brasileiras. Nas rádios AM e FM do DF foram contabilizados, respectivamente, 11.122 e 189.221 ouvintes por minuto. Já nas rádios do RJ, o total de ouvintes por minuto na frequência AM foi de 109.475 e na frequência FM foi de 1.061.728.

A plataforma Web - Agência Brasil, Radioagência, Portal e os *sites* da TV Brasil e Rádios - contabilizou 43,2 milhões de visitantes únicos, que, em relação aos 102 milhões de visitantes únicos do Brasil, atingiu 42% do público. Esse resultado foi alcançado também em função da atuação dos novos correspondentes, nas cidades de Salvador, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, os quais foram agregados aos correspondentes já baseados em Fortaleza e Manaus. Além disso, a Empresa continuou contando com os correspondentes internacionais baseados na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Argentina.

A produção e distribuição de conteúdos de rádio, televisão e web foram responsáveis pela difusão de mais de 140 mil horas de conteúdos informativos, educacionais, artísticos, culturais, científicos e de cidadania, produzidos com o propósito de contribuir com a formação crítica do cidadão brasileiro, atendendo às metas da ação orçamentária de Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação.

A fim de garantir a produção de conteúdos próprios e de parceiros para a programação da TV Brasil, emissoras de rádio e para o portal da EBC, a Empresa realizou coberturas e transmissões ao vivo de importantes eventos, como o Carnaval, as Olimpíadas, Paralimpíadas e as Eleições Municipais. Além disso, planejou, produziu e distribuiu nas três plataformas – TV, Rádio e Web - novos programas, campanhas e peças de serviços e utilidade pública, bem como conteúdos especiais em múltiplas plataformas.

Diante deste contexto, foram alcançados os seguintes resultados:

Análise Situacional da Meta 1 – Ampliar a cobertura em sinal digital da TV Brasil, por meio da geração própria ou da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão:

Quadro 1 – Metas Quantitativas TV – Nacional e Regionalizadas

Meta PPA	Descrição da Meta	Meta Prevista 2016-2019	Meta Realizada Até 2016	% de Realização	Data de Referência
META 1 - 04CK - Ampliar a cobertura em sinal digital da TV Brasil, por meio da geração própria ou da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão	Brasil	54,90	25,78%	47%	30/12/2016
	Centro-Oeste	47,20%	18,44%	39,10%	
	Nordeste	49,50%	14,00%	28,30%	
	Norte	47,60%	13,00%	27,30%	
	Sudeste	66,60%	43,21%	64,90%	
	Sul	36,90%	14,00%	37,90%	

Fonte: SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

*O cálculo da meta nacional leva em consideração a população brasileira – Censo IBGE 2010.

**O cálculo das metas regionais leva em consideração a população de cada uma das Regiões - Censo IBGE 2010.

Em 2016, a cobertura da TV Brasil, via Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão - RNCP/TV, teve maior alcance por meio do sinal analógico, com acesso disponível para 46% da população. A distribuição de sinal analógico é realizada por meio de uma geradora própria no Maranhão, 11 retransmissoras próprias, 36 geradoras analógicas e 728 retransmissoras/afiliadas das emissoras associadas à RNCP/TV.

O sinal digital da TV Brasil está disponível para 25% da população (distribuído regionalmente para 13% no Norte, 14% no Nordeste, 16% no Centro-Oeste, 39% no Sudeste e 14% no Sul, percentual de cobertura em relação à população de cada região), por meio de três geradoras digitais próprias (São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal), duas retransmissoras digitais próprias (Minas Gerais e Porto Alegre) e de 12 geradoras digitais parceiras da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão- RNCP/TV.

As metas regionais de aumento de cobertura do sinal digital da TV Brasil constantes do PPA tomaram como referência o cronograma de desligamento do sinal de televisão analógica estabelecido pela Portaria MC nº 477/2014 e levaram em consideração as quatro geradoras próprias da EBC, bem como as 48 geradoras das emissoras parceiras, perfazendo um total de 52 geradoras.

A Linha de Base definida na elaboração do PPA 2016/2019 em 2015 para o estabelecimento das metas considerou a cobertura das geradoras que já tinham sinal digital, tanto da EBC como das emissoras parceiras, com base nas informações fornecidas pela área da Rede.

A Portaria MC nº 477/2014 estabelecia que o desligamento do sinal analógico, em todo o país, deveria ocorrer entre 29 de novembro de 2015 e 5 de novembro de 2018. Em 2016, a previsão

do desligamento do sinal analógico aconteceria em Brasília/DF, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Goiânia/GO e Rio de Janeiro/RJ.

Dessas cidades, apenas em Goiânia/GO o canal não é da própria EBC, operando apenas em analógico, e, nas demais cidades, a EBC já opera com canal digital. Portanto, ao elaborar as metas de crescimento do sinal digital da TV Brasil, as cidades de 2016 cujos canais são da própria EBC já estavam digitalizadas e a previsão de crescimento era de 12,3% para a Região Centro-Oeste, que levou em consideração apenas a digitalização da Fundação Rádio e Televisão Cultural, emissora parceira da EBC em Goiânia/GO, cuja data prevista para o desligamento do sinal de televisão analógica era 28 de agosto de 2016.

Em 25 de janeiro de 2016 foi editada a Portaria MC nº 378/2016 estabelecendo novo cronograma de desligamento do sinal de televisão analógica, previsto para ocorrer entre 2016 e 31 de dezembro de 2023. Para 2016, o cronograma previu, apenas, o desligamento de Brasília/DF para novembro.

Com a edição do novo cronograma desobrigando a digitalização do sinal em Goiânia/GO e com base em levantamento efetuado, foi constatado que a emissora parceira em Goiânia/GO ainda não havia digitalizado o seu canal analógico.

Desta forma, a meta para 2016 de ampliação de acesso à TV Brasil não foi alcançada na totalidade prevista, tanto em relação à população brasileira, quanto em relação à meta regionalizada definida para a Região Centro-Oeste.

É importante registrar os percentuais alcançados em 2016, que são resultado da atuação da EBC em continuidade ao processo de melhoria da cobertura do sinal digital da TV Brasil no Distrito Federal e no Rio de Janeiro.

Foram implantadas duas novas estações digitais, sendo uma na cidade do Gama/DF, representando um aumento de 2,44% (aproximadamente 344 mil habitantes) na disponibilidade do sinal digital da TV Brasil em relação à população da Região Centro-Oeste, totalizando 18,44% de disponibilidade de acesso nessa Região, e a outra estação no Rio de Janeiro/RJ, na região do Morro do Mendanha, representando um aumento de 4,21% (aproximadamente 1,15 milhões de habitantes), atingindo a disponibilidade de acesso para 43,21% da população da Região Sudeste, não previsto no PPA 2016/2019.

Esses acréscimos de cobertura nas metas regionalizadas representam 0,78% de cobertura em relação à população brasileira (mais de 1,5 milhão de habitantes), com disponibilidade de acesso de 25,78% para a população brasileira.

Tendo em vista que a meta teve como referência o cronograma de desligamento do sinal analógico, a edição do novo cronograma faz com que seja necessária a revisão dos resultados anuais previstos para a ampliação do sinal digital da TV Brasil.

É também importante informar que a Empresa vem aperfeiçoando as ferramentas de gestão e monitoramento da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão, para aprimorar o monitoramento do processo de digitalização das emissoras parceiras.

Análise Situacional da Meta 2 – Ampliar a cobertura das Rádios Públicas, por meio da Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádio:

Quadro 2 – Metas Quantitativas Rádio - Nacional e Regionalizadas

Meta PPA	Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Meta Realizada Até 2016	% de Realização	Data de Referência
META 2 – 04CL - Ampliar a cobertura das Rádios Públicas, por meio da Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádio	Brasil	18,6%	1,40%	7,5%	30/12/2016
	Centro-Oeste	26,40%	14,20%	53,80%	
	Nordeste	25,20%	0,00%	0,00%	
	Norte	14,40%	0,30%	2,10%	
	Sudeste	10,20%	0,07%	0,70%	
	Sul	29,00%	0,00%	0,00%	

Fonte: SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

*O cálculo da meta nacional leva em consideração a população brasileira – Censo IBGE 2010.

**O cálculo das metas regionais leva em consideração a população de cada uma das Regiões - Censo IBGE 2010.

A ampliação da cobertura das Rádios Públicas será resultado da implantação da Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádios – RNCP/Rádios, que tem como foco dar capilaridade aos conteúdos produzidos e veiculados pelas Rádios da EBC por meio das emissoras públicas, bem como possibilitar a troca e veiculação de conteúdos das emissoras parceiras pelas Rádios da EBC, promover coberturas especiais em rede e fomentar a inovação e capacitação, por meio de laboratórios de conteúdo e formatos.

A Rede de Rádios EBC é composta por nove emissoras (sete emissoras e duas retransmissoras) e a estratégia de ampliação da RNCP/Rádios tem como potenciais parceiras as emissoras públicas de rádio, em sua grande maioria com frequência FM. A cobertura das rádios da EBC com frequência FM encontra-se disponível para 1,4% da população brasileira, com alcance regional de 0,3% na Região Norte, 14,2% na Região Centro-Oeste e 0,7% na Região Sudeste.

A ampliação dessa cobertura tem como meta para 2019 o alcance de 18,6% da população brasileira, com a implantação da RNCP/Rádios em frequência FM agregando mais de 38 emissoras públicas de rádio, com disponibilidade de alcance para a população de 14,4% na Região Norte, 26,4% na Centro-Oeste, 25,2% na Nordeste, 10,2% na Sudeste e 20% na Região Sul.

Em 2016, os desafios enfrentados pela EBC concernentes às restrições orçamentárias e à instabilidade na direção da Empresa no corrente ano impactaram a execução das metas de ampliação da cobertura das Rádios.

A Empresa concentrou esforços nos projetos e atividades essenciais para manter as plataformas de TV, Rádio e Web em operação. Os projetos que requeriam direcionamentos específicos da direção e, principalmente, um volume de recursos significativo para a implementação foram arrefecidos, como no caso específico da Rede Nacional de Comunicação de Rádios.

Desta forma, os avanços previstos para a adesão das primeiras 38 emissoras parceiras não foram concretizados de forma a contabilizar ampliação de cobertura efetiva das Rádios no exercício de 2016, conforme previsto na concepção do PPA 2016/2019.

Entretanto, em 2016 houve avanços para a consolidação da Norma de Rede de Rádios que orientará todo o processo de adesão e participação das emissoras públicas parceiras. A norma encontra-se para aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da EBC. Com relação à cobertura de grandes eventos no Brasil, mesmo sem a efetiva criação da Rede de Rádios, as emissoras públicas parceiras participaram da veiculação dos grandes eventos esportivos nacionais, as Olimpíadas e as Paralimpíadas.

As coberturas das Olimpíadas e Paralimpíadas foram destaques, com a preparação técnica e operacional e as transmissões dos Jogos Rio 2016 nos meses de agosto e setembro. No ar, foram 155 horas de transmissões diretamente do Rio de Janeiro, disponibilizadas para as Rádios EBC e para as emissoras públicas parceiras.

Foram 11 dias de intensas atividades técnicas e operacionais de transmissão, com narração *off-tube* e comentários, desde o IBC e também a partir do estúdio da Nacional. Pelas Rádios, foram 81 transmissões, incluindo jogos de futebol, vôlei, basquete e handebol, masculino e feminino, além de canoagem, tiro esportivo, boxe, judô, atletismo, natação, iatismo e polo aquático.

A EBC também disponibilizou os conteúdos da Radioagência Nacional (<http://radioagencianacional.ebc.com.br/>), o que permite o *download* gratuito e o uso livre do que é produzido por *streaming* de internet, por demanda, para todas as emissoras parceiras, de forma a dar acesso a esses conteúdos pela população brasileira.

Além disso, desde dezembro de 2016, estão também disponíveis para as emissoras parceiras os conteúdos dos atos e fatos do Governo Federal, produzidos pela EBC via prestação de serviços à TV Nacional Brasil – NBR, que, similar à Radioagência, disponibiliza conteúdos na página eletrônica da Rede Nacional de Rádio (<http://www.redenacionalderadio.com.br/>).

A formação da Rede de Rádios é uma estratégia imprescindível para a EBC e para a Comunicação Pública, para ampliar o alcance da comunicação pública, pois agrega capilaridade ao processo de radiodifusão das emissoras, levando conteúdo diverso para os ouvintes.

Tendo em vista a importância da criação da Rede Pública de Rádios para a sociedade brasileira, é imprescindível a efetiva execução dessa meta do PPA 2016/2019. Para tanto, haverá a necessidade de revisão da meta em 2017, a fim de que seja alinhada à nova disponibilidade orçamentária da EBC, o que deverá também reavaliar o modelo de criação, operacionalização e financiamento dessa Rede.

3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O monitoramento do Planejamento Estratégico da EBC, que estava previsto para acontecer em 2016, porém em consequência das mudanças na direção da Empresa não foi possível cumprir a implantação do modelo de gestão conforme o cronograma previsto.

A implantação do modelo de gestão da estratégia foi reprogramada para ter início no 2º semestre de 2017, com a realização das Reuniões de Análise da Estratégia – RAE com periodicidade trimestral. As RAE têm como foco o monitoramento dos indicadores e metas dos objetivos estratégicos, para realizar as análises e aplicar medidas de gestão, visando o alcance dos resultados esperados.

As Reuniões de Análise da Estratégia da EBC terão a finalidade de:

- avaliar a evolução dos indicadores e do seu ambiente, dos cenários de atuação, analisar tendências e propor orientações;
- avaliar os indicadores de resultados institucionais e os indicadores de desempenho e propor medidas de gestão;
- avaliar a evolução dos projetos estratégicos, analisar o desempenho dos projetos e processos (utilizando os indicadores) e propor medidas de gestão;
- avaliar a necessidade de revisão ou atualização dos objetivos estratégicos, dos indicadores, metas ou projetos estratégicos e propor orientações.

A avaliação do Plano Estratégico é uma etapa primordial do processo de Gestão da Estratégia e a metodologia deve ser capaz de retroalimentar e reorientar as estratégias e os métodos

de trabalho, minimizando os efeitos da tendência à entropia e promovendo melhores práticas na Empresa.

Mesmo ainda não implementado o modelo de gestão da estratégia, a Estratégia da EBC está sendo monitorada por meio de um conjunto de indicadores e metas relacionados aos objetivos estratégicos das perspectivas de resultado, de processo e de aprendizado e crescimento.

Em 2016, o acompanhamento dos indicadores estratégicos foi feito para registrar as evoluções. O Direcionamento Estratégico registrou 34 indicadores, 20 dos quais estão definidos e em fase de monitoramento. Os 14 restantes apresentam apenas o plano de ação para levantamento de dados para a criação e posterior implementação.

O Quadro de Indicadores Estratégicos para acompanhamento da execução da Estratégia EBC 2022 consta da **Seção 9 – Anexos e Apêndices deste Relatório**.

Em relação ao Plano Plurianual 2016/2019, foi realizado o monitoramento de 2016, conforme orientação da SPI, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

Por fim, o Plano de Trabalho Anual é monitorado por meio do Relatório Gerencial, que tem por objetivo consolidar as realizações da Empresa e apresentar o monitoramento detalhado dos projetos operacionais, contendo a evolução dos indicadores e metas, o detalhamento das ações e as medidas de gestão adotadas pelas áreas.

A disponibilidade desses instrumentos de monitoramento do desempenho da gestão garante as avaliações dos resultados dos planos. Esses instrumentos são facilitadores, interativos com os processos e os procedimentos organizacionais e fazem parte da construção da cultura de resultados pelas lideranças e dos canais de comunicação da Empresa.

3.3. Desempenho Orçamentário

3.3.1. Informações sobre a execução das despesas

Este item demonstra, de forma sucinta e gerencial, a consolidação da execução da despesa pela EBC, dividida em duas perspectivas: (i) por modalidade de contratação e (ii) por grupo e elemento de despesa.

Houve, em 2016, execução orçamentária tanto descentralizada da EBC para terceiros quanto de terceiros para execução pela EBC. Tanto as descentralizações recebidas quanto as concedidas foram realizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada - TED.

As informações prestadas neste Relatório de Gestão, que apresentam a execução orçamentária realizada pela EBC no exercício de 2016, incluem as descentralizações recebidas e exclui as concedidas, uma vez que os créditos recebidos de outros órgãos são executados pela EBC e os concedidos são executados pelos órgãos favorecidos. Assim, a execução das descentralizações concedidas pela EBC não serão referenciadas neste item.

Segue abaixo a Tabela Demonstrativa das Despesas Totais por Modalidade de Contratação.

Tabela 3 – Despesas por modalidade de contratação

Unidade Orçamentária: EBC	Código UO: 20415		UGO: 115406	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	100.633.103,65	97.025.669,50	91.127.058,43	82.995.925,86
a)Convite				
b)Tomada de Preços				
c)Concorrência				
d)Pregão	100.633.103,65	95.956.552,25	91.127.058,43	82.554.330,35
e)Concurso	-	1.069.117,25	-	441.595,51
f)Consulta				
g)Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	85.341.610,18	62.235.054,82	82.134.690,87	49.451.894,52
h)Dispensa	35.618.334,27	31.115.918,44	34.570.469,78	23.539.361,70
i)Inexigibilidade	49.723.275,91	31.119.136,38	47.564.221,09	25.912.532,82
3. Regime de Execução Especial	60.029,60	114.049,82	60.029,60	114.049,82
j)Suprimento de Fundos	60.029,60	114.049,82	60.029,60	114.049,82
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	344.793.049,48	328.706.115,95	344.766.941,35	318.717.900,73
k)Pagamento em Folha	343.406.327,81	326.185.943,09	343.380.219,68	316.202.126,62
l)Diárias	1.386.721,67	2.520.172,86	1.386.721,67	2.515.774,11
5. Outros	49.183.163,20	40.983.372,93	49.018.555,75	39.347.565,86
6. Total (1+2+3+4+5)	580.010.956,11	529.064.263,02	567.107.276,00	490.627.336,79

Fonte: Tesouro Gerencial/Gerência Executiva de Orçamento, Finanças e Contabilidade

A Tabela acima apresenta a execução orçamentária das despesas por modalidade de contratação, incluindo as descentralizações recebidas e excluídas as concedidas.

As despesas liquidadas no exercício de 2016 somaram R\$ 580.010.956,11, sendo 17,35% na modalidade de Pregão; 14,71% de Contratações Diretas (Dispensa e Inexigibilidade); 0,01% com Regime de Execução Especial (Suprimento de Fundos); 59,45% para Pagamento de Pessoal (Folha e Encargos, Custeio da Folha e Benefícios Sociais pagos em Folha); e 8,48% de Outros (despesas não aplicáveis a Lei nº 8.666/1993).

No comparativo da liquidação, verifica-se um crescimento de 9,63% de 2015 para 2016. As maiores altas foram nas despesas de Inexigibilidade, com 59,78%; Despesas Não Aplicáveis à Lei nº 8.666/1993 (Outros), com 20,01%; Dispensa de Licitação, com 14,47%; Pagamento em Folha, com 5,28%; e Pregão, com 4,87%. Na modalidade de Concurso, Suprimento de Fundos e Diárias, verifica-se queda de 100,00%, 47,37% e 44,98%, respectivamente.

Do total das despesas liquidadas em 2016, 97,78% foram pagas e 2,22% inscritas em Restos a Pagar Processados. Em 2015 foram pagas 92,73% das despesas liquidadas e inscritas em Restos a Pagar Processados 7,27%. Os valores inscritos em Restos a Pagar Processados, nos exercícios de 2015 e 2016, foram R\$ 38.436.926,23 e R\$ 12.903.680,11, respectivamente, demonstrando uma queda das despesas inscritas em RP, na ordem de 66,43%.

Do total liquidado de R\$ 49.723.275,91, na modalidade de Inexigibilidade, 41,29% são despesas com Direitos Autorais, nos grupos de Custeio e Investimento, referente à produção,

coprodução, licenciamento e sublicenciamento de obras e conteúdo esportivo e jornalístico, destinados à grade de programação das Rádios e TVs; 21,73% são de contratos de Serviços de Telecomunicações como telefonia fixa, móvel e locação de sinal de satélites; 12,35% são de Serviços de Comunicação em Geral; 11,18% são de Serviços Técnicos Profissionais, como contratação de profissionais para locução e apresentação de programas para Rádios e TVs, traduções simultâneas, composição e gravação de trilhas sonoras exclusivas.

Despesas por grupo e elemento de despesa

A tabela a seguir apresenta a execução das despesas, por grupo, com valores empenhados, liquidados, inscritos em restos a pagar não processados e pagos nos exercícios de 2015 e 2016, com destaque para os elementos com maior relevância do montante empenhado.

Tabela 4 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: EBC			Código UO: 20415			UGO: 115406		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	352.745.533,48	332.700.658,05	352.731.593,14	331.674.987,53	13.940,34	1.025.670,52	352.564.370,83	321.620.759,59
319011 - Vencimentos e Vantagens fixas - Pessoal Civil	209.003.218,59	202.374.801,68	209.003.218,59	202.374.801,68	-	-	208.986.511,19	197.671.347,32
319113 - Obrigações Patronais	61.166.058,00	57.051.733,49	61.166.058,00	56.675.708,71	-	376.024,78	61.165.255,74	51.395.346,60
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	32.482.139,67	26.427.381,84	32.482.139,67	26.427.381,84	-	-	32.473.526,38	26.427.381,84
Demais elementos do grupo	50.094.117,22	46.846.741,04	50.080.176,88	46.197.095,30	13.940,34	649.645,74	49.939.077,52	46.126.683,83
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	242.748.439,90	219.584.931,40	223.523.609,91	195.334.671,28	19.224.829,99	24.250.260,12	210.792.976,14	167.849.723,01
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	156.891.432,11	138.867.674,17	141.904.420,09	120.382.165,94	14.987.012,02	18.485.508,23	134.077.171,58	101.473.969,33
339037 - Locação de Mão-de-Obra	35.182.154,82	33.648.847,52	32.185.016,00	29.868.712,85	2.997.138,82	3.780.134,67	30.825.963,79	27.224.872,22
339093 - Indenizações e Restituições	16.352.671,58	14.019.915,45	16.247.841,34	14.017.361,97	104.830,24	2.553,48	16.247.841,34	13.553.950,28
Demais elementos do grupo	34.322.181,39	33.048.494,26	33.186.332,48	31.066.430,52	1.135.848,91	1.982.063,74	29.641.999,43	25.596.931,18

Unidade Orçamentária: EBC			Código UO: 20415			UGO: 115406		
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	8.376.968,00	8.850.949,51	3.755.753,06	2.054.604,21	4.621.214,94	6.796.345,30	3.749.929,03	1.156.854,19
449039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoal Jurídica	6.083.649,94	5.788.608,13	3.623.600,16	2.026.203,21	2.460.049,78	3.762.404,92	3.623.600,16	1.141.753,19
449052 - equipamentos e Material Permanente	2.258.939,31	2.576.488,28	108.082,90	13.300,00	2.150.856,41	2.563.188,28	102.258,87	-
449139 -	34.378,75	15.839,00	24.070,00	15.101,00	10.308,75	738,00	24.070,00	15.101,00
Demais elementos do grupo	-	470.014,10	-	-	-	470.014,10	-	-
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Tesouro Gerencial/Gerência Executiva de Orçamento, Finanças e Contabilidade

As despesas empenhadas no Grupo de Pessoal tiveram um crescimento de 6,02% de 2015 para 2016. Este acréscimo deve-se principalmente a promoções no limite de 1% da folha salarial anual, estabelecida no ACT - Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017, indenizações e restituições trabalhistas (Rescisões de Contrato de Trabalho – RCT), serviços extraordinários e depósitos para recursos judiciais.

Na comparação dos elementos destacados (319011, 319113 e 319016), a maior alta está concentrada no elemento 319113 – Obrigações Patronais, que cresceu, de 2015 para 2016, cerca de 23%. Este crescimento deve-se exclusivamente ao recolhimento da Contribuição Previdenciária – INSS que é computada nesse elemento de despesa.

Das despesas empenhadas em 2016, no grupo de Pessoal, 99,996% foram liquidadas e 0,004% inscritas em Restos a Pagar não Processados.

Na comparação das despesas liquidadas com as pagas, a realização apresenta um índice de 99,95%. As despesas liquidadas e não pagas representam 0,05%, tendo sido inscritas em Restos a Pagar Processados.

O grupo de Outras Despesas Correntes apresenta um crescimento de 10,55% no valor empenhado de 2015 para 2016. Na análise das contas de maior representatividade no grupo, destaca-se o elemento 339093 – Indenizações e Restituições, que de um ano para outro cresceu 16,64%. Este crescimento está concentrado nas despesas com Assistência Médica/Odontológica, que, no exercício de 2016, foram de R\$ 14.871.652,01, o que representa 90,94% do valor empenhado. O reajuste desta despesa está balizado pelo quantitativo de pessoas e pela correção nos valores dos planos de saúde. De 2015 para 2016 o aumento foi de aproximadamente 20%.

Do valor total empenhado em 2016, no grupo de Outras Despesas Correntes, 92,08% foram liquidados e 7,92% foram inscritos em Restos a Pagar não Processados. Do total das despesas liquidadas, 94,30% foram pagas e 5,70% inscritas em Restos a Pagar Processados.

Verifica-se, ainda, que, no grupo de Outras Despesas Correntes, houve queda de 20,72% nas despesas inscritas em Restos a Pagar não Processados de 2015 para 2016.

No Grupo de Investimento o empenhado passou de R\$ 8.850.949,51 para R\$ 8.376.968,00 de 2015 para 2016, representado uma variação negativa de 5,36%. Do total empenhado de R\$ 8.376.968,00, 44,68% foram de Direitos Autorais, relativos à aquisição de obras para compor a grade de programação das TVs, 27,95% de aquisição de *softwares*, 18,82% de equipamentos de processamento de dados, 4,74% de aparelhos e equipamentos de comunicação, 2,09% de máquinas e equipamentos energéticos, 1,12% de equipamentos para áudio, vídeo e foto e 0,61% com outros aparelhos, equipamentos, mobiliário e marcas, direitos e patentes.

Do total de R\$ 8.376.968,00 empenhados, R\$ 3.755.753,06 foram liquidados e R\$ 4.621.214,94 inscritos em Restos a Pagar não Processados. Das despesas liquidadas, 99,84% foram pagas e 0,16% inscritas em Restos a Pagar Processados.

A redução no grupo de Investimento, no exercício de 2016, teve origem na necessidade de ampliação dos recursos orçamentários de custeio, visando honrar com despesas já contratadas e indispensáveis à manutenção e funcionamento de suas atividades. Para tanto, a Empresa foi compelida a solicitar crédito suplementar, remanejando o valor de R\$ 20.400.000,00 do grupo de investimento para custeio.

3.4. Desempenho operacional

Para cumprir o disposto no art. 3º da Lei nº 11.652/2008, que instituiu os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo, a EBC opera emissoras de TV, rádio, agências de notícias e portais na internet, além de atuar nas redes sociais.

PLATAFORMA TV

A TV Brasil, em 2016, transmitiu 8.760 horas de programação, considerando a exibição diária de 24 horas. Destas, 7.602 horas são de conteúdo educativo, artístico, cultural, científico e informativo e 1.158 horas de chamadas, interprogramas e anúncios. De outro lado, considerando a faixa horária de 6h às 24h (18 horas), a TV Brasil esteve 6.570 horas no ar, sendo 5.634 horas de conteúdo e 936 horas de chamadas, interprogramas e anúncios.

A programação exibida pela TV Brasil foi ao ar com 100% de legendagem oculta e 377 horas com audiodescrição (média de 7 horas semanais), em atendimento à Lei 10.098/2000 – Lei de Acessibilidade e à Portaria nº 188/2010 – Ministério das Comunicações, que determina o mínimo de 20 horas diárias para legendagem oculta e o mínimo de seis horas semanais com audiodescrição.

Dando continuidade à estratégia de mudanças na grade iniciada em outubro de 2015, em 2016 a EBC valorizou, além da cobertura esportiva, a jornalística e a infantil. O conteúdo esportivo, que representou 6% da composição da grade em 2015, aumentou em 50% sua participação em 2016, alcançando um percentual de 9% da grade. Os programas jornalísticos ocuparam 25% da grade, 14% a mais que em 2015.

Apesar das alterações na programação, decorrentes de restrições orçamentárias, a TV Brasil manteve a tradição de privilegiar o público infantil. Os desenhos animados, em 2016, representados no gênero “Animação”, ocuparam 28% da grade, correspondendo ao aumento de 22% em relação à grade de 2015. A programação infantojuvenil que, em 2015, representou 32,4% da grade, passou para 35,1% em 2016. Salienta-se que a TV Brasil é a única televisão aberta que transmite programação infantil por aproximadamente sete horas diárias.

A produção própria da TV Brasil continua sendo o principal modelo de negócio, registrando 35,1% da sua programação em 2016. Esse valor representa 2,3 pontos a mais que em 2015 (32,8%), ou seja, houve um crescimento de 7%, comparando esses dois anos. Tal resultado deu-se em razão das alterações realizadas na programação da emissora, especialmente a partir do 2º semestre de 2016. A principal estreia nesse modelo de negócio foi o programa jornalístico “Nos Corredores do Poder”.

O percentual de conteúdo transmitido ao vivo representou 24,5% da grade, crescendo 27% em relação ao ano anterior. Já o conteúdo inédito representou 42,4% da grade, variação negativa de 7,6% em relação ao ano anterior. O crescimento da veiculação ao vivo deveu-se, principalmente, às transmissões dos programas esportivos (Paralimpíadas, campeonatos do futebol feminino, campeonato brasileiro séries B, C e D e série A2 do campeonato paulista) e ao aumento da produção própria. Já a pequena queda no percentual de ineditismo da programação em relação ao ano anterior pode ser

imputada às restrições no orçamento da EBC, que limitaram a aquisição de novos conteúdos.

A programação regional teve participação de 20% na grade da TV Brasil, o dobro do percentual mínimo (10%) fixado pela Lei n. 11.652/2008. Quanto à programação independente, a emissora veiculou 15,2% de produções com direitos patrimoniais independentes, cumprindo, dessa maneira, o triplo da percentagem determinada pela legislação (5%).

O grande destaque no ano foi a transmissão das Paralimpíadas Rio 2016. A TV Brasil adquiriu os direitos de transmissão e levou ao cidadão brasileiro mais de dez horas diárias de conteúdo ao vivo, a maior cobertura em TV aberta do Brasil já realizada até o momento. Além da legendagem oculta, toda a transmissão dos jogos foi realizada em Libras.

A TV Brasil também voltou sua programação aos Jogos Olímpicos. Embora não tenha tido direito da transmissão, a TV levou ao cidadão informações e curiosidades sobre a matéria, com os interprogramas “A caminho dos jogos”, 42 *spots* “Curiosidades dos jogos olímpicos” e a veiculação de matérias no programa “Stadium”, além da transmissão ao vivo da chegada da tocha olímpica ao Brasil e sua passagem pelos estados brasileiros.

Outro destaque foi a estreia do programa “Estação Plural”, que obteve, em março, seu mês de lançamento, mais de 25 inserções na mídia impressa, nas cinco regiões do país, com quatro matérias contendo críticas positivas sobre a atração, nos jornais O Globo, Folha de São Paulo, A Crítica e Zero Hora. No total, o programa atingiu 2,7 milhões de pessoas nas cinco praças (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Porto Alegre).

A interatividade foi intensificada em 2016. Um exemplo deste aumento na foi o programa “Estação Plural” que, nos quatro primeiros episódios, contabilizou 22 mil interações. Outro exemplo foram os vídeos *ondemand* (por demanda), que contaram com 21.599 acessos pelo YouTube, sendo que, nos dois primeiros programas, foi obtida a primeira colocação dos *trendingtopics* Brasil no Twitter. Outro exemplo foi o programa “Sem Censura”, que também é transmitido ao vivo na web (Facebook) contando com a participação dos internautas, que respondem à pergunta do dia e enviam dúvidas e comentários (*#semcensura*).

O Jornalismo da EBC iniciou 2016 cumprindo estratégia de mudanças no conteúdo, não só com o aumento substancial das transmissões esportivas, mas também com o aprimoramento da faixa de 20h30 às 23h, voltada ao aprofundamento de temática considerada relevante, e o estímulo à produção própria.

A estreia do novo telejornal “Nos Corredores do Poder” traduziu essa estratégia. O programa é aberto à participação do público pelas redes sociais, mediante o envio de comentários e perguntas, e é veiculado, simultaneamente na Rádio Nacional AM e na Nacional FM de Brasília, o que o torna um produto *crossmedia*, chegando, assim, a públicos diversificados.

Na área internacional, os correspondentes do Jornalismo tiveram participação efetiva na cobertura dos assuntos que marcaram o ano, como os atentados na Europa, o drama dos refugiados do norte da África na Europa e dos refugiados haitianos no Brasil, os conflitos no Oriente Médio, as eleições presidenciais nos Estados Unidos, a morte de Fidel Castro em Cuba, as eleições na Argentina e as crises política e econômica na Venezuela.

A TV Brasil alcançou mais de 30,2 milhões de telespectadores, considerando a medição de audiência apenas de Brasília e das capitais de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Cumpre registrar que o Carnaval e as Paralimpíadas impulsionaram os índices de audiência no período em que foram transmitidos.

Quanto ao Carnaval, a TV Brasil obteve seu melhor resultado médio de audiência desde o início de suas transmissões. Nas apresentações do desfile das campeãs do Rio de Janeiro, a emissora obteve 7,04 pontos de audiência, com pico de 13,5 pontos na região do Grande Rio. Foram 20 horas de transmissão dos desfiles do grupo de acesso de São Paulo e do desfile das campeãs do Rio e de São Paulo. Deve-se destacar que a programação do Carnaval também foi transmitida pela TV Brasil Internacional para 66 países.

Quanto às Paralimpíadas, a abertura dos jogos foi o evento que atingiu maior audiência, com 1,13 pontos em Salvador e 1,01, no Rio de Janeiro. Durante o período dos jogos, as transmissões das competições alcançaram 25,3% dos domicílios nas cinco regiões metropolitanas medidas. Isso pode ser traduzido em cerca de 5,6 milhões de indivíduos que assistiram às competições pela TV Brasil.

Ressalta-se que a programação infantil continuou contribuindo com os melhores índices de audiência nas praças monitoradas, em 2016. A faixa infantil alcançou um total de 3,7 milhões de jovens entre 4 e 17 anos, o que representa aproximadamente 44% do universo total de jovens nessas praças.

Entre as novidades da programação infantil está a animação “SOS Fada Manu”, indicada para o Emmy Kids Internacional 2016, que passou a ser exibida na TV aberta em dezembro. Além dessa, outra produção infantil da TV Brasil que concorreu ao Emmy Kids Internacional 2016 foi “O Show da Luna”. Estreou também na programação infantil a série de produção independente “Universo Z”, com conteúdo que trata do uso das novas tecnologias e incentiva práticas de atividades manuais.

PLATAFORMA RÁDIO

Também nas Rádios, em 2016, os principais destaques da programação foram os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Houve cobertura especial em rede, com entrevistas, reportagens com análises de especialistas, acompanhamento dos resultados, transmissão dos jogos e das cerimônias de abertura e de encerramento.

Na MEC AM RJ, a cobertura dos Jogos Olímpicos teve: seis horas e 30 minutos de transmissão em rede das Cerimônias de Abertura e Encerramento; 121 horas de transmissões esportivas, com transmissão em rede de todos os jogos com a participação de equipes do Brasil nos esportes coletivos; 22 boletins diários, a cada meia hora; 19 programas “Balanço dos Jogos”, em rede; o programa “Stadium”, veiculado diariamente, de segunda a sábado; entradas de reportagens (Esporte e Radiojornalismo) em toda a programação; e chamadas e perfis olímpicos. Foram produzidos, ainda, cerca de 50 *spots* com atletas paralímpicos e suas histórias de vida, na série “Além dos Limites”.

Nas Paralimpíadas, somente na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, foram 226 horas de transmissões esportivas e de programas alusivos aos Jogos, durante os 19 dias do evento, sendo que 150 horas corresponderam às transmissões de 79 competições e às Cerimônias de Abertura e de Encerramento, e 158 horas foram dedicadas às

transmissões de diversas modalidades (basquetebol, handebol, voleibol de praia, voleibol, futebol, polo aquático e canoagem).

Além dos jogos, a cobertura do Carnaval também foi destaque nas Rádios. Houve formação de rede entre três emissoras públicas – a Rádio MEC AM, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro e a Rádio Roquette-Pinto –, com transmissão conjunta inédita, direto da Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro. O conteúdo da cobertura também foi distribuído em FM. Além disso, as Rádios Nacional da Amazônia, Nacional do Alto Solimões e Nacional de Brasília produziram, em conjunto, o programa especial “Carnavais do Brasil”, com 31 horas de programação. Na Nacional do RJ, foi realizado o projeto “Um Século de Samba”, com a divulgação na programação dos 100 sambas mais expressivos do século.

A cobertura política foi outro tema candente em 2016 e bastante abordado nas Rádios. Os desdobramentos do processo de *impeachment* da Presidente da República Dilma Rousseff foram objeto de análise e cobertura nas Rádios Nacional da Amazônia, Nacional do Rio de Janeiro e Nacional de Brasília. No mês de maio, estas emissoras transmitiram em rede mais de 48 horas de cobertura da votação pelo Congresso Nacional do *impeachment* da Presidente da República, levando ao ouvinte cada voto proferido pelos parlamentares. Na Rádio MEC AM RJ, os programas “Bate-Papo Ponto Com”, “Ecos da Terra” e “Todas as Vozes” intensificaram suas pautas sobre a matéria, na perspectiva de contribuir com a reflexão sobre o momento político brasileiro. A programação especial na cobertura da votação do *impeachment* da Presidente da República totalizou 30 horas no ar.

Também foi relevante a cobertura das Eleições Municipais de outubro, amplamente repercutida na programação a partir de julho, com reportagens, entrevistas e informações sobre voto consciente. Na Rádio Nacional do Alto Solimões, houve prestação de serviço ao eleitor, com divulgação de informações sobre o processo eleitoral. Já a Nacional do RJ e a MEC AM RJ transmitiram 19 horas de cobertura ao vivo do processo de votação e divulgação do resultado, das 8h às 22h no ar, envolvendo os 92 municípios fluminenses, com reportagem local e com a participação de comentaristas.

Em 2016, as Rádios Nacional do RJ e a MEC AM RJ comemoram seus 80 anos. O aniversário das duas emissoras foi destaque na programação, com produção de chamadas com declarações de personalidades da música e do esporte, como Roberto Carlos, Pelé e Zico, além de nove horas de transmissão de entrevistas com artistas cujas carreiras estão ligadas à Rádio Nacional, como Wilson das Neves, Jerry Adriani, Venilton Santos, Áurea Martins, Jamelão e Zé Menezes.

Por fim, a Semana da Pátria e os programas especiais do 7 de Setembro movimentaram a pauta das Rádios, com a transmissão em rede pela Nacional da Amazônia, Nacional de Brasília e Nacional do Alto Solimões, que cobriu com destaque os desfiles das escolas, instituições civis e militares no Alto Solimões. A Rádio Nacional de Brasília (AM) transmitiu uma cobertura especial do desfile cívico-militar em Brasília.

Durante o ano de 2016, de modo geral, a audiência das Rádios apresentou crescimento de 54,8%, ao se comparar com o ano anterior. No total, foram mais de nove mil ouvintes por minuto, somando todas as Rádios (excetuadas as Rádios Nacional da Amazônia e Alto Solimões, que não são mensuradas pelo Ibope).

No Radiojornalismo, também foi destaque a transmissão dos Jogos Olímpicos. A partir do mês de agosto, o programa “Stadium” contou com cobertura especial sobre as Olimpíadas e foi veiculado diariamente no período, com reportagens e entrevistas com os atletas brasileiros, especialmente os medalhistas olímpicos. Nos Jogos Paralímpicos, a cobertura foi mais informativa, já que os direitos de transmissão foram apenas da TV Brasil.

Também fez parte das pautas do Radiojornalismo toda a movimentação política no país, com a realização de programas especiais na fase final do processo de *impeachment*. Além disso, teve boa repercussão entre telespectadores e radiouvintes a estreia do programa “Corredores do Poder”, veiculado simultaneamente na Rádio Nacional AM de Brasília, na Nacional FM e na TV Brasil, conforme já citado anteriormente no tópico relativo à TV Brasil.

PLATAFORMA WEB

Com relação à plataforma Web da EBC – Agência Brasil, Radioagência, Portal e os *sites* da TV Brasil e Rádios –, houve crescimento de 6,14% na audiência no ano de 2016, em comparação a 2015, passando de 40,7 milhões para 43,2 milhões de visitantes únicos. Esse total representa 42% dos visitantes únicos do Brasil (102 milhões).

A intensificação da estratégia de publicação de vídeos no Facebook, o resultado positivo do uso de *hashtags* mais adequadas no Twitter e as transmissões ao vivo no Portal EBC, nos *sites* de Rádios e da TV Brasil contribuíram para o alcance desses resultados.

Na Agência Brasil, o principal destaque foi o reforço da equipe de correspondentes, que resultou no crescimento significativo de matérias produzidas fora do eixo Rio-São Paulo-Brasília. No início do ano, foram deslocados correspondentes para Salvador, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, um repórter da Agência Brasil foi transferido para os Estados Unidos e outro, para Lisboa. Com relação à audiência, a quantidade de usuários na Agência Brasil alcançou, em 2016, mais de 16,3 milhões de usuários, o dobro do número de 2015.

Quanto à Radioagência Nacional, os destaques também são relativos ao cenário político do Brasil, além das repercussões do quadro político na economia. Tiveram ampla cobertura os desdobramentos da Operação Lava Jato e as ações de governo ou de organizações da sociedade relacionadas às arboviroses e suas consequências (dengue e Zika Vírus, que causa a microcefalia) e à cobertura das Olimpíadas e Paralimpíadas.

A audiência da Radioagência Nacional cresceu significativamente este ano, quando comparada com a de 2015, passando de 574.924 para 929.669 usuários únicos em 2016, representando um acréscimo de 61,7%. Tratando-se de visualizações na página da Radioagência, em 2016 houve 2.377.613 visualizações, número 42% maior que em 2015 (1.668.723).

Já no Portal EBC, foram destaques as ações de conteúdo *crossmedia* na final da Copa São Paulo de Futebol Júnior, no Carnaval, na cobertura do combate ao Zika Vírus e na estreia do programa “Estação Plural”, na TV Brasil. Quanto à audiência, em 2016 o Portal atingiu 21,4 milhões de usuários únicos, caindo 26% com relação a 2015 (29,1 milhões).

NEGÓCIOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em relação a negócios e prestação de serviços, em 2016 a EBC captou R\$ 57,7 milhões com a comercialização de produtos e serviços, 46,6% a menos do que no ano anterior.

A variação negativa em todas as linhas ocorreu devido aos cortes orçamentários, realizados por causa da crise econômica brasileira, efetivados em todos os órgãos do Governo Federal, os principais clientes dos produtos da EBC. As restrições orçamentárias impactaram diretamente nos resultados obtidos, com redução da ordem de 28% da receita comercial, quando comparada a 2015.

Com isso, importantes clientes, como o Ministério da Integração Nacional e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, não veicularam campanhas publicitárias. Outros órgãos, como o Ministério da Saúde e a própria Secom/PR, tiveram suas campanhas publicitárias otimizadas e reduzidas.

Esse cenário também se refletiu na área de Publicidade Legal, que teve uma redução de aproximadamente 13% no número de autorizações enviadas aos veículos e reduziu em 14% o valor comercializado, devido a descontos severos concedidos pelos veículos de comunicação e negociados diretamente pelos clientes.

Tal quadro refletiu igualmente no mercado privado, reduzindo os negócios da Empresa na linha de licenciamento em 70%.

Ainda na Publicidade Legal, foram conquistados 77 novos clientes, totalizando 1.023 contratos vigentes, com atendimento de cerca de 1.200 clientes no período. Destaca-se o início das negociações para a prestação de serviços de publicidade legal às duas casas do Poder Legislativo Federal.

Porém, alguns resultados merecem destaque, como a ampliação do investimento do Governo do Distrito Federal em publicidade institucional e o início do relacionamento com outros nove clientes das esferas pública e privada. Destaca-se, também, a concentração dos investimentos em eventos esportivos, como as Paralimpíadas, patrocinadas pela Caixa Econômica Federal, Petrobrás, BNDES e Seguradora Líder, e o Futebol Feminino, patrocinado pela Caixa.

Já no licenciamento, houve avanço na negociação com a plataforma de serviço *on-line* de transmissão de filmes e séries de TV Netflix, gerando a comercialização dos direitos de exibição do programa infantil “Igarapé Mágico”. Houve também a ampliação do número de obras do catálogo de licenciamento, totalizando 44 conteúdos, dos quais a metade foi licenciada para outros canais.

Na área de Prestação de Serviços, tem relevância maior o contrato com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República – Secom/PR, para transmissão dos atos e fatos do Governo Federal. A EBC testou e implementou a transmissão direta de imagens dos eventos do Palácio do Planalto para o Gabinete Digital da Secom, permitindo que as imagens das transmissões ao vivo da TV NBR sejam colocadas à disposição em tempo real para a equipe responsável pelo conteúdo do Blog do Planalto e dos Portais Brasil e Planalto.

A mudança no noticiário da TV NBR, que passou a produzir boletins a cada hora com as principais notícias do Governo Federal, também foi destaque, bem como a realização de entrevistas especiais com ministros sobre políticas públicas. Houve, ainda, acompanhamento intensivo de discussões no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre temas referentes ao momento político brasileiro. Foram

transmitidas, ao vivo, mais de 48 horas da votação do processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

A NBR trabalhou na prospecção de novas parcerias e conteúdos, realizando contato com novos ministérios, merecendo destaque a criação de uma faixa de documentários e novos boletins de notícias, em parcerias com a TV Escola, Associação de Comunicação Roquete Pinto - Acerp e MEC.

Na adoção de novas ferramentas, foi consolidado o processo de automação desenvolvido pela Gerência de Criação, o “Automator”, sistema de *design* e programação de peças audiovisuais que permitiu o aumento significativo dos produtos realizados para a programação do canal NBR.

Quanto às redes sociais, as principais coberturas no período foram o desfile de 7 de Setembro e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. No 7 de Setembro, a cobertura especial alcançou 176.884 pessoas somente no Facebook, com 4.202 comentários e 704 compartilhamentos. Já a transmissão ao vivo do desfile alcançou 165.779 usuários e provocou 9.269 reações entre comentários, curtidas e compartilhamentos. Para efeitos de comparação, o alcance médio diário transita entre 15 mil e 20 mil pessoas atingidas de forma espontânea.

Ainda nas redes sociais, destacam-se: a votação da PEC dos Gastos Públicos (Câmara e Senado), a divulgação da Reforma da Previdência, a tragédia da equipe de futebol Chapecoense, nos últimos dias do ano, e a nova Carteira Nacional de Habilitação - CNH. Ressalta-se que a votação da PEC dos Gastos Públicos alcançou quase 200 mil pessoas no perfil do Facebook, somados os dias de votações na Câmara e no Senado.

A criação de novos perfis do programa “A Voz do Brasil”, no Facebook e no YouTube teve boa repercussão. Em dois meses, seu perfil no Facebook conquistou 791 seguidores, enquanto, no YouTube, foram registrados 185 usuários, com mais de dois mil acessos ao material disponível.

No que diz respeito à Programação de TV e Radiosat, destaca-se a estreia de novos programetes jornalísticos, as produções dos *breaks* e intervalos, as versões diferenciadas do “*Infoweb*” (alguns com *off* explicativo) e a veiculação de informações econômicas com gráficos mostrando as variações da poupança e do câmbio.

Destaca-se também a mudança de formato do programa “A Voz do Brasil” que, a partir de 31 de outubro de 2016, entrou no ar com novos quadros, vinhetas, maior interação com os ouvintes – foi disponibilizado novo contato, via WhatsApp – e prestação de serviços. Quanto aos temas, foram destaque as coberturas jornalísticas das viagens internacionais realizadas pelo Presidente Michel Temer para a Argentina, o Paraguai, o Japão e a Índia.

Na Rede Nacional de Rádio, destaca-se a criação e produção dos programetes distribuídos pelo Radiosat: “Dr. João Saúde”, no qual o personagem tira dúvidas dos ouvintes sobre prevenção e tratamento de doenças; “Na Ponta do Lápis”, com o personagem “Zé Economildo”, que ajuda o ouvinte em dúvidas sobre a economia de forma simples e acessível; e “Rota Alternativa”, boletim semanal com dicas do Brasil inteiro sobre eventos culturais e de lazer, a preços populares ou gratuitos. Além disso, em dezembro de 2016 estreou o novo *site* da Rede Nacional de Rádio, no qual o internauta pode acessar e baixar conteúdos distribuídos pelo Radiosat.

Estrearam vários programetes informativos: o “Por Dentro do Governo”, que veicula trechos de entrevistas exclusivas com ministros, secretários e diretores de órgãos públicos; o “Fique Por Dentro”, que traz os principais assuntos da pauta de trabalho do Governo Federal e de interesse da população brasileira; o “Direto ao Assunto”, que entrevista os ministros sobre os principais assuntos que estão na agenda do Governo Federal; e o “Saiba Mais”, que ajuda o telespectador a tirar dúvidas sobre saúde, educação, habitação e direitos do consumidor, dentre outros temas.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. Descrição das estruturas de governança

A Governança Corporativa na EBC é exercida por uma estrutura formal, comprometida com transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade corporativa, longevidade e sustentabilidade, bem como com os demais princípios que orientam a boa governança.

No 2º semestre de 2016, foram realizadas mudanças na estrutura da Empresa com a edição da Medida Provisória nº 744, de 2 de setembro de 2016, que, posteriormente, seria convertida na Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017.

Dentre as mudanças, destaca-se a redução do número de membros da Diretoria Executiva, de oito para seis diretores, a extinção do Conselho Curador, órgão colegiado formado por 22 integrantes, e alterações no Conselho de Administração, que passou de cinco para sete membros.

A necessidade de realizar adaptações nos regulamentos internos em decorrência da edição da MP n.º 744/2016 foi uma oportunidade, também, para a modernização do processo de modelagem organizacional.

O Regimento Interno foi revisto e foi criada a Norma de Modelagem Organizacional para ajustar a estrutura de Governança à Medida Provisória, estabelecendo clara e objetivamente os requisitos e critérios para a divisão das atividades para a constituição e para o dimensionamento das unidades administrativas, além de definir as atribuições e responsabilidades de cada nível gerencial. Esses instrumentos constituem importante forma de controle interno, a fim de assegurar o alinhamento e a coerência da gestão à Estratégia e à Cadeia de Valor.

No 2º semestre de 2016, a EBC reviu os canais de divulgação e a qualidade na transparência das informações geradas. Foram reestruturadas as páginas de publicação no sítio eletrônico da Empresa e da Lei de Acesso à Informação - LAI, visando assegurar a tempestividade e assertividade das informações disponíveis ao público.

Destacam-se a nova forma de apresentação das informações sobre a Governança – ajustada para que o cidadão possa ter acesso às informações sobre a Empresa –, a estrutura organizacional, a tomada de decisão dos órgãos colegiados e a revisão das informações sobre as licitações e os contratos disponíveis na LAI. Este trabalho deve continuar ao longo do ano de 2017, para aperfeiçoar os processos internos e dar mais agilidade nas publicações.

Além das alterações e inovações realizadas em decorrência da Lei nº 13.417/2017, a EBC precisou iniciar o processo de adaptação à Lei 13.303, de 30 de junho 2016⁹, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Estas alterações serão tratadas no decorrer deste tópico.

⁹O Decreto 8.945, de 27 de dezembro 2016 regulamenta a Lei 13.303/2016 no âmbito da União.

Estrutura de Governança

Atualmente, a estrutura de Governança Corporativa da Empresa é composta pela Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (CONSAD), assessorado pela Auditoria Interna (AUDIN), Conselho Fiscal (CONFIS) e Diretoria Executiva (DIREX), assessorada por Comitês e Comissões, conforme organograma abaixo:

Figura 4 – Estrutura de Governança Corporativa.



Assembleia Geral

A EBC possui como órgão máximo de Governança Corporativa a Assembleia Geral, tendo a União como única acionista, por deter 100% do capital social da Empresa.

A base normativa dessa estrutura de Governança é a Lei nº 6.404/1976, a Lei nº 11.652/2008, o Decreto nº 6.689/2008 e o Regimento Interno da Empresa.

As principais atribuições do Colegiado são:

- a) reformar o Estatuto para a aprovação do Presidente da República;
- b) tomar anualmente as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- c) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício, sobre a distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre o capital próprio;
- d) deliberar sobre a avaliação dos bens com que o acionista concorrer para o capital social;
- e) deliberar sobre cisão, fusão ou incorporação da EBC, sua dissolução e liquidação, bem como eleger e destituir os liquidantes e julgar-lhes as contas;
- f) deliberar sobre a transformação da EBC;
- g) autorizar a permuta de ações ou outros valores mobiliários de emissão da EBC;
- h) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

A atuação da instância ocorre anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, por meio de reunião ordinária ou, a qualquer tempo, por meio de reunião extraordinária, convocada na forma da lei.

O Conselho de Administração

Órgão de direção superior de administração da EBC, o Conselho de Administração tem sua composição, competências e organização definidas na Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, no Estatuto Social da EBC, aprovado pelo Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, no Regimento Interno da EBC e nas demais normas aplicáveis.

Em 2016, o órgão era composto por cinco membros, sendo um representante da Secretaria de Comunicação Social da PR, Presidente do Conselho, o Diretor-Presidente da EBC, um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, um membro indicado pelo Ministro de Estado das Comunicações e, por fim, um representante dos empregados da EBC.

Com a edição da MP 744/2016, posteriormente convertida na Lei 13.417/2017, o Conselho de Administração passou a ter a seguinte composição: um Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República; o Diretor-Presidente da Diretoria Executiva; um membro indicado pelo Ministro de Estado da Educação; um membro indicado pelo Ministro de Estado da Cultura; um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; um membro indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; um membro representante dos empregados da EBC, escolhido na forma estabelecida por seu Estatuto; e dois membros independentes, indicados na forma do art. 22 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Além dessa alteração, a Lei 13.303/2016 vedou a nomeação de membros suplentes para todos os órgãos colegiados e unificou o prazo de gestão para administradores e conselheiros fiscais para dois anos, sendo possíveis três reconduções, no caso do Conselho de Administração.

A atuação do Conselho se dá por meio de reuniões ordinárias, mensalmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por dois terços dos seus membros.

As suas principais atribuições são:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da EBC;
- b) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva;
- c) opinar e encaminhar à Assembleia Geral:
 - o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva;
 - a proposta de destinação de lucros ou resultados;
 - a proposta de distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre o capital próprio; e
 - a proposta de aumento de capital, preço e condições de emissão, subscrição e integralização de ações;
- d) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar os livros e papéis da EBC, solicitar informações sobre editais de licitação, contratos celebrados, ou em vias de celebração, aditivos contratuais e de quaisquer outros atos praticados pelos dirigentes, bem como sobre as providências adotadas pela administração

para regularizar diligências do Tribunal de Contas da União e da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República;

e) aprovar o plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos;

f) definir as normas específicas para contratação de pessoal permanente da EBC por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;

g) definir as atribuições da unidade de auditoria interna e regulamentar o seu funcionamento, cabendo-lhe, ainda, nomear e destituir o seu titular;

h) encaminhar ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República a proposta de criação de cargos e a fixação de salários, benefícios e vantagens¹⁰; e

i) aprovar o plano de cargos, carreira e salários e o quadro de pessoal.

Além das atribuições supramencionadas, que já constam no Estatuto Social da Empresa (Decreto nº 6.689/2008), o Decreto nº 8.945/2016 trouxe as seguintes competências para o Conselho:

a) discutir, aprovar e monitorar decisões que envolvam práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;

b) implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa estatal, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e aqueles relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

c) estabelecer política de divulgação de informações para mitigar o risco de contradição entre as diversas áreas e os executivos da empresa estatal; e

d) avaliar os diretores da empresa estatal.

Por fim, as Resoluções CGPAR nº 09 e 16/2016 incluíram as seguintes atribuições ao CONSAD:

a) aprovar políticas gerais da empresa, inclusive de governança corporativa;

b) aprovar e acompanhar o plano estratégico, de investimentos e as metas de desempenho que deverão ser apresentados pela Diretoria;

c) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

d) manifestar-se sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em assembleia;

e) supervisionar os sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos;

f) definir os assuntos e valores para alçada decisória do Conselho de Administração e da Diretoria;

¹⁰ Decreto nº 6.689/2008

- g) identificar a existência de ativos não de uso próprio da empresa e avaliar a necessidade de mantê-los;
- h) aprovar a inclusão de matérias no instrumento de convocação da Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais";
- i) deliberar sobre os casos omissos do estatuto social da empresa; e
- j) solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra plano de benefícios da estatal;

A previsão de atendimento integral à nova regulamentação é até abril de 2018, data provável de realização da reunião da Assembleia Geral.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem organização, competência e atribuições estabelecidas no Estatuto Social da EBC, em disposições resultantes de deliberações da Assembleia Geral e de deliberação própria, respeitados os dispositivos da Lei nº 11.652/2008 e do Decreto nº 6.689/2008.

A Lei 13.417/2017 não alterou a composição do Conselho Fiscal, que conta, atualmente, com os seguintes representantes: um Presidente indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional; um membro indicado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; e um membro indicado pelos acionistas minoritários, ou, na falta destes, por um representante indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Cabe observar que a Lei 13.303/2016 unificou o prazo de gestão para membros estatutários para dois anos, sendo possíveis duas reconduções consecutivas aos conselheiros fiscais.

As principais atribuições são:

- a) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- b) acompanhar a gestão financeira e patrimonial da EBC e fiscalizar a execução orçamentária, podendo examinar livros e documentos, bem como requisitar informações;
- c) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- d) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, relativas à modificação do capital social, aos planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- e) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem providências necessárias para a proteção dos interesses da EBC, à Assembleia Geral, os erros, fraudes, crimes ou ilícitos de que tomar conhecimento e sugerir providências;
- f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela EBC; e
- g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

A atuação do Conselho ocorre por meio de reuniões ordinárias, bimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Conselho de Administração.

Conselho Curador

O Conselho Curador foi extinto com a edição da MP 744/2016, posteriormente convertida na Lei 13.414, em 1º de março de 2017. Durante seu período de atuação, este órgão de natureza consultiva e deliberativa era composto por 22 membros, designados pelo Presidente da República, possuindo integrantes tanto do Poder Público quanto da sociedade civil, além de representante dos empregados da EBC.

Dentre suas atribuições, as principais eram:

- a) deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da EBC;
- b) zelar pelo cumprimento e opinar sobre as matérias relacionadas aos princípios e objetivos descritos nos arts. 2º e 3º da Lei nº 11.562/2008;
- c) deliberar sobre o planejamento anual proposto pela Diretoria Executiva, bem como sobre a linha editorial de produção e programação proposta, devendo manifestar-se sobre sua aplicação prática;
- d) deliberar, pela maioria absoluta de seus membros, quanto a imputação de voto de desconfiança aos membros da Diretoria Executiva, no que diz respeito ao cumprimento dos princípios e objetivos descritos nos arts 2º e 3, garantido o direito à oitiva do membro objeto do voto; e
- e) encaminhar ao Conselho de Comunicação Social as deliberações tomadas em cada reunião.

A atuação da instância ocorria por meio de reuniões ordinárias, a cada dois meses, e/ou extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por dois terços de seus membros.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva - DIREX da Empresa é órgão de deliberação colegiada, sendo constituída por um Diretor-Presidente e um Diretor-Geral, nomeados pelo Presidente da República, e até quatro diretores definidos pelo Regimento Interno da EBC, cuja base normativa dessa estrutura de Governança é a Lei nº 6.404/1976, a Lei nº 11.652/2008, o Decreto nº 6.689/2008 e o Regimento Interno da Empresa.

A MP 744/2016, posteriormente convertida na Lei 13.417/2017, alterou a composição da DIREX de oito para seis membros, sendo que o Diretor-Presidente e o Diretor-Geral têm suas atribuições definidas no Estatuto Social. Os demais diretores têm competências e atribuições definidas no Regimento Interno.

Dentre as atribuições da Diretoria Executiva, destacam-se:

- a) aprovar o planejamento anual da programação e a linha editorial dos veículos geridos pela EBC;
- b) aprovar os programas anuais ou plurianuais de dispêndios com os projetos dos planos estratégicos propostos;
- c) aprovar os orçamentos de custeio e de investimento da Empresa, os orçamentos setoriais propostos pelas respectivas diretorias, o Plano de Trabalho Anual e o orçamento da EBC;

- d) validar as propostas de política geral de pessoal, de planos de cargos, carreiras e salários, bem como contingentes e remunerações, a serem submetidos à aprovação do Conselho de Administração; e
- e) aprovar os relatórios de gestão, de administração e as prestações de contas ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e aos órgãos de controle interno e externo;

A Diretoria Executiva reúne-se mensalmente para aprovações e deliberações colegiadas e, extraordinariamente, sempre que necessário. Ressalta-se que atuação da instância é diuturna, por meio da prática de atos de gestão.

Além dessa alteração, a Lei 13.303/2016 vedou a nomeação de membros suplentes para todos os órgãos colegiados e unificou o prazo de gestão para administradores e conselheiros fiscais para dois anos, sendo possíveis três reconduções, no caso de membros da Diretoria Executiva.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, tem competência e organização definidas no Estatuto Social da EBC, aprovado pelo Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, neste Regimento e em norma específica aprovada pelo Conselho de Administração.

As principais competências são:

- a) acompanhar, assessorar, avaliar e contribuir para o fortalecimento da gestão da EBC, especialmente para aprimoramento dos seus controles internos;
- b) prestar apoio, no âmbito da Empresa, aos órgãos de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União;
- c) acompanhar as demandas dos órgãos de controle interno e externo e seu atendimento pelas áreas da Empresa; e
- d) manter controle das recomendações expedidas pela própria Auditoria Interna, pelos órgãos de controle interno e externo e, quando for o caso, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Administração ou por outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.

Além destas, o Decreto 8.945/2016 trouxe mais algumas competências:

- a) auxiliar o Conselho de Administração da empresa ou, se não houver, de sua controladora, ao qual se reportará diretamente; e
- b) ser responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

A Lei 13.303/2016 impôs que a Auditoria Interna deverá ser vinculada ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário e, ainda, ser responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Para o exercício de suas competências regimentais de apoio técnico ao Conselho de Administração, é prerrogativa da Auditoria Interna dirigir-se às unidades integrantes

da estrutura da EBC com solicitações que considere relevantes para a realização de auditorias, bem como o livre acesso a dependências, informações e documentos necessários para a consecução dos seus objetivos de trabalho e o adequado funcionamento da gestão.

Comitês e Comissões

Contribuem com o trabalho desempenhado pela Diretoria Executiva da Empresa, atualmente, cinco Comitês (Comitê de Tecnologia da Informação e da Comunicação - CTIC; Comitê de Programação e Rede; Comitê de Planejamento e Avaliação; Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça; Comitê de Segurança da Informação e Comunicação - COSIC), duas Comissões (Comissão Permanente de Promoção da Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência e Comissão de Ética) e um Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Comunicação Pública, cujas funções principais são assessorar na análise, acompanhamento e recomendações em assuntos estratégicos pertinentes a cada uma das entidades.

Além desses órgãos, foi criado pela Lei 13.417/2017, resultado da conversão da Medida Provisória 744, de 1º de setembro de 2016, o Comitê Editorial e de Programação, a ser formado por 11 membros, de natureza consultiva e deliberativa, que atuará na definição de diretrizes de programação para os veículos da EBC e no estabelecimento de métricas para avaliação dos conteúdos distribuídos.

O **Comitê de Tecnologia da Informação e da Comunicação - CTIC**, vinculado à Diretoria Executiva, é órgão deliberativo de atuação permanente e tem como finalidade estabelecer políticas e diretrizes para integração dos sistemas que compõem as plataformas de TV, Rádio e Web e promover o alinhamento do negócio com a tecnologia da informação.

O **Comitê de Programação e Rede**, instância colegiada deliberativa vinculada à Diretoria-Geral, tem a finalidade de definir políticas e diretrizes para os veículos da EBC.

O **Comitê de Planejamento e Avaliação**, instância colegiada deliberativa vinculada à Secretaria-Executiva, tem por finalidade fornecer subsídios para a gestão da Estratégia da Empresa, monitorar indicadores e metas dos objetivos estratégicos, assim como estimular o ambiente interno para a prática da gestão por resultados.

O **Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça**, instância colegiada consultiva vinculada à Presidência, tem por finalidade disseminar novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional da EBC, para alcançar a igualdade entre homens e mulheres, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero, raça e etnia.

O **Comitê de Segurança da Informação e da Comunicação - COSIC**, órgão deliberativo de atuação permanente vinculado à Diretoria Executiva da EBC, tem como finalidade estabelecer políticas e diretrizes para a segurança da informação e da comunicação no âmbito da EBC.

A **Comissão Permanente de Promoção da Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência**, instância colegiada consultiva vinculada à Presidência, tem a finalidade de propor políticas e diretrizes de acessibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência.

A **Comissão de Ética**, instância colegiada deliberativa vinculada à Presidência, tem por finalidade orientar e aconselhar sobre a ética profissional do empregado no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.

O **Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Comunicação Pública** tem por finalidade propor políticas, diretrizes, parcerias e iniciativas de inovação, pesquisas, estudos, experimentações e projetos para o desenvolvimento da cultura organizacional, dos profissionais, dos conteúdos, dos produtos, dos processos e dos serviços prestados pela Empresa, assim como acompanhar e monitorar sua efetiva implementação.

Os colegiados são apoiados e assessorados pela Secretaria-Executiva da Empresa, que monitora o cumprimento das atividades de cada órgão.

4.1.1. Atendimento à Lei das Estatais

Em atendimento à Lei das Estatais, a EBC orientou-se por um modelo de “Calendário de Adaptações à Lei nº 13.303/2016”, regulamentado, no âmbito da União, pelo artigo 64 do Decreto nº 8.945/2016.

O Conselho de Administração da EBC estabeleceu Calendário de Adaptações à Lei 13.303 e Decreto 8.945/2016, com previsão de conclusão para abril de 2018, data da realização da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária (AGO/AGE). O instrumento foi formatado conforme as orientações do Ministério de Planejamento, por meio da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.

O documento completo, que consta na **Seção 9 – Anexos e Apêndices**, indica as ações que foram implantadas ou que já fazem parte das rotinas da Empresa, além das datas de conclusão para as adaptações que forem necessárias.

Nesse processo, são ações estruturantes a edição da Política de Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos, a ser publicada até 10 de maio de 2017, a edição da Política de Divulgação de Informações, a edição da Política de Sustentabilidade e a edição da Política de Indicação dos Administradores. Todas essas ações estão previstas ainda para o 1º semestre de 2017.

As políticas estruturantes serão a base para a implantação do modelo de gerenciamento de riscos e controles internos da Empresa, edição do Código de Conduta integrado ao Código de Ética para operacionalizar o sistema de Gestão de Riscos.

O Código de Ética da Empresa será revisado, a partir das diretrizes da referida Política, tornando-se um Código de Conduta e Integridade, com previsão de conclusão até 30 de junho de 2017 (art.9º, § 1º).

Para assegurar o processo de verificação de requisitos e ausência de vedações no processo de ocupação dos cargos estatutários, foi criada a Comissão de Elegibilidade, transitória e não estatutária, conforme disposto no artigo 64, § 1º do Decreto nº 8.945/2016.

Os Conselhos e a Diretoria Executiva serão gradualmente recompostos, observados os requisitos e vedações para assunção de cargos estatutários, bem como o prazo de gestão unificado de dois anos. (art. 16 a 23) (realização da AGO/AGE).

A previsão para constituição do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Elegibilidade Estatutário é até abril de 2018 (AGO/AGE). No entanto, a Comissão Interna de Elegibilidade, transitória e não estatutária, foi composta para, provisoriamente, avaliar a comprovação de requisitos e ausência de vedações para nomeações de membros estatutários. A composição dessa Comissão pode ser vista na **Seção 9 – Anexos e Apêndices** deste Relatório.

4.2. Informações sobre dirigentes e colegiados

A composição dos colegiados da EBC dá-se da seguinte forma:

O **Conselho de Administração**¹¹, que estabelece a orientação geral dos negócios da EBC e decide sobre questões estratégicas, como a destinação de lucros e resultados e distribuição de dividendos, é composto por:

- Um Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República;
- O Diretor-Presidente de Diretoria Executiva;
- Um membro indicado pelo Ministro de Estado da Educação;
- Um membro indicado pelo Ministro de Estado da Cultura;
- Um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento;
- Um membro indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- Um membro representante dos empregados da EBC, escolhido na forma estabelecida por seu Estatuto; e
- Dois membros independentes, indicados na forma do art.22 da Lei 13.303/2016.

O **Conselho Fiscal** tem os mesmos deveres dos administradores de que tratam os artigos 153 a 156 da Lei nº 6.404/76 e respondem pelos danos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou com violação da Lei ou do Estatuto:

- O Conselho Fiscal será constituído por três membros e respectivos suplentes designados pelo Presidente da República;
- O Conselho Fiscal contará com um representante do Tesouro Nacional, garantindo-se, ainda, a participação dos acionistas minoritários, nos termos do Estatuto.

A **Diretoria Executiva** é responsável pelos atos praticados em desconformidade com a Lei, com o Estatuto Social, com o Código de Ética da EBC e com as diretrizes institucionais emanadas do Conselho de Administração:

- A Diretoria Executiva será composta por um Diretor-Presidente, um Diretor-Geral e quatro diretores, nomeados e exonerados pelo Presidente da República.

Os requisitos e vedações para ocupação de cargos de direção ou de conselheiros seguem as determinações da Resolução CGPAR nº 15, de 10 de maio de 2016, posteriormente Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, considerados os requisitos para empresas de menor porte, além da Lei 11.652, de 7 de abril de 2008, posteriormente alterada pela Lei 13.417, de 1º de março de 2017.

4.3. Atuação da unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna – AUDIN é definida e suas competências são estabelecidas no Estatuto Social da EBC e pelo Regimento Interno da Empresa. Há, também, o Manual de Auditoria Interna, implantado pela Norma 901, e o Regulamento da

¹¹Art. 13 Lei 11.652/2008 alterada pela Lei 13.417/2017.

Auditoria Interna, instituído pela Norma 902. Tais documentos encontram-se publicados na página eletrônica da EBC com os respectivos *links*, a saber:

Estatuto Social da EBC (Art. 33): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6689.htm

Regimento Interno da EBC (ver Art. 3º, III; Art. 7º, III, b; Arts. 19 a 25; Art. 118): <http://www.ebc.com.br/institucional/acessoainformacao/institucional/regimentos-internos/normas>;

Norma 901: <http://www.ebc.com.br/institucional/lei-de-acesso-a-informacao/norma-de-auditoria-interna-nor-901>;

Norma 902: <http://www.ebc.com.br/institucional/lei-de-acesso-a-informacao/nor-902-regulamento-da-auditoria-interna>.

A independência da AUDIN é garantida por sua vinculação ao Conselho de Administração, conforme estipulado no Estatuto Social da Empresa e no seu Regimento Interno. Sob o ponto de vista da conduta de seus integrantes, a independência é reforçada pelas orientações constantes do Regulamento da Auditoria Interna (Norma 902, item IV, c), assim como a objetividade (Norma 902, item IV, d).

A EBC e sua unidade de Auditoria Interna estão sediadas em Brasília/DF. A Empresa possui unidades em São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, São Luís/MA e Tabatinga/AM, nas quais não há a presença de membros da AUDIN

As áreas e assuntos a serem auditados são selecionados com base em avaliação de riscos nos processos internos da Empresa (o que também envolve as unidades descentralizadas) e na capacidade de cobertura da AUDIN. Na maior parte do exercício de 2016, a estrutura da AUDIN era composta por um Auditor-Chefe, três Auditores-Adjuntos e um Assessor. A equipe era composta por oito auditores, um técnico administrativo, duas secretárias e um estagiário da área contábil.

Conforme os dispositivos do Estatuto Social e do Regimento Interno da EBC citados acima, a designação e a destituição do titular da AUDIN são submetidas por proposta do Diretor-Presidente ao Conselho de Administração e, após, encaminhadas para aprovação da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República e do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Conforme os mesmos dispositivos, a AUDIN é vinculada ao Conselho de Administração da EBC.

Desde 2015, a AUDIN adota a sistemática de reunião de Busca Conjunta de Soluções, momento em que são apresentados seus achados e discutidas as recomendações, providências e prazos para implementação, elementos que são inseridos em um Plano Interno de Providências – PIP, assinado pelos dirigentes (nível de Diretoria) e monitorado pela AUDIN.

A AUDIN elabora um Sumário Executivo com os principais aspectos constantes de cada Relatório, o qual, acompanhado do PIP assinado pelas áreas gestoras, é encaminhado e apresentado aos órgãos colegiados da EBC (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal).

Por ocasião de uma revisão do Regimento Interno da Empresa concretizada em 26 de outubro de 2016, a estrutura da AUDIN foi reduzida, perdendo uma auditoria-adjunta e um assessor. Essa situação reverteu-se parcialmente em fevereiro de 2017, com a incorporação de mais uma auditoria-adjunta.

4.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A unidade de Correição, implantada em maio de 2015, está subordinada à área de Governança Corporativa ligada à Secretaria-Executiva da Presidência.

Das competências da unidade, destacam-se a supervisão e avaliação de ações disciplinares em curso na Empresa, orientação e apoio técnico às atividades correcionais desde a ocorrência, monitoramento do cumprimento às recomendações da Autoridade Julgadora nos Processos de Apurações, até as medidas de gestão, localizadas ou de alcance geral, tais como, treinamento, capacitação, melhoria de clima organizacional, aprimoramento dos instrumentos de controle, entre outros.

No exercício de 2016, deu-se prioridade à conclusão da elaboração e à aprovação da Norma de Apuração de Responsabilidade – NOR 903, ocorrida em julho, por meio de Deliberação da Diretoria Executiva. A Norma tem a finalidade de disciplinar e regulamentar os procedimentos de análise e apuração de responsabilidade sobre fato irregular ou ilegal no âmbito da Empresa.

Com a aprovação da Norma, novos procedimentos antes não utilizados na Empresa foram inseridos para apuração de responsabilidade, dentre eles a Apuração Direta, que tem natureza jurídico-disciplinar sumária para infrações com indícios de materialidade e autoria em provas presenciais pré-constituídas. Essa apuração foi utilizada de imediato pelos gestores, trazendo agilidade e economia aos processos que antes dependiam normalmente de sindicâncias.

Com a divulgação da referida Norma, foi realizado internamente o treinamento de aproximadamente 50 gestores sobre o processo administrativo disciplinar, nos dias 6 e 7 de dezembro, aplicado pelo Coordenador Geral de Correição, da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República – Ciset/PR.

Dos processos de sindicância instaurados em 2016, 34,62% têm natureza material (dano ou perda de bens móveis), 38,46% têm natureza disciplinar (irregularidade disciplinar) e 26,92%, natureza administrativa (atos afetos à gestão e fiscalização de contratos administrativos).

No decorrer do ano, além dos 26 processos de sindicâncias, foram realizados dez processos de apurações diretas, sendo todos de conteúdo disciplinar.

Com a somatória dos resultados das apurações diretas e sindicâncias, foram aplicados quatro Termos de Ajustamento de Conduta, oito penalidades de advertências por escrito, sete suspensões sem vencimentos, uma demissão por justa causa e duas reposições/ressarcimentos de bem móvel. Dez processos resultaram em recomendações preventivas às áreas, três em arquivamento/recondução e dois ainda estão em fase de julgamento.

Em razão do risco, destacaram-se quatro Processos Correcionais:

1 - Processo de Sindicância instaurado com a finalidade de apurar as responsabilidades, bem como as circunstâncias da contratação emergencial dos serviços de transmissão via satélite de sinal analógico de áudio e vídeo da TV Brasil e Rádio Nacional. Após apuração, verificou-se que o atraso na contratação, que resultou no contrato emergencial, foi fruto de um momento complexo e excepcional da Empresa, no qual confluíram a necessidade de absorção dos serviços prestados pela Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto - ACERP e os rompimentos de contratos

vigentes devido ao contingenciamento financeiro da EBC e às necessidades cotidianas da Empresa.

2 - Processo de Sindicância que apurou contratos firmados entre a EBC e dez diferentes empresas, instaurado em decorrência de denúncia formulada por empregado da casa. Foram detectadas irregularidades em um dos contratos, o que gerou a instauração de Comissão própria para investigação detalhada sobre a entrega/recebimento de equipamentos de informática adquiridos por meio de contrato firmado com a empresa Centerdata Comércio e Serviços de Produtos de Informática Ltda. O Processo encontra-se em fase de julgamento.

3 - Processo de Sindicância que investigou práticas irregulares, como insubordinação, má conduta e falta de decoro de empregado do quadro permanente que resultou em demissão por justa causa. A Comissão de Sindicância referente ao processo finalizou seus trabalhos com oito volumes de processo contendo 3.258 folhas, tendo sido necessários 240 dias (entre prorrogações e recondução) para a realização dos trabalhos.

4 - Processo que apurou a manifestação de opinião pessoal de empregado na rede social Twitter da EBC - @ebcnarede. Após apuração, foi aplicada a penalidade de suspensão de dez dias ao empregado responsável pela publicação. A penalidade serviu de alerta sobre a segurança e os cuidados em publicações na internet. Atualmente, o número de empregados com acesso às senhas das redes sociais da Empresa é mais restrito, e maiores cuidados estão sendo tomados pelas áreas responsáveis.

Em relação ao registro de informações de processos correcionais no Sistema da Controladoria Geral da União - CGU-PAD, a Empresa não aderiu em virtude de sua vinculação à Presidência da República. A EBC está servindo de teste para o Sistema da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, denominado Ciset-PAD. Com a inserção dos dados de processos disciplinares neste novo sistema, a EBC estará desobrigada de atender às determinações da Controladoria Geral da União, exaradas na Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007.

4.5. Gestão de riscos e controles internos

A estrutura de apoio à Governança da EBC foi reforçada com a criação, em novembro de 2016, de unidade gerencial dedicada à formulação de modelos e ferramentas para o gerenciamento de risco e aprimoramento permanente dos controles internos, conforme previsto no Relatório de Gestão de 2015. A revisão da estrutura colabora com o fortalecimento das práticas existentes na Empresa, mesmo que de forma pontual, que passam a ter relevância corporativa, especialmente no que se refere à conformidade, prestação de contas e ao efetivo alcance dos objetivos estratégicos.

Nesse contexto, a unidade de Gestão de Riscos e Conformidade tem como missão para o exercício de 2017 elaborar a Política de Gestão de Riscos, Integridade e Controles Internos, em atendimento à Lei 13.303/2016, ao Decreto 8.945/2016 e à Instrução Normativa CGU/MPOG 01/2016, cujo prazo limite para publicação da Política é 11/05/2017. Essa é uma das políticas estruturantes do “Projeto de Aprimoramento do Sistema de Governança Corporativa”, que contemplará a elaboração e implantação do “Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos” e revisão do “Código de Conduta e Integridade” da Empresa, com previsão de conclusão em 30/05/2017.

O referido Projeto é parte do Plano de Trabalho da EBC de 2017, e tem como escopo:

- Definir políticas estruturantes;
 - a) Integridade, Riscos e Controles Internos;
 - b) Divulgação de Informações
 - c) Indicação de Administradores
 - d) Sustentabilidade Socioambiental
- Definir Modelo do Processo de Gerenciamento de Riscos;
- Definir o Mapa de Riscos do Negócio;
- Monitorar as Atividades de Controle;
- Revisar o Código de Ética;
- Revisar o Estatuto Social (Lei 13.303/2016 - Decreto 8.945/2016);
- Efetuar adaptações legais não estatutárias (Lei 13.303/2016 - Decreto 8.945/16); e
- Efetuar a manutenção da transparência ativa nos *sites* da EBC.

Os riscos serão mapeados de acordo com posicionamento da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Empresa, com foco nos processos priorizados pela administração da EBC.

Ainda neste exercício de 2017, a unidade de Gestão de Riscos e Conformidade pretende mapear os riscos associados aos Processos Críticos, em conjunto com a unidade de Gestão Estratégica da Empresa.

É importante realçar que, embora a unidade de Gestão de Riscos e Conformidade esteja em fase inicial de formalização de processos e documentos, já existem iniciativas de gerenciamento de riscos, especialmente nas áreas mais estratégicas como na Engenharia de Distribuição de Sinal, na Tecnologia da Informação e nas auditorias, realizadas com foco em riscos.

Também existe um sistema de controles internos baseado em informações relevantes para a tomada de decisão, como monitoramento periódico do plano de trabalho anual e os projetos que o compõem, modelo de tomada de decisão da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, com base em informações jurídicas, econômico-financeiras e vinculação à Estratégia, além de sistema de normatização.

O objetivo da área de Gestão de Riscos e Conformidade é uniformizar este processo, por meio da implementação do Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos.

Esse modelo será fundamentado no sistema definido no COSO ERM (Comitee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e ABNT ISO 31010 (*Técnicas para processo de avaliação de riscos*).com previsão para conclusão em 30/09/2017.

4.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

A Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal está disciplinada no Estatuto Social da EBC, aprovado pelo Decreto nº 6.689/2008.

Segundo o artigo 10, inciso VIII, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Os artigos 14, §12, e 22, §2º do Estatuto estabelecem que a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral e não excederá, em nenhuma hipótese, a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média dos diretores.

Conforme consignado na Ata de reunião das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizada no dia 4 de abril de 2016, que aprovou a remuneração global dos Administradores da Empresa e a remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal para o período de abril de 2016 a março de 2017, ficou estabelecido o seguinte:

- a) fixação em R\$ 6.105.890,88 da remuneração global a ser paga aos administradores da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, no período compreendido entre abril de 2016 e março de 2017, aí incluídos: honorários, gratificação natalina, adicional e abono pecuniário de férias, auxílio-alimentação, auxílio à saúde, encargos - INSS e FGTS;
- b) recomendação à observância dos limites individuais definidos pelo SEST, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de 12 meses, por rubrica e por cargo, com manifestação conforme tabela aprovada, atendo-se ao limite global definido;
- c) delegação ao Conselho de Administração da competência para autorizar o pagamento efetivo mensal da remuneração, observado o limite global e individual previstos nos itens anteriores;
- d) fixação dos honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e dos titulares do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios;
- e) vedação expressa ao repasse de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da Empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, na sua respectiva data-base;
- f) vedação ao pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado na Assembleia para os administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 152; e
- g) condicionamento do aumento da remuneração dos dirigentes à disponibilidade orçamentária para os respectivos exercícios, conforme disposto nos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Importa destacar que se encontra em vigor Norma de Remuneração dos Diretores e dos Membros dos Conselhos – NOR 223, que tem por finalidade estabelecer os procedimentos para a remuneração dos membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos da Empresa Brasil de Comunicação S/A – EBC.

No referido normativo estão definidas, além das bases remuneratórias da Diretoria Executiva e dos Conselhos da Empresa, as competências internas, as vedações e políticas de reajuste, entre outros assuntos afetos ao tema.

Servem de base normativa da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal a Constituição Federal, o Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, o Decreto nº 1.957, de 12 de julho de 1996, a Lei nº 6.404,

de 15 de dezembro de 1976, a Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, a Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e o Decreto-Lei nº 2.355, de 27 de agosto de 1987.

A prática de remuneração adotada pela EBC tem por objetivo estar alinhada com as determinações legais no tocante à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), à Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976), à Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016) e ao seu decreto regulamentador (Decreto nº 8.945/2016), no sentido de definir os valores a serem praticados tanto para os para os Membros da Diretoria Executiva, quanto para os Conselheiros Fiscais e de Administração, praticando os limites definidos em lei.

Os elementos que compõem a remuneração dos administradores da EBC são:

a) Diretoria Executiva:

Honorários, Participação no Conselho de Administração, Gratificação Natalina, Adicional de 1/3 Constitucional de Férias, Auxílio-Assistência Médica e Auxílio-Alimentação, Previdência Complementar, Encargos Sociais (FGTS e INSS) e Remuneração Compensatória, quando for o caso.

b) Conselheiros:

Honorários, incluindo o valor da gratificação natalina mensalizado.

A Tabela abaixo apresenta o que se refere à proporção de cada elemento na remuneração total:

Tabela 5 – Cargo/Função – Diretorias

CARGO/FUNÇÃO	ELEMENTO DA REMUNERAÇÃO	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO TOTAL
DIRETOR-PRESIDENTE	Honorário de Dirigente	74,77%
	Participação no Conselho de Administração	7,89%
	Gratificação Natalina	7,21%
	Adicional de Férias	5,22%
	Auxílio-Alimentação	1,94%
DIRETOR-GERAL	Auxílio-Saúde	1,19%
	Previdência Complementar	1,79%
	Honorário de Dirigente	86,27%
	Gratificação Natalina	8,34%
	Adicional de Férias	0,00%
	Auxílio-Alimentação	2,48%
	Auxílio-Saúde	1,67%
DIRETORES DE ÁREA	Previdência Complementar	1,24%
	Honorário de Dirigente	85,47%
	Gratificação Natalina	6,79%
	Adicional de Férias	2,44%
	Auxílio-Alimentação	2,68%
	Auxílio-Saúde	1,48%
	Previdência Complementar	1,14%

Fonte: DIAFI

O reajuste do valor da remuneração dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração é sugerido pelo SEST anualmente. No ano de 2016, o SEST recomendou às empresas estatais que não houvesse reajuste no valor da remuneração dos referidos membros.

Na EBC não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Importa lembrar que, em 1º de setembro de 2016, foi editada a Medida Provisória nº 744/2016, que alterou a Lei de Criação da EBC nº 11.652/2008, e definiu que o Conselho de Administração passasse a ser composto por sete membros, a saber:

I - por um Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República;

II - pelo Diretor-Presidente da Diretoria-Executiva;

III - por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Educação;

IV - por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Cultura;

V - por um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

VI - por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e

VII - por um membro representante dos empregados da EBC, escolhido na forma estabelecida por seu Estatuto.

Ademais, com a referida Medida Provisória também foi promovida a extinção do Conselho Curador e a redução da Diretoria Executiva de oito para seis diretores.

Não é praticada na Empresa remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, plano de remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração baseado em ações e mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações etc).

Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Os Quadros que tratam da remuneração mensal total de cada membro (titular e suplente) do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebida no exercício de referência do Relatório de Gestão, além da indicação do período de exercício do cargo, constam da **Seção 9 – Anexos e Apêndices** deste Relatório.

Segue abaixo demonstrativo sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos:

Tabela 6 – Síntese da Remuneração dos Administradores – Diretoria Estatutária.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC				
Órgão: Diretoria Estatutária				
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO			
	2016	2015	2014	2013
Número de membros:	14	14	10	13
I – Remuneração fixa (a+b+c+d)	2.194.958,53	3.645.229,61	3.178.902,40	2.272.512,54
<i>a)salário ou pró-labore</i>	1.882.958,22	2.334.031,89	2.144.728,30	1.971.378,72
<i>b)benefícios diretos e indiretos</i>	101.552,28	137.686,54	97.103,74	81.660,44
<i>c)remuneração por participação em comitês</i>	30.886,90	36.101,57	30.659,04	26.365,32
<i>d)outros*</i>	179.561,13	1.137.409,61	276.287,70	219.473,38
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-	-	-
<i>e)bônus</i>	-	-	-	-
<i>f)participação nos resultados</i>	-	-	-	-
<i>g)remuneração por participação em reuniões</i>	-	-	-	-
<i>h)comissões</i>	-	-	-	-
<i>i)outros</i>	-	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	2.194.958,53	3.645.229,61	3.178.902,40	2.201.176,33
IV – Benefícios pós-emprego	829.200,54	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-	-

Tabela 7 – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho de Administração

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC				
Órgão: Conselho de Administração				
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO			
	2016	2015	2014	2013
Número de membros:	10	9	6	5
I – Remuneração fixa (a+b+c+d)	134.779,30	138.567,64	111.535,56	142.812,15
a)salário ou pró-labore	-	-	-	-
b)benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
c)remuneração por participação em comitês	134.779,30	138.567,64	111.535,56	131.826,60
d)outros	-	-	-	10.985,55
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-	-	-
e)bônus	-	-	-	-
f)participação nos resultados	-	-	-	-
g)remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
h)comissões	-	-	-	-
i)outros	-	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	165.666,20	138.567,64	111.535,56	141.171,30
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-	-

Tabela 8 – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho Fiscal.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC				
Órgão: Conselho Fiscal				
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO			
	2016	2015	2014	2013
Número de membros:	7	5	5	3
I – Remuneração fixa (a+b+c+d)	101.178,01	105.229,39	89.397,51	85.687,29
a)salário ou pró-labore	-	-	-	-
b)benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
c)remuneração por participação em comitês	101.178,01	105.229,39	89.397,51	79.095,96
d)outros	-	-	-	6.591,33
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-	-	-
e)bônus	-	-	-	-
f)participação nos resultados	-	-	-	-
g)remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
h)comissões	-	-	-	-
i)outros	-	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	101.178,01	105.229,39	89.397,51	94.966,61
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-	-

4.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Em 2017, assim como nos demais exercícios financeiros, a EBC promoveu a contratação de empresa de auditoria externa independente para realização de Auditoria Contábil, por meio de exame das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2016 da EBC.

A contratada foi a empresa Control Auditoria e Contabilidade – EPP, por meio do Processo nº 1460/2016, e do Contrato EBC/COORD-CM/Nº 0005/2017, no valor total de R\$ 10.999,00, dos Recursos Orçamentários 24212210120000001 (Administração da Unidade). Elemento de Despesa: 339035 (Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica), Nota de Empenho: 2017NE800032. Emissão: 25/01/2017, Valor: R\$ 10.999,00, vigência 09/02/2017 a 09/02/2018 e Assinatura: 08/02/2017. Publicado no Diário Oficial da União n. 31, Seção 3, página 01 em 13 de fevereiro de 2017.

A contratação foi realizada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº 026/2016, cuja abertura ocorreu em 09/01/2016 e estabelece que o exame das Demonstrações Financeiras deve incluir a análise das mutações orçamentárias, financeiras e patrimoniais ocorridas no período, de acordo com os preceitos das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.638, de 28 de dezembro de 2007, 11.941, de 27 de maio de 2009 e alterações e com as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e demais normas e procedimentos pertinentes em vigor à época da execução.

A execução dos serviços, de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato, deu-se por auditorias *in loco* na Sede Administrativa da EBC, localizada no Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 08, Bloco “B-50/B-60”, 1º Subsolo Edifício Super Center Venâncio 2000, Brasília/DF, onde também foram entregues o Relatório e o Parecer de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis de 2016.

Na mesma Cláusula do referido instrumento estabeleceu-se a obrigatoriedade da Contratada cumprir os seguintes procedimentos:

- a) verificar o desempenho da execução orçamentária, comparando as realizações das receitas e a execução das despesas com os valores orçados, analisando as reformulações e remanejamentos efetuados;
- b) examinar as receitas próprias a Fonte Tesouro e os controles estabelecidos;
- c) examinar as despesas executadas, pagas e a pagar, verificando se estão devidamente formalizadas e de acordo com os dispositivos regulamentares, normativos e legislação vigente aplicáveis à EBC;
- d) examinar a movimentação financeira em geral, inclusive as aplicações, verificando se os saldos estão devidamente controlados e conciliados e se a movimentação financeira obedece à legislação aplicável;
- e) analisar os procedimentos contábeis utilizados, principalmente no que diz respeito à observância dos Princípios de Contabilidade e legislação societária, verificando se os registros guardam conformidade com a documentação comprobatória e se os livros Diários, Razão, Lalur e demais registros inerentes ao cumprimento da legislação tributária federal, estadual e municipal encontram-se devidamente formalizados e com as obrigações principais e acessórias atualizadas;

- f) analisar os balancetes, balanço e demais demonstrações contábeis e extra contábeis, quanto aos aspectos técnicos e formais, verificando se os valores demonstrados representam adequadamente a situação econômica e financeira da EBC;
- g) analisar quantitativa e qualitativamente os componentes patrimoniais ativos e passivos, inclusive do resultado patrimonial do exercício;
- h) verificar as retenções e recolhimentos de tributos e contribuições e respectivas declarações;
- i) realizar assessoramento técnico especial por ocasião do encerramento dos trimestres em 31/03, 30/06, 30/09, 31/12 e no fechamento do Exercício Social de 2016 e do mesmo modo nos exercícios subsequentes, no caso de prorrogação contratual, na elaboração das demonstrações contábeis e preparação das notas explicativas, de forma que sejam atendidas todas as alterações emanadas das Leis nºs 11.638/2007, 11.941/2009 e de quaisquer outros diplomas legais sobre essa matéria;
- j) reunir-se com os gestores da EBC para apresentação das minutas dos relatórios emitidos e do parecer de auditoria, quando deverão ser abordados os aspectos relevantes observados durante os trabalhos;
- k) desenvolver os trabalhos de auditoria coordenada e integradamente com a Auditoria Interna da EBC, com vistas a evitar duplicação de esforços e propiciar intercâmbio técnico-profissional;
- l) conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades diárias da EBC, de modo a não causar transtornos ao andamento dos seus serviços, e em horários de trabalho estabelecidos pelas normas legais ou internas, sem quaisquer ônus para a EBC, relativos ao uso de materiais ou de mão-de-obra;
- m) auditar, examinar e avaliar as Demonstrações Financeiras do encerramento do exercício de 2016 e de exercícios subsequentes no caso de prorrogação do Contrato, que deverão contemplar o resultado das operações correspondentes ao período de 12 meses, findos em 31/12/2016 e exercícios subsequentes, no caso de prorrogação contratual. Essas Demonstrações compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa e quaisquer outras legalmente exigidas;
- n) emitir os Relatórios Conclusivos sobre as Demonstrações Financeiras do exercício em exame, contendo a opinião sobre essas Demonstrações, incluindo as recomendações e observações a serem adotadas.

Ao final, foi entregue o Relatório de Auditoria Independente que acompanha o presente Relatório de Gestão.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1. Gestão de pessoas

5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

A estrutura de pessoal da Empresa está demonstrada na Tabela abaixo, que traz a força de trabalho à disposição da EBC:

Tabela 9 - Força de Trabalho da EBC

Empregados	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregados Efetivos (1.1 + 1.2)		2347	9	11
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Empregados Efetivos da Empresa (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)		2347	9	11
1.2.1 Empregados Efetivos da Empresa	2418*	2134	4	4
1.2.2 Empregados Efetivos em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Empregados Efetivos em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Empregados/Servidores de outros órgãos e esferas	197**	213**	5	7
2. Empregados em Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Empregados sem Vínculo com a Administração Pública	-	120	85	89
4. Total de Empregados (1+2+3)	2615	2467	94	100

Fonte: Quadro de Lotação de Pessoal - QLP - Posição em 31/12/2016

* Portaria nº 8, de 20 de dezembro de 2016, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, sendo 2418 dos efetivos, 2355 quadro permanente e 63 anistiados.

** No subitem 1.2.4 (efetiva) estão incluídos os funcionários estatutários do extinto Regime Jurídico Único (RJUs) da administração pública, hoje vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que foram cedidos à EBC após o fim do contrato de gestão com a Fundação Roquette-Pinto, além dos 34 servidores requisitados pela EBC.

O detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da EBC está demonstrado na Tabela abaixo:

Tabela 10 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada*	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	108	108	140	33
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	108	140	33
1.2.1 Empregados de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2 Empregados de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Empregados de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4 Sem Vínculo	-	108	140	33
1.2.5 Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	283	280	255	76
2.1. Empregados de Carreira Vinculada ao Órgão	-	239	230	71
2.2. Empregados de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Empregados de Outros Órgãos e Esferas	-	17	25	5
2.4. Vagos	-	24		
3. Total de Empregados em Cargo e em Função (1+2)	391	388	395	109

*Modelagem da Estrutura Organizacional aprovada pela Deliberação DIREX nº 47, de 04/11/2016.

Fonte: Quadro de Lotação de Pessoal - QLP - Posição em 31/12/2016

Ingressos e Egressos: referem-se aos atos de nomeação/designação e exoneração/dispensa de empregados para os cargos comissionados ou funções de confiança emitidos no período. Em alguns casos o quantitativo pode apontar para mais de um ato para um mesmo empregado.

Tabela 11 - Distribuição da Lotação Efetiva.

Empregados	Lotação Efetiva	
	Área-Meio	Área-Fim
Empregados Efetivos (1.1)	449	1898
Empregados Efetivos (1.1.1 + 1.1.2 + 1.1.3 + 1+1+4)	-	-
1.2.1 Empregados Efetivos da Empresa	405	1729
1.2.2 Empregados Efetivos em exercício descentralizado	-	-
1.2.3 Empregados Efetivos em exercício provisório	-	-
1.2.4 Empregados/Servidores de outros órgãos e esferas (*)	44	169
2. Empregados em Contratos Temporários	-	-
3. Empregados sem Vínculo com a Administração Pública (**)	44	76
4. Total de Empregados (1+2+3)	493	1974

Fonte: Quadro de Lotação de Pessoal – QLP- Posição; 31 de dezembro de 2016

(*) No subitem 1.2.4 estão incluídos os 185 funcionários estatutários do extinto Regime Jurídico Único (RJUs) da administração pública, hoje vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que foram cedidos à EBC após o fim do contrato de gestão com a ACERP, além dos empregados requisitados pela EBC.

(**) Empregados que compõem a força de Trabalho da EBC que não possuem vínculo com a Administração Pública, tais como os ocupantes de Cargos de Comissão.

Avaliação da Distribuição do Pessoal

Em dezembro de 2016, a EBC contava com 388 cargos/funções comissionadas, sendo 108 ocupantes de cargos em comissão, 17 ocupantes de função comissionada provenientes de órgãos da Administração Pública, 239 ocupantes de função comissionada vinculados à EBC e 24 cargos/funções vagos.

Dos 2.134 empregados efetivos que a EBC possuía em dezembro de 2016, 1.895 não ocupavam função comissionada e 239 estavam nomeados para funções comissionadas da Empresa.

Dos 213 empregados/servidores de outros órgãos e esferas efetivas, a Empresa conta ainda com a força de trabalho de 179 servidores oriundos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG que estavam cedidos para a extinta Fundação Roquette-Pinto até o encerramento do Contrato de Gestão, em 31 de dezembro de 2013, e, após, foram cedidos à EBC, e 34 requisitados.

O limite de pessoal aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, conforme Portaria nº 08, de 20 de dezembro de 2016, é de 2.615 empregados, sendo 2355 do quadro de pessoal, 63 anistiados e 197 RJUs.

A Empresa ainda está sujeita à perda temporária da sua força de trabalho em função dos afastamentos resultantes de licenças médicas e aposentadorias por invalidez, cujos quantitativos referentes a 31 de dezembro de 2016 encontram-se ilustrados na Tabela abaixo:

Tabela 12 – Afastamentos por licença médica/aposentadoria por invalidez.

Afastamento	Quantidade
Licenças Médicas até 15 dias	2.948
Aposentadoria por Invalidez	30
Total	2.978

Fonte: Gerência Executiva de Gestão de Pessoas

Esses afastamentos geram a necessidade de alocação de substitutos para que não haja a solução de continuidade no desempenho das atividades, o que resulta em pagamentos de horas extras e do descanso trabalhado, onerando a folha de pagamento da Empresa.

Merece ainda relevo a informação quanto à quantidade de empregados efetivos da EBC que estão cedidos para outros órgãos da Administração Pública. Trata-se de 71 empregados cujas cessões têm caráter autorizativo ou irrecusável.

Esses empregados são contabilizados no quadro de vagas da Empresa, representando, portanto, uma situação de diminuição da força de trabalho sem a possibilidade de substituição por concurso público.

Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal

Na área de Educação Corporativa realizou-se uma reestruturação dos processos de planejamento e execução das ações de capacitação e desenvolvimento de competências para o aprimoramento profissional dos empregados, que aconteceu de forma integrada e engajada com os gestores e respectivas equipes. A diretriz para esta reestruturação foi a institucionalização no âmbito das unidades da Empresa de uma gestão de pessoas com foco em competências, que teve como principais objetivos promover, de forma estratégica, o desenvolvimento técnico profissional dos empregados, a disseminação dos conhecimentos e o crescimento da Empresa.

Neste movimento, destaca-se também a criação da Rede de Instrutores e Multiplicadores Internos, instituída após seleção e formação didática e pedagógica dos empregados que detêm conhecimentos técnicos e maturidade profissional de notório reconhecimento no âmbito de suas unidades. A ação também foi importante para o aprimoramento do Programa Educacional EBC – PROEBC, que visa selecionar os empregados interessados em se especializar nas temáticas da área de comunicação pública, por meio do incentivo de bolsas de pós-graduação.

O planejamento das ações de capacitação definidas no Plano Anual de Capacitação por Competências da EBC – PACC/EBC foi definido para atendimento no biênio 2015-2016.

Em 2016, devido aos cortes orçamentários no serviço público e mudanças no cenário político do país, a estratégia foi a oferta de cursos *on-line* gratuitos por meio de instituições parceiras e Escolas Públicas (ESAF, ENAP, ILB, etc.), além de cursos ministrados na EBC por meio de Instrutores Internos.

Foram realizados 157 cursos, totalizando 6.260 horas de capacitação e 1.862 participações dos empregados da EBC.

O investimento executado no Exercício foi de R\$ 144.603,62. Deste valor, R\$ 78.921,96 foram utilizados para o atendimento das bolsas do PROEBC remanescentes de 2015.

Com essas ações, a Educação Corporativa, encerrou o exercício preparando-se para a execução do PAC/EBC em 2017, de forma a possibilitar a formação contínua das habilidades específicas dos empregados, por meio de trilhas de aprendizagens que estimulem o desenvolvimento dos empregados de forma aliada às estratégias e aos objetivos macros da Empresa, e incentivando processos de inovação e melhoria contínua da comunicação pública.

Tabela 13 – Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho.

Índices	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	ANUAL/2016
Número de empregados efetivos*	2084	2080	2068	2068	2068
Total de capacitações realizadas	53	47	30	27	157
Total de Horas de Treinamento	5452,52	6438	3742	4429	20062
Média de Horas por funcionário (Total de horas de treinamento / N° de empregados efetivos)	2,62	3,10	1,81	2,14	9,70
GAP de horas por funcionário (20h – média de horas por funcionário)	-17,38	-16,90	-18,19	-17,86	-10,30
% da meta (Média de horas por funcionário/20h)	13,08	15,48	9,05	10,71	48,50

Fonte: Gerência Executiva de Gestão de Pessoas

*Este campo considera apenas os empregados do quadro efetivo de pessoal, excluindo os empregados livre provimento, requisitados, cedidos, RJUs e aposentados por invalidez.

5.1.1. Demonstrativo das despesas com pessoal

A Tabela abaixo destaca as despesas com pessoal nos dois últimos exercícios:

Tabela 14 – Custos de pessoal nos exercícios 2015 a 2016

Ano	Vencimentos	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios	Despesas	Total
	Vantagens fixas						Variáveis	
Membros do poder e agentes políticos								
2016	-	-	-	-	-	-	-	-
2015	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade								
2016	119.616.419,01	25.260.660,87	30.626.035,07	44.716.525,98	9.222.233,34	-	46.410.636,71	275.852.510,98
2015	109.353.401,19	20.502.338,53	27.646.089,95	38.469.106,08	7.910.662,86	-	38.210.958,81	242.092.557,42
Servidores de carreira sem vínculo com o órgão da unidade								
2016	29.100,01	3.013.858,52	355.848,48	751.982,89	24.499,29	-	2.739.692,94	6.914.982,13
2015	27.010,80	4.513.611,73	613.715,56	903.793,55	31.638,66	-	2.577.551,92	8.667.322,22
Servidores sem vínculo com a administração pública								
2016	-	24.635.845,81	2.253.508,75	1.228.352,26	318.374,61	-	2.947.088,25	31.383.169,68
2015	-	27.628.313,45	4.265.476,33	1.532.027,29	323.069,66	-	3.066.927,47	36.815.814,20
Servidores cedidos com ônus								
2016	5.208.690,55	38.126,66	853.244,63	404.319,03	149.665,49	-	1.635.267,38	8.289.313,74
2015	4.845.153,67	50.400,00	922.126,53	444.527,74	134.232,53	-	1.443.873,41	7.840.313,88
Servidores com contratos temporários								
2016	-	-	-	-	-	-	-	-
2015	-	-	-	-	-	-	-	-

Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

A EBC solicita de todos os empregados, inclusive daqueles que acabaram de ser convocados por concurso público, o preenchimento de dois formulários, para que seja possível dar prosseguimento à posse ou à designação do futuro empregado.

No primeiro deles, o empregado ou novo contratado deve declarar se possui ou não qualquer outro vínculo empregatício com a Administração Pública Direta ou Indireta, de qualquer esfera de Governo, Federal, Estadual ou Municipal (seja servidor civil ou militar, ativo ou inativo).

O outro, denominado “Declaração para Fins de Cumprimento do Disposto no Regulamento de Pessoal e no Regimento Interno da EBC”, tem por finalidade verificar se o novo contratado tem vínculo empregatício ou sociedade com outra empresa ou se exerce atividades incompatíveis com o emprego ou função que desempenhará na EBC.

Caso seja constatada a ocorrência de infração ao que dispõe o Regulamento de Pessoal da EBC, o Regimento Interno da Empresa, bem como a Constituição, art. 37, itens XVI e XVII, o art. 6º da Lei nº 8.027, de 12/4/1990, e Decreto nº 2.027, de 11/10/1996, cabe à Empresa a adoção de procedimentos administrativos que visem à apuração de responsabilidade da conduta do empregado, garantindo ao mesmo o direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo, inclusive, ser aplicada a pena administrativa máxima após o decurso do processo, qual seja, a dispensa por justa causa.

Não há registro na Área de Gestão de Pessoas sobre a incidência indevida de acúmulo de cargos, funções ou empregos públicos.

Terceirização Irregular de Cargos

Este item não se aplica, visto que a EBC não possui contratos de serviços terceirizados para atuação em cargos e atividades do Plano de Empregos, Carreiras e Salários da EBC.

5.1.2. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Em gestão de pessoas, são considerados três riscos de maior impacto para as atividades da EBC: o Plano de Empregos, Carreiras e Salários vigente, a falta de cadastro reserva para reposição de pessoal e o *gap* (lacunas) de capacitação.

Sobre o Plano de Empregos, Carreiras e Salários – PECS da EBC, aprovado em 2009, foi entendido pela Empresa que o mesmo desfavorece a premiação da meritocracia, além de deixar a Empresa vulnerável a passivos trabalhistas. Por isso, desde 2014, a EBC vem trabalhando numa proposta que estimule o desenvolvimento de competências, especialmente nos cargos voltados à atividade-fim, contribuindo para a modernização da gestão de pessoas.

Para isso, a EBC deu continuidade ao processo participativo adotado em 2015, para apresentar um Plano de Carreiras e Remuneração – PCR com a constituição de um Grupo de Trabalho composto por representantes sindicais, representante dos empregados e dos administradores da EBC, com o objetivo de realizar uma nova análise da proposta do plano, além de contribuir para a qualificação e legitimação desse instrumento. Foram realizadas, até o final do ano, cerca de dez reuniões, tendo sido coletadas as considerações das partes envolvidas no processo, que serão objeto de análise e manifestação técnica da Gerência Executiva de Gestão de Pessoas.

Cabe ressaltar que a aprovação do novo Plano de Carreiras e Remunerações – PCR depende da disponibilidade orçamentária e financeira necessárias à sua implantação, considerando o impacto de todas as atividades relacionadas à remuneração dos empregados da EBC e à sua Folha de Pagamento. Existindo suporte orçamentário e financeiro, a proposta de PCR será submetida ao Conselho de Administração – órgão de orientação e de direção superior da EBC e à Secretaria de

Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Desde a sua criação, a EBC já realizou dois concursos públicos, um em 2011 e outro em 2013. O primeiro concurso teve vigência de dois anos, tendo sido renovado por mais dois. Deste modo, sua validade chegou a termo em 31 de maio de 2016. Já o segundo, por ter tido uma vigência de um ano, renovado por igual período, vigorou até novembro de 2015.

Deste modo, a falta de um concurso vigente para a convocação de pessoal para a ocupação de empregos do seu quadro próprio expõe algumas atividades da Empresa à possibilidade de não serem executadas com o padrão de qualidade demandada, à ocorrência de desvios ou acúmulos de função ou até mesmo a um aumento dos gastos com o pagamento de horas extras.

A necessidade de realização de um concurso público ganha ainda mais evidência se for levada em conta a perspectiva de implantação de um Plano de Demissão Voluntária na EBC, que está em fase de estudo para a formatação de proposta a ser encaminhada à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST.

Por fim, há que se destacar o decréscimo na quantidade de capacitações (33%) e de empregados capacitados (45%) no comparativo entre 2015 e 2016, em função, principalmente, dos contingenciamentos orçamentários e financeiros impingidos à Empresa ao longo do ano.

Essa retração representa um risco para a produtividade da EBC, uma vez que as capacitações num setor que trabalha com equipamentos de elevada tecnologia agregada, bem como com a geração de material de cunho intelectual, tem o condão de ambientar os empregados às práticas de vanguarda.

A ampliação do rol de multiplicadores internos, de forma a permitir que empregados da Empresa que comprovassem interesse e domínio de determinado assunto pudessem disseminar esse conhecimento para os demais colaboradores, e o aumento dos cursos à distância com mínimo de custos minimizou em parte o problema apontado. Todavia, ele permanece como ponto de atenção para a Empresa.

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A EBC tem utilizado alguns indicadores gerenciais de recursos humanos, de forma a possibilitar a apuração de índices de gestão que auxiliem a administração da Empresa.

Dentre os índices utilizados, tem-se:

Tabela 15 – Indicadores Gerais sobre Recursos Humanos

Indicador	Objetivos Mensurados	Objetivos	Metas ¹	Índice Atingido		
				2016	2015	2014
Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais	Número de Aberturas de Comunicações de Acidente do Trabalho (CAT) em virtude de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.	Avaliar a quantidade de aberturas de comunicação de acidente do trabalho, a fim de promover ações preventivas	Índice menor ou igual a 0,5%	0,40% ²	0,34%	0,80%
Rotatividade (<i>turnover</i>) ³	Quantidade de desligamentos e admissões ocorridos no ano	Mensurar a rotatividade de pessoal na Empresa	Índice menor ou igual a 15% ao ano	3,72%	4%	7,35%
Educação Continuada	Quantidade de horas de capacitação de empregados por ano	Medir a capacitação de pessoal da EBC	Índice maior ou igual a 20 horas/ano /empregado	9,70h	16,79h	19,11h

¹Baseadas no quantitativo total da força de trabalho da EBC

²Índice Global, incluindo acidentes típicos e de trajetos.

³Índice calculado pela fórmula utilizada pelo CAGED e DIEESE.

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

O acompanhamento de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais é feito mediante a abertura de Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT, junto ao INSS.

Conceitualmente, o acidente de trabalho é classificado como acidente típico (acidentes que ocorrem no trabalho como, por exemplo, quedas, choques elétricos e doenças oriundas do trabalho), e acidentes de trajeto (no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção). Os acidentes típicos são de maior controle da Empresa, pois acontecem no local de trabalho e podem ser mitigados mediante medidas preventivas. Já os acidentes de percurso são de difícil acompanhamento, por se tratar de trajetos e meios de transporte que não se relacionam ao ambiente de trabalho.

Importa informar que a EBC desenvolve anualmente, na sede e nas unidades regionais, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho – SIPAT, conforme preconizado pela Norma Regulamentadora nº 5 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Rotatividade

O índice de rotatividade (*turnover*) objetiva medir o percentual dos trabalhadores substituídos em relação à reserva de pessoal vigente para que a Empresa possa manter o equilíbrio entre a manutenção das pessoas e a captação de novas e diferentes contribuições, de forma a atrair, desenvolver, potencializar e preservar pessoas que criem valor para a Empresa.

Nesse sentido, a EBC, desde 2015, passou a aferir o *turnover* nos mesmos moldes do Ministério do Trabalho e Emprego e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Desta forma, o resultado apurado em 2016 foi 7% menor do que o apurado no ano de 2015.

Educação Continuada

O não atingimento da média de 20 horas de capacitação por empregado deveu-se a fatores não previsíveis, como o congelamento, por alguns meses, da verba destinada à educação, à baixa adesão em cursos à distância, e, ainda, ao contingenciamento de recursos na Administração Pública, como um todo motivado pelas mudanças no cenário político nacional.

5.1.3. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

O Programa de Estágio da EBC tem caráter social e sua diretriz é a missão institucional da EBC – “criar e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas”.

Para tanto, oportuniza experiências para que os estagiários, além dos aspectos formativos, também desenvolvam competências relacionadas ao incremento de sua capacidade crítica, especialmente aqueles que atuam nos processos do negócio da instituição.

Esse programa compõe o projeto pedagógico do curso do estudante, com vistas a proporcionar o desenvolvimento de competências para a vida cidadã e para o trabalho, integrando seu itinerário formativo.

Por isso, os supervisores dos estágios são preparados para orientar os estudantes, tanto nos aspectos formativos quanto nos aspectos mais técnicos de seus respectivos cursos e são orientados também a estimular que esses estudantes apliquem seus conhecimentos e contribuam com novas ideias, tornando a experiência do estágio ainda mais significativa para as trajetórias profissionais.

A EBC dispõe de normativo interno – Norma de Estágio 319 – para sistematizar seu Programa de Estágio, que contempla estudantes de nível médio, médio técnico e superior e que

estabelece um quantitativo máximo de até 20% do quadro funcional. Desse quantitativo, há uma concentração em torno de 51% para estudantes do curso de graduação em Jornalismo, traduzindo o compromisso da EBC com sua missão.

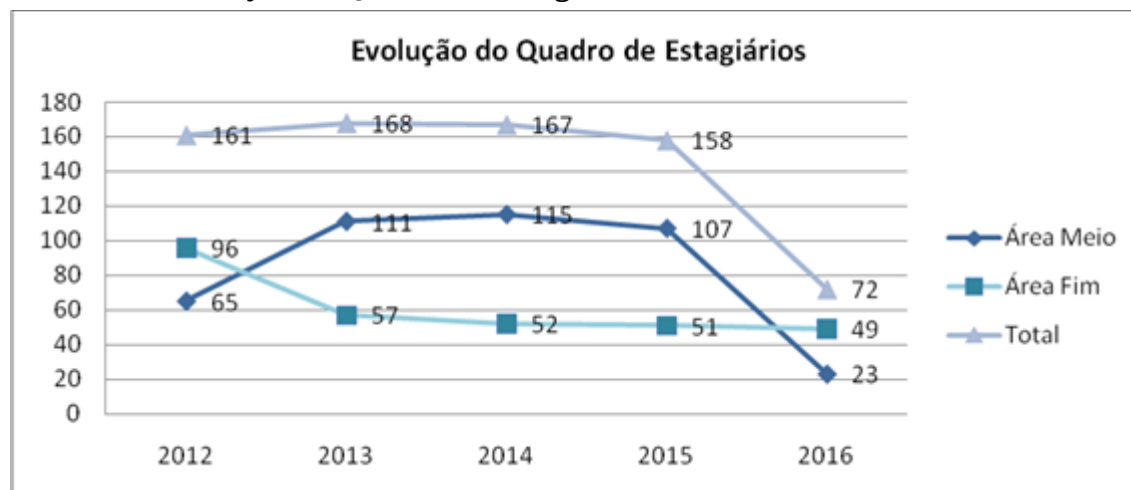
A operacionalização do Programa de Estágio da EBC é realizada por meio de Agente de Integração, com a finalidade da prestação de serviço de natureza continuada, visando realização de recrutamento, seleção e acompanhamento dos estagiários, de acordo com a legislação pertinente. Desde outubro de 2015, por meio de processo licitatório, o Agente de Estágio prestador de serviços é a Super Estágios, responsável pela administração do programa.

No planejamento da contratação de estagiários, a área de Gestão de Pessoas realiza o mapeamento dos perfis junto às unidades de lotação, realizando uma avaliação criteriosa da vinculação desses perfis com as atividades que serão desempenhadas no estágio, visando garantir que os futuros estagiários tenham uma experiência pedagógica relevante na EBC.

Após o mapeamento dos perfis, é realizada a fase de recrutamento, na qual há exigência de que o candidato ao estágio de nível superior deva ter cursado, no mínimo, 50% das disciplinas de seu curso, de que o candidato ao estágio de nível médio deva estar cursando, no mínimo, o 2º ano do ensino médio e de que o candidato ao estágio de nível técnico deva ter cursado, no mínimo, 50% das disciplinas de seu curso. A partir do banco de candidatos pré-selecionados, é realizada, então, a fase de seleção, que se dá pela aplicação de prova de conhecimentos. O resultado da seleção é publicado no *site* do agente de estágio, disponível para consulta pública.

Em virtude do contingenciamento orçamentário ocorrido em 2016, a Empresa optou pela diminuição de, aproximadamente, 50% do quadro de estagiários, gerando uma redução de aproximadamente R\$ 600.000,00, se comparado ao ano anterior.

A fim de subsidiar a redistribuição dos estagiários, as diretorias indicaram as vagas que seriam congeladas de acordo com a nova meta estabelecida. Desta forma, o quantitativo de estagiários ativos passou de 158 para 72 estudantes em 2016, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1– Evolução do Quadro de Estagiários

Fonte: Coordenação de Desenvolvimento de Carreira – Dezembro/2016.

Observa-se, também, uma variação considerável de estudantes distribuídos na área-meio e fim. Esse cenário ocorreu devido às alterações na estrutura da EBC, com modificações em diversas diretorias.

Em 2016, o quadro de estagiários contou com 23 estudantes na área-meio e 49 na área-fim, totalizando 72 estagiários, conforme **Tabela 16**. A previsão é de que este quantitativo seja estabilizado, com o cumprimento da redução de 50% e a substituição dos estagiários por meio dos Processos Seletivos de Estágio.

Tabela 16 – Distribuição do Quantitativo de Estagiários e Respectivas Despesas.

Exercício	nº de Estagiários					Despesas				
					Total					Total
	QTD	%	QTD	%		QTD	%	QTD	%	
2012	65	40%	96	60%	161	R\$ 344.023,85	25%	1059157,97	75%	R\$ 1.403.181,81
2013	111	66%	57	34%	168	R\$ 993.754,96	71%	414797,6	29%	R\$ 1.408.552,56
2014	115	69%	52	31%	167	R\$ 674.498,15	67%	326228,57	33%	R\$ 1.000.726,72
2015	107	68%	51	32%	158	R\$ 1.031.327,81	67%	504372,2	33%	R\$ 1.535.700,01
2016	23	32%	49	68%	72	R\$ 308.058,00	33%	621099,43	67%	R\$ 929.157,43

Fonte: Coordenação de Desenvolvimento de Carreira – Dezembro/2016.

* A despesa reduzida em 2016 se justifica pela diminuição do quantitativo de vagas de estágio.

** A variação do número de estagiários entre áreas meio e fim ocorreu devido às alterações na estrutura organizacional.

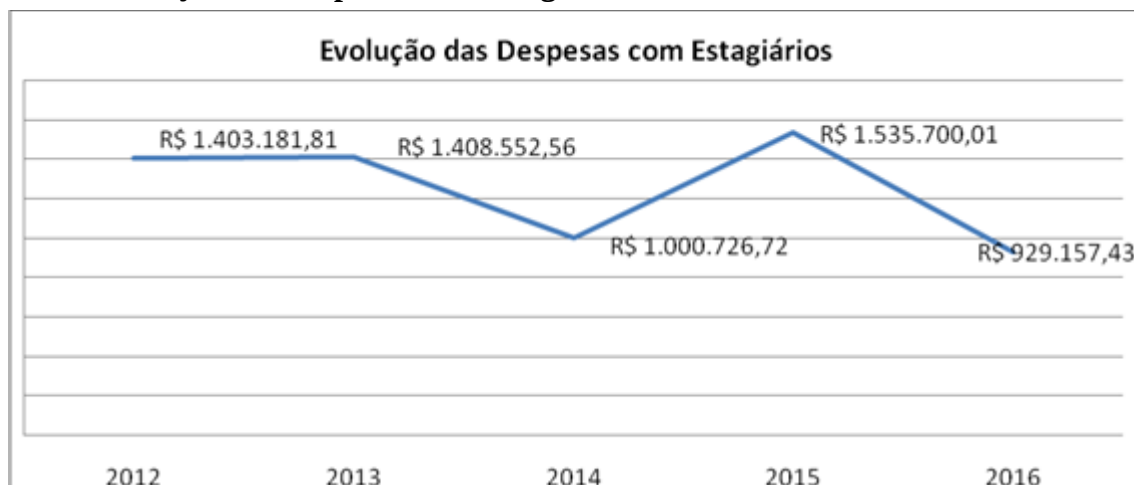
***A despesas relativas ao exercício de 2014 estão fora da curva em virtude da interrupção dos serviços

Obedecendo à necessidade de vagas, o candidato selecionado é chamado para a contratação e tem que, necessariamente, comprovar que é maior de 16 anos no ato de sua contratação.

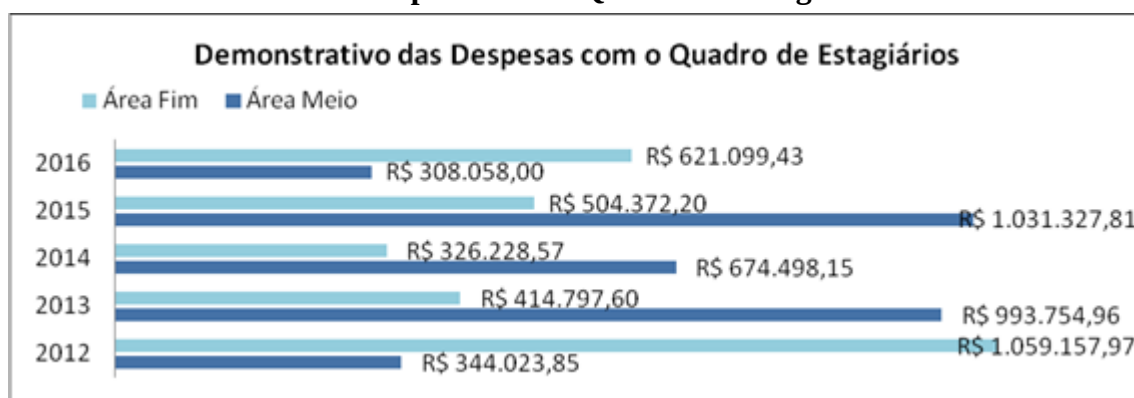
A lotação dos estagiários é distribuída entre as unidades de atuação da EBC, tendo seu maior quantitativo em Brasília, sede da Empresa. Além de Brasília, há estagiários no Rio de Janeiro - RJ, em São Paulo - SP, em São Luís - MA e em Tabatinga - AM.

Em 2016, o valor das bolsas de auxílio praticadas pela EBC para estagiários com carga horária diária de quatro horas foi de R\$ 600,00 para nível superior, R\$ 500,00 para nível médio-técnico e R\$ 400,00 para nível médio.

A evolução das despesas com o Programa de Estágio, demonstrada a seguir, sofreu variações significativas, em razão da redução de gastos adotada pela EBC em 2016, além de alterações na estrutura organizacional.

Gráfico 2 – Evolução das Despesas com Estagiários.

Fonte: Coordenação de Desenvolvimento de Carreira – Dezembro/2016.

Gráfico 3 – Demonstrativo das Despesas com o Quadro de Estagiários.

Fonte: Coordenação de Desenvolvimento de Carreira – Dezembro/2016.

No tocante à contratação de mão de obra não abrangida no Plano de Cargos e Salários da EBC, destaca-se a terceirização, por meio de licitação, dos serviços de limpeza, higienização, asseio e conservação, recepção (portaria), vigilância armada e desarmada, de manutenção predial, serviços de transporte de coleta de carga e encomendas por meio de motocicletas e motociclistas, condução de veículos automotores, locação de veículos com motoristas, brigada de incêndios (brigadistas) e copeiragem, cujos contratos estão disponibilizados no *site* da EBC, no *link* “acesso à informação - Licitações e Contratos – Contratos”, relacionados na tabela abaixo:

Tabela 17- Contratos de Prestação de Serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da EBC
- Contratos de Prestação de Serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da EBC

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais e mobiliários necessários às edificações da EBC em Brasília/DF.	72.620.735/0001-29	09/02/2013	09/02/2017	Fundamental	P
2012	Prestação dos serviços de vigilância armada em São Luís/MA.	07.275.436/0001-32	02/06/2012	02/06/2017	Médio	P
2015	Prestação de serviços, de execução por empreitada global, de natureza continuada, de recepção, com o fornecimento de equipamentos em geral nas dependências da EBC no Rio de Janeiro/RJ.	05.576.482/0001-46	06/07/2015	06/07/2017	Fundamental	P
2015	Prestação de serviços, de execução por empreitada global, de natureza continuada de copa nos bens móveis na regional da EBC no Rio de Janeiro/RJ.	05.576.482/0001-46	13/08/2015	13/08/2017	Fundamental	P
2016	Prestação de serviços, em caráter emergencial, de coleta, transporte e entrega de documentos, fitas, materiais de reportagens, peças e acessórios de pequenos volumes, por meio de motocicletas, incluindo motociclistas, para atender as necessidades da EBC no âmbito do estado do Rio de Janeiro/RJ.	04.962.763/0001-74	30/12/2016	27/06/2017	Fundamental	A
2013	Prestação de serviços continuados de manutenção, preventiva e corretiva, das instalações prediais e mobiliários, bem como de outros serviços correlatos necessários às edificações da EBC	24.016.172/0001-11	09/12/2013	09/12/2017	Fundamental	P

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
	localizadas em São Paulo/SP.					
2014	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais e mobiliárias, bem como de outros serviços correlatos necessários às edificações da EBC, localizadas no Rio de Janeiro.	17.298.985/0001-05	11/08/2017	11/08/2017	Fundamental	P
2015	Prestação dos serviços permanentes e continuados, de vigilância armada e segurança física dos materiais, equipamentos, instalações e prédios da EBC em Tabatinga/AM.	07.03.464/0001-90	18/08/2015	18/08/2017	Médio	P
2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação e asseio de bens móveis e imóveis, com fornecimento de equipamentos e materiais de limpeza de primeira qualidade, nas dependências da EBC, na cidade de Tabatinga/AM.	34.697.268/0001-46	14/04/2016	14/04/2017	Fundamental	P
2016	Prestação, em caráter emergencial, dos serviços, contínuos ou eventuais, de locação de veículos com motoristas, para transporte de empregados, bens e equipamentos, visando atender às necessidades da EBC no âmbito do Distrito Federal.	02.994.717/0001-21	14/10/2016	28/03/2017	Fundamental	A
2016	Prestação de serviços, em caráter emergencial, de locação de veículos com motorista e fornecimento de combustível para transporte de empregados, bens,	02.994.717/0001-21	23/10/2016	21/04/2017	Fundamental	A

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
	bagagens e equipamentos, no âmbito da cidade do Rio de Janeiro, e para eventuais viagens a outros municípios e demais estados da Federação.					
2012	Prestação dos serviços de aceiro e roçagem nos Parques de Transmissores da EBC em Brasília/DF.	11.138.124/0001-54	24/04/2012	24/04/2017	Fundamental	P
2012	Prestação dos serviços de coleta, transporte e entrega de documentos, fitas e pequenos volumes, por meio de motocicleta, equipada com caixa de malote para atender às necessidades da EBC em Brasília/DF.	02.558.535/0001-08	01/11/2012	01/11/2017	Fundamental	P
2012	Prestação dos serviços de copa e garçom, com fornecimento de todos os materiais, nas dependências da EBC em Brasília/DF.	04.248.842/0001-18	01/08/2012	01/08/2017	Fundamental	P
2015	Prestação de serviços permanentes e continuados de vigilância armada, e a segurança física para os empregados, materiais, equipamentos, instalações, prédios, veículos e unidades móveis da EBC no Rio de Janeiro/RJ.	16.950.839/0001-20	23/01/2015	23/01/2017	Médio	P
2015	Prestação dos serviços de natureza continuada de copa, limpeza, higienização, asseio e conservação de bens móveis e imóveis com fornecimento de equipamentos, utensílios, saneantes, material de higiene e limpeza, nas dependências da EBC em São Paulo/SP.	69.207.850/0001-61	02/05/2015	02/05/2017	Fundamental	P
2016	Prestação dos serviços	08.247.960/0001-62	18/01/2016	18/01/2017	Médio	A

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
	de recepção e portaria nos imóveis da EBC em Brasília/DF.					
2011	Prestação dos serviços de lavagem de veículos, auxiliar de cozinha e de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis da EBC 3em Brasília/DF.	08.247.960/0001-62	01/07/2011	01/07/2017	Fundamental	P
2016	Prestação dos serviços, em caráter emergencial, de limpeza, higienização, asseio e conservação de bens móveis e imóveis, com o fornecimento de equipamentos em geral, utensílios, saneantes, materiais de higiene, materiais de limpeza nas dependências da EBC no Rio de Janeiro.	13.944.767/0001-10	10/11/2016	09/05/2017	Fundamental	A
2013	Prestação dos serviços de locação de veículos para transporte de empregados, bens e equipamentos no âmbito da cidade de São Luís e do Estado do Maranhão.	10.383.428/0001-14	16/12/2013	16/04/2017	Fundamental	P
2011	Prestação dos serviços de limpeza e conservação em São Luís/MA.	07.965.721/0111-85	28/07/2011	28/07/2017	Fundamental	P
2013	Prestação dos serviços permanentes e continuados de vigilância armada e segurança física dos materiais, equipamentos, instalações móveis e prédios, em São Paulo/SP.	08.752.749/0001-05	14/07/2013	14/07/2017	Médio	P
2013	Prestação de serviços de condução de veículos automotores, por meio de motorista profissional, na cidade do Rio de Janeiro e eventuais viagens aos demais estados da Federação.	04.824.922/0001-74	04/11/2013	04/11/2017	Fundamental	P

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços ostensivos de vigilância armada e desarmada para segurança física dos empregados, materiais, equipamentos, instalações e unidades móveis da EBC em Brasília/DF.	11.349.160/0001-67	05/06/2015	05/06/2017	Médio	P
2015	Prestação dos serviços de Brigada Civil de Incêndio, em Brasília/DF.	03.073.654/0001-33	26/03/2015	26/03/2017	Médio	P
2016	Prestação em caráter emergencial, dos serviços de locação de veículos para transporte de empregados, bens e equipamentos, no âmbito do Distrito Federal, Região Integrada de Desenvolvimento e eventuais viagens aos demais estados da Federação, a serem executados por 15 veículos e respectivos motoristas, incluindo combustível, seguro total e outros encargos necessários à execução dos serviços, sem nenhum ônus adicional à EBC.	02.994.717/0001-21	16/04/2016	13/10/2016	Fundamental	E
2015	Prestação em caráter emergencial, dos serviços de condução de veículos automotores, por meio de motoristas profissionais, no âmbito da cidade e do estado de São Paulo, e eventuais viagens aos demais estados da federação, para suprir as necessidades da EBC em São Paulo/SP.	02.994.717/0001-21	17/09/2015	15/03/2016	Fundamental	E
2016	Prestação em caráter emergencial, dos serviços de condução de veículos	02.994.717/0001-21	30/04/2016	27/10/2016	Fundamental	E

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
	automotores, por meio de motoristas profissionais, no âmbito do Distrito Federal, Região Integrada de Desenvolvimento e eventuais viagens aos demais estados da Federação.					
2016	Prestação de serviço de coleta, transporte e entrega de documentos, fitas, materiais de reportagens, peças ou acessórios de pequenos volumes para atendimento da Paralimpíada no Rio de Janeiro/RJ	18.803.280/0001-31	07/09/2016	18/09/2016	Fundamental	E
2016	Contratação emergencial de Prestação de Serviço de Condução por motoristas profissionais de veículos automotivos na cidade e estado de São Paulo.	01.126.214/0001-71	10/05/2016	06/11/2016	Fundamental	E
2016	Prestação de serviço, em caráter emergencial, de limpeza, higienização, asseio e conservação de bem móveis e imóveis, com fornecimento de equipamentos em geral, utensílios, saneantes, materiais de higiene, materiais de limpeza nas unidades da EBC no Rio de Janeiro/RJ.	73.509.440/0001-42	13/05/2016	09/11/2016	Fundamental	E
2012	Prestação de serviços de transporte com locação de veículos, incluindo motorista, combustível, seguro total e outros encargos necessários - DF.	08.466.488/0001-59	29/10/2012	15/04/2016	Fundamental	E
2012	Prestação de serviços de condução de veículos automotores, por meio de motorista, no âmbito do DF, região integrada de desenvolvimento e	04.824.922/0001-74	29/10/2013	29/04/2016	Fundamental	E

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
	eventuais viagens aos demais estados da Federação, visando suprir as necessidades da EBC.					
2013	Prestação de serviços de transporte de empregados, bens equipamentos a serem executados por 30 veículos e respectivos motoristas, no âmbito da cidade e estado do Rio de Janeiro e eventuais viagens a outros municípios e estados da federação.	04.824.922/0001-74	07/05/2013	07/05/2016	Fundamental	E
2015	Prestação dos serviços de natureza continuada, de limpeza, higienização, asseio e conservação de bens móveis e imóveis, com o fornecimento de equipamentos em geral, utensílios, saneantes, materiais de higiene, materiais de limpeza nas dependências da EBC na cidade do Rio de Janeiro/RJ.	02.923.778/0001-06	23/06/2015	23/06/2016	Fundamental	E
2010	Prestação de serviços de coleta, transporte e entrega de documentos, fitas e pequenos volumes, por meio de motocicletas, incluindo motociclistas, combustível, seguro total, pedágios e outros encargos, para atender às necessidades da EBC no Rio de Janeiro/RJ.	02.558.535/0001-08	24/08/2010	24/08/2016	Fundamental	E
2011	Prestação de serviços especializados de operação de infraestrutura, gerenciamento de Redes, servidores, <i>storage</i> , <i>archive</i> e <i>directory services</i> .	01.162.636/0001-00	13/09/2011	13/09/2016	Superior	E
2016	Prestação dos serviços, em caráter emergencial, de locação de veículos	02.994.717/0001-21	25/04/2016	22/10/2016	Fundamental	E

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
	para transporte de empregados, bens, bagagens e equipamentos, no âmbito da cidade do Rio de Janeiro, e para eventuais viagens a outros municípios e demais estados da Federação, para suprir as necessidades da EBC, no Rio de Janeiro/RJ.					
2016	Prestação, em caráter emergencial, dos serviços de condução de veículos automotores, por meio de motoristas profissionais, no âmbito do Distrito Federal, Região Integrada de Desenvolvimento e eventuais viagens aos demais estados da Federação, conforme especificações estabelecidas no Contrato.	26.414.755/0001-26	28/10/2016	26/04/2017	Fundamental	E
2012	Prestação de serviços de vigilância armada e segurança do imóvel da EBC localizado no Loteamento Jardim América, Rua Humberto Correa, nº 1354, bairro São João Bosco na cidade de Porto Velho/RO.	12.159.225/0001-74	02/02/2012	02/02/2017	Médio	E
2011	Prestação de serviços de transporte com locação de veículos terrestres, incluindo motorista, combustível, seguro total, pedágio e outros encargos necessários à execução dos serviços, para transporte de empregados, bagagens e equipamentos em São Paulo/SP.	50.958.412/0001-07	01/02/2011	01/02/2017	Fundamental	E

5.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

A gestão do patrimônio imobiliário sob a responsabilidade e uso da Empresa Brasil de Comunicação – EBC obedece à legislação e norma em vigor, especialmente a Norma de Patrimônio – NOR 202.

Em conformidade com a referida Norma de Patrimônio, a gestão engloba os procedimentos de controle e acompanhamento dos bens móveis e da ocupação de bens imóveis funcionais, bem como da locação e da cessão de uso de imóveis sob a responsabilidade da EBC.

Para gerir o patrimônio imobiliário, a EBC conta com estrutura de nível de Gerência e Coordenação. A Empresa também efetua o registro dos bens imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), em conformidade com os relatórios gerados pelo Sistema de Patrimônio, mantendo a documentação de titularidade em pastas específicas, contemplando os contratos de compra venda, escrituras, certidões e plantas, dentre outros documentos.

Para melhoria e fortalecimento dos controles e registros patrimoniais, a EBC, durante o exercício de 2016, alimentou a base de dados do Módulo Ativo Fixo do Sistema Protheus, desenvolvido pela empresa TOTVS, o qual foi disponibilizado para uso a partir de janeiro de 2017.

5.2.1. Gestão do patrimônio da União

Atualmente, o patrimônio imobiliário gerenciado pela EBC totaliza 69 imóveis e encontra-se dividido da seguinte forma:

- a) Imóveis de propriedade da EBC – 35;
- b) Imóveis de propriedade da União, cedidos à EBC – 5;
- c) Imóveis de propriedade do GDF, cedidos à EBC – 2;
- d) Imóveis de propriedade da União, em transferência à EBC – 15;
- e) Imóveis de propriedade do GDF, em transferência à EBC – 1;
- f) Imóveis locados de terceiros em uso pela EBC – 9; e
- g) Imóveis da EBC alienados a terceiros em fase de regularização – 2.

A Tabela a seguir está organizada de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil.

Tabela 18 - Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis de Propriedade da EBC - 2016.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA EBC - 2016
UF AC – Acre	2
Cruzeiro do Sul	2
UF AM - Amazonas	5
Manaus	2
São Gabriel da Cachoeira	1
Tabatinga	1
Tefé	1
UF DF - Distrito Federal	12
Brasília	10
Guará	1
Brazlândia	1
UF MA - Maranhão	1
São Luís	1

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA EBC - 2016
UF MG - Minas Gerais	1
Belo Horizonte	1
UF PB - Paraíba	2
João Pessoa	2
UF RJ - Rio de Janeiro	2
São Gonçalo	2
UF RO - Rondônia	1
Porto Velho	1
UF RS - Rio Grande do Sul	5
Porto Alegre	5
UF SC - Santa Catarina	4
Florianópolis	4
TOTAL	35

Fonte: Gerência de Material e Patrimônio/GEA/DIAFI

A seguir, a Tabela com informações da distribuição geográfica dos bens imóveis de propriedade da União ou do GDF, cedidos ou em processo de transferência para a EBC, de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis:

Tabela 19 - Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis de Propriedade da União/GDF, Cedidos ou em Transferência para a EBC - Exercício 2016.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO/GDF DE RESPONSABILIDADE DA EBC - 2016
UF AM - Amazonas	2
Manaus	1
Tabatinga	1
UF DF - Distrito Federal	4
Brasília	1
Brasília (GDF)	3
UF RJ - Rio de Janeiro	17
Rio de Janeiro	1
Rio de Janeiro - Centro	14
Rio de Janeiro - Sumaré	2
TOTAL	23

Fonte: Gerência de Material e Patrimônio/GEA/DIAFI.

Na sequência, a Tabela com a distribuição geográfica dos bens imóveis locados de terceiros em uso pela EBC, de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis:

Tabela 20 - Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis Locados de Terceiros em Uso pela EBC.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS EM USO PELA EBC
UF DF - Distrito Federal	1
Brasília	1
UF MG - Minas Gerais	3
Belo Horizonte	1
Juiz de Fora	1
Uberlândia	1
UF RS - Rio Grande do Sul	3
Porto Alegre	1
Caxias do Sul	1
Pelotas	1
UF SP - São Paulo	1
São Paulo	1
UF SC - Santa Catarina	1
Chapecó	1
TOTAL	9

Fonte: Gerência de Material e Patrimônio/GEA/DIAFI.

A seguir, a Tabela com informações da distribuição geográfica dos bens imóveis EBC alienados a terceiros, de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis:

Tabela 21 - Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis da EBC alienados a terceiros - Exercício 2016.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO/GDF DE RESPONSABILIDADE DA EBC - 2016
UF C – Acre	1
Cruzeiro do Sul	1
UF RJ - Rio de Janeiro	1
Rio de Janeiro	1
TOTAL	2

Fonte: Gerência de Material e Patrimônio/GEA/DIAFI.

O imóvel denominado “Edifício A Noite”, localizado no Rio de Janeiro, permanece em processo de regularização junto à Secretaria de Patrimônio da União - SPU, para posterior efetivação dos registros cartoriais pertinentes e, em cumprimento à Lei nº 11.652/2008, regularização junto àquela Secretaria da transferência de diversos imóveis da União que estavam sob a responsabilidade, cedidos ou transferidos para a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto - ACERP.

Em relação aos imóveis cedidos à EBC pela União e Governo do Distrito Federal – GDF, a atualização é de responsabilidade dos órgãos proprietários dos imóveis.

Dentre os imóveis de propriedade da União cedidos à EBC, situados no Rio de Janeiro, dois não possuem possibilidade de transferência definitiva, visto que foram declarados como área de reserva ambiental, a saber:

- Terreno de 2.625m² e área construída de aproximadamente 90m², localizado na Serra da Carioca, Cota 763, Estrada do Sumaré; e
- Terreno de 2.500m² e área construída de 775m², localizado na Serra da Carioca, Cota 760, Estrada do Sumaré.

Em relação aos dois imóveis da EBC alienados a terceiros, estão em processo de regularização, a saber:

- Rua Benjamim Constant, S/Nº, Quarteirão “C” – Terreno com 600,00 m² - Cruzeiro do Sul/AC;
- Avenida Brasil, nº 13404/13476 – Parada de Lucas – Terreno com 285.681,05 m² - Rio de Janeiro/RJ.

O imóvel localizado Rua Humberto Correa, nº 1354, Bairro Jardim América - Porto Velho/RO foi objeto de alienação e encontrava-se sob a responsabilidade da EBC, como fiel depositária, após trânsito em julgado a ação de cobrança e embargo de terceiros para reintegração de posse, movida pela Empresa pela falta de pagamento de parcela relativa à venda e invasão do bem. Com a regularização do pagamento das parcelas devidas, o imóvel foi definitivamente registrado em nome do adquirente.

A sistemática adotada pela EBC no controle de imóveis utiliza o SPIUnet como um sistema complementar aos demais controles em funcionamento, hoje gerenciados pela Gerência de Material e Patrimônio, por meio da Coordenação de Patrimônio.

Abaixo, segue Tabela contendo informações individualizadas por imóveis de propriedade da EBC cedidos a terceiros, com informações individualizadas:

Tabela 22 - Imóveis de Propriedade da EBC cedidos a Terceiros.

Nº	Tipo de Imóvel	Endereço	Cessionário	Forma de Contratação	Benefícios à EBC
1	Terreno e Prédio	Av. Álvaro Maia, 850 – Centro - São Gabriel da Cachoeira - AM	Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira	Termo de Concessão Gratuito	- Manutenção Predial do Imóvel; - Pagamento de taxas e impostos; - Segurança patrimonial do imóvel;
2	Terreno e Prédio	Rua Brasília nº 279 – Bairro Juruá - Tefé - AM	Prefeitura Municipal de Tefé	Termo de Concessão Gratuito	- Manutenção Predial do Imóvel; - Pagamento de taxas e impostos; - Segurança patrimonial do imóvel;
3	Prédio	SCRN 702/3, bloco B – Lotes 02,04 e 06 - Brasília/DF	Conselho Nacional de Justiça - CNJ	Termo de Concessão Gratuito	- Manutenção Predial do Imóvel; - Reforma física e estrutural do imóvel; - Acordo de Cooperação Técnica para capacitação de empregados da EBC; - Pagamento de taxas e impostos; - Segurança patrimonial do imóvel;
4	Garagem	R. Sete de Setembro, 772, Ed. Garagem Rex, Box 181 - Porto Alegre/RS	Tribunal de Contas da União - TCU/RS	Termo de Cessão Gratuito	- Pagamento de taxas e impostos;
5	Terreno	SMAS, Trecho 02 (ant. Setor de Áreas Isoladas) - Brasília/DF	Associação de Empregados da EBC	Termo de Cessão Gratuito	- Manutenção Predial do Imóvel; - Pagamento de taxas e impostos;
6	Terreno e Prédio	Rua Correia Lima, 2.118, Bairro Santa Tereza - Porto Alegre/RS	Fundação Piratini Rádio e Televisão	Termo de Concessão Gratuito	- Manutenção Predial do Imóvel; - Pagamento de taxas e impostos; - Segurança patrimonial do imóvel;
7	Sala Comercial	Rua dos Ilhéus, 10, Sala 701 do Ed. Aplub Visconde - Florianópolis/SC	Advocacia Geral da União em Santa Catarina - AGU/SC	Termo de Cessão Gratuito	- Manutenção Predial do Imóvel; - Pagamento de taxas e impostos; - Segurança patrimonial do imóvel;
8	Sala Comercial	Rua dos Ilhéus, 10, Sala 702 do Ed. Aplub Visconde - Florianópolis/SC	Advocacia Geral da União em Santa Catarina - AGU/SC	Termo de Cessão Gratuito	- Manutenção Predial do Imóvel; - Pagamento de taxas e impostos; - Segurança patrimonial do imóvel;
9	Sala Comercial	Rua dos Ilhéus, 10, Sala 703 do Ed. Aplub Visconde - Florianópolis/SC	Advocacia Geral da União em Santa Catarina - AGU/SC	Termo de Cessão Gratuito	- Manutenção Física e Estrutural do Imóvel; - Pagamento de taxas e impostos; - Segurança patrimonial do imóvel;
10	Sala Comercial	Rua dos Ilhéus, 10, Sala 706 do Ed. Aplub Visconde - Florianópolis/SC	Advocacia Geral da União em Santa Catarina - AGU/SC	Termo de Cessão Gratuito	- Manutenção Predial do Imóvel; - Pagamento de taxas e impostos; - Segurança patrimonial do imóvel;

Fonte: Gerência de Material e Patrimônio/GEA/DIAFI.

Quanto à cessão de imóveis a terceiros, a EBC possui dez imóveis de sua propriedade que se encontram cedidos nessa condição, por meio de termos de cessão/concessão. Vale ressaltar que a EBC não possui imóveis de sua propriedade, cedidos a terceiros, por intermédio de contrato de aluguel.

Abaixo, segue Tabela contendo os imóveis utilizados pela EBC alugados de terceiros, com informações individualizadas:

Tabela 23- Imóveis Utilizados pela EBC alugados de Terceiros.

Nº	Endereço	Forma de Contratação	Valor Gasto com aluguel 2016 – R\$	Utilização
1	SCS, Quadra 08, Ed. Venâncio 2000 – Subsolo - Brasília/DF	Aluguel	12.538.414,60	- Abriga a sede da EBC em Brasília/DF;
2	Av. Mofarrej, nº 1200 – Vila Leopoldina - São Paulo/SP	Aluguel	1.332.383,60	-Abriga a Regional da EBC em São Paulo/SP;
3	Sala 43, da R. Jorge Marini, Serra do Curral - B. Horizonte/MG	Aluguel	125.690,62	- Abriga equipamentos para a repetição de sinal de TV;
4	Sala na Est. do Cristo - Morro do Imperador - Juiz de Fora/MG	Aluguel	68.193,00	- Abriga equipamentos para a repetição de sinal de TV;
5	Sala na Rua Ceará, Quadra 15, Umuarama – Uberlândia/MG	Aluguel	60.000,00	- Abriga equipamentos para a repetição de sinal de TV;
6	Lote na Est. Embratel, nº 1340 - Morro da Polícia - P. Alegre/RS	Aluguel	287.618,58	- Abriga equipamentos para a repetição de sinal de TV;
7	Lote na R. Ítalo Víctor Bersani - Jardim América - Caxias do Sul/RS	Aluguel	99.442,39	- Abriga equipamentos para a repetição de sinal de TV;
8	Lote na Rua Hipólito José da Costa, 155 - Arreal – Pelotas/RS	Aluguel	218.648,88	- Abriga equipamentos para a repetição de sinal de TV;
9	Lote na Est. para Seara, Km 03 – Chapecó/SC	Aluguel	215.713,92	- Abriga equipamentos para a repetição de sinal de TV;

Fonte: Gerência de Licitações, Contratos e Parcerias/GEA/DIAFI

Atualmente, a EBC possui nove imóveis locados de terceiros, sendo que dois deles, além de abrigarem as instalações utilizadas para execução das atividades finalísticas, abrigam também as unidades administrativas.

Essas locações justificam-se pelo fato de a EBC não possuir sede própria em Brasília e em São Paulo para o funcionamento de suas atividades administrativo-operacionais, em virtude dos imóveis de sua propriedade não disporem de infraestrutura compatível e suficiente para acomodação, na totalidade, das necessidades da Empresa. Por isso, foram firmados contratos de locações de espaços localizados no SCS Quadra 8 – Edifício Venâncio 2000, bloco B-60, 1º subsolo, Brasília-DF, para as instalações de sua sede, e na Avenida Mofarrej, 1200, Vila Leopoldina em São Paulo, para instalações da Superintendência Regional naquela capital.

A título de registro, a EBC é proprietária de quatro imóveis funcionais em Brasília/DF, conforme Tabela abaixo:

Tabela 24 - Tabela de Imóveis funcionais da EBC em Brasília/DF.

UF	TIPO	ENDEREÇO	VALOR DE AVALIAÇÃO (2012)
DF	Apartamento	SQS 208, Bloco C, Apto 101 – Brasília/DF	R\$ 695.000,00
		SQS 303, Bloco E, Apto 306 – Brasília/DF	R\$ 885.000,00
		SQS 305, Bloco I, Apto 401 – Brasília/DF	R\$ 960.000,00
		SQS 111, Bloco F, Apto 103 – Brasília/DF	R\$ 2.050.000,00

Fonte: Gerência de Material e Patrimônio

Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Em 2016, os custos referentes à manutenção dos imóveis de propriedade e alugados pela EBC foram de R\$ R\$ 3.438.276,98, o que representou redução de despesas da Empresa de 20% em comparação ao ano anterior. Essa redução deu-se, principalmente, em função da Taxa de Condomínio no Imóvel Edifício Venâncio 2000, localizado em Brasília, em virtude da renegociação do valor do aluguel e da suspensão do pagamento da Taxa de Aforamento, obtida após liminar judicial em favor da EBC, cujo processo tramita em julgado, conforme tabela abaixo.

Tabela 25 - Despesas de manutenção dos imóveis de propriedade alugados pela EBC – 2016.

TIPO	VALOR EM 2016
IPTU/TLP	R\$ 1.226.026,23
ITR	R\$ 22.360,00
Taxa de Condomínio	R\$ 2.172.822,48
Taxa de Incêndio	R\$ 15.209,72
Taxa de Ocupação	R\$ 1.858,55
Taxa de Aforamento	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 3.438.276,98

Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Dentre os imóveis geridos pela Empresa, existem aqueles que ainda necessitam de determinadas ações para a regularização da situação patrimonial da EBC.

Assim sendo, seguem listados abaixo imóveis avaliados como em situação de risco, sob a ótica da gestão patrimonial:

Tabela 26 - Imóveis que Apresentam Riscos Relacionados à Gestão Patrimonial.

Nº	Endereço	Fato	Risco	Providência
1	Rua Benjamim Constant, S/Nº, Quarteirão “C” - Cruzeiro do Sul/AC	Imóvel alienado e ainda registrado no nome da EBC.	Despesas não previstas. Lançamento de taxas e impostos em nome da EBC	Acompanhamento da Ação de obrigação para o adquirente escriturar o imóvel em seu nome
2	SMAS, Trecho 02 (ant. Setor de Áreas Isoladas) - Brasília/DF	Desapropriação de parte do imóvel, sem a devida indenização	Perda da ação	Foi impetrado processo na justiça para que seja paga indenização à EBC pela desapropriação da área para a construção do Metrô
3	Praça Mauá nº 07 – Edifício “A Noite”, 19º à 22º andar- Rio de Janeiro/RJ	Divergência no registro da documentação para registro da titularidade do imóvel	Limitação para destinação do imóvel	Regularização da documentação. É aguardada a emissão do Contrato de Aforamento pela SPU-RJ para que a EBC proceda aos registros cartoriais pertinentes
4	Avenida Brasil, nº 13404/13476 - Parada de Lucas - Rio de Janeiro/RJ	Imóvel alienado e ainda registrado no nome da EBC	Imóvel alienado e ainda registrado no nome da EBC	Regularização da documentação Foi enviada documentação à SPU-RJ registro cartorial em nome dos adquirentes

Fonte: Gerência de Material e Patrimônio/GEA/DIAFI

Por fim, registra-se que uma das ações da Empresa para o exercício de 2017, será a constituição de Grupo de Trabalho com a finalidade de otimizar os recursos imobiliários de propriedade da EBC quanto ao uso, destinação e redução de despesas afetas aos imóveis, tais como IPTU, Aforamento, Condomínios, Taxas Municipais, mediante as seguintes ações:

I – identificar os imóveis pertencentes à EBC passíveis de venda, doação, cessão de uso onerosa e gratuita com encargos, permuta, doação em pagamento e outros procedimentos congêneres;

II – identificar imóveis de propriedades da EBC que são passíveis de uso pelas Regionais do Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, Tabatinga e Porto Alegre em substituição aos imóveis locados;

III – propor medidas que possibilitem a redução de despesas afetas aos imóveis de propriedade da EBC.

Entre os riscos na gestão de imóveis, pode-se citar a ausência de avaliação/reavaliação dos imóveis, a fim de atender à recomendação do art. nº 183 § 3º da Lei nº 6.404/76 e o item 33 do Pronunciamento Técnico da CPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 2015, foi constituído Grupo de Trabalho para Avaliação e Reavaliação dos Bens Intangíveis da EBC, com objetivo de desenvolver e propor a criação de políticas para aplicação de valoração dos bens intangíveis da Empresa, composto por empregados com diferentes formações acadêmicas e conhecimentos técnicos, indicados pela Empresa. Como medida de ação, foi recomendada a contratação de empresa especializada e autuado Processo nº 2909/2015 para os devidos trâmites, o qual se encontra em andamento.

Com o objetivo de subsidiar e aprimorar o trabalho de elaboração do Termo de Referência inicial, a Empresa realizou *benchmarking*, ou seja, pesquisa junto a outros órgãos e empresas públicas, que tiveram a experiência de realizar o Teste de Recuperabilidade.

No decorrer do andamento do processo, surgiram vários fatores intervenientes, como especificidade do objeto - que requer análise de outras áreas envolvidas no processo - e restrições orçamentárias e financeiras no exercício de 2016, motivos pelos quais não foi possível concluir a contratação naquele exercício. Estima-se que o processo de contratação e a realização do serviço sejam concluídos no exercício de 2017.

5.3. Gestão da tecnologia da informação

5.3.1. Principais sistemas de informações

Os principais sistemas de informações em uso na EBC são:

A. ERP Protheus – Totvs:

- **Objetivos:** automação e integração de toda a área administrativa, orçamentária e financeira da EBC;
- **Principais funcionalidades:** atender às necessidades dos processos de Ativo Fixo (Patrimônio), Estoque, Gestão de Pessoas (Folha), Avaliação e Pesquisa de Desempenho, Treinamento, Ponto Eletrônico, Recrutamento e Seleção de Pessoal e Cargos e Salários;
- **Responsável Técnico:** Fernando Imbroisi Martins Borba;
- **Responsável da área de negócio:** Elizabeth da Silva Rodrigues e Marcus Vinícius Queiroz Barbosa pelo Ativo Fixo, Marcus Vinícius Queiroz Barbosa pelo Estoque, Mário Márcio Simões de Oliveira pela Gestão de Pessoas (Folha), Avaliação e Pesquisa de Desempenho, Treinamento, Ponto Eletrônico, Recrutamento e Seleção de Pessoal e Cargos e Salários;
- **Criticidade:** a falta do sistema impõe à EBC práticas não recomendadas, tais como a utilização de meios manuais, controles por planilhas, retrabalhos e inconsistências;
- **Situação atual:** sistema implantado e em produção, com previsão de conclusão do processo de operacionalização em junho de 2017.
- **Manutenção:** Em garantia

B. Publicidade Legal:

- **Objetivos:** gestão do serviço de publicidade legal prestado pela EBC para todas as instituições públicas para divulgação de informações em canais de comunicação no Brasil e no mundo;
- **Principais funcionalidades:** solicitação de orçamentos e de inserção nos diversos meios de comunicação, canal de comunicação com os veículos privados de publicação, início do processo de faturamento;
- **Responsável Técnico:** Fernando Imbroisi Martins Borba;
- **Responsável da área de negócio:** Antônio Marinho da Cunha Júnior;
- **Criticidade:** sem o sistema, todos os controles ficam manuais e torna-se impossível atender à totalidade da esfera federal, estadual e municipal nas necessidades de publicação legal.
- **Manutenção:** Equipe própria

C. Clipping e Mídia Digital:

- **Objetivos:** gestão do *clipping* realizado nos principais jornais, revistas e emissoras de rádio e TV do país. O serviço é disponibilizado mediante assinatura do cliente e tem prazo de execução e entrega previstos em contrato;
- **Principais funcionalidades:** cadastro de matérias, capas, manchetes, vídeos, áudios e imagens que compõem o *clipping* e a mídia digital: gestão de assinaturas, prazos e cortesias, banco de notícias para assinantes do serviço de mídia digital;
- **Responsável Técnico:** Fernando Imbroisi Borba;
- **Responsável da área de negócio:** Deborah Kadja;
- **Criticidade:** o sistema entrega para os principais clientes dos três poderes recorte diário das notícias de interesse político, econômico e social e é prestado por contrato de prestação de serviços. O não cumprimento da disponibilidade das matérias e arquivos causaria prejuízo à arrecadação da Empresa.
- **Manutenção:** equipe própria

D. AvidInews: Sistema de automação jornalística e sala de notícias:

- **Objetivos:** gerenciamento de redação que serve como o centro dinâmico da criação e distribuição de conteúdo;
- **Responsável Técnico:** Renan Cariello de Oliveira José;
- **Responsável da área de negócio:** Eurico de Freitas Tavares;
- **Criticidade:** essencial para a realização dos telejornais da TV Brasil.
- **Manutenção:** equipe própria

E. Informa:

- **Objetivos:** automação de estúdios de rádios;
- **Principais funcionalidades:** formado por um conjunto de subsistemas que fazem automação de estúdio (InfoAudio), administração, Opec, Financeiro (InfoRadio), gravação de censura (InfoRec), Programação musical (InfoDisc), gestão de ouvintes (InfoAudience) e gerenciamento de notícias (InfoReport);
- **Responsável Técnico:** José Wilson Barbosa Souto;

- **Responsável da área de negócio:** Carlos Senna;
- **Criticidade:** essencial ao funcionamento das rádios administradas pela EBC.
- **Manutenção:** terceirizada, despesa inclusa nos custos de licenciamento.
- **Custo:** R\$ 445.048,20

F. ITVRP: intercâmbio de Televisão e Rádio Pública. Sistema da RNP de transferência de arquivos entre praças da EBC e parceiros e de recebimento de conteúdo externo:

- **Objetivos:** propiciar o intercâmbio de conteúdos digitais entre as unidades da EBC e, dessas, com unidades parceiras na produção e utilização de conteúdos;
- **Principais funcionalidades:** compartilhamento de arquivos via internet. Este sistema conta com um desenvolvimento permanente, tanto de suas funcionalidades quanto de sua infraestrutura de operação, composta de servidores, armazenamento e conectividade de rede;
- **Responsável Técnico:** Renan Cariello de Oliveira José;
- **Responsável da área de negócio:** Adriano Adoryan;
- **Criticidade:** essencial para o intercâmbio de conteúdo entre as praças da EBC e emissoras parceiras.
- **Manutenção:** equipe própria

G. iAcervo: sistema de gestão de acervo físico, grade e roteiro de programação:

- **Objetivos:** criação de roteiro da emissora, controle da vida das mídias físicas;
- **Principais funcionalidades:** transferências, empréstimos, devoluções, cadastro, controle e armazenamento referente aos conteúdos produzidos de forma analógica na emissora. Integra sistema de Opec, Sistema de Ecad, Criação da grade da emissora, que serve como base para a programação, catalogação de conteúdos e criação roteiro, além de permitir integração ao Sistema de Opec a ser adquirido;
- **Responsável Técnico:** Renan Cariello de Oliveira José;
- **Responsável da área de negócio:** Adriano Adoryan;
- **Criticidade:** imprescindível para a gestão do conteúdo analógico da EBC e fundamental para o funcionamento da emissora.
- **Manutenção:** equipe própria

H. Roteiro On-line: sistema *on-line* para disponibilização do roteiro da emissora para as emissoras parceiras:

- **Objetivos:** manter as emissoras parceiras atualizadas ao roteiro produzido pela emissora EBC, de forma *on-line*;
- **Principais funcionalidades:** receber as informações do roteiro gerado via sistema iAcervo, tratar e disponibilizar, de forma *on-line*, para emissoras parceiras;
- **Responsável Técnico:** Renan Cariello de Oliveira José;
- **Responsável da área de negócio:** Adriano Adoryan;
- **Criticidade:** muito necessário para a operação com emissoras parceiras.
- **Manutenção:** equipe própria

I. MAM: Sistema de gestão de ativos de mídias:

- **Objetivos:** gestão do acervo digital de ativos de mídias – arquivos digitais de vídeo, áudio e

fotos. •

- **Principais funcionalidades:** armazenamento e gestão de fotos, vídeos e áudios que fazem parte da produção de programas para os diversos veículos da EBC, que inseridos e indexados via sistema MAM, podem ser resgatados a partir de qualquer computador ou ilha de edição conectados à intranet da EBC;
- **Responsável Técnico:** Renan Cariello de Oliveira José;
- **Responsável da área de negócio:** Adriano Adoryan;
- **Criticidade:** imprescindível para gestão do acervo digital produzido pela EBC e para o acesso às mídias armazenadas entre as diversas unidades de jornalismo da Empresa.
- **Manutenção:** em processo de contratação

J. Portais EBC, Agência Brasil, Rádio Agência Nacional, Portal de Rádios e TV Brasil:

- **Objetivos:** publicar e divulgar conteúdo para sociedade e para a administração pública;
- **Principais funcionalidades:** edição e publicação de conteúdo multimídia, áudio, vídeo, texto e imagens nos sítios da EBC;
- **Responsável Técnico:** Thiago Dieb;
- **Responsável da área de negócio:** Lana Cristina do Carmo e Lúcia Gurgel Neves Hora;
- **Criticidade:** trata-se de meios de divulgação de conteúdo produzido pela EBC. Sem estes canais, a EBC não tem como divulgar conteúdos na internet.
- **Manutenção:** equipe própria

5.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Em 2016, a estrutura de tecnologia passou por alterações. No início do ano, a maior equipe de TIC, a Gerência Executiva de Tecnologia Corporativa – GEXTC, era subordinada à Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas – DIAFI, situação que perdurou até outubro de 2016, com a alteração do Regimento Interno da EBC, a criação da Diretoria de Operações, Engenharia e Tecnologia – DOTE e da Gerência Executiva de Sistemas da Informação de Comunicação – GESIC, que assumiu as atividades da GEXTC.

No tocante ao quantitativo de pessoal, no exercício 2016, enquanto existiu a GEXTC, a área de Tecnologia da Informação contou com a seguinte força de trabalho:

- a) Efetivos da carreira de TI da unidade: 22;
- b) Efetivos de outras carreiras da unidade: 1;
- c) Efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades: 1;
- d) Efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades: 0;
- e) Livre provimento: 3;
- f) Terceirizados: 13;
- g) Estagiários: 5

Após a criação da Gerência Executiva de Sistemas da Informação e Comunicação – GESIC, a área de Tecnologia da Informação passou a contar com a seguinte força de trabalho:

- a) Efetivos da carreira de TI da unidade: 24;
- b) Efetivos de outras carreiras da unidade: 3;
- c) Efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades: 1;
- d) Efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades: 0;

- e) Livre provimento: 5;
- f) Terceirizados: 3;
- g) Estagiários: 6

A área de Tecnologia manteve os seguintes processos de gerenciamento de serviços:

- a) **Processo de Controle de Demandas de TI:** processo automatizado por meio do qual são feitas as solicitações de serviço à unidade de TI. Permite a organização da fila de atendimento por natureza de chamado, o direcionamento, o acompanhamento da execução, registro da solução e encerramento dos chamados; e
- b) **Processo de Gestão de Mudanças:** processo pelo qual são registradas, planejadas e aprovadas todas as mudanças de TIC que possam oferecer algum tipo de risco às áreas da EBC.

Além da estrutura disposta, a gestão da tecnologia da informação e comunicação conta com o CTIC – Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação, órgão deliberativo, de atuação permanente, com finalidade de estabelecer políticas e diretrizes para integração dos sistemas que compõem as plataformas operacionais e promoção do alinhamento da área de negócios com a área de tecnologia da informação da Empresa.

O Comitê, nos termos do Art. 27 do atual Regimento Interno, é formado pelos titulares das seguintes unidades:

Diretoria Geral; Diretoria de Operações e Tecnologia, Diretoria de Jornalismo, Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas, Diretoria de Produção e Conteúdo, Secretário-Executivo, Superintendências Regionais do Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão e Superintendência da TV Brasil.

Em 2016, o Comitê reuniu-se dez vezes, sendo sete reuniões ordinárias e três extraordinárias. Entre suas decisões e deliberações, as principais foram a aprovação do acréscimo de orçamento para atualização de licenças Microsoft, ao custo de R\$ 929.683,86, a aquisição de transmissor de televisão digital, TV Brasil-MA, com o custo de R\$ 2.125.630,00, dentre outras relacionadas a soluções de *firewall* e estruturas de *Storage*.

Em 26 de outubro de 2016, a EBC constituiu um grupo de trabalho multidisciplinar com o objetivo de desenvolver o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e da Comunicação – PETIC – e, em 26 de dezembro de 2016, publicou a Portaria Presidente nº 1.145 autorizando a ampliação do prazo de prorrogação do Grupo de Trabalho, e, em 9 de fevereiro de 2017, publicou a Portaria Presidente nº 105, autorizando a prorrogação do prazo de vigência do Grupo de Trabalho.

O Grupo de Trabalho já entregou a redação final do PETIC, para encaminhamento à apreciação e aprovação pelos devidos colegiados da EBC (pela ordem de aprovação: Comitê de Tecnologia da Informação e da Comunicação – CTIC, Diretoria Executiva – DIREX e Conselho de Administração – CONSAD). Esta fase está sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva – SECEX, que encaminhará, se aprovado, para publicação e início da vigência do mesmo.

Com a aprovação do PETIC, a próxima etapa na gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação da EBC é a elaboração de um novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTIC.

Os principais norteadores do planejamento de TIC para o ano de 2016 foram as necessidades apontadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e da Comunicação – PDTIC e a restrição orçamentária prevista para o ano subsequente.

Sob a luz deste entendimento, foi criado o Plano de Trabalho de 2016 com três macro-objetivos:

- I. **Manutenção dos contratos existentes.** Sustentação de Infraestrutura, *Links MPLS* e acesso à internet, Suporte Ferramenta de Correio Eletrônico, Licenciamento e Suporte de ferramenta de antivírus corporativa, Licenciamento e suporte ao *firewall*, Serviço de manutenção em impressoras, Conexão com a rede Infovia Brasília, *Outsourcing* de Impressão nas unidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, Licenciamento e suporte a ferramenta de *backup* corporativo.
- II. **Recontratação de serviços estruturantes cujos contratos expiravam em 2016.** Licenciamento de produtos Microsoft, Licenciamento e suporte técnico de produtos RedHat, Suporte Técnico a ferramenta corporativa de *backup*, Licenciamento e suporte do sistema de antivírus e *anti-spam*, Licenciamento e suporte do sistema de *firewall*.
- III. **Contratação de novos serviços e equipamentos,** em substituição aos equipamentos obsoletos que hoje estão em uso no ambiente de TIC da EBC, tais como equipamento de *firewall* das unidades de Brasília e Rio de Janeiro, ampliando a solução para as unidades de São Paulo, São Luís/MA e Tabatinga/AM, servidores de rede e equipamentos complementares de gerenciamento de servidores tipo KVM e *desktops* de uso geral.

No tocante aos projetos mais relevantes, desenvolvidos no exercício 2016, é importante informar que:

- A aquisição do novo sistema de segurança lógica da rede de dados – *firewall*, com o fornecimento de novos equipamentos e alta disponibilidade, contemplando as unidades de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, São Luís/MA e Tabatinga/AM, trará melhoria significativa da segurança da rede de dados de toda a EBC. Este projeto tem previsibilidade na ação A45 do PDTIC e custo de R\$ 2.341.119,00.
- O projeto das Eleições Municipais 2016 reuniu as áreas de Tecnologia da Informação, Conteúdo Web, Negócios, Sistemas Interativos para TV Digital, Jornalismo e as Rádios da EBC, para criar ferramentas diversas que entregaram informações sobre as candidaturas, o processo de votação e a apuração do resultado das eleições municipais de 2016 para o cidadão que acompanha as diversas mídias da Empresa. Especificamente, a parte de apuração entregou as informações em tempo real para as oito rádios, para a TV Brasil também, com interatividade, para Brasília: TV NBR, Portal EBC, Agência Brasil e Radioagência Nacional. O projeto não teve custo extra, pois foi realizado com os recursos humanos e tecnológicos disponíveis.
- Foi efetivada a operacionalização do ERP Protheus – Totvs, que visa à automação de processos de trabalho, desativação de sistemas legados que não vêm atendendo às necessidades da Empresa a contento, integração entre os processos administrativos da Empresa, dentre outros benefícios obtidos com a utilização de um sistema integrado de informações. Custo total do projeto é de R\$ 1.979.993,88.

Ao final do ano foi possível verificar que o objetivo de manutenção dos contratos existentes foi integralmente alcançado. Já os objetivos de recontratação dos serviços estruturantes, cujos contratos expirariam em 2016, e a contratação de novos serviços e equipamentos, foram parcialmente concluídos, tendo a restrição orçamentária imposta a todo o Governo Federal como o maior fator de impedimento ao pleno alcance destes objetivos.

Como forma de mitigar uma eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI, a EBC adotou a postura de sempre, realizando uma contratação de produto ou solução de TI, além de contratar também o devido treinamento para sua equipe técnica. Este procedimento encontra lastro nas últimas contratações realizadas, como os processos de aquisição de solução de *firewall* e Produtos RedHat, realizados no ano de 2016.

Devido ao fato de no ano de 2015 não ter acontecido nenhuma contratação de solução ou produto de TIC que demandasse algum tipo de treinamento e, em decorrência da restrição

orçamentária imposta pelo Governo Federal, não foi realizado nenhum treinamento ou capacitação ao longo do ano de 2016.

5.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

No exercício de 2016, a EBC deu continuidade aos projetos de boas práticas de preservação ambiental, de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental, por meio de implementação/manutenção de medidas administrativas, que resultaram no uso mais racional dos recursos naturais, na melhoria da qualidade de vida e da saúde dos empregados, objetivando a melhora de comportamentos, práticas e atitudes e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, foram adotadas e/ou mantidas as ações de preservação ambiental e de sustentabilidade, destacadas no quadro que se segue:

Quadro 3 – Ações de Preservação Ambiental e de Sustentabilidade.

Ações	Área de Atuação	Medidas adotadas
Racionalização de Energia – mudança de hábitos e a educação como fator para gerar economia.	Logística	- prática de apagar as lâmpadas dos ambientes desocupados e de aproveitamento ao máximo a iluminação natural; - substituição das lâmpadas convencionais por lâmpadas com maior eficiência energética, dando preferência às lâmpadas fluorescentes e lâmpadas LED; - adequação da luminosidade, da quantidade e do tipo de lâmpadas em cada recinto; - adequação da instalação elétrica às normas da ABNT e aos padrões da legislação; - proibição do uso de benjamins, longas extensões, divisores T, rabo quente, dentre outros; - configuração dos computadores para desligamento automático do vídeo; - instalação de 90% de aparelhos de ar condicionado na parte superior dos ambientes; - realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado, com troca de filtros, visando a diminuição do consumo de energia e melhoria na qualidade do ar; - manutenção de portas e janelas fechadas quando o ar condicionado está ligado; - desligamento dos aparelhos de ar sempre que os ambientes forem desocupados; - pintura das paredes e tetos com cores claras, para melhor dimensionamento da iluminação dos ambientes; - verificação sobre o estado de conservação das borrachas de vedação e dos termostatos em equipamentos de refrigeração; - regular limpeza dos equipamentos de refrigeração para evitar acúmulo de gelo; - constantes arrumações dos produtos dentro dos refrigeradores de modo que impeçam a circulação do ar dentro deles, bem como não se utiliza plásticos para forração das prateleiras, com forma de preservação do equipamento e redução de energia; - monitoramento do consumo de energia, com obtenção de redução de 21% nos gastos.
Consumo de	Logística e	- utilização de mensagens eletrônicas (e-mail), evitando o uso do papel nas

Ações	Área de Atuação	Medidas adotadas
Papel – Economizar papel é economizar a natureza.	Administração de Material	comunicações internas, inclusive nas endereçadas ao público externo; - substituição do uso de documento impresso por documento digital; - prática de revisão de documentos antes da impressão, evitando gastos de papel desnecessariamente; - monitoramento do consumo de papel para impressão e cópias; - sensibilização para impressão de documentos frente e verso na mesma folha, objetivando a redução no consumo de papel (divulgação interna, por meio eletrônico); - utilização de ferramentas informatizadas em substituição aos aparelhos de fac-símile tradicionais, ainda existentes, objetivando a redução do consumo de papéis, as despesas com manutenção, além da redução do consumo de energia; - substituição de cópia reprográfica pela cópia digital, sempre que possível. - início dos estudos para (adesão visando) implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sistema alinhado à Agenda A3P.
Impressão, Cartuchos e Reprografia – focado na diminuição da quantidade de impressão		- utilização dos serviços de impressão por <i>outsourcing</i> (terceirização das impressoras) - monocromático e policromático; - controle/monitoramento dos gastos com impressão, cartuchos e reprografia; - adoção de frente/verso como opção padrão para as impressoras; - obrigatoriedade dos equipamentos locados (<i>outsourcing</i>) estarem em conformidade com padrão ENERGY STAR® (padrão internacional de consumo eficiente de energia); - obrigatoriedade da empresa contratada (<i>outsourcing</i>) adotar critérios de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, bem como apresentar e executar um plano de descarte dos suprimentos fornecidos ecologicamente viável.
Racionamento no uso de Copos Descartáveis – diminuir o uso de descartáveis como forma de ajudar a limpar o mundo		- deu-se preferência para utensílios produzidos com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, visando a minimizar impactos ambientais adversos; - adquiriram-se canecas em acrílico e vidro/porcelana, como forma de reduzir o consumo de copos descartáveis, contendo a logomarca da Empresa como forma de promoção institucional; - promoveram-se campanhas de sensibilização para conscientizar os empregados a reduzirem o consumo de copos e outros tipos de utensílios descartáveis, com perspectivas de intensificação da campanha no exercício de 2017; - definiu-se para os descartáveis a priorização por reduzir e reutilizar.
Material de Consumo Permanente	Administração de Almoxarifado e de Patrimônio	- nas aquisições de materiais para reposição de estoque de almoxarifado avalia-se o ciclo de vida dos objetos, desde a origem até o descarte; - o Sistema de Registro de Preços é adotado para aquisição de todos os materiais para reposição de estoque de almoxarifado; - levantamento dos materiais que não possam ser reaproveitados no âmbito da EBC para fins de desfazimento, por doação ou alienação; - redistribuição de materiais considerados ociosos para reaproveitamento nos setores que possam dar uma destinação útil ao material; - política de atualização das inovações sobre compras sustentáveis nos

Ações	Área de Atuação	Medidas adotadas
		portais dos órgãos da administração pública, objetivando encontrar alternativas vantajosas e econômicas que possam ser aplicadas na Empresa; - reaproveitamento de materiais parcialmente utilizados numa área para reutilização em outra, e o reaproveitamento de material para criação de novos produtos/documento; - exigências nos contratos de prestação dos serviços de limpeza que os Contratados, sempre que possível, utilizem produtos que seja biodegradável, principalmente os do ramo da higiene e limpeza (por exemplo: saneantes feitos à base de substâncias tensoativas biodegradáveis, que são decompostas por microrganismos); - é conferido o direito de margem de preferência aos produtos manufaturados no Brasil, observando os Decretos 7.709/12, 7.713/12, 7.756/12, 7.810/12, dentre outros, e a declaração constante do Anexo II da Portaria MDIC nº 279/2011; - na aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, como geladeiras, bebedouros, fornos, ferramentas, etc, sempre se exige com os mesmos possuam o selo PROCEL, do Inmetro, nível A; - na aquisição de eletrodomésticos, sempre é exigido o Selo Ruído do Inmetro, em níveis A ou B; - nas aquisições são estabelecidas margens de preferência para produtos e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras, em observância Decreto nº 7.546, de 02 Ago 2011; - exige-se que os produtos sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis ou de papelão; - promoção de inventário de equipamentos e material permanente, anualmente; - promoção de estudos e levantamento para o desfazimento de bens, considerados obsoletos, inservíveis, antieconômicos, irrecuperáveis e sucateados para fins de desfazimento por meio de alienação ou transferência/doação para outros órgãos ou instituições, observado o interesse público e social, com o objetivo de tornar os bens úteis e liberar espaço físico nos depósitos.
Uso racional da Água	Logística	- realização de vistoria periódica nas instalações hidráulicas para identificar vazamentos (como desgaste em válvulas de descarga e torneiras); - monitoramento constante do consumo de água, para identificar, de imediato, a ocorrência de vazamentos em instalações hidráulicas; - reforma realizada nos banheiros com substituição dos aparelhos com válvula de descarga acoplada; - substituição de 100% (cem por cento) de torneiras tradicionais por outras com temporizadores, que reduzem o desperdício de água e fecham-se automaticamente; - instalação de dispositivos arejadores nas torneiras. Estes dispositivos dão a sensação de uma maior vazão, mas fazem exatamente o contrário, reduzem-na; - 90% (noventa) por cento do esgoto produzido pela Unidade está canalizado para a rede coletora do município, ou seja, tratado antes de ser liberado na natureza.
Redução de Gasto Público – focado no melhor emprego dos	Logística / Administração de Material	- utilização dos recursos de comunicação como WhatsApp, objetivando redução de despesas com telefonia; - utilização de telefones tipo VOIP, como medida de redução de gastos com

Ações	Área de Atuação	Medidas adotadas
recursos público e em evitar o desperdício que permita realizar mais atividades com o mesmo tamanho de orçamento.		telefonia; - realização de reuniões por videoconferência e teleconferência, obtendo agilidade de comunicação entre as áreas e redução de despesas com telefonia, passagens, hospedagem e diárias; - utilização do <i>Google drive</i> como ferramenta destinado ao monitoramento das ações do Plano de Trabalho da Empresa, visando economia de gastos com impressão de documentos, com energia elétrica, com telefonia e consumo de papéis; - utilização do Power Bi como ferramenta de controle e gerenciamento de custos, orçamento, planejamento e execução orçamentária, propiciando a redução de gastos com impressão de documentos, energia elétrica, garantindo facilidades de consulta, via web, ampliando a transparência; - disponibilização de informações sobre a instituição e atos administrativos na rede de comunicação mundial (intranet e internet), com a finalidade de dar acesso à informação ao cidadão e a transparência, com redução de papel, energia e outros insumos; - dimensionamento dos postos de vigilância e de portaria, objetivando melhor adequação técnica e redução de despesas de custeio; - adoção do Sistema de Registro de Preços, como ferramenta para obtenção de propostas mais vantajosas, para aumentar a eficiência administrativa, reduzir a realização de frequentes licitações durante o exercício financeiro, propiciar a redução dos custos operacionais e de publicidade e melhor utilização do espaço físico, não mais ocupado com estoque em larga escala, de forma desnecessária; - capacitação de pregoeiros para instrumentá-los com ferramentas de negociação, orientando-os a participar de redes e fóruns de discussões sobre o tema compras sustentáveis.
Viaturas – redução de gastos com transporte	Logística	- racionalização e controle no uso da frota de veículos, evitando deslocamentos desnecessários e definindo procedimentos (escalas de saída, itinerário padrão, lotação mínima, dentre outros); - uniformização e centralização da Requisição de Veículos com envio eletrônico ao setor de transporte, com prévia disponibilização dos destinos, permitindo o melhor aproveitamento de deslocamentos, redução de despesas com combustível, pagamento de km rodado e com impressão; - terceirização dos serviços de manutenção da frota e de abastecimento com disponibilização de software de gerenciamento de uso da frota; - definição de deslocamento em viatura em tamanho e porte adequados à realização da missão; - utilização dos serviços de transporte por meio de motocicletas e motociclistas (motoboy), terceirizados, para pequenas entregas e coletas de materiais, fitas áudio e vídeo, ao invés de empregar veículos para esse fim; - criação e disponibilização de bicicletários e vestiários aos empregados para fomentar a utilização desse meio de transporte, que não produzem poluentes.
Reformas e reparos	Logística	- 100% das pinturas de paredes são feitas com tinta à base de água e em cores claras para melhor aproveitamento e reflexão da luz natural; - as reformas são executadas com redução de insumos naturais, prevendo a utilização de agregados reciclados, como blocos, agregados, concreto e argamassa; - substituição de 100% (cem por cento) dos revestimentos de madeira por revestimentos ecológicos que imitam a madeira natural e possuem

Ações	Área de Atuação	Medidas adotadas
		durabilidade superior; - 90% (noventa por cento) das áreas internas são individualizadas por divisórias ao invés de paredes, para dotar maior flexibilidade a edificação no que se refere a mudanças de uso; - estocagem de materiais destinados à reforma e reparos por empilhamento, distanciados entre fileiras e alinhados, para garantir maior proteção de itens sensíveis e melhor aproveitamento.
Qualidade de Vida – elevação do bem estar físico, mental e social, aumento da produção, redução de custos na área médica e aumento da disponibilidade da força de trabalho.	Gestão de Pessoas	- intensificação da educação com a realização de capacitação na área de medicina e acidente de trabalho; - aquisição, disponibilização e distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), para utilização pelos empregados; - aquisição, disponibilização e distribuição de Coletes de Proteção à Prova de Balas, aos profissionais que realizaram coberturas jornalísticas em áreas de risco; - monitoramento dos sistemas de segurança contra incêndio, por meio de empresa terceirizada, com a execução de testes nos sistemas instalados; - promoção do OUTUBRO ROSA - uma campanha de conscientização que tem o principal objetivo de alertar as mulheres da Empresa sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama, com a presença de especialistas do ramo médico que transitem os fatores de riscos, de proteção, sinais e sintomas e detecção precoce; - realização de palestras por profissionais do Corpo de Bombeiros Militares sobre segurança do trabalho, primeiros socorros, utilização de Equipamentos de Proteção Individual, dentre outros meios; - promoção do NOVEMBRO AZUL - uma campanha de conscientização dirigida em especial aos homens para conscientização a respeito de doenças masculinas, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata, com o objetivo de quebrar o preconceito masculino de ir ao médico e, quando necessário, fazer o exame de toque, por meio de palestras com especialistas; - promoção do hábito da leitura com a doação e troca de livros, fomentando a cultura e promovendo a preservação da natureza; - realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e o combate à proliferação do mosquito <i>Aedes Aegypti</i>.
Descartes de Resíduos	Gestão de Pessoas e Logística	- instalação de coletores de resíduos, em locais estratégicos, em cores e tamanhos apropriados, para a coleta separada de papéis, plásticos, vidros e metais. Esses materiais são destinados à Associação Recicle a Vida, cooperativa parceira do Projeto Reciclar, que, a partir do valor adquirido com a reciclagem, investe em atividades de reintegração à sociedade de pessoas em situação vulnerável. - instalação de lixeiras em pontos estratégicos para coleta de material orgânico (não reciclável), destinados para o serviço de coleta próprio para esse tipo de resíduo.

Com vistas ao fortalecimento dessas ações, a EBC tem previsão de, no exercício de 2017, ampliar a Política de Sustentabilidade Socioambiental e estabelecer novos e permanentes mecanismos de promoção à sustentabilidade, buscando conformidade com os normativos legais e efetivo exercício da responsabilidade socioambiental.

5.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras:

Nos processos de aquisição de bens e na contratação de serviços, a EBC tem definido diretrizes de sustentabilidade nos Termos de Referência e Projetos Básicos, conforme dispõe o Decreto nº 7746/2012, com as seguintes exigências, de acordo com o objeto a ser contratado:

- a) observar a não utilização de produtos que contenham substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução CONAMA Nº 267, de 14 de setembro de 2000;
- b) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- c) adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e para a preservação dos recursos hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 1997 e da legislação local, considerando a política socioambiental da EBC;
- d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- e) realizar programa interno de treinamento de seus empregados visando à adoção de práticas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água, redução de produção de resíduos sólidos e coleta seletiva, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) proceder ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de pilhas, baterias e lâmpadas, de acordo com o programa de coleta seletiva implementado na EBC, em observância ao Decreto nº 5.940, de 2006;
- g) observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades, em consonância com o programa de coleta seletiva da EBC; evitar o desperdício de embalagens e a geração de resíduos sem reaproveitamento;
- h) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança (EPI) que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- i) disponibilizar motocicletas, para execução dos serviços de transporte, em excelente estado de conservação, que possam desempenhar com a máxima eficiência os serviços, dentro dos padrões estabelecidos na regulação do trânsito e que causem o mínimo de poluição possível;
- j) garantir que as motocicletas disponibilizadas para execução dos serviços de transportes estejam com a manutenção em dia e com padrões aceitáveis de ruído e emissão de gases;
- k) garantir que na execução dos serviços sejam, sempre que possível, adotados critérios de sustentabilidade na realização dos serviços evitando-se o consumo excessivo de energia elétrica e o desperdício de água, além de limitar o uso de materiais poluentes (graxas, óleos, gases, etc) ao mínimo indispensável;
- l) coletar as peças e partes de reposição substituídas e fazer o repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada;
- m) estar apto, em conformidade com a Resolução 401/08 do **CONAMA** -

Conselho Nacional do Meio Ambiente, e devidamente cadastrado junto aos órgãos competentes para tratar ou dispor adequadamente as baterias Chumbo Ácidas por ele comercializado;

n) repassar aos fabricantes ou importadores, das baterias de chumbo-ácido esgotadas ou inservíveis, substituídas e coletadas na EBC, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1. Canais de acesso do cidadão

A EBC possui dois canais de acesso: Ouvidoria e Central do Ouvinte.

A Ouvidoria da EBC recebe reclamações, elogios, sugestões, pedidos de informação e comentários de telespectadores, ouvintes e internautas, além de monitorar o conteúdo dos veículos de comunicação da Empresa. Esse processo ocorre com a análise das demandas do público e identificação da área responsável para que seja providenciada a solução. O trabalho de análise e encaminhamento das manifestações recebidas pela Ouvidoria contribui para informar os dirigentes e produtores de conteúdo a percepção dos cidadãos sobre a qualidade ou pertinência dos serviços prestados. A Ouvidoria também é a gestora do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC da EBC.

Os canais de atendimento ao usuário estão disponíveis em todos os sítios eletrônicos da EBC e também são informados durante a programação das emissoras de rádio, de forma a assegurar a ampla divulgação dos meios de contato com a Ouvidoria.

A Ouvidoria pode ser acessada via formulário *on-line*, na página da Ouvidoria na internet (<http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/fale-conosco>), via e-mail (ouvidoria@ebc.com.br), telefone (61.3799-5244), carta ou pessoalmente, na sede da Empresa.

A Central do Ouvinte é destinada aos ouvintes que queiram enviar mensagens e participar dos programas das emissoras de rádio da EBC e pode ser acessada via e-mail, telefone ou carta.

Central do Ouvinte Brasília:

E-mail: centraldoouvinte@ebc.com.br

Carta: Caixa Postal 258. Brasília / DF– CEP:70359-970

Telefone: (61) 3799.5471

Central do Ouvinte Rio de Janeiro:

E-mail: ouvinte@ebc.com.br

Carta: Av. Gomes Freire, 474, Lapa. Rio de Janeiro – RJ CEP: 20.231-015

Telefone: (21) 2117.6779

Os Relatórios da Ouvidoria contêm registros de dados “estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre atendimento e encaminhamento das demandas apresentadas”. Eles podem ser acessados na página da Ouvidoria da EBC na internet: <http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/relatorios>

Sobre o atendimento realizado em 2016, houve aumento de 28% em relação ao ano anterior nas demandas apresentadas nos canais de atendimento da Ouvidoria, totalizando 7.324 contatos. Em relação às categorias de manifestações, do universo de 7.324, 31,5% das demandas foram classificadas como reclamações, 33,7% como serviços, 13,7% como pedido de informações, 9,0% como sugestões, 8,7% como elogios e 3,4% como comentários.

6.2. Carta de Serviços ao Cidadão

A EBC não possui Carta de Serviço, pois não presta serviço direto ao cidadão. No entanto, há outra forma de divulgação dos serviços prestados pela Empresa nos termos do Decreto nº 6.932/2009 Art. 11, disponível no link: <http://www.ebc.com.br/participacao>.

6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Apesar de não prestar serviços diretamente ao cidadão, a Ouvidoria da EBC realiza pesquisas com o objetivo de mapear a percepção do público sobre os conteúdos dos veículos da Empresa e avaliar o atendimento realizado pela Ouvidoria. Foram enviados mais de 800 questionários aos ouvintes e telespectadores da TV Brasil e das Rádios Nacional FM e MEC AM, selecionados aleatoriamente entre aqueles que já haviam feito contato com a Ouvidoria da Empresa. O resultado da avaliação é um referencial sobre a qualidade dos produtos e do atendimento, conforme detalhado a seguir.

TV Brasil

Foram enviados 300 questionários, sendo que 18% foram respondidos. Dentre as respostas, 58% indicaram que assistem à TV Brasil pelo sinal da TV aberta, 44% em TV por assinatura, 12% por antena parabólica e 6% por antena parabólica com transmissão digital (DTH)¹², respostas não excludentes entre si. Ainda dentre os formulários respondidos, 35,3% indicaram que a qualidade da imagem e do som é boa, 33,3 % muito boa, 23,5% regular e 7,8% responderam que é ruim. Com relação à programação, 52,9% afirmaram que é muito boa, 37,3% disseram que é boa, 7,8%, regular e 2%, ruim.

Rádios Nacional FM e MEC AM

Foram distribuídos 84 questionários para os ouvintes da Rádio Nacional FM que realizaram alguma demanda à Ouvidoria em 2016, resultando em 17% de respostas. As respostas demonstraram que 73,3% dos participantes ouvem a Rádio por meio do sinal de rádio e 53,3% pela internet, respostas não excludentes. Também 80% responderam que a qualidade do sinal da Nacional FM é boa e 20%, ruim. Ainda, 86,7% acham a programação musical da Nacional FM boa e 13,3% acham-na regular.

Com relação à Rádio MEC AM, foram distribuídos 74 questionários para os ouvintes que realizaram alguma demanda à Ouvidoria em 2016, com retorno de 13%. A totalidade dos que responderam acha que a qualidade do sinal é boa. Sobre a programação da Rádio, 80% dos entrevistados afirmaram que é boa, 10% regular e 10% ruim.

Satisfação do atendimento da Ouvidoria

Na enquete de satisfação sobre o atendimento da Ouvidoria, foram convidadas a participar 400 pessoas, obtendo-se 61 respostas (15%). Dentre as respostas, 50,8% informaram conhecer a Ouvidoria por meio do Portal da EBC. Sobre o nível de satisfação com o atendimento e respostas da Ouvidoria, 45,9% responderam que estão satisfeitos, 29,5% muito satisfeitos, 16,4% insatisfeitos e 8,2% muito insatisfeitos.

6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A EBC disponibiliza em seu site, através do endereço eletrônico <http://www.ebc.com.br/institucional/governanca-corporativa>, o acesso às informações sobre a Governança – ajustada para que o cidadão possa ter acesso às informações sobre a Empresa –, a estrutura organizacional, a tomada de decisão dos órgãos colegiados e a revisão das informações sobre as licitações e os contratos disponíveis na LAI.

¹²DirectTo Home – Modalidade de transmissão de TV digital via satélite – Parabólica

No 2º semestre de 2016, a EBC reviu os canais de divulgação e a qualidade na transparência das informações geradas. Foram reestruturadas as páginas de publicação no sítio eletrônico da Empresa e da Lei de Acesso à Informação - LAI, visando assegurar a tempestividade e assertividade das informações disponíveis ao público. Este trabalho deve continuar ao longo do ano de 2017, para aperfeiçoar os processos internos e dar mais agilidade nas publicações.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Desempenho financeiro no exercício

A EBC administrou ativos no valor de R\$ 1.108,7 milhões. Destacam-se no ativo, dentre outras, as aplicações financeiras, com R\$ 742,5 milhões, o imobilizado, com R\$ 120,8 milhões e o intangível, com R\$ 133,8 milhões. Merece relevo, também no âmbito dos ativos intangíveis, a aquisição de obras audiovisuais que, no exercício, teve crescimento de 7,5% em relação ao ano de 2015.

O patrimônio líquido em 2015 somou R\$ 376,7 milhões e em 2016 houve redução de 3%, contabilizando R\$ 365,3 milhões.

O resultado contábil em 2016 foi um prejuízo da ordem de R\$ 11,4 milhões, que representa cerca da terça parte do resultado negativo observado no ano anterior. Esses prejuízos contábeis tiveram origem em fatores como a diminuição de receitas próprias e dos repasses do Tesouro Nacional em relação ao exercício de 2014, aliado ao aumento do custo dos serviços prestados pela Empresa e das despesas administrativas.

A absorção do valor do prejuízo foi realizada à conta da Reserva de Retenção de Lucros, na forma prevista na Lei 6.404/76 Art. 189.

Os índices de desempenho abaixo apresentados, de liquidez geral, de liquidez corrente e de liquidez seca demonstram que a EBC tem capacidade suficiente para honrar seus compromissos econômico-financeiros.

Tabela 27 – Índice de desempenho.

INDICADORES DE LIQUIDEZ	FÓRMULAS	2016
Liquidez geral	$\frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	1,15
Liquidez corrente	$\frac{AC}{PC}$	6,19
Liquidez seca	$\frac{AC - \text{Estoques}}{PC}$	6,16
Liquidez imediata	$\frac{\text{Caixa e Equivalentes de Caixa}}{PC}$	5,84
INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO	FÓRMULAS	2016
Grau de Endividamento	$\frac{PC + PNC}{AT} \times 100$	67,05
Garantia do Capital de Terceiros	$\frac{PL}{PC + PNC}$	0,49

Fonte: Balanço Patrimonial - SIAFI

Legenda:

AC = Ativo Circulante

ANC = Ativo Não Circulante

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

PL = Patrimônio Líquido

AT = Ativo Total

RLP – Realizável a Longo Prazo

O grau de endividamento retrata a posição do capital próprio em comparação ao capital de terceiros e indica, também, a dependência da Empresa em relação aos recursos financiados pelas Entidades Externas. No que tange à EBC, a situação é confortável, uma vez que as suas obrigações representam 67,05% do seu Ativo Total.

O indicador intitulado Garantia de Capital de Terceiros é outra forma de avaliar a dependência de recursos de terceiros. No caso da EBC, o resultado demonstra que, para cada R\$ 1,00 de dívida, ela dispõe de R\$ 0,49 do seu patrimônio.

Cabe destacar que os indicadores que contêm o Passivo Não Circulante - PNC em sua fórmula apresentam índices impactados pelo fato de que, no encerramento do exercício, os repasses do Tesouro Nacional oriundos da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública – CFRP, R\$ 611,1 milhões, foram contabilizados no PNC, em razão da ausência de autorização orçamentária para sua execução.

O desempenho financeiro de 2016, relativo às receitas realizadas, está demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 28 - Receitas Realizadas – 2016.

Receitas	LOA 2016 + Créditos +/- Destques	Realizadas em 2016	% realizações da LOA	Realizadas em 2015	Varição % 2016/2015
Receitas Próprias					
RECEITA COMERCIAL	81.234.119	104.776.011	129,0%	73.653.150	42,3%
- Serviços de Comunicação	-	86.829.230	-	53.009.757	63,8%
- Serviço Publicidade Legal	-	17.946.780	-	20.643.393	-13,1%
RECEITA FINANCEIRA	85.743.752	100.306.042	117,0%	83.824.414	19,7%
OUTRAS	856.314	2.033.245	237,4%	1.279.335	58,9%
TOTAL RECEITAS PRÓPRIAS	167.834.185	207.115.298	123,4%	158.756.899	30,5%
Tesouro					
TESOURO - FONTES 100/129/263	369.246.659	362.361.773	98,1%	357.919.378	1,2%
CONTRIB. FOMENTO P/ RADIODIFUSÃO PÚBLICA	187.132.415	102.480.850	54,8%	242.914.500	-57,8%
TOTAL RECEITAS DO TESOURO	556.379.074	464.842.623	83,5%	600.833.878	-22,6%
TOTAL GERAL	724.213.259	671.957.922	92,8%	759.593.976	-11,5%

Fonte: SIAFI

Na Lei Orçamentária Anual de 2016, inclusive créditos suplementares e descentralizações, constam R\$ 724,2 milhões como orçamento total da EBC, sendo R\$ 167,8 milhões de recursos próprios diretamente arrecadados e R\$ 556,4 milhões de recursos do Tesouro Nacional. Deste total consignado na LOA 2016, R\$ 93 milhões constituem reserva de contingência, configurando uma dotação disponível de R\$ 631,2 milhões.

Com relação aos recursos do tesouro, tem-se R\$ 369,2 milhões nas fontes 100/129/263 e 187,1 milhões na fonte 172 - Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública.

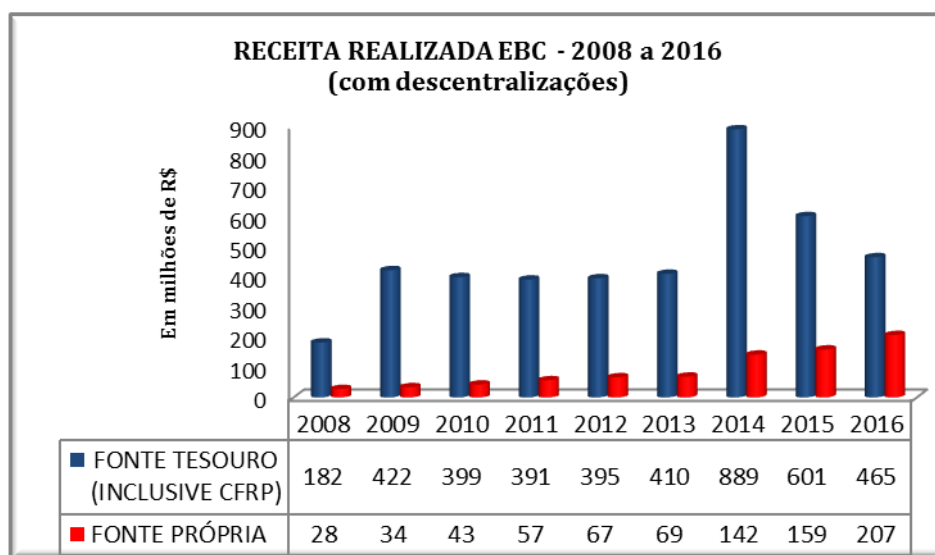
A realização das receitas das Fontes Tesouro alcançou, no exercício de 2016, o montante de R\$ 464,8 milhões, equivalentes a 83,5% da LOA, representando queda de 22,6 % em relação ao mesmo período de 2015. Esse índice está relacionado à diminuição de 57,8% na arrecadação da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, oriunda de retificações (R\$ 74,9 milhões) de arrecadação de valores do exercício de 2015 e à Desvinculação das Receitas da União - DRU, que, com a aprovação da PEC nº 31/2016, passou para 30%. Assim, o montante das receitas arrecadadas foi de R\$ 102,5 milhões contra R\$ 242,9 milhões de 2015.

Ainda em relação à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, cabe ressaltar que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN liberou R\$ 129,05 milhões de limites financeiros. A receita própria comercial faturada bruta foi de R\$ 85,6 milhões e a arrecadação total foi de R\$ 104,8 milhões. Destaca-se que, do total arrecadado, R\$ 30,6 milhões estão relacionados ao faturamento de exercícios anteriores e R\$ 74,2 milhões ao exercício de 2016.

A arrecadação das receitas próprias atingiu o montante de R\$ 207,1 milhões, conforme tabela abaixo, equivalente a 123,4% do total estipulado na LOA para o exercício, fato que representa crescimento de 30,5% em relação ao mesmo período de 2015. O crescimento da receita financeira (19,7%) e os pagamentos relativos a faturamentos vencidos em exercícios anteriores, efetuados pela Secom/PR, influenciaram de forma significativa no índice apurado.

Abaixo segue a tabela das Fontes de Recursos da EBC:

Gráfico 4 – Receitas Realizadas EBC 2008 - 2016



Fonte: SIAFI

Do ponto de vista da execução financeira, no decorrer o Exercício de 2016 até o 3º trimestre, a Empresa enfrentou dificuldades para efetuar os pagamentos de fornecedores empenhados devido à insuficiência de repasses financeiros nas Fontes Tesouro (100, 129 e 172), contudo, no último trimestre do exercício, houve aporte maior de recursos que permitiu normalizar a situação junto aos fornecedores.

7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

A Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC, regida pela Lei nº 6.404/1976, realiza a depreciação/amortização de seus bens/direitos desde a sua criação, de acordo com as diretrizes preconizadas nas NBC T 16.9 e 16.10.

No Balanço Patrimonial os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição ou de integralização.

O imobilizado e intangível estão demonstrados pelo valor de incorporação, aquisição e/ou construção, diminuídos da depreciação/amortização acumuladas, calculadas pelo método linear.

São adotadas as seguintes taxas anuais de depreciação/amortização:

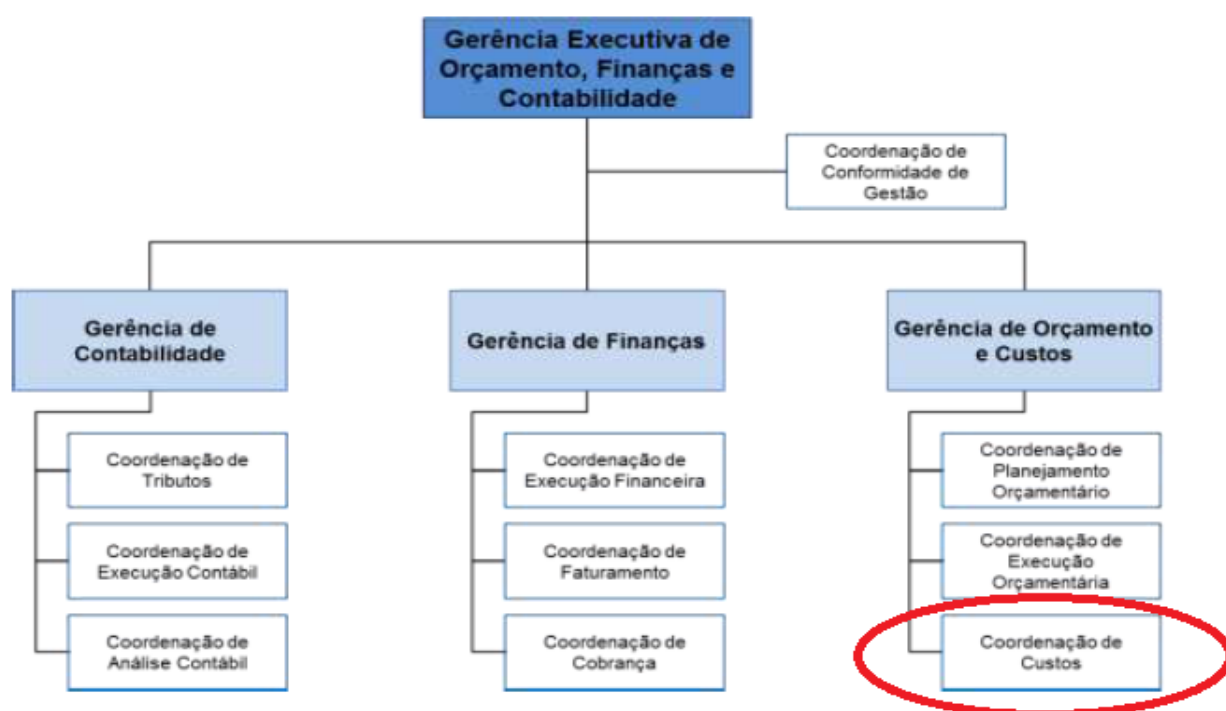
- a) Bens Imóveis (exceto terrenos) - 4%;
- b) Bens Móveis - 10%;
- c) Equipamentos de Informática e Veículos - 20%; e,
- d) Intangíveis - 10% (e/ou de acordo com o tempo contratual).

O impacto gerado pela utilização desses critérios de depreciação/amortização foi uma despesa de R\$ 31.221.141,62 no exercício.

7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Após reestruturação administrativa promovida pela Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas - DIAFI, os trabalhos de apuração de custos na EBC são elaborados pela Coordenação de Custos na Gerência de Orçamento e Custos – GEORC, conforme demonstrado na figura 1 abaixo.

Figura 5- Estrutura Orgânica de Custos.



A apuração de custos na EBC é realizada por plataformas de TV, Rádio, Web e Captação, subdivididas em produtos e serviços (TV Brasil, TV Brasil Internacional, Rádio Nacional AM/Brasília, Rádio Nacional AM/Rio de Janeiro, Rádio Nacional Ondas Curtas/Amazônia, Rádio Nacional FM/Brasília, Rádio MEC/AM, Rádio MEC/FM, Rádio Alto Solimões, Portal e *sites* da TV Brasil e Rádios EBC, Agência Brasil, Serviços de Radiodifusão – Secom, Análise e Monitoramento de Mídias e Publicidade Legal).

A Tabela abaixo demonstra os custos dos produtos/serviços da EBC, consolidados por plataforma, durante o exercício de 2016:

Tabela 29- Custos Consolidados por Plataformas da EBC.

CUSTOS CONSOLIDADOS POR PLATAFORMA EBC

ANO DE 2016

R\$1,00

PLATAFORMAS DA EBC (PRODUTOS & SERVIÇOS)	PESSOAL	% (1)	MATERIAL	% (1)	SERVIÇO	% (1)	DEPRECIAÇÃO	% (1)	TOTAL	% (2)	% (3)
TOTAL (1)	132.723.689,33	47,52	466.899,85	0,17	132.777.134,54	47,54	13.351.091,50	4,78	279.318.815,23	100,00	100,00
TV - SUBTOTAL (1)	33.428.263,09	27,26	221.626,11	0,18	82.405.715,29	67,21	6.553.211,83	5,34	122.608.816,32	100,00	43,90
1 TV BRASIL	23.919.386,15	21,82	113.311,09	0,10	79.086.548,18	72,16	6.482.683,18	5,91	109.601.928,59	89,39	39,24
2 TV BRASIL INTERNACIONAL	9.508.876,95	73,11	108.315,03	0,83	3.319.167,11	25,52	70.528,65	0,54	13.006.887,74	10,61	4,66
RÁDIO - SUBTOTAL (1)	35.946.125,71	64,91	90.048,10	0,16	14.759.417,04	26,65	4.579.306,04	8,27	55.374.896,89	100,00	19,82
3 RÁDIO NACIONAL AM/BSB	10.978.687,65	71,47	7.156,27	0,05	2.593.672,87	16,88	1.781.983,35	11,60	15.361.500,13	27,74	5,50
4 RÁDIO NACIONAL AM/RIO	7.101.419,42	59,88	21.120,02	0,18	4.293.609,91	36,21	442.568,47	3,73	11.858.717,82	21,42	4,25
5 RÁDIO NACIONAL OC	8.235.299,26	77,91	7.156,27	0,07	1.692.588,10	16,01	635.580,99	6,01	10.570.624,62	19,09	3,78
6 RÁDIO NACIONAL FM/BSB	6.918.374,47	73,56	7.156,27	0,08	1.844.176,05	19,61	635.580,99	6,76	9.405.287,79	16,98	3,37
7 RÁDIO MEC AM RJ (*)	1.381.009,18	43,25	21.120,02	0,66	1.348.573,69	42,23	442.568,47	13,86	3.193.271,36	5,77	1,14
8 RÁDIO MEC FM RJ (*)	664.539,71	24,29	21.120,02	0,77	1.607.183,26	58,75	442.568,47	16,18	2.735.411,46	4,94	0,98
9 RÁDIO ALTO SOLIMÕES	666.796,02	29,63	5.219,24	0,23	1.379.613,17	61,31	198.455,30	8,82	2.250.083,73	4,06	0,81
WEB - SUBTOTAL (1)	14.627.383,97	75,24	24.584,00	0,13	4.029.865,24	20,73	758.540,13	3,90	19.440.373,35	100,00	6,96
10 PORTAL E SITES DA TV BRASIL/RÁDIOS EBC	4.809.891,22	62,84	20.276,00	0,26	2.133.627,60	27,88	690.307,62	9,02	7.654.102,43	39,37	2,74
11 AGÊNCIA BRASIL	9.817.492,75	83,30	4.308,01	0,04	1.896.237,65	16,09	68.232,51	0,58	11.786.270,92	60,63	4,22
CAPTAÇÃO - SUBTOTAL (1)	48.721.916,57	59,49	130.641,63	0,16	31.582.136,96	38,56	1.460.033,50	1,78	81.894.728,66	100,00	29,32
12 SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO (SECOM)	36.403.424,46	55,19	127.350,80	0,19	28.059.418,90	42,54	1.370.948,30	2,08	65.961.142,46	80,54	23,62
13 ANÁLISE E MONITORAMENTO DE MÍDIA	6.136.272,36	68,28	994,04	0,01	2.807.040,13	31,24	42.338,36	0,47	8.986.644,90	10,97	3,22
14 PUBLICIDADE LEGAL	6.182.219,75	88,99	2.296,79	0,03	715.677,93	10,30	46.746,84	0,67	6.946.941,31	8,48	2,49

OBSERVAÇÃO:

- (1) Os percentuais ao lado dos grupos demonstram a participação com relação ao total do custo com o produto;
 (2) Os percentuais ao lado da coluna TOTAL demonstram qual a participação por produto em relação ao total do tipo de mídia.
 (3) Os percentuais demonstram qual a participação dos produtos em relação ao total dos custos registrados.

A metodologia de apuração de custos aplicada na EBC em 2016 buscou atender prioritariamente a demanda legal da elaboração do Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, cuja periodicidade é trimestral. Em 2016, os dados foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, dos processos administrativos e relatórios internos das áreas de Gestão de Pessoas, Finanças e Administração. Estes dados e informações são analisados, rateados e consolidados em planilhas eletrônicas.

A consolidação dos custos é apresentada trimestralmente, relativa aos produtos/serviços da Empresa, apropriados por custos com pessoal, material, serviços e depreciação de cada produto/serviço. As informações de custos são oriundas das contas contábeis provenientes do plano de contas aplicado ao setor público – PCASP, utilizadas pela contabilidade da EBC, como por exemplo: diárias, passagens, hospedagem, vencimentos e vantagens, material de processamento de dados, serviços técnicos profissionais, serviços de comunicação em geral, serviços de áudio, vídeo e foto, entre outros.

Ciente da necessidade de aprimorar as ferramentas de gestão, a EBC, no decorrer do ano de 2016, deu continuidade ao projeto de Sistematização de Custos, com foco na implantação do uso do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC. Neste sentido, após visitas técnicas (*benchmarking*), estudos, análises e reuniões técnicas, a nova metodologia de apuração e mensuração de custos da EBC foi consolidada.

A nova metodologia teve como premissa a utilização de “base única”, fazendo uso da base de dados extraídos diretamente dos sistemas informatizados utilizados pela Empresa em suas operações contábeis, financeiras, orçamentárias e operacionais, como os Sistemas Estruturantes do Governo Federal (SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira e SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais e Tesouro Gerencial), além de outros sistemas utilizados internamente pela Empresa, como o Totvs (informações de consumo de materiais e Folha de Pagamento).

Esta metodologia foi iniciada em 2016 e entrou em produção em janeiro de 2017, mediante a elaboração de painéis de controles atualizados diariamente nas áreas de Planejamento Orçamentário, Execução Orçamentária e Apuração dos Custos. Teve como ponto principal a criação de uma codificação, de forma a identificar a alocação dos gastos da EBC (onde, em qual área, em que tipo de despesa, em que categoria econômica), utilizando-se do PI (Plano Interno) e do Centro de Custos (CC) nas transações orçamentárias, contábeis e financeiras efetuadas no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Cabe ressaltar que a metodologia foi norteadada pela premissa de integrar o PI - Plano Interno aos Códigos de Centro de Custos, de forma a vincular as informações das duas bases de dados. Neste sentido, foi criado na codificação um elemento integrador (comum entre as duas codificações) denominado “objeto do gasto”. Por meio deste elemento integrador, pôde-se obter as informações dos gastos vinculados à estrutura organizacional da EBC (Diretorias, Regionais, Categoria Econômica...), identificados pelos códigos de PI, e os gastos vinculados aos produtos e serviços da Empresa (Plataformas, Produtos, Praças...), identificados pelos códigos dos Centros de Custos.

Além da geração de informações de custos para fins gerenciais, a adoção da nova metodologia trará um ganho relevante no levantamento das informações dos Custos dos Serviços Prestados – CSP. Esta informação é utilizada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e faz parte das Demonstrações Financeiras apresentadas trimestralmente pela EBC, atendendo aos normativos legais impostos pela Lei 6.404/76.

Por fim, cabe destacar que as informações de custos, a partir de 2017, serão apresentadas aos tomadores de decisão da EBC por meio de painéis de controles interativos (*dashboards*).

Ressalta-se que os painéis de controles da área de Custos têm por objetivos demonstrar a mensuração dos custos apurados em um determinado período e alocados aos produtos e serviços da Empresa, às plataformas, às regiões (praças) e às diretorias/áreas da EBC, permitindo, ainda, a visualização dos valores por tipo de despesas, por fornecedores e por custos fixos e variáveis. Têm também o objetivo de verificar, por meio da criação de pontos de conferência, o correto registro nas contas orçamentárias e contábeis da alocação dos gastos, conforme a metodologia adotada.

Por meio dos painéis de custos, mediante a atualização diária das informações, o tomador de decisão tem a possibilidade de acompanhar a evolução dos gastos da Empresa em determinados períodos, bem como projetá-los de forma mais precisa para o ano seguinte.

Assim, além de cumprir com as atividades previstas em leis e normativos impostas a EBC, tais como a obrigatoriedade de elaboração do levantamento dos Custos dos Serviços Prestados – CSP para a composição da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, o projeto de Sistematização de Custos proporcionará elementos para a melhor gestão de custos da EBC e, conseqüentemente, gerar economicidade à Empresa.

7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas

As demonstrações contábeis e notas explicativas estão inseridas na **Seção 9 – Anexos e Apêndices** deste Relatório de Gestão.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Em 2016, foram 72 deliberações feitas pelo TCU, que resultaram em Acórdãos de Relação ou em Acórdãos, conforme tabela abaixo.

Quadro 4 - Acórdãos

Ref.	Acórdão	Processo	Recomendação
1	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 934/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	002.604/2016-7	Não há
2	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 4069/2016 - SEGUNDA CÂMARA	020.928/2014-9	Não há
3	ACÓRDÃO 704/2016 - PLENÁRIO	015.886/2013-1	Ponto 1
4	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2496/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.707/2016-2	Não há
5	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2497/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.711/2016-0	Não há
6	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2498/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.714/2016-9	Não há
7	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2499/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.721/2016-5	Não há
8	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2500/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.725/2016-0	Não há
9	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2510/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	009.666/2016-8	Não há
10	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2716/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.708/2016-9	Não há
11	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2717/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.710/2016-3	Não há
12	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2718/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.713/2016-2	Não há
13	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2719/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.715/2016-5	Não há
14	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2720/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.717/2016-8	Não há
15	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2721/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.720/2016-9	Não há
16	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2722/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.722/2016-1	Não há
17	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2723/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.723/2016-8	Não há
18	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2724/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.724/2016-4	Não há
19	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2725/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.726/2016-7	Não há
20	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2726/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.728/2016-0	Não há
21	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2727/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.729/2016-6	Não há
22	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2729/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.731/2016-0	Não há
23	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2730/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.732/2016-7	Não há
24	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2731/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.733/2016-3	Não há
25	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2732/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.734/2016-0	Não há
26	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2733/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.736/2016-2	Não há
27	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2734/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.737/2016-9	Não há
28	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2735/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.738/2016-5	Não há
29	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2736/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.739/2016-1	Não há
30	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2737/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.740/2016-0	Não há
31	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2762/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	010.872/2016-7	Não há
32	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2946/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.712/2016-6	Não há
33	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2947/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.716/2016-1	Não há
34	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2948/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.718/2016-4	Não há
35	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 2949/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	008.719/2016-0	Não há
36	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3032/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	012.766/2016-0	Não há
37	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3033/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	012.767/2016-6	Não há
38	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3382/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	013.908/2016-2	Não há

Ref.	Acórdão	Processo	Recomendação
39	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3556/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	012.765/2016-3	Não há
40	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3559/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.752/2016-6	Não há
41	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3561/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.912/2016-3	Não há
42	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3562/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.915/2016-2	Não há
43	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3715/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	013.327/2016-0	Não há
44	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3718/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.751/2016-0	Não há
45	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3721/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.909/2016-2	Não há
46	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3722/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.910/2016-0	Não há
47	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3723/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.911/2016-7	Não há
48	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3724/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.916/2016-9	Não há
49	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3725/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.917/2016-5	Não há
50	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3726/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.918/2016-1	Não há
51	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3727/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.919/2016-8	Não há
52	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3728/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.920/2016-6	Não há
53	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3729/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.922/2016-9	Não há
54	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 3934/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	016.669/2016-9	Não há
55	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 4004/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.908/2016-6	Não há
56	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 4005/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.913/2016-0	Não há
57	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 4006/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	014.914/2016-6	Não há
58	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 4646/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	019.546/2016-5	Não há
59	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 4807/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	019.547/2016-1	Não há
60	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 4808/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	019.551/2016-9	Não há
61	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 4948/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	019.544/2016-2	Não há
62	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 4949/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	019.549/2016-4	Não há
63	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 5201/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	019.550/2016-2	Não há
64	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 5396/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	015.595/2016-1	Ponto 2
65	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 5556/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	019.545/2016-9	Não há
66	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 5557/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	019.548/2016-8	Não há
67	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 5558/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	019.552/2016-5	Não há
68	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 5848/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	022.603/2016-6	Não há
69	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 6365/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	027.377/2016-4	Não há
70	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 6368/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	028.068/2016-5	Ponto 3
71	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 6555/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	028.070/2016-0	Ponto 4
72	ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 6897/2016 - PRIMEIRA CÂMARA	030.341/2016-7	Não há

Destas 72 deliberações, quatro resultaram em determinações e recomendações à EBC. O tratamento a estas determinações consta nos parágrafos que seguem.

- **PONTO 1. REFERÊNCIA 3. ACÓRDÃO 704/2016 – PLENÁRIO**

Determinação 9.3.1:

“informe, no próximo Relatório de Gestão a ser remetido ao TCU, as medidas adotadas para cumprimento dos subitens 1.6.1.2, 1.6.1.4, 1.6.1.5, 1.6.1.6 e 1.6.1.10 do Acórdão 2.707/2014-TCU-Plenário, levando-se em consideração as observações emitidas no relatório precedente”

Determinação 9.3.2:

“exclua a previsão disposta no item 5.5 da NOR 225, diante da contrariedade ao art. 27 da Lei 11.652/2008, ao inc. I do Anexo I da IN SLTI/MP 2/2008, bem como a jurisprudência desta Corte de Contas (Acórdão 852/2010 – TCU – Plenário e 1.150/2013 – TCU – Plenário)”

Determinação 9.3.3:

“ajuste o item 9 – Edital de Credenciamento de modo que preveja expressamente que os editais de credenciamento serão regidos pela Norma de Credenciamento – NOR 225 e, ainda, que a administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual deve estar estritamente vinculada, nos termos do art. 41 da Lei 8.666/1993”

Determinação 9.3.4:

“ajuste a NOR 225 de modo a prever o estabelecimento de critérios técnicos de aceitação do pedido de credenciamento, de modo a atender, no que couber, ao art. 44 e 45 da Lei 8.666/1993, ao art. 3º da Lei 10.520/2002 e ao princípio da impessoalidade”

Determinação 9.3.5:

“ajuste a NOR 225 de forma a prever o processo de recebimento das propostas, com esclarecimento de eventuais dúvidas pela comissão, registro específico no caso de inabilitação de interessado, responsabilidades relativas à homologação do resultado final, publicidade dos atos, tendo como modelo o art. 38, caput, e incisos I a XII, da Lei 8.666/1993 (parágrafo 41, b, desta instrução)”

Determinação 9.3.6:

“inclua no subitem 9.5 da NOR 225, que se refere aos documentos que constituem anexos do Edital de Credenciamento, dele fazendo parte integrante, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, em atendimento ao art. 40, §2º, inciso II, da Lei 8.666/1993 e ao subitem 1.6.1.6 do Acórdão 2.707/2014-TCU-Plenário;”

Determinação 9.3.7:

“inclua, especificamente para o credenciamento para prestação de serviços de assistência médica e odontológica, previstos no subitem 5.3.1 da NOR 225, a possibilidade de os usuários denunciarem qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou no faturamento, bem como a fixação de regras que devem ser observadas pelos credenciados no atendimento”

Determinação 9.3.8:

“fixe, especificamente para o credenciamento para prestação de serviços de assistência médica e odontológica, previstos no subitem 5.3.1 da NOR 225, regras que devem ser observadas pelos credenciados no atendimento”

Determinação 9.3.9:

“ajuste a NOR 225 de modo a definir o conceito de cada tipo de demanda, quais sejam: demanda vinculada, demanda derivada e demanda complementar, estabelecendo o que segue, com vistas a evitar eventual ofensa aos princípios da isonomia e da impessoalidade:

9.3.9.1 a relação entre as demandas, se for o caso;

9.3.9.2 critérios objetivos para acatar uma demanda não incluída na solicitação inicial, entre eles a definição de percentual máximo de acréscimo de uma demanda em termos de valores, como prevê o art. 65, §1º, da Lei 8.666/1993;

9.3.9.3 a necessidade de justificativa para todas as demandas;

9.3.9.4 a sistemática de distribuição da demanda que não é principal;

9.3.9.5 critérios objetivos para atribuir uma demanda não principal ao executor da demanda principal, sem que incorra em beneficiamentos financeiros desarrazoados.”

Manifestação da EBC:

Todos os itens apontados pela Corte de Contas foram acatados e contemplados na revisão da proposta de normativo, Norma 225, sobre credenciamento, tratada no Processo EBC/1735/2013.

A Diretoria de Administração e Finanças encaminhará essa nova proposta para avaliação pela Secretaria-Executiva, área gestora do processo de normatização, e da Consultoria Jurídica. Posteriormente, deverá haver a deliberação e a aprovação por parte dos Colegiados da Empresa.

Ressalvados eventuais apontamentos pelas citadas áreas, o prazo previsto para aprovação e publicação da Norma 225 é até o final do mês de julho de 2017.

- **PONTO 2. REFERÊNCIA 64. ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 5396/2016 – PRIMEIRA CÂMARA.**

1.7. Determinar diligência à EBC Brasil S.A, a fim de que:

Determinação 1.7.1:

“seja esclarecida a natureza do outro vínculo que o funcionário Waldemar de Lima Alves (922.452.507-53) mantém junto à Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro, detalhando o nome do cargo/emprego, o tipo de vínculo (se estatutário ou celetista), se o vínculo é efetivo ou temporário, se é cargo em comissão ou efetivo, a data de ingresso, a escala de trabalho semanal”

Determinação 1.7.2:

“seja comprovada a compatibilidade de horários entre o emprego público de operador de câmara, exercido na EBC Brasil, com carga horária de 36 horas semanais, e o vínculo na Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro, com carga de 40 horas”

Determinação 1.7.3:

“envie a escala de trabalho desempenhada pelo funcionário junto à EBC Brasil”

Determinação 1.7.4:

“encaminhe cópia de declaração de não acumulação firmada pelo funcionário quando de seu ingresso na EBC Brasil”

Manifestação da EBC:

Em 31/10/2016, foi remetido o Ofício nº 74/2016/CONJU/EBC ao TCU, Protocolo 56.405.586-7, com manifestação da Empresa Brasil de Comunicação acerca dos procedimentos adotados para atendimento às determinações da Corte de Contas e documentação comprobatória.

Apesar dos esforços envidados pela Empresa, os pontos 1.7.1 e 1.7.2 foram prejudicados pela dificuldade de contato com a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro, conforme demonstrado no documento enviado. Anexo ao Ofício, consta a documentação solicitada pelos itens 1.7.3 e 1.7.4 do Acórdão.

- **PONTO 3. REFERÊNCIA 70. ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 6368/2016 – PRIMEIRA CÂMARA**

“Determinar ao órgão de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.”

Manifestação da EBC:

Em consulta ao Sistema de Atos de Pessoal do Tribunal de Contas da União, em 27 de março de 2017, foi verificada a substituição dos atos de admissão em questão, a qual resultou nos atos de admissão 47834, 47850 a 47856, 47858 e 47859, todos de 2016. Os novos atos foram cadastrados em 09/12/2016, encaminhados à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República em 10/02/2017, via Sistema e-Pessoal, e ofício encaminhado em 15/02/2017, informando sobre os procedimentos adotados.

- **PONTO 4. REFERÊNCIA 71. ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 6555/2016 – PRIMEIRA CÂMARA**

“Determinar ao órgão de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.”

Manifestação da EBC:

Em consulta ao Sistema de Atos de Pessoal do Tribunal de Contas da União, em 27 de março de 2017, foi verificada a substituição dos atos de admissão em questão, a qual resultou nos atos de admissão 2303 e 2304 de 2017. Os novos atos foram cadastrados em 03/02/2017, encaminhados à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República em 10/02/2017 via

Sistema e-Pessoal e ofício encaminhado em 15/02/2017 informando sobre os procedimentos adotados.

Acompanhamento das deliberações do TCU

O acompanhamento das deliberações dos órgãos de controle interno e externo para a EBC foi incumbência, durante a maior parte do ano de 2016, da Gerência Executiva de Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva da Empresa.

Com a revisão do Regimento Interno em 26/10/2016, as atividades de acompanhamento das demandas dos órgãos de controle interno e externo e de seu atendimento pelas áreas da Empresa ficaram a cargo da Auditoria Interna. O Regimento Interno propugna que a AUDIN deverá manter controle das recomendações expedidas pela própria Auditoria Interna, pelos órgãos de controle interno e externo e, quando for o caso, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Administração ou por outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.

Ao final do exercício, a Auditoria Interna iniciou tratativas para disponibilização de um sistema de auditoria interna que terá, dentro de suas funcionalidades, um módulo de acompanhamento de recomendações e determinações.

Determinações decorrentes de julgamento de contas anuais

Não constam determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU decorrentes de julgamento de contas anuais de outros exercícios e que estejam pendentes de atendimento.

8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Visão geral sobre as deliberações da Ciset/PR

A EBC não teve suas contas de 2015 julgadas pelo TCU. Por este motivo, a Ciset/PR não emitiu recomendações a esta Empresa em 2016.

Os gráficos abaixo demonstram o nível de atendimento às recomendações da Ciset/PR, após manifestações da Empresa em fevereiro de 2017, dos exames das contas da EBC de 2013 e 2014.

Gráfico 5– Atendimento às Recomendações da Ciset/PR – Relatório nº 17/2015.

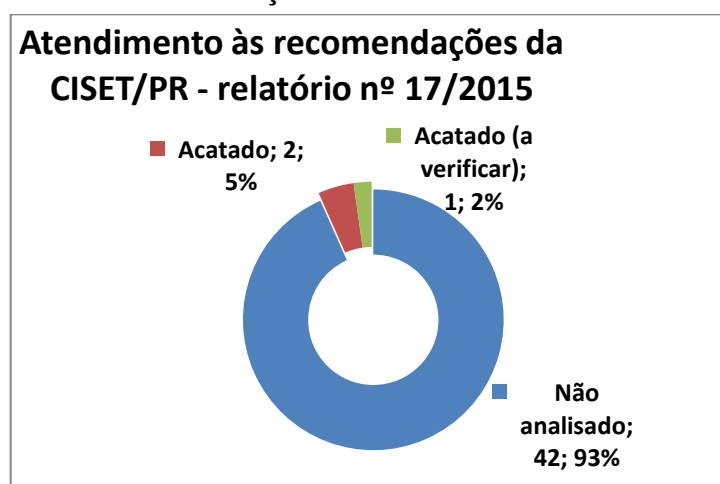
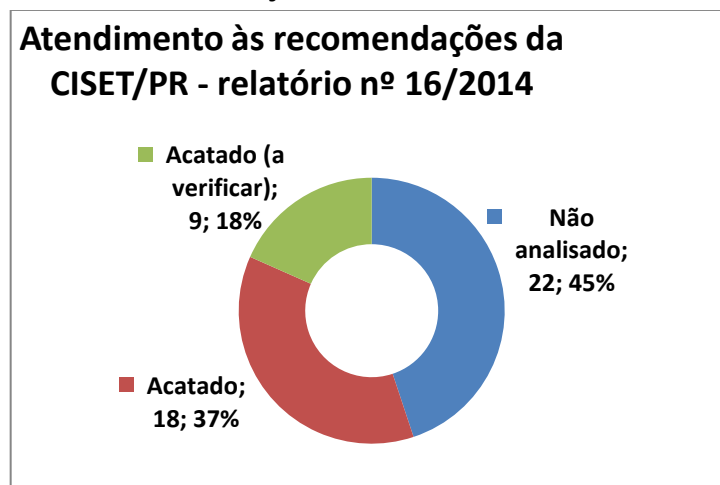


Gráfico 6– Atendimento às Recomendações da Ciset/PR – Relatório nº 16/2014.

Acompanhamento das deliberações da Ciset/PR

O acompanhamento das deliberações dos órgãos de controle interno e externo para a EBC foi incumbência, durante a maior parte do ano de 2016, da Gerência Executiva de Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva da Empresa.

Como já citado à página 124, com a revisão do Regimento Interno, em 26/10/2016, as atividades de acompanhamento das demandas dos órgãos de controle interno e externo e de seu atendimento pelas áreas da Empresa ficaram a cargo da Auditoria Interna. O Regimento Interno propugna que a AUDIN deverá manter controle das recomendações expedidas pela própria Auditoria Interna, pelos órgãos de controle interno e externo e, quando for o caso, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Administração ou por outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.

Ao final do exercício, a Auditoria Interna iniciou tratativas para disponibilização de um sistema de auditoria interna que terá, dentro de suas funcionalidades, um módulo de acompanhamento de recomendações e determinações.

8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Prevista no Regimento Interno da Empresa desde 2014, a Gerência de Correição está voltada à atividade de prevenção e apuração de irregularidades, desenvolvida de forma coordenada e harmônica. Utiliza como instrumentos o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, o Termo Circunstanciado Administrativo – TCA, em casos de extravio ou dano a bem público de pequeno valor, a Investigação Preliminar, a Apuração Direta e a Sindicância, todos relacionados a pessoas e empregados da Empresa.

No ano de 2016, aconteceram seis sindicâncias envolvendo o patrimônio da Empresa (cinco por extravios de bens e apenas uma por dano). Dessas, três foram concluídas sem responsabilização de empregados, duas determinaram a reposição/ressarcimento ao erário, sendo uma delas suspensa preliminarmente por determinação judicial, e uma está em fase de julgamento.

Importante ressaltar que, apesar de três Comissões não imputarem responsabilidades aos empregados, duas delas determinaram novas buscas por parte da área de patrimônio, com o objetivo de localizar os bens faltantes, e uma determinou o conserto, pela Empresa, de equipamento danificado em queda acidental.

Em 2016, não foi instaurado nenhum procedimento que requeresse o encaminhamento para abertura de Processo de Tomadas de Contas Especial (TCE).

Apesar de não ter havido a instauração de TCE, ocorreram as devidas apurações patrimoniais, conforme Tabela abaixo:

Tabela 30 – Apurações Patrimoniais.

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especial							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos	Arquivamento			Não enviadas >180 dias do exercício instauração	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
6	0	0	0	0	0	0	0	0

8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Até o 3º trimestre de 2016, a severa conjuntura econômica de restrições orçamentárias e financeiras, marcada pela insuficiência de limites, cujos repasses financeiros durante o ano ocorreram abaixo das reais necessidades nas fontes do tesouro (fontes 100, 129 e 172) para pagamentos de despesas discricionárias, ocasionou o acúmulo de despesas pendentes de pagamentos. Essa situação compeliu a EBC a fazer priorização de pagamentos das despesas estratégicas e essenciais, que se acumularam, sendo que algumas poderiam comprometer direta ou indiretamente as atividades finalísticas da Empresa, pondo em risco a prestação de seus serviços de comunicação pública.

No 4º trimestre de 2016, com a regularização do aporte das transferências financeiras advindas do Tesouro, foi possível regularizar esta situação. Todos os pagamentos foram postos em dia, seguindo a ordem cronológica, sem a necessidade de priorizações, deixando de existir despesas vencidas e sem pagamento. Todos os compromissos da EBC junto a seus fornecedores foram honrados, conforme a legislação vigente.

8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Sobre as medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes celebrados com as empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012, cabe informar que foi retomada a análise da repactuação pleiteada pela empresa B2Br, decorrente do Contrato EBC/COORD-CM/Nº 0049/2011. Porém, tornaram-se necessárias novas adequações às planilhas apresentadas, em razão das alterações diversas que impactaram os itens salários e benefícios dos anos de 2012 a 2015, sendo necessária, inclusive, a confecção de novas planilhas pela Contratada. A respeito da documentação, registra-se que esta ainda não foi apresentada à EBC, apesar de insistentes cobranças.

Também, com a edição da Lei nº 13.161, de 31 de agosto de 2015, foram realizadas alterações na Lei nº 12.546/2011, necessitando, assim, de nova análise da aplicabilidade e extensão da nova legislação sobre os processos da EBC. Para este trabalho, foi elaborado um Plano de Ação contemplando três etapas, sendo a primeira destinada à consulta, por meio do processo 0817/2016, ao jurídico sobre os efeitos das recomendações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e ao disposto no subitem 9.2.1 do Acórdão TCU nº 2859/2013-Plenário, em consonância com os procedimentos corroborados pelas disposições do Acórdão TCU nº 1212/2014 – Plenário, que tratam da desoneração da folha de pagamento - Plano

Brasil Maior -, sobre os contratos firmados pela EBC, com prestadores de serviços atingidos pela legislação federal, conforme o caso.

O Parecer Jurídico de Mérito nº 426/2016/GEDAP/PROJU/EBC, anexado na **Seção 9 – Anexos e Apêndices**, apresentou em sua conclusão a seguinte recomendação:

“às áreas responsáveis que considerem as orientações indicadas neste Parecer para fins de análise dos casos concretos, seja por ocasião da instauração de contratações, da gestão de contratações vigentes e da reavaliação de contratos encerrados”.

A segunda etapa do plano de ação, em andamento, com execução prevista para ocorrer até julho de 2017, consiste na identificação dos contratos alcançados pela desoneração da folha de pagamento, e a última e terceira etapa, a ser executada até setembro de 2017, tem a finalidade de adequação, caso necessário, dos contratos de prestação de serviços, em cumprimento ao disposto nos referidos Acórdãos de plenário.

8.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Para o exercício de 2016, a EBC teve consignado em seu orçamento o valor de R\$ 4.800.000,00, visando à realização de Publicidade de Utilidade Pública.

Devido às restrições orçamentárias ocorridas durante o exercício de 2016, foi remanejada parte do orçamento destinado à publicidade, no valor de R\$ 1.440.000,00, visando atender despesas já contratadas e imprescindíveis à realização de coberturas jornalísticas inerentes à ação 2675 – Comunicação e Transmissão de Atos e Fatos do Governo Federal.

O valor restante de R\$ 3.360.000,00 foi contingenciado, não tendo sido possível, assim, sua utilização durante o exercício de 2016.

1 – APRESENTAÇÃO

ANEXO 1 – Prêmios e Reconhecimentos

Premiações 2016					
Veículos	Título	Concurso	Prêmio	Categoria	Descrição
TV Brasil	Vencedora	18ª Edição do Prêmio S@mba-Net 2016	S@mba-Net Prêmio Especial de 2016	Especial	Prêmio S@mba-Net que, desde 1999, a seleção destaca os melhores das Escolas de Samba das Séries A e B do carnaval em várias categorias, o prêmio inclui a categoria Especial na qual a TV Brasil campeão, pela iniciativa e empenho na transmissão do Desfile das Escolas de Samba Campeãs do Carnaval do Rio de Janeiro.
	Vencedora	Prêmio SRZD-Carnaval/SP 2016	Prêmio SRZD Melhor Cobertura Carnaval/SP 2016	Cobertura Carnaval SP	Troféu pelo sucesso na realização da transmissão dos desfiles do Grupo de Acesso e Campeãs.
	Vencedora	Prêmio Machine – Bastidores do Carnaval Carioca 2016	Prêmio Machine Melhor Cobertura dos Bastidores do Carnaval Carioca 2016	Cobertura Jornalística	O canal foi um dos escolhidos para receber o Prêmio Machine - Bastidores do Carnaval Carioca na categoria “cobertura jornalística” pela transmissão do Desfile das Campeãs do Rio de Janeiro realizada no sábado, 13 de fevereiro.
Agência Brasil	Vencedora	Prêmio Banco do Nordeste de Jornalismo em Desenvolvimento Regional	Jornalismo em Desenvolvimento Regional	Categoria Extrarregional	O prêmio é concedido a produções jornalísticas que deram visibilidade a ações promotoras do desenvolvimento do Nordeste.
Rádios	Vencedor	Prêmio Estácio de Jornalismo 2016	Prêmio Estácio de Jornalismo	Rádio Nacional	Reportagem: Entre os Muros da Universidade Uma série de denúncias através no Facebook por estudantes da Universidade de Brasília (UnB), motivou a elaboração desta reportagem que foi ao ar no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher , como forma de combate ao assédio sexual.



	2º Lugar	Prêmio SBR/Pfizer de Jornalismo 2016	Prêmio SBR/Pfizer de Jornalismo Melhor Reportagem sobre Doenças Reumáticas	Mídia eletrônica	Reportagem: "Alertas sobre a Artrite Reumatóide" Radialista: Luiza Inez Vilela Ramos Veículos: Rádio Nacional de Brasília Rádio MEC AM Rio)
Programas	Título	Concurso	Prêmio	Categoria	Descrição
Caminhos da Reportagem	Vencedor	Prêmios TAL 2016	Prêmio TAL	Melhor Programa Jornalístico	Episódio: Uma guerra sem herói. Prêmios TAL é uma cerimônia de premiação para as melhores produções das Televisões Públicas e Culturais da América Latina. TAL é a rede de Televisões Públicas e Culturais mais importante da América Latina. Uma organização sem fins lucrativos que reúne mais de 70 TVs e redes associadas que somam 283 canais em 20 países.
	Vencedor	Prêmio Petrobras de Jornalismo 2015 (Realizado em 2016)	Prêmio Petrobras de Jornalismo 2015 Reportagem de Televisão	Nacional/Cultura	O Programa Caminhos da Reportagem , produzido pela TV Brasil, recebeu o Prêmio Petrobras de Jornalismo 2015 na noite de 24 de maio de 2016 com o episódio " As canções que você fez pra mim " na categoria " Nacional/Cultura: Reportagem de Televisão ".
	Vencedor	Prêmio CNBB de Comunicação 2016	Troféu Clara de Assis	Televisão	Reportagem " Loucura e Liberdade - Saúde Mental em Barbacena " de Manuela Castro.
	Vencedor	3º Prêmio ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria) de Jornalismo	Prêmio ABP de Jornalismo	Televisão	O programa Caminhos da Reportagem , veiculado pela TV Brasil, venceu a 3ª edição do Prêmio da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) de Jornalismo na categoria TV com a matéria " Depressão, a dor da alma ".
	Vencedor	8º Prêmio Allianz Seguros de Jornalismo	Prêmio Allianz Seguros de Jornalismo Melhor Reportagem	Sustentabilidade – Mudanças Ambientais – Telejornalismo	Episódio: Desta água não beberei , sobre a qualidade dos rios que cortam o Brasil e a contaminação das águas no campo e na cidade em vários estados.



Detetives do Prédio Azul - DPA	Vencedor	Prêmio APCA (Associação Paulista de Críticos de Arte)	Troféu APCA	Melhor Programa Infantil de Televisão 2016	Estreou na TV Brasil em 18 de março de 2015. Três amigos inseparáveis: moram em um prédio e desvendam vários mistérios. No clubinho secreto que fica em uma parte do pátio, camuflado e não conhecida pelos adultos, eles vestem suas capas especiais e se tornam os Detetives do Prédio Azul!
Jornalistas	Título	Concurso	Prêmio	Categoria	Descrição
Débora Brito	Vencedora	38º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos	Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos	Documentário de TV	Débora Brito (Débora Teles de Brito) Equipe: EBC Caminhos da Reportagem episódio “ <i>Mulheres do Zika</i> ”
Luana Ibelli	Menção Honrosa	38º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos	Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos	Documentário de TV	Luana Ibelli (Luana Fernanda Ibelli) Equipe: EBC Caminhos da Reportagem episódio “ <i>Racismo na Escola</i> ”
Nacionais			13 Premiações		Venceu 12 Prêmios, 01 Segundo Lugar e 01 Menção Honrosa
Internacionais			01 Premiação		Vencedor
Reconhecimento 2016					
EBC	Destaque	Concurso	Prêmio	Categoria	Descrição
Artemisa Azevedo	Finalista	10º Prêmio Abracopel de Jornalismo - 2016	Prêmio Abracopel de Jornalismo	Rádio	Veículo: <i>Rádio Nacional da Amazônia</i> Programa: <i>Falando Francamente</i> Matéria: Férias: pequenos cuidados podem evitar acidentes com crianças.

Maria Régia	Finalista	Troféu Mulher Imprensa 2016	Troféu Mulher Imprensa Radio Jornalismo	Âncora de Rádio	Veículo: Rádio Nacional da Amazônia Jornalista e radialista, Mara Régia Di Perna é produtora e apresentadora dos programas Natureza Viva e Viva Maria que faz 35 anos em 2016.
Projeto Brasil 4D	Finalista	Innovation Awards 2016	IBC Innovation Award for Content Creation	Innovation for Content Creation	The BRAZIL 4D project aims to facilitate access to information and public services for the low-income population, through interactive digital television (DTV), according to the ISDB-Tb and the interactivity of Ginga middleware, and thus contribute to the social and digital inclusion of people without access to information technology and communication, representing 42%* of the Brazilian population. Brazil 4D project has allowed the development of version "C" full of Ginga, the Brazilian middleware that provides full of audience interactivity with digital television, with return channel use. *(Source: ONU)
Caminhos da Reportagem	Finalista	Prêmios TAL 2016	Prêmio TAL	Melhor Série Documental	Episódio: Brasil Visual Prêmios TAL é uma cerimônia de premiação para as melhores produções das Televisões Públicas e Culturais da América Latina. TAL é a rede de Televisões Públicas e Culturais mais importante da América Latina. Uma organização sem fins lucrativos que reúne mais de 70 TVs e redes associadas que somam 283 canais em 20 países.
	Finalista	Prêmios TAL 2016	Prêmio TAL	Melhor Programa Jornalístico	Episódio: Loucura e liberdade: saúde mental em Barbacena.
Brincando	Finalista	Prêmios TAL 2016	Prêmio TAL	Melhor Produção Infantil	Programa: Brincado
Samba na Gamboa	Finalista	Prêmios TAL 2016	Prêmio TAL	Melhor Produção Inovadora	Programa: Samba na Gamboa
Nacionais			Finalista em 02 Prêmios		
Internacionais			Finalista em 05 Prêmios		

2 – VISÃO GERAL

ANEXO 2– Quadro de Normas dos Principais Macroprocessos

100 - MANUAL DE ORGANIZAÇÃO
Direcionamento Estratégico 2012-2022 - Deliberação CONSAD nº 45, de 26/08/2015
Diretrizes para Elaboração do Plano de Trabalho e Orçamento Plurianual - Deliberação CONSAD nº 54, de 26/08/2015
Matriz Organizacional - 2015
NOR 101 - Norma Básica de Instrumentos Organizacionais e Normativos - 12/05/2016
PO 001 - Elaboração de Políticas EBC - 23/06/2015
Regimento Interno da Diretoria Executiva - 03/06/2013
Regimento Interno do Comitê de Planejamento e Avaliação EBC - 26/10/2015
Regimento Interno do Comitê de Programação e Rede – DIREX resolução nº 053/2013
Regimento Interno do CONSAD - 26/10/2016
Regimento Interno do CTIC - 08/07/2013
200 - MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Diretriz de Alçadas - Deliberação CONSAD nº 043 de 23/06/2015
NOR 216 - Norma de Requisição de Material e/ou Serviço - 23/04/2015
NOR 218 - Norma de Gestão de Contratos e Parcerias - 11/01/2016
NOR 223 - Norma de Remuneração dos Diretores e Membros dos Conselhos - 28/03/2014
300 - MANUAL DE GESTÃO DE PESSOAS
Diretrizes e Critérios para a Concessão da Prorrogação de Jornada - Resolução DIREX nº 099 de 27/10/2016
NOR 301 - Regulamento de Pessoal - 18/08/2016
NOR 302 - Norma de Implantação do Plano de Cargos, Salários e Benefícios - 14/09/2015
400 - MANUAL DE REDE
NOR 401 - Norma da Rede Nacional de Comunicação Pública - 20/05/2015
500 - MANUAL DE MARKETING E SERVIÇOS
NOR 501 - Norma de Comercialização - 14/07/2014
NOR 504 - Norma de Distribuição de Publicidade Legal - 14/09/2015
NOR 506 - Norma de Registro de Marcas - 11/11/2014
600 - MANUAL DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO
NOR 602 - Norma de Concurso para Produções Regionais ou Independentes - 04/05/2009
NOR 606 - Norma para Apresentação de Projetos de Coprodução - 29/01/2013
700 - MANUAL DE TECNOLOGIA
NOR 701 - Norma de Utilização de Recursos Computacionais - 11/12/2012
NOR 704 - Norma de Formato Padrão de Entrega de Conteúdo Audiovisual em Alta Definição - 05/06/2014
800 - MANUAL DE PROGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Diretrizes de Conteúdo e Programação - Resolução nº 139 de 07/10/2013
NOR 801 - Norma de Jornalismo - 20/06/2016
900 - OUTROS
NOR 901 - Norma de Auditoria Interna - 29/04/2013
NOR 902 - Regulamento da Auditoria Interna - 27/10/2011
NOR 903 - Norma de Apuração de Responsabilidade - 28/07/2016
NOR 904 - Norma de Tratamento da Informação Corporativa - 19/11/2015
NOR 905 - Apuração Ética - 11/04/2016
PO 900-01 Política de Segurança da Informação e da Comunicação - 14/12/2015

Fonte: Intranet da EBC

2 – VISÃO GERAL

ANEXO 3 – Organograma Completo – EBC

Figura 1 - Macroestrutura da EBC

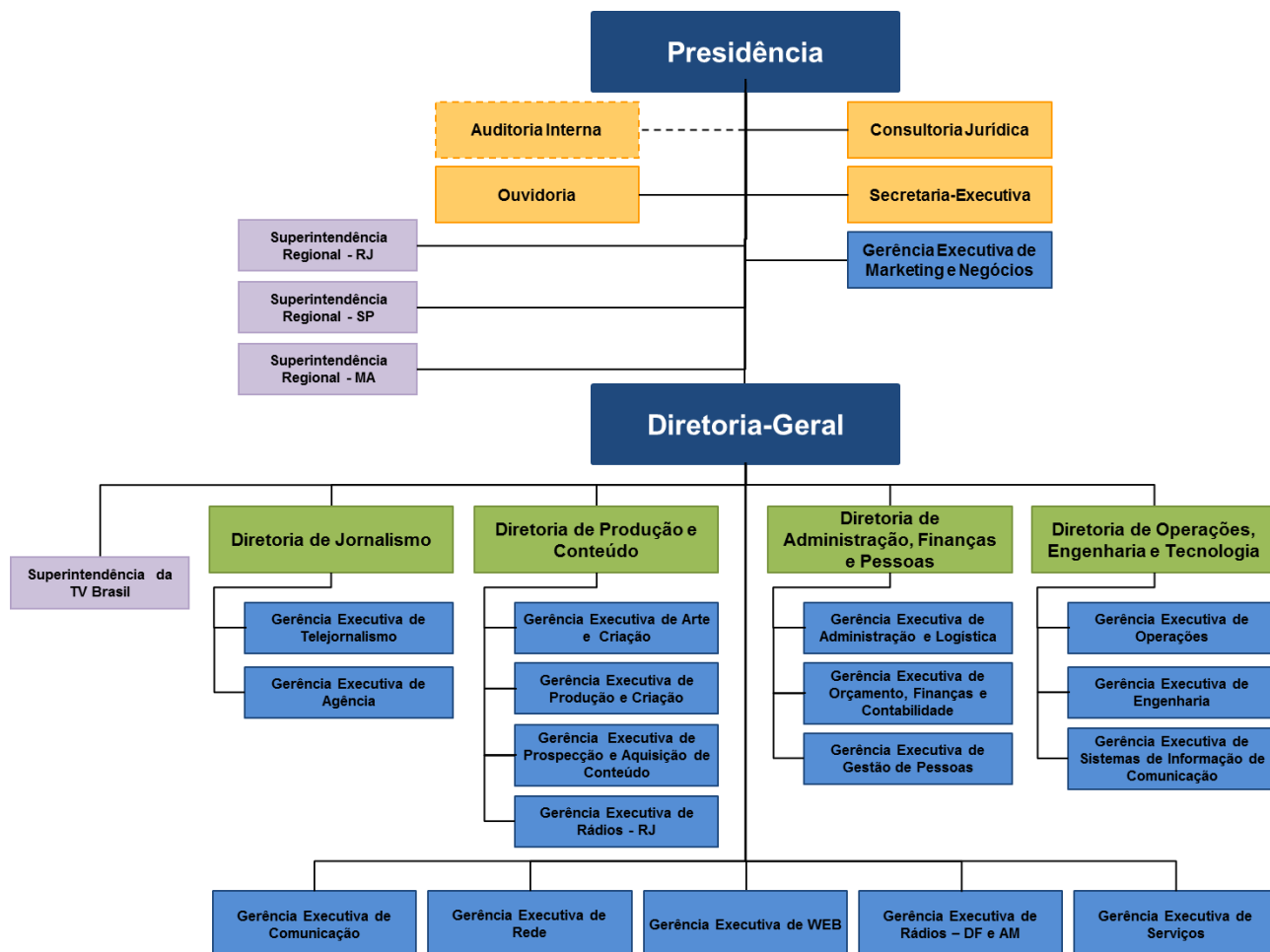


Figura 2 – Organograma da Auditoria Interna

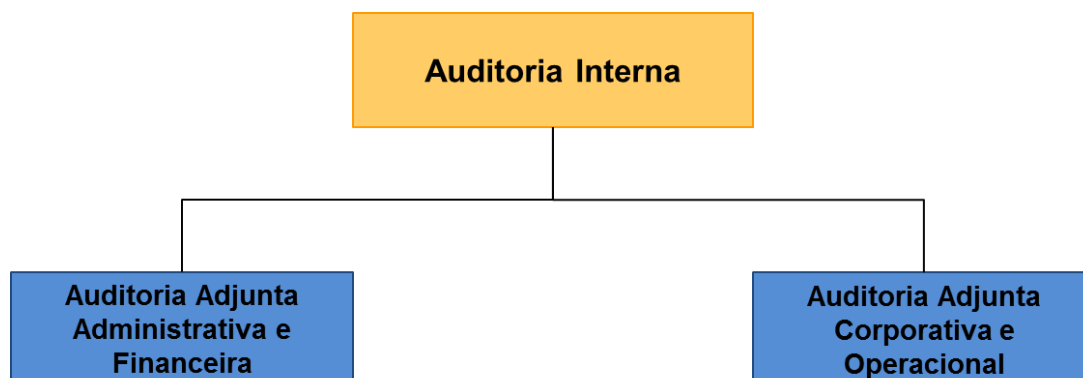


Figura 3 – Organograma da Presidência

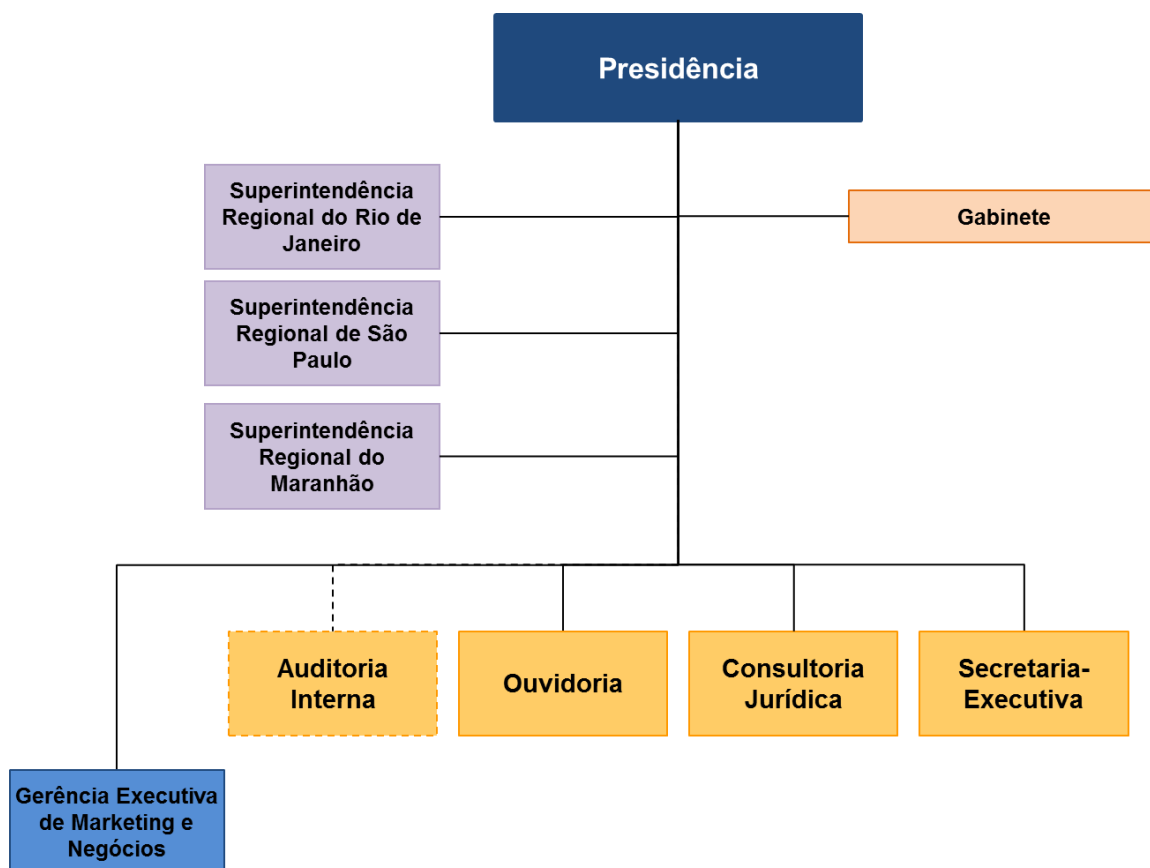


Figura 4 – Organograma da Superintendência Regional do Rio de Janeiro

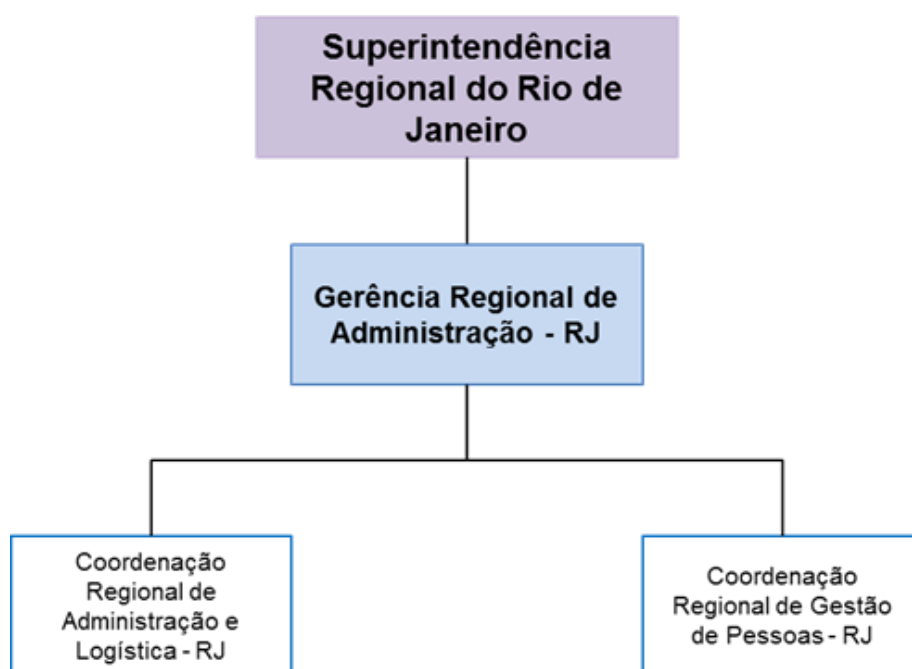


Figura 5 – Organograma da Superintendência Regional de São Paulo

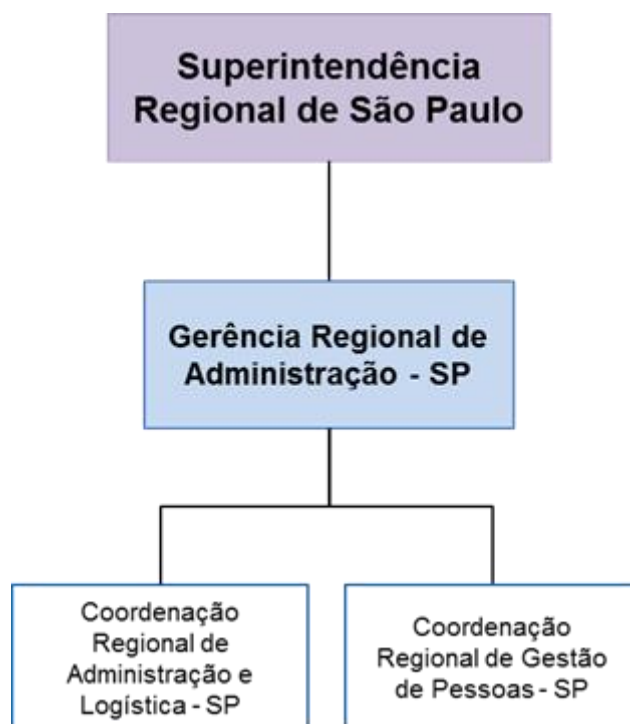


Figura 6 – Organograma da Superintendência Regional do Maranhão



Figura 7 – Organograma da Ouvidoria

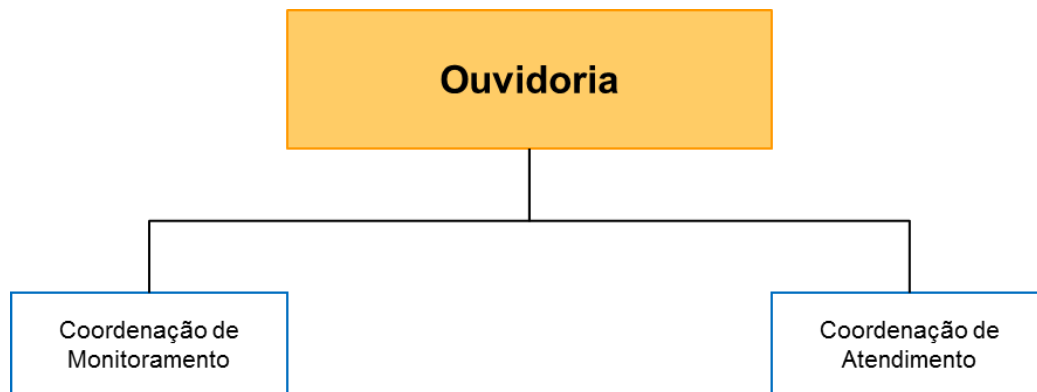


Figura 8 – Organograma da Consultoria Jurídica

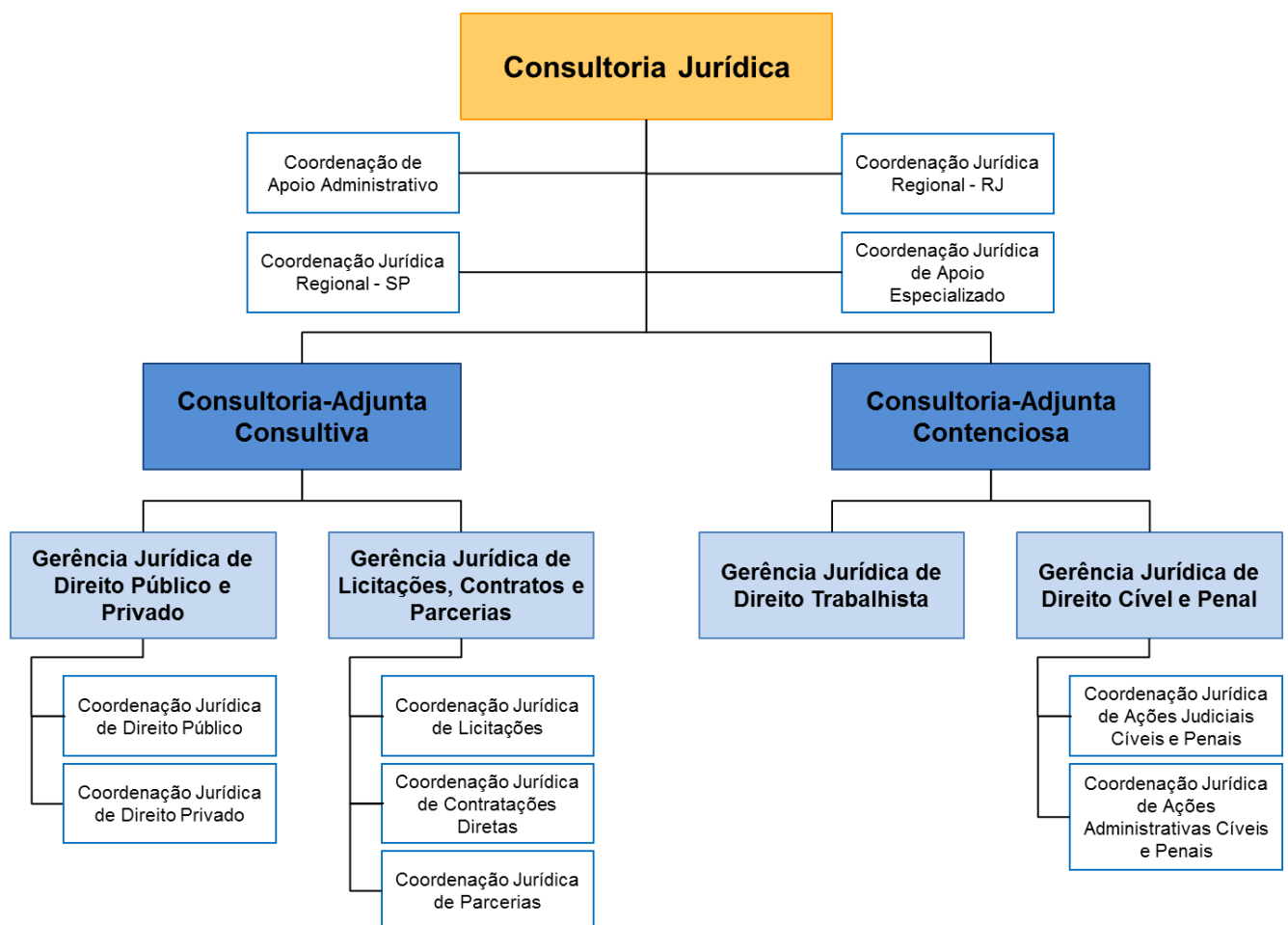


Figura 9 - Organograma da Secretaria Executiva

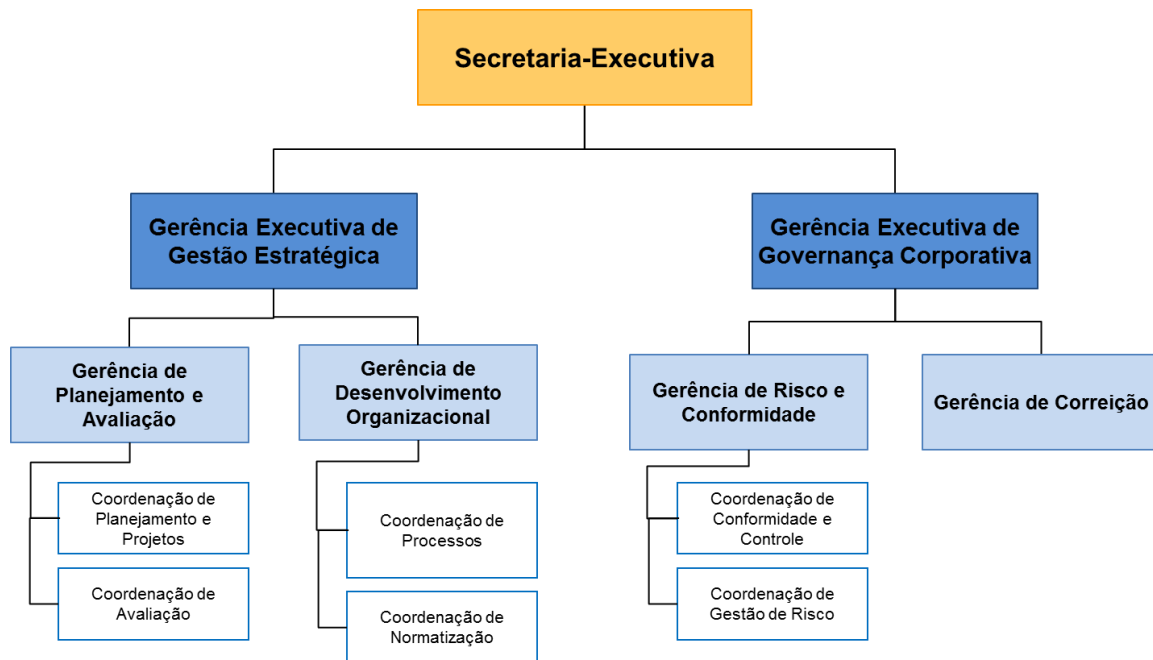


Figura 10 – Organograma Gerência Executiva de Marketing e Negócios

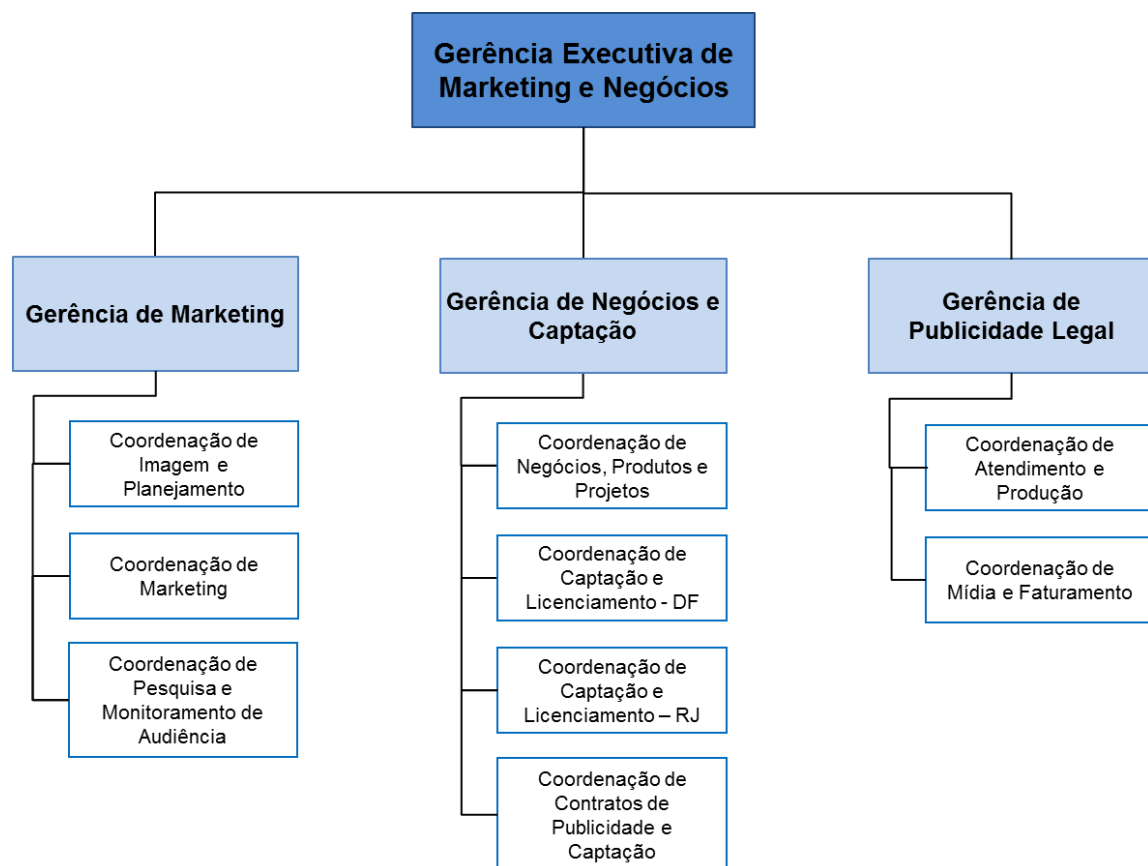


Figura 11 – Organograma Macro da Diretoria-Geral

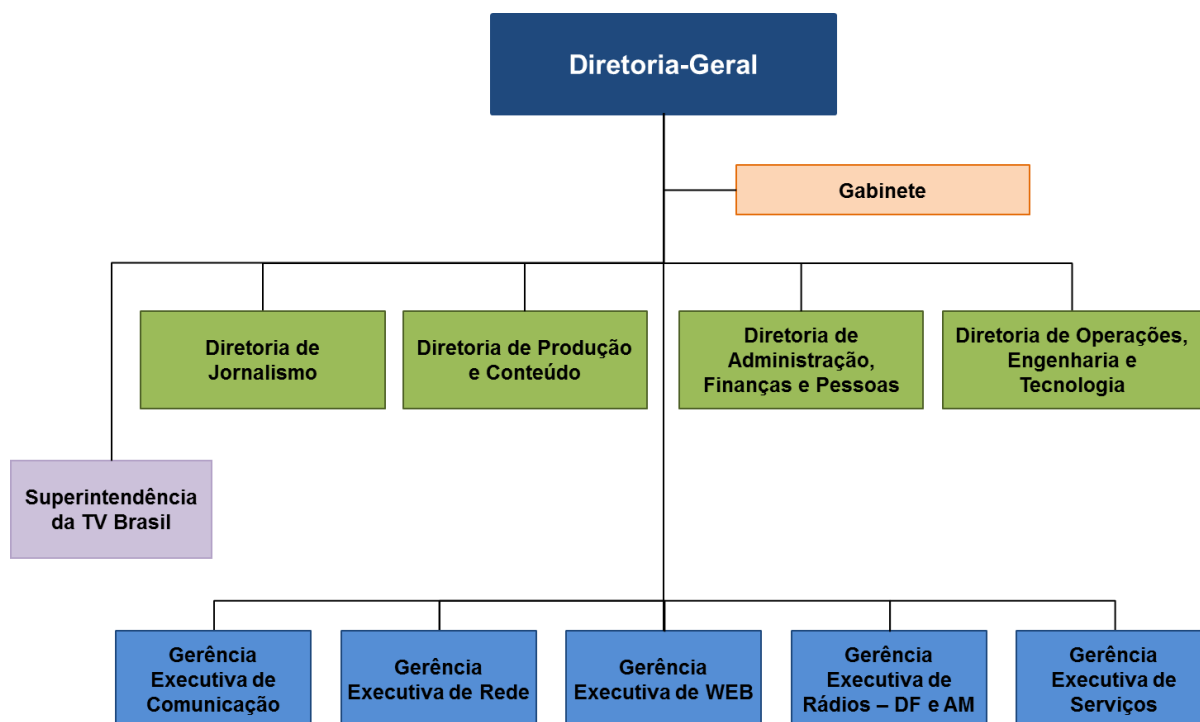


Figura 12 - Organograma da Superintendência da TV Brasil

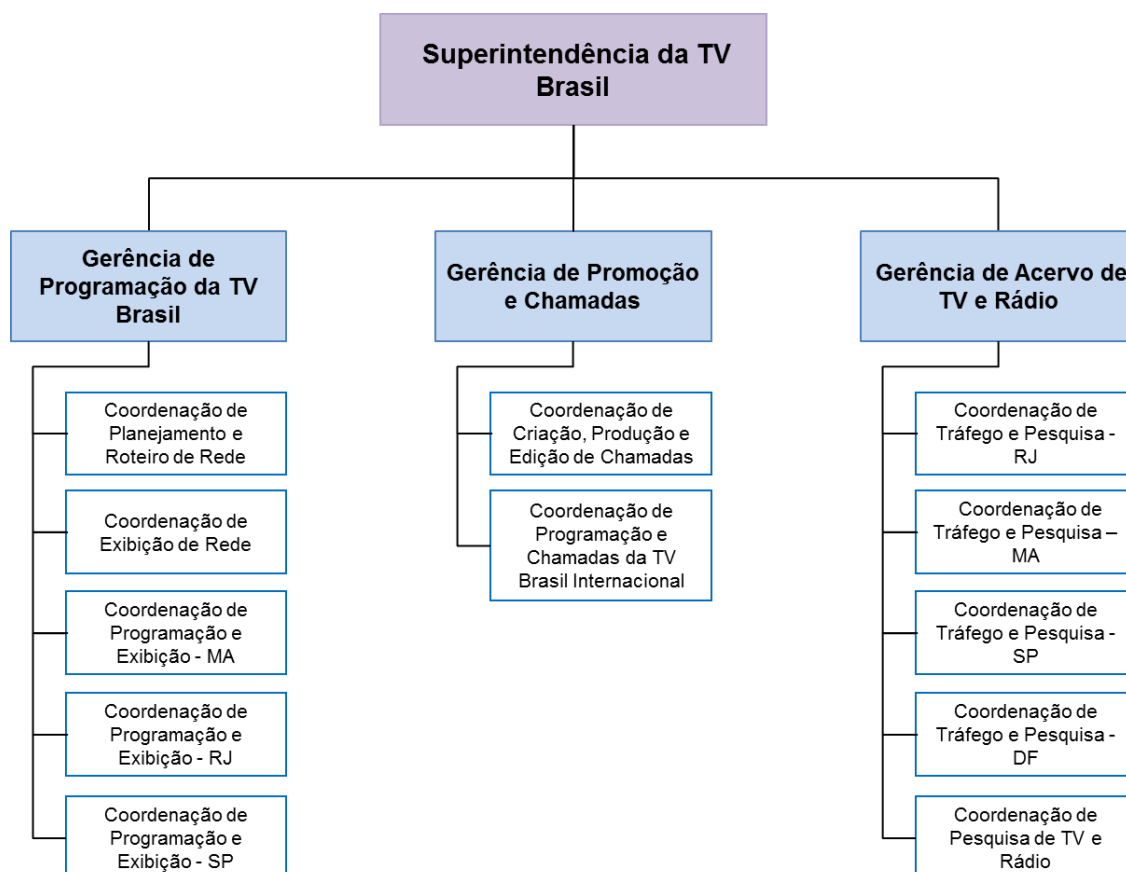


Figura 13 - Organograma da Gerência Executiva de Comunicação

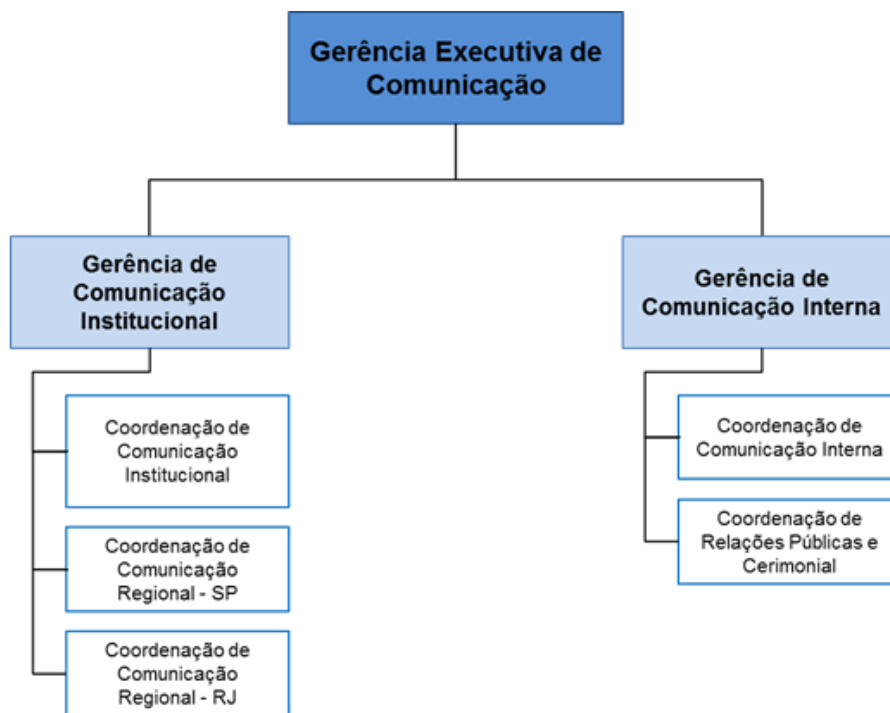


Figura 14 - Gerência Executiva de Rede

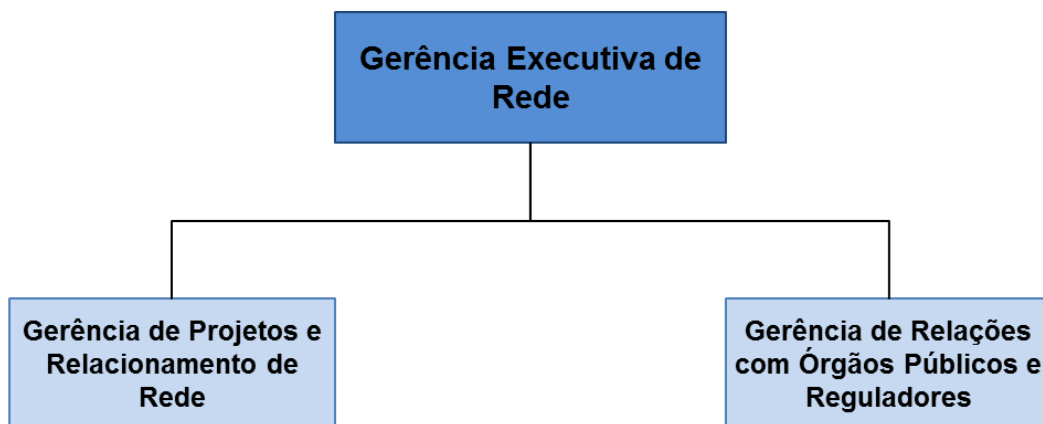


Figura 15 - Gerência Executiva de Web

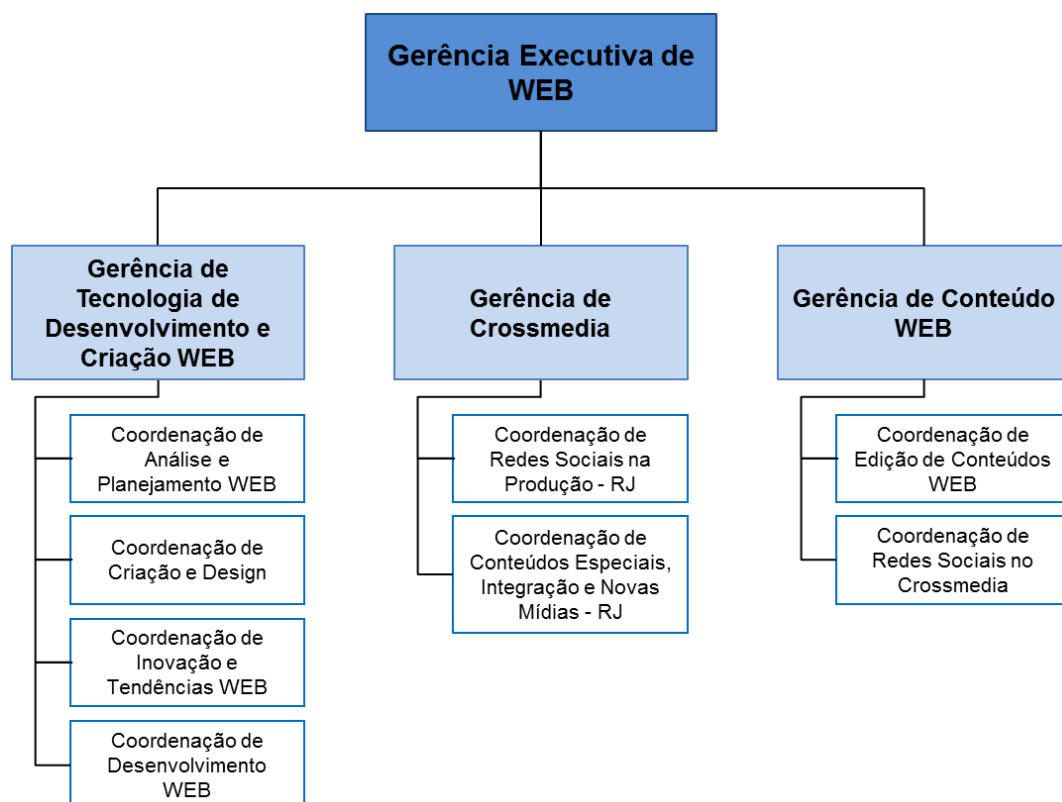


Figura 16 – Organograma da Gerência Executiva de Rádios – DF e AM

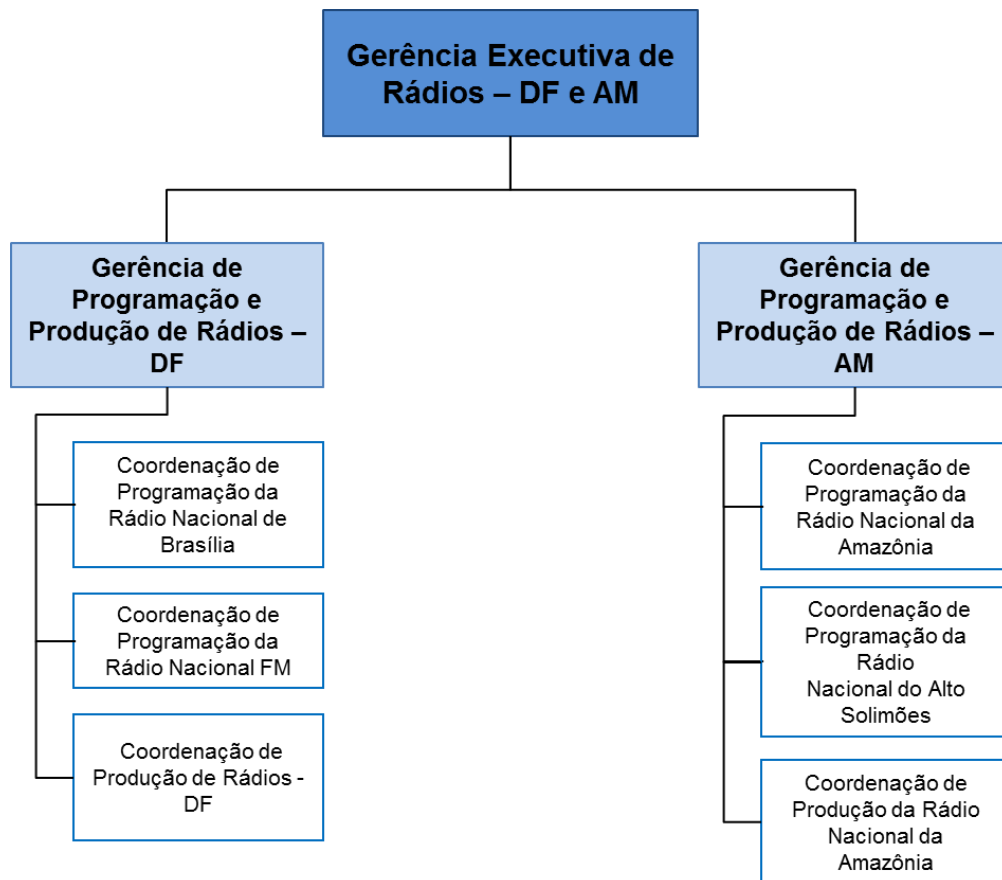


Figura 17 – Organograma da Gerência Executiva de Serviços

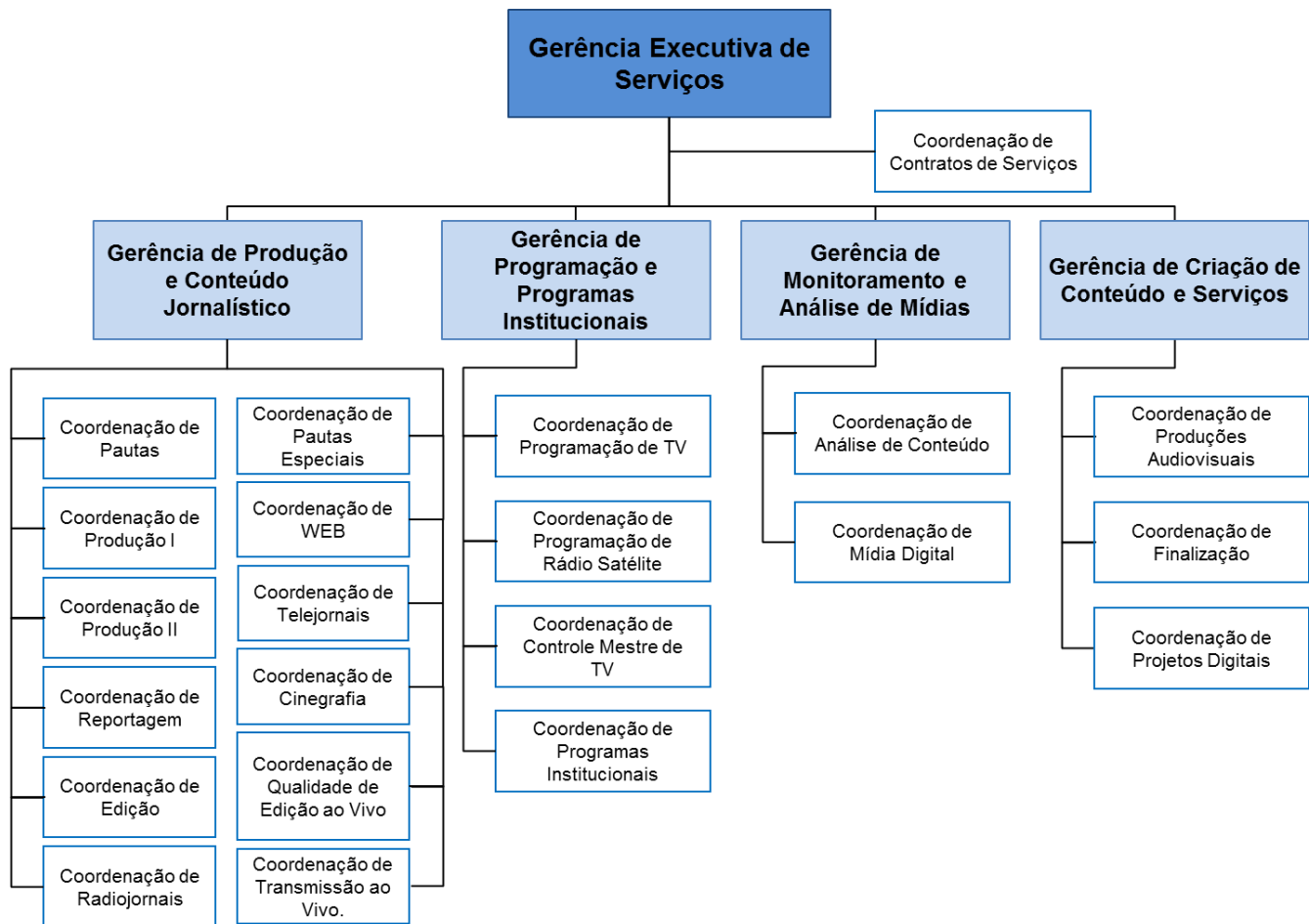


Figura 18 – Organograma Macro da Diretoria de Jornalismo

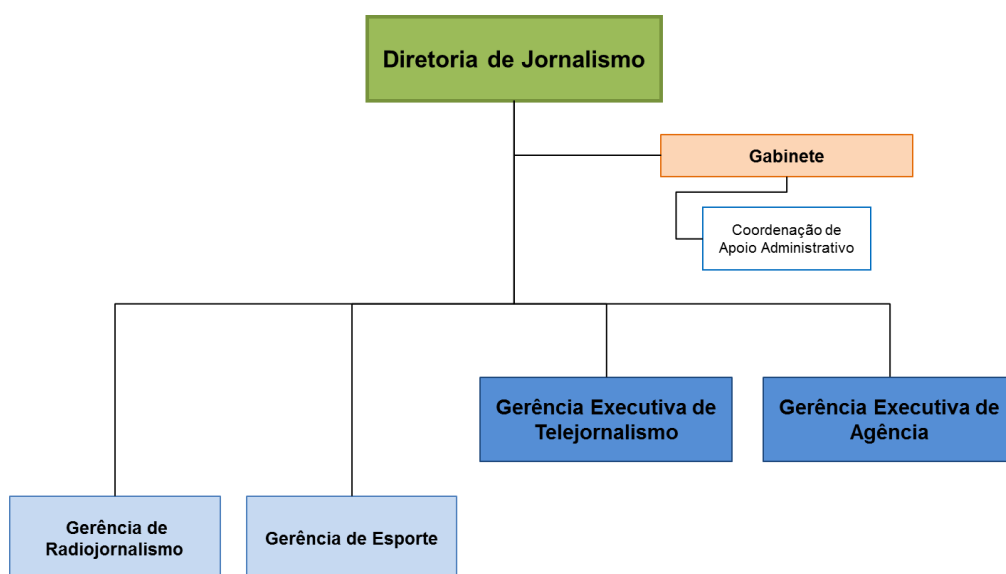


Figura 19 - Organograma da Gerência de Radiojornalismo

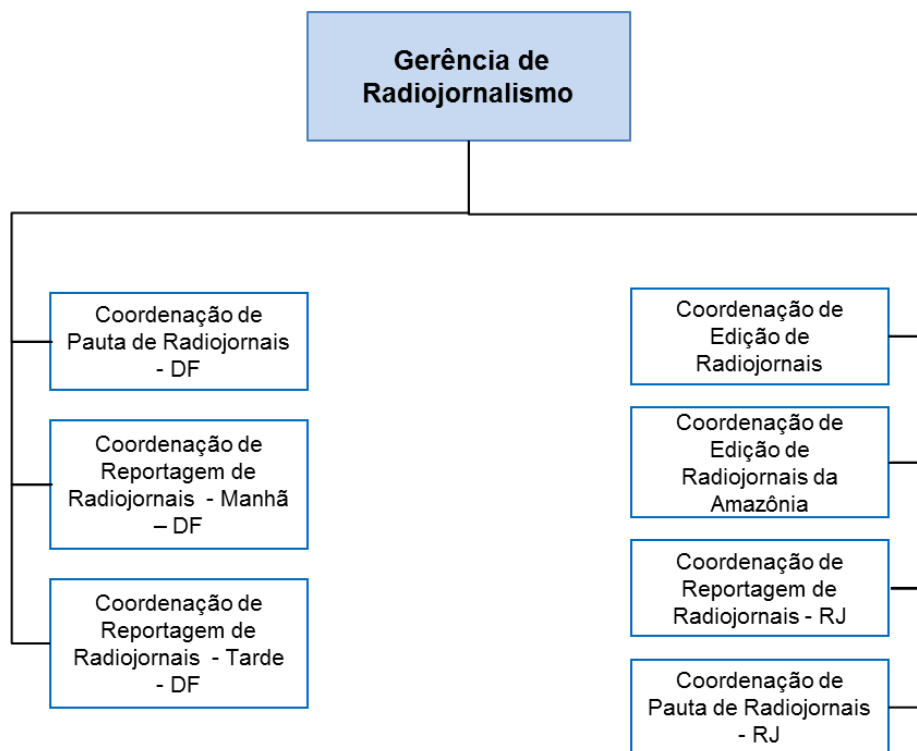


Figura 20 – Organograma da Gerência de Esporte

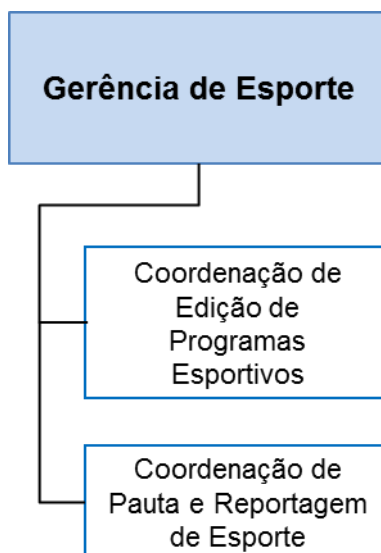


Figura 21 – Organograma da Gerência Executiva de Telejornalismo

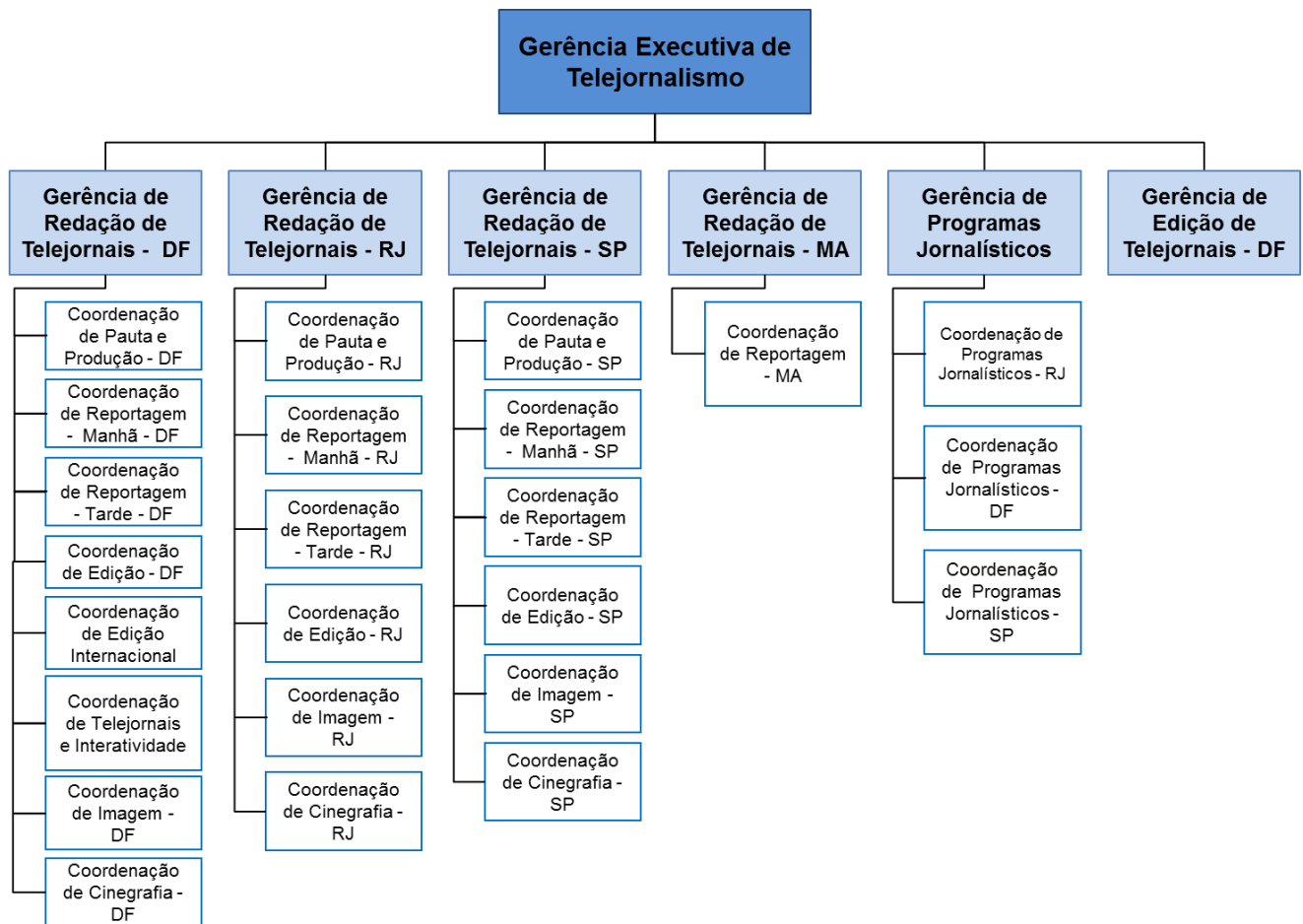


Figura 22 – Organograma da Gerência Executiva de Agência

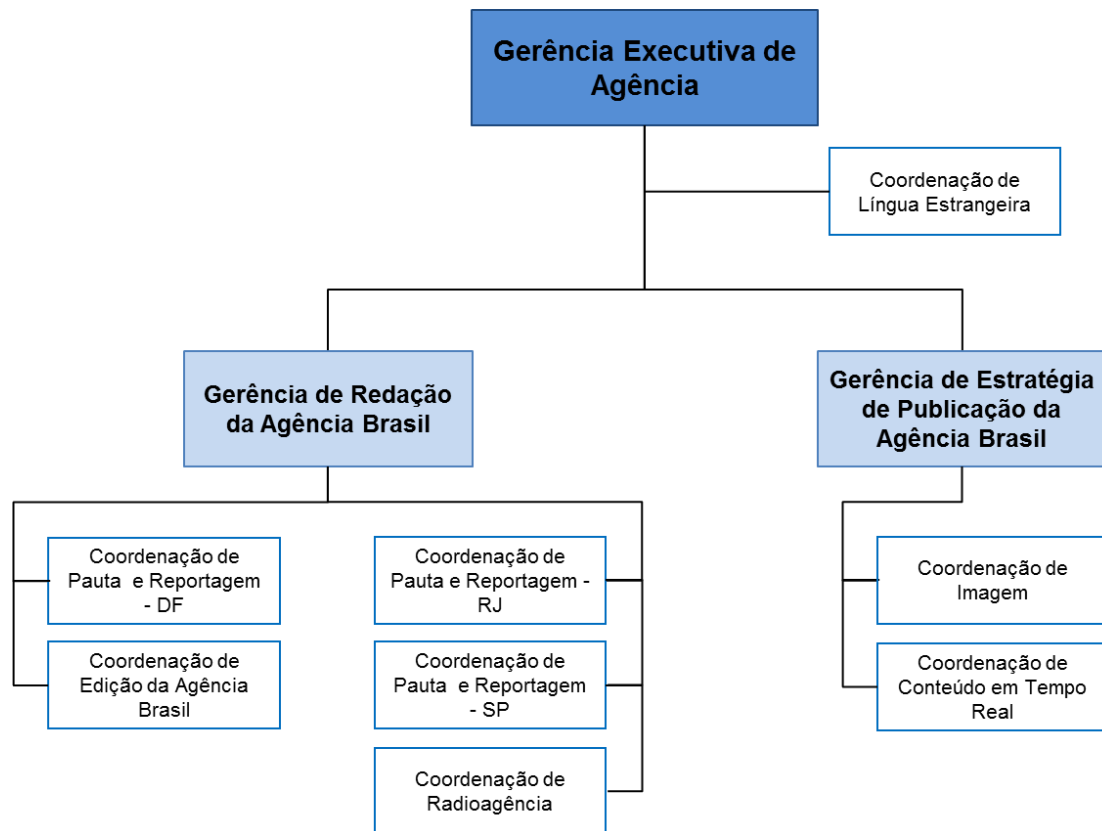


Figura 23 – Organograma Macro da Diretoria de Produção e Conteúdo

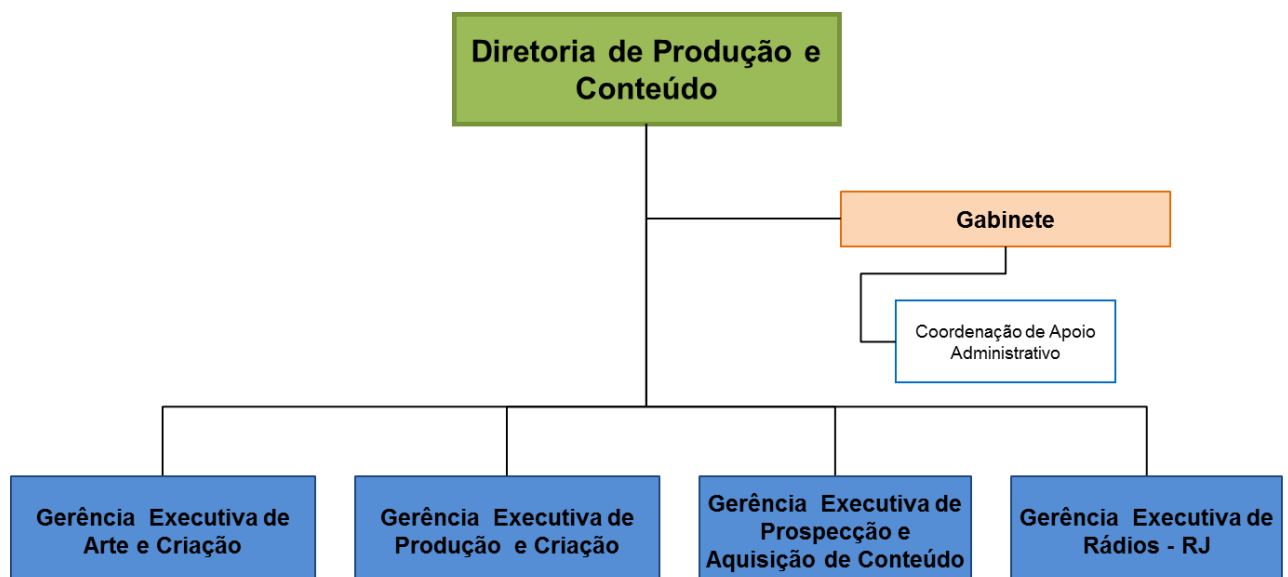


Figura 24 – Organograma da Gerência Executiva de Arte e Criação

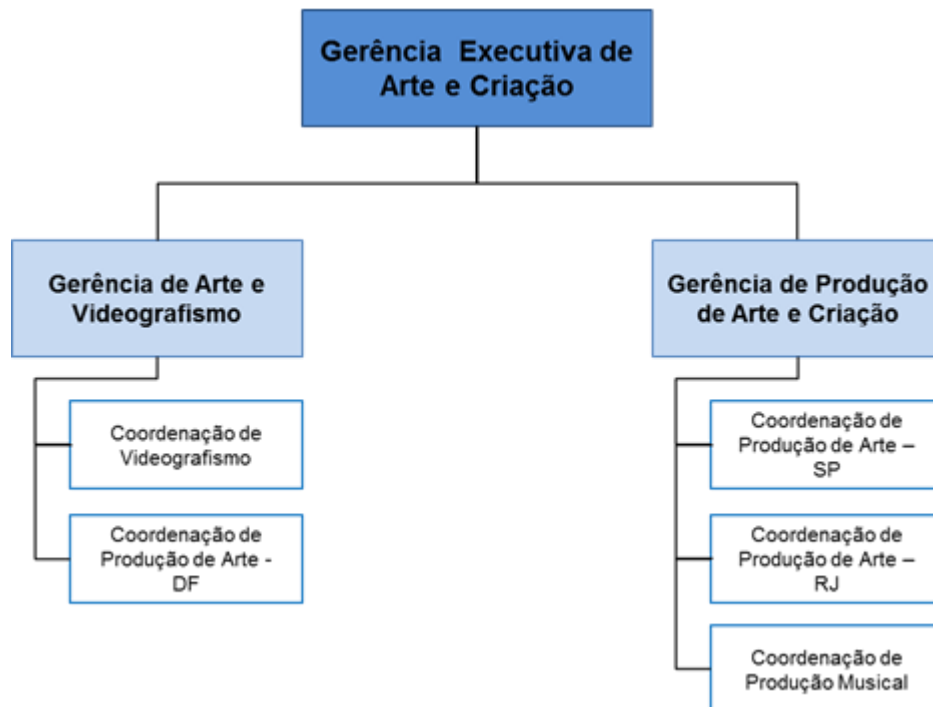


Figura 25– Organograma da Gerência Executiva de Produção e Criação

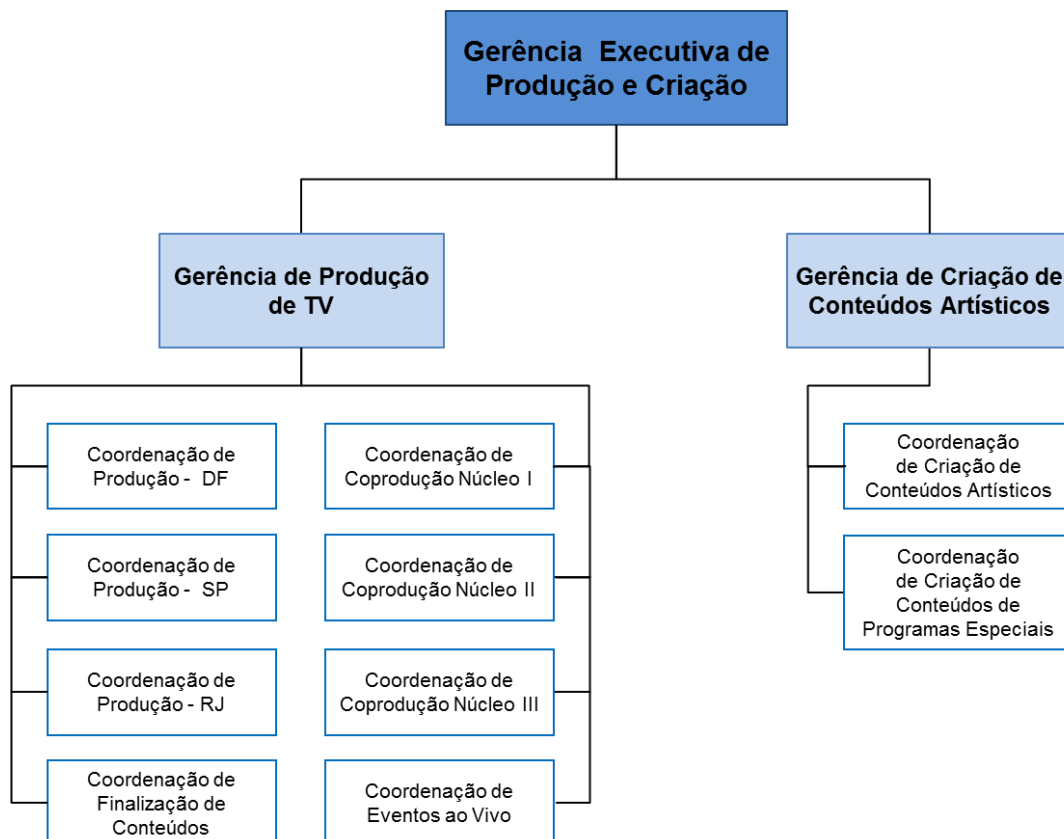


Figura 26 – Organograma da Gerência Executiva de Prospecção e Aquisição de Conteúdo

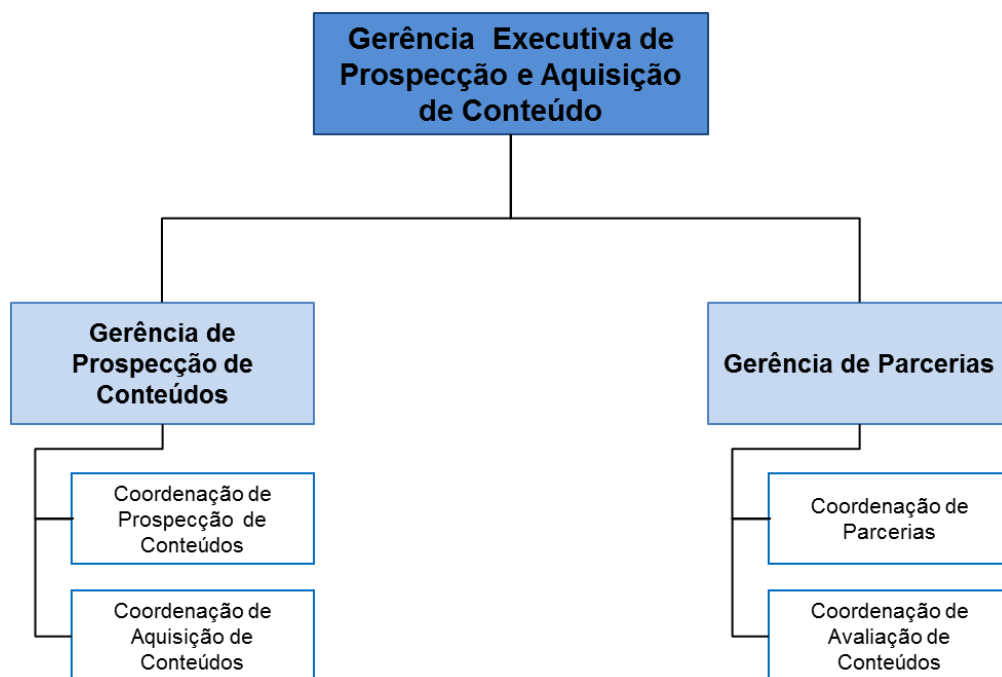


Figura 27 – Organograma da Gerência Executiva de Rádios - RJ

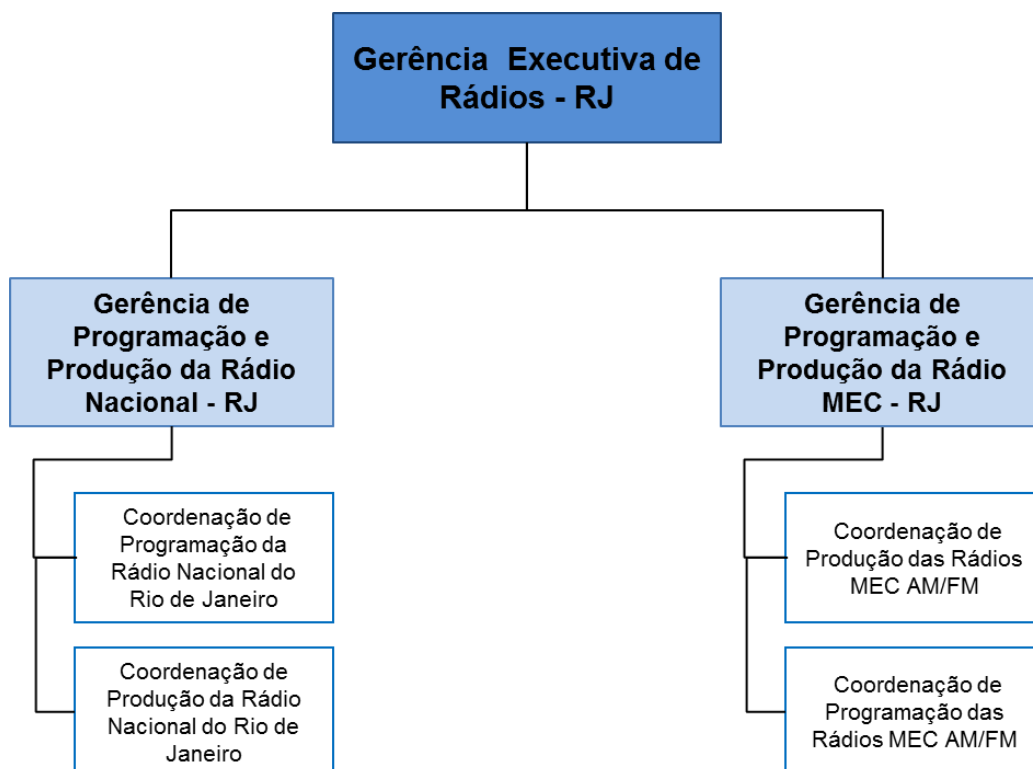


Figura 28 – Organograma Macro da Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas

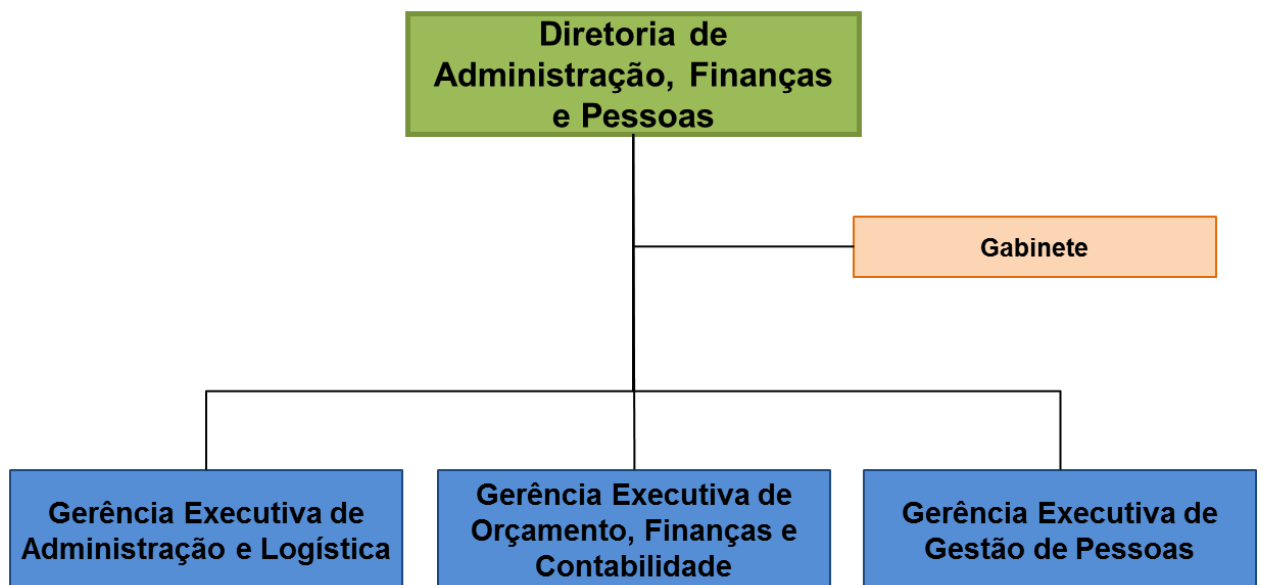


Figura 29 – Organograma da Gerência Executiva de Administração e Logística

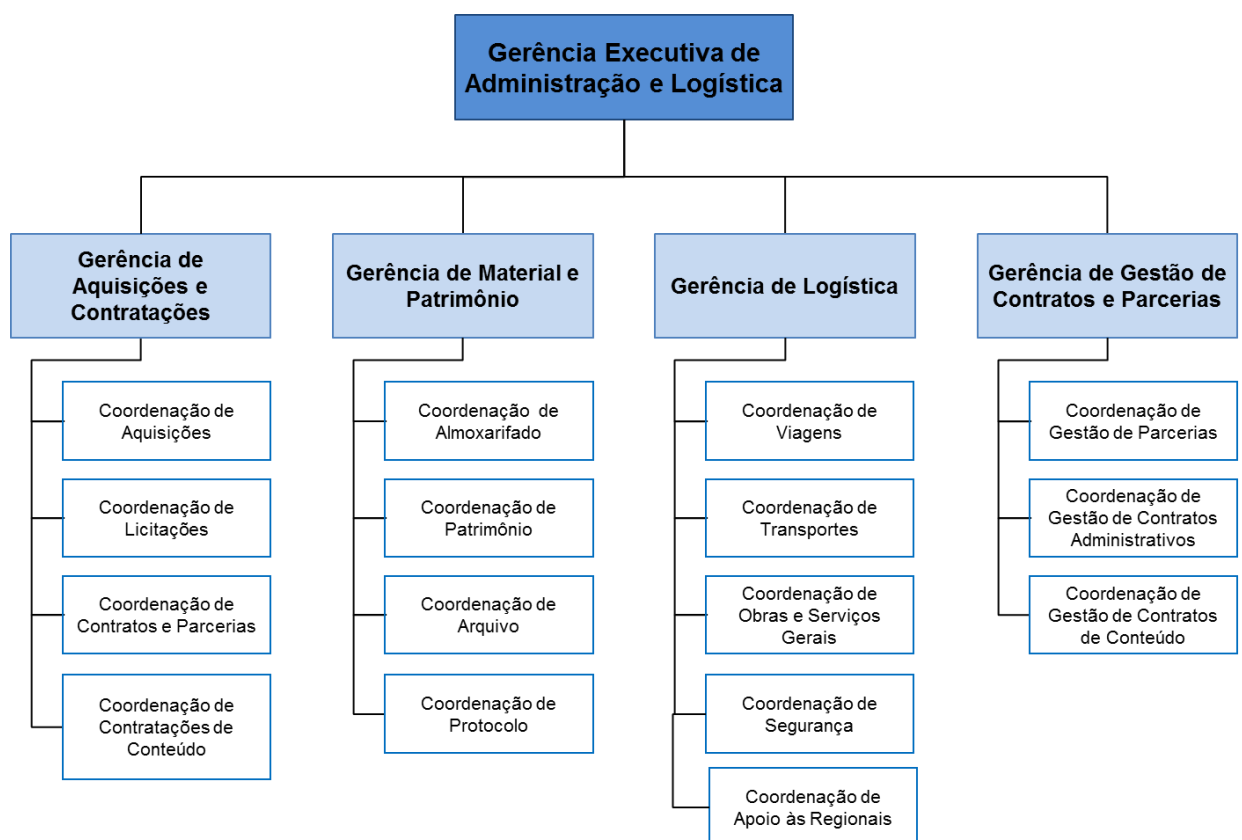


Figura 30 – Organograma da Gerência Executiva de Orçamento, Finanças e Contabilidade

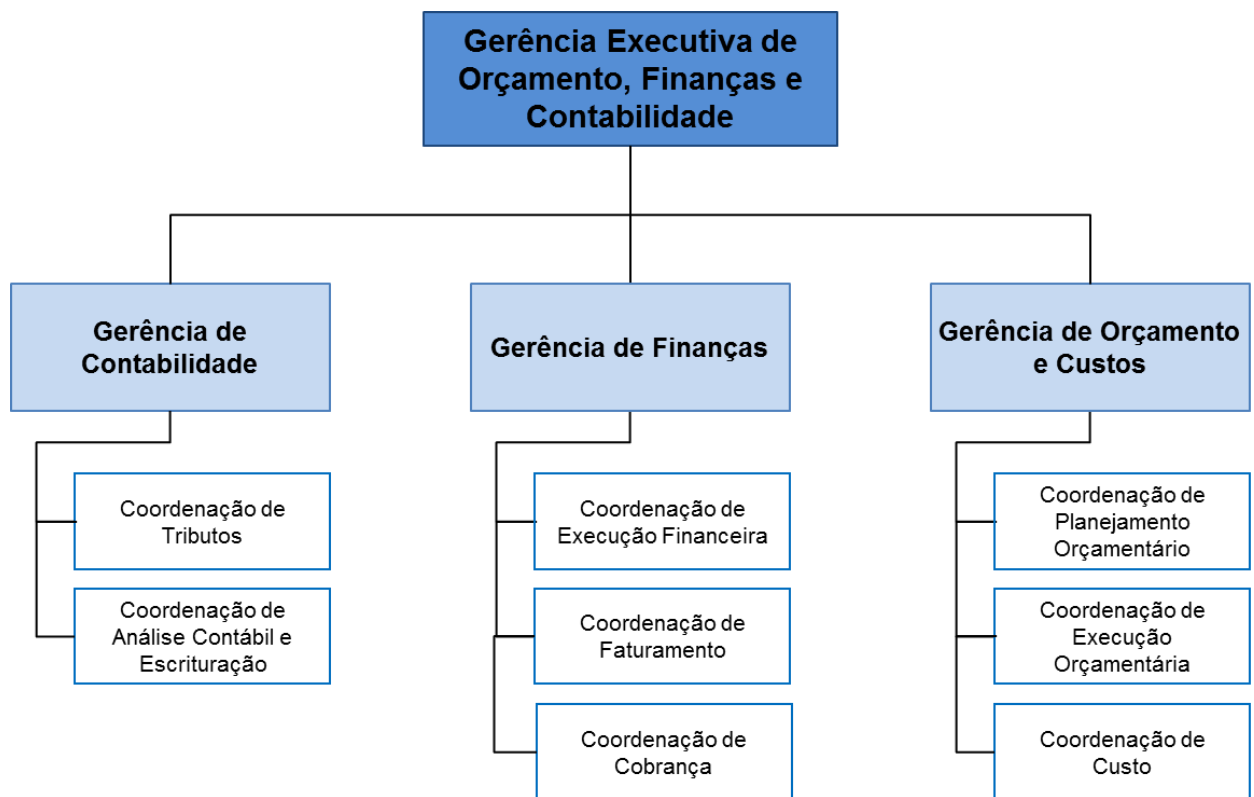


Figura 31 – Organograma da Gerência Executiva de Gestão de Pessoas

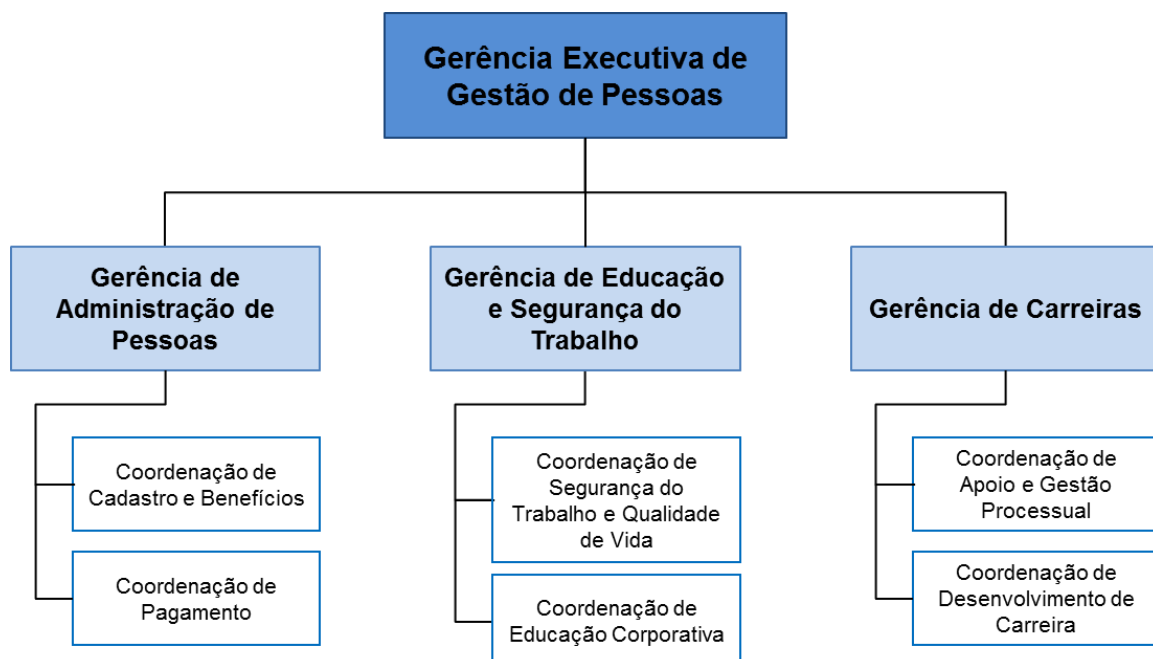


Figura 32 – Organograma Macro da Diretoria de Operações, Engenharia e Tecnologia

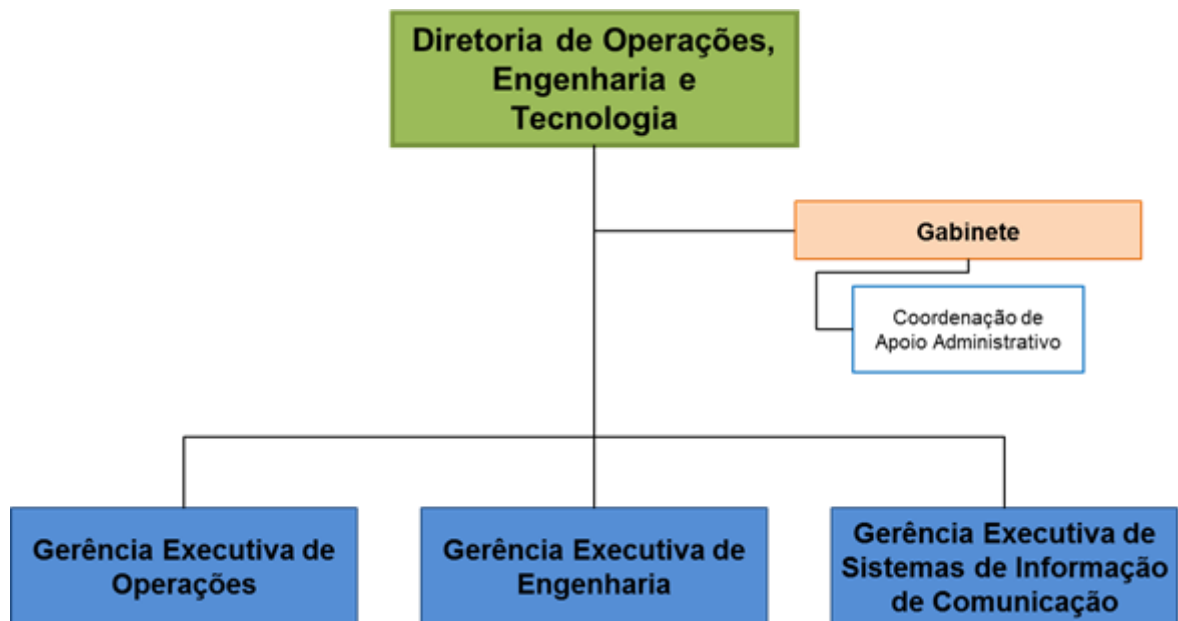


Figura 33 - Organograma da Gerência Executiva de Operações

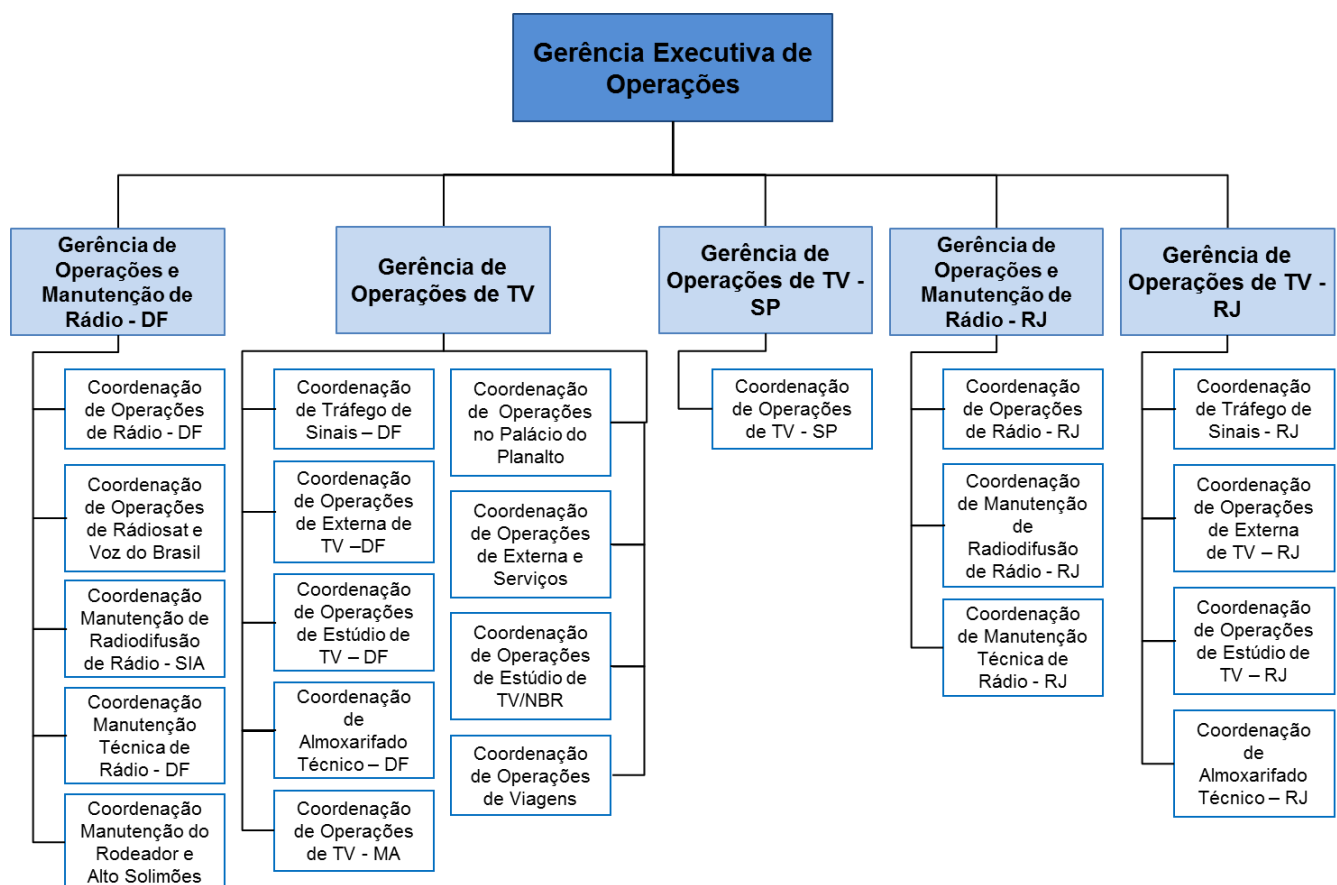


Figura 34 – Organograma da Gerência Executiva de Engenharia

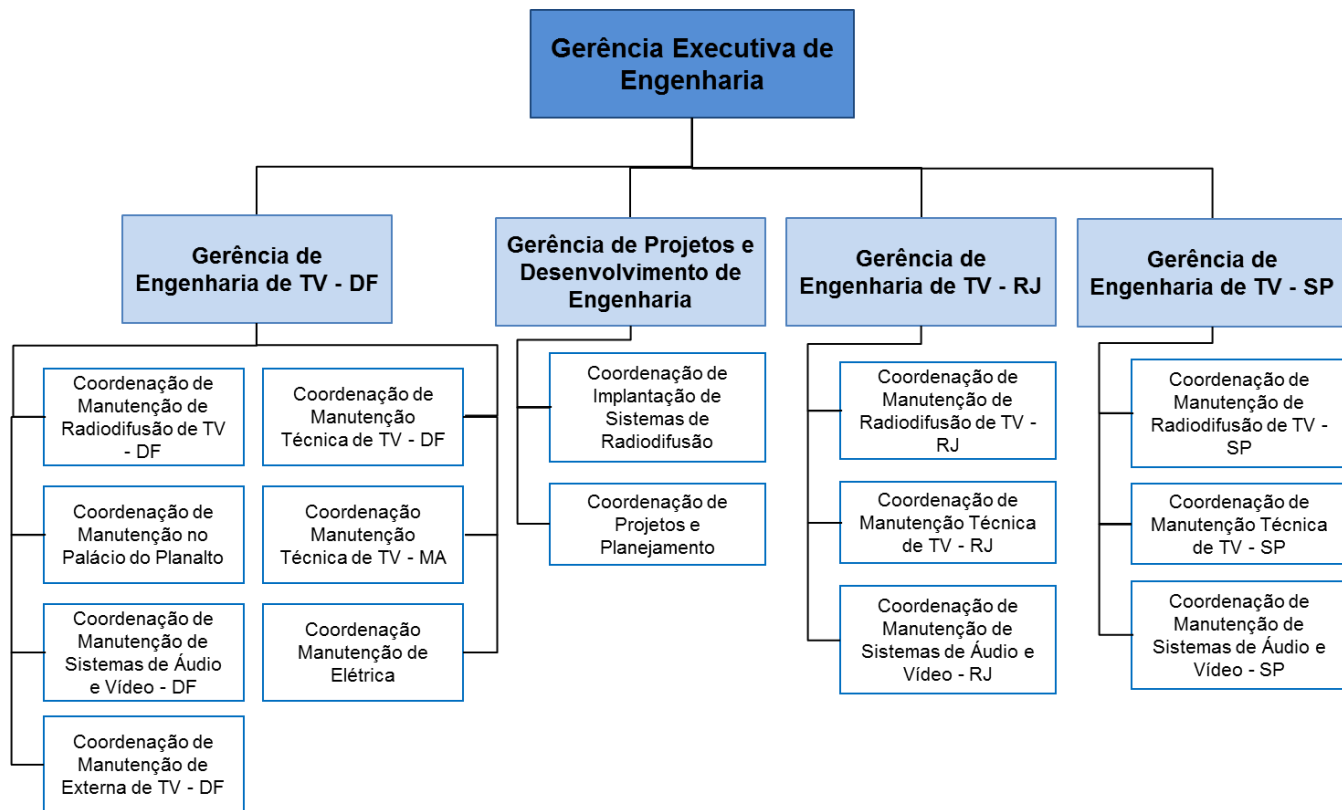
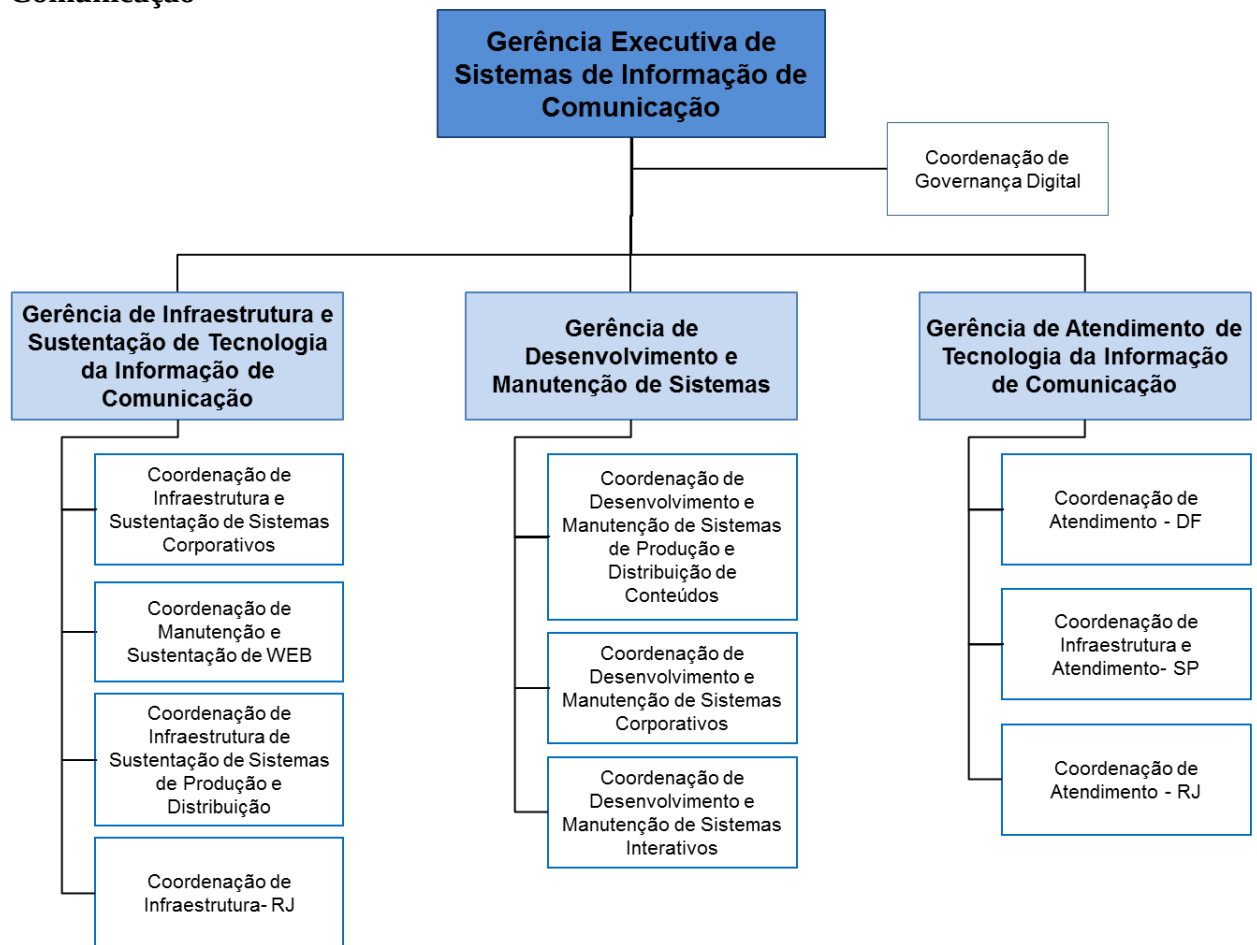


Figura 35 - Organograma da Gerência Executiva de Sistemas de Informação de Comunicação



3 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

ANEXO 4 – INDICADORES ESTRATÉGICOS

Item	Indicador – Nome	Indicador - Descrição	Fórmula de Cálculo	Área da UJ responsável pela medição	Fórmula de Cálculo	Meta 2022	Meta 2016	Atingido em 2016	% de Realização
1	Índice de digitalização da RNCP/TV	Mede a quantidade de emissoras parceiras digitais da RNCP/TV	Número de emissoras parceiras digitais existentes	PRESI	Total de emissoras parceiras operando em digital/ Total de emissoras parceiras da Rede Nacional de Comunicação Pública-TV	48 Emissoras	12 Emissoras	12 Emissoras	100%
2	Criação da Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádio	Mede a quantidade de emissoras parceiras da RNCP/Rádio	Número de emissoras fomentadas por ano	PRESI	Número de emissoras públicas de Rádio parceiras da Rede Nacional de Comunicação Pública - Rádio	100 Emissoras	33 Emissoras	0	0%
3	Índice de conteúdo oriundo de parceiras com a Rede Nacional de Comunicação Pública/TV	Mede o total de horas/dia de conteúdos das emissoras parceiras da RNCP/TV exibidos na programação da TV Brasil	Número de horas/Dia de exibição	PRESI	Total de horas de conteúdo da grade de programação da TV Brasil oriundo das emissoras parceiras da RNCP-TV / Total de horas conteúdo da grade de programação da TV Brasil	4 Horas	2 Horas	2h30min	125%
4	Índice de participação da receita própria no total do orçamento	Mede a participação da receita própria no total do orçamento	Valor da receita própria/Valor total do orçamento	DIAFI	Total da receita própria / Total do orçamento da EBC	33%	22%	33,5%	152%

Item	Indicador – Nome	Indicador - Descrição	Fórmula de Cálculo	Área da UJ responsável pela medição	Fórmula de Cálculo	Meta 2022	Meta 2016	Atingido em 2016	% de Realização
5	Índice de capacitação de empregados	Mede o número de horas de capacitação por empregados da EBC	Numero de capacitação/Número de empregados	DIAFI	Total de horas de capacitação / Total de empregados da EBC	20 Horas para 100% dos empregados	65%	44%	68%
6	Índice do clima organizacional	Mede o clima organizacional da EBC	Número de empregados satisfeitos/Total de empregados da EBC	DIAFI	Total de empregados satisfeitos / Total de empregados da EBC	80%	-	0%	0%
7	Índice de rotatividade de empregados	Mede o índice de rotatividade dos empregados da EBC	Numero de desligamento de empregados	DIAFI	Menor valor entre a quantidade de admissões e a quantidade de demissões / Estoque médio de empregados da EBC	5%	6,5%	3,7%	175%
8	Índice de recursos dispendidos em tecnologia	Mede o percentual de recursos da EBC destinados à tecnologia da informação e comunicação	Valor dispendido para tecnologia/Valor total do orçamento	DIAFI	Total de recursos dispendidos em tecnologia da informação e comunicação / Total de recursos do orçamento da EBC	8%	4%	5%	125%
9	Índice de disponibilidade de acesso ao sinal da TV Brasil em HD	Mede a disponibilidade de acesso ao sinal em HD da TV Brasil à população brasileira.	Número da população atendida pelo sinal em HD da TV Brasil	DOTEC	Total da população com acesso à TV Brasil com sinal Digital / Total da população do Brasil	55%	15%	15%	100%

Item	Indicador – Nome	Indicador - Descrição	Fórmula de Cálculo	Área da UJ responsável pela medição	Fórmula de Cálculo	Meta 2022	Meta 2016	Atingido em 2016	% de Realização
10	Índice de reconhecimento por meio de conteúdos premiados	Mede o reconhecimento dos veículos da EBC por meio dos conteúdos premiados	Número de conteúdos premiados	DIGER	Total de conteúdos nomeados e premiados / Total de conteúdos inscritos em prêmios	70%	70%	61,9%	88%
11	Índice de percepção de conhecimento dos veículos da EBC junto à sociedade	Mede a percepção de conhecimento da sociedade dos veículos da EBC	Número de pessoas que conhecem os veículos da EBC	PRESI	Percentual da população brasileira que conhecem os veículos da EBC	70%	37%	0%	0%
12	Índices de audiência média do público de TV Brasil	Mede a audiência média da TV Brasil de forma global e por praça de atuação	Número dos pontos percentuais de audiência atingidos	PRESI	Percentual médio de domicílios que assistem a TV Brasil / Total de domicílios com aparelhos de TV	2%	0,40%	0,11%	28%
13	Índice de audiência média de público de cada rádio	Mede a audiência de ouvinte por minuto para cada rádio da EBC por praça de atuação	Número de ouvintes alcançados por minuto	PRESI	Número médio de ouvintes alcançados por minuto de cada Rádio da EBC	MEC AM BSB - 400 Ouvintes	250	222	89%
						MEC AM RJ - 1.500 Ouvintes	850	889	105%
						MEC FM RJ - 5.000 Ouvintes	4000	3.408	85%

Item	Indicador – Nome	Indicador - Descrição	Fórmula de Cálculo	Área da UJ responsável pela medição	Fórmula de Cálculo	Meta 2022	Meta 2016	Atingido em 2016	% de Realização
						NACIONAL AM BSB - 1.000 Ouvintes	750	1065	142%
						NACIONAL FM BSB - 4.000 Ouvintes	2700	2355	87%
						NACIONAL AM RJ - 2.000 Ouvintes	1800	1232	68%
14	Índice de audiência do público de web e de agências	Mede a audiência de visitantes únicos nos veículos da web da EBC	Número de visitantes únicos	DIGER	Número de visitantes únicos nos veículo da web da EBC	95 milhões de Visitantes	34,6 milhões de visitantes	43,2 milhões de Visitantes	125%
15	Índice de eficiência na preservação dos acervos digitais da EBC	Mede a eficiência na preservação dos acervos digitais da EBC	Número de catalogação e indexação do acervo digital	PRESI	Total de unidades de acervo catalogadas ou indexadas / Total de unidades de acervo produzidas	100%	Radiofônico - 55%	182%	331%
							Audiovisual - 55%	90%	164%
16	Tamanho dos estoques de mídias dos acervos analógicos da EBC	Mede o tamanho do estoque de mídias analógicas da EBC	Número de redução do estoque das mídias analógicas do acervo	PRESI	Número total de estoque das mídias analógicas do acervo da EBC	57.836 Mídias	Global - 261.930	1.423.168	543%
						0	Radiofônico - 52.716	64.929	123%
						57.836	Audiovisual -	277.036	132%

Item	Indicador – Nome	Indicador - Descrição	Fórmula de Cálculo	Área da UJ responsável pela medição	Fórmula de Cálculo	Meta 2022	Meta 2016	Atingido em 2016	% de Realização
							209.214		
17	Índice de atendimento a pesquisas de Acervo	Mede o atendimento a pesquisa de Acervo	Número de pedidos de pesquisas atendidos	PRESI	Total de itens de pesquisas solicitados / Total de itens de pesquisas atendidos	85%	55%	100%	182%
18	Índice do nível de maturidade dos processos críticos	Mede o nível de maturidade dos processos críticos	Nível de maturidade atingido dos processos críticos	PRESI	Total de processos críticos que avançaram, no mínimo, um nível de maturidade na metodologia de gestão de processos / Total de processos críticos da EBC	50% - Nível V	100% - Nível II	Em implementação do Plano de Ação do Projeto de Gestão de Processos	0%
19	Índice do cumprimento do tempo de execução dos processos críticos	Mede o tempo de execução dos processos críticos	-	PRESI	Total de processos críticos que cumpriram sua meta de percentual de ocorrências dentro do prazo / Total de processos críticos da EBC	A definir após o plano implantação dos críticos.	A definir após o plano implantação dos críticos.	A definir após o plano implantação dos críticos.	-
20	Índice de conformidade dos processos críticos	Mede a conformidade dos processos críticos	-	PRESI	Total de processos críticos com, no mínimo, 80%	A definir após o plano implantação dos críticos.	A definir após o plano implantação dos críticos.	A definir após o plano implantação dos críticos.	-

4 – GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

ANEXO 5 – CALENDÁRIO DE ADAPTAÇÕES

nº	Adaptação necessária	Data de conclusão	Decreto 8.945/2016	Lei 13.303/16
1	Aprovar metas empresariais para 2017 vinculadas ao plano de negócios	24/02/2017	Art. 37, § 1º, inciso I	Art. 23, § 2º
2	Divulgar Relatório Anual Integrado ou Sustentabilidade	24/03/2017	Art. 13, inciso IX	Art. 8º, inciso IX
3	Divulgar todos os produtos e interessados que forem pré-qualificados.	31/03/2017	-	Art. 64, § 7º
4	Criar colegiado interno equivalente ao Comitê de Auditoria, enquanto não se altera o estatuto	30/04/2017	Art. 64, § 2º	-
5	Elaborar Carta Anual Única	30/04/2017	Art. 13, § 1º e inciso I e III	-
6	Divulgar Carta Anual do Conselho de Administração sobre políticas públicas e informações relevantes	30/04/2017	Art. 13, inciso I	Art. 8º, inciso I
7	Criar e divulgar canal de denúncias	30/05/2017	Art. 18, inciso III e Art. 38, § 2º	Art. 9º, inciso III
8	Disponibilizar treinamento na posse e anual para administradores e fiscais quanto a legislação societária, divulgação de informações, controles internos, código de conduta, Lei Anticorrupção de demais temas relacionados às atividades da empresa	31/05/2017	Art. 42	Art. 17, § 4º
9	Treinamento periódico (anual) sobre o Código de Conduta e Integridade, para empregados e administradores	31/05/2017	Art. 18, inciso VI	-
10	Divulgar Política de Divulgação de Informações	30/06/2017	Art. 13, inciso IV	Art. 8º, inciso IV
11	Elaborar e Divulgar Código de Conduta e Integridade	30/06/2017	Art. 18	Art. 9º, § 1º
12	Definir quais práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa serão adotadas e mecanismos para atestar seu cumprimento	30/07/2017	Art. 44, § 2º	Art. 27, §§ 2º e 3º
13	Criar rotina interna para manter os dados da empresa no SIEST sempre corretos e atualizados	01/08/2017	Art. 59 e § único	-
14	Incluir matriz de riscos na preparação de todas as licitações.	31/08/2017	-	Art. 42, inciso X
15	Implantação integral do Título II - Licitações e Contratos	31/08/2017	-	Título II
16	Divulgar todas as obrigações assumidas em condições distintas às do setor privado, seus instrumentos legais e resultados contábeis.	31/08/2017	Art. 13, § 3º	Art. 8º, § 2º
17	Criar rotina interna para manter o site da empresa sempre organizado, de fácil acesso e atualizado	30/09/2017	Art. 46, § 1º	Art. 84, § 1º
18	Divulgar regulamento interno de licitações e contratos	31/10/2017	Art. 71, § 1º	Art. 40
19	Revisão Integral do Estatuto Social	15/03/2018	-	Capítulo I
20	Realizar Assembleia Geral para adequação estatutária até 30 de junho de 2018, se não fixado prazo inferior pelo CGPAR	30/04/2018	Art. 64	-

nº	Adaptação necessária	Data de conclusão	Decreto 8.945/2016	Lei 13.303/16
21	Criar Comitê de Elegibilidade Estatutário	30/04/2018	Art. 21	-
22	Submeter a remuneração da Comissão Interna de Auditoria previamente à SEST (equivalente ao Comitê de Auditoria)	15 dias após a criação do Comissão	Art. 37, § 5º (Referência incorreta)	-
23	Disponibilizar o material sobre adequação estatutária no prazo definido pela CGPAR	A definir pela CGPAR	Art. 64	-
24	Enviar relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas pela área de integridade	A partir da criação do Comitê	Art. 16, § 3º	-
25	Adequar constantemente suas práticas ao Código de Conduta e integridade e a outras regras de boa prática de governança corporativa, na forma estabelecida pelo Decreto e pela CGPAR	PERMANENTE	Art. 19, inciso II	-
26	Classificar formalmente todos os documentos sigilosos da empresa	PERMANENTE	Art. 46, § 4º	Art. 36, § 4º
27	Implementar ações cotidianas de controle interno (a partir da implementação do modelo de gestão de riscos e controles internos, será estabelecida uma rotina de implementações cotidianas)	PERMANENTE	Art. 15, inciso I	Art. 9º, inciso I
28	Criar Comissão Interna de Elegibilidade, enquanto não se altera o estatuto	IMPLANTADO	Art. 64, § 1º	-
29	Aprovar estratégia de longo prazo para 2017-2022	IMPLANTADO	Art. 37, § 1º, inciso II	Art. 23, § 1º, inciso II
30	Aprovar plano de negócios de 2017 vinculado à estratégia de longo prazo	IMPLANTADO	Art. 37, § 1º, inciso I	Art. 23, § 2º
31	Criar área de integridade e gestão de riscos, vinculada a Diretoria Estatutária	IMPLANTADO	Art. 16	Art. 9º, § 2º
32	Vincular Auditoria Interna diretamente ao Conselho de Administração	IMPLANTADO	Art. 16, § 2º	Art. 9º, § 3º, inciso I
33	Criar norma interna sobre critérios para classificação de documentos sigilosos	IMPLANTADO	Art. 46, § 5º	Art. 86, § 5º
34	Realizar todas as licitações da modalidade pregão eletrônico em portal de compras de acesso público na internet	IMPLANTADO	-	Art. 32, § 3º
35	Disponibilizar ferramentas eletrônicas em todas as licitações que tiverem etapa de lances.	IMPLANTADO	-	Art. 32, § 4º
36	Adequar o objeto social às atividades expressamente autorizadas na lei de criação ou equivalente	IMPLANTADO	Art. 13, inciso II	Art. 8º, inciso II
37	Definir internamente qual função cumprir: a) ampliação economicamente sustentada do acesso de consumidores aos produtos e serviços ou b) desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços	IMPLANTADO	Art. 44, § 1º, incisos I e II	Art. 27, incisos I e II
38	Criar banco de dados sobre licitações e contratos e disponibilizar acesso em tempo real aos órgãos de controle.	IMPLANTADO	Art. 46	Art. 86
39	Divulgar remuneração dos administradores e conselheiros fiscais, de forma detalhada e individual.	IMPLANTADO	Art. 19, inciso I	Art. 8º, inciso III e Art. 12, inciso I
40	Divulgar mensalmente a execução de contratos e do	IMPLANTADO	Art. 48	Art. 88

nº	Adaptação necessária	Data de conclusão	Decreto 8.945/2016	Lei 13.303/16
	orçamento.			
41	Divulgar na internet todos os procedimentos licitatórios, pré-qualificação e contratos disciplinados pela Lei 13.303/16.	IMPLANTADO	-	Arts. 39 e 64, § 1º
42	Divulgar semestralmente na internet a relação de todas as aquisições de bens efetivadas pela empresa.	IMPLANTADO	-	Art. 48
43	Divulgar demonstrações financeiras trimestrais auditadas, inclusive em formato eletrônico.	IMPLANTADO	Art. 12, caput e parágrafo único	Arts. 7º e 8º, inciso VI
44	Divulgar RAIN'T	IMPLANTADO	Art. 13, inciso X	-
45	Resgatar ações de minoritários privados, no caso de sociedade de economia mista de capital fechado	N/A	Art. 68	Art. 91, § 1º
46	Divulgar Política de Participações Societárias Minoritárias, inclusive para sediadas no exterior	N/A	Art. 9º	-
47	Elaborar Política de Distribuição de Dividendos	N/A	Art. 13, inciso V	Art. 8º, inciso V
48	Divulgar Política de Transações com Partes Relacionadas	N/A	Art. 13, inciso VII	Art. 8º, inciso VII
49	Deliberar, no âmbito do Conselho de Administração, sobre necessidade de estrutura administrativa própria em subsidiárias com mesmo objeto social	N/A	Art. 69	-
50	Avaliar se todas as subsidiárias, inclusive no exterior, possuem vinculação com o objeto social da controladora	N/A	Art. 7º, parágrafo único	Art. 2º, § 2º
51	Avaliar se todas as participações minoritárias, inclusive no exterior, possuem vinculação com o objeto social controladora	N/A	Art. 8º, inciso II	Art. 2º, § 2º
52	Definir forma jurídica	N/A	Arts. 10 e 11	Art. 5º

4 – GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**ANEXO 6 – COMISSÃO DE ELEGIBILIDADE**

Composição da Comissão Interna, Transitória e Não Estatutária de Elegibilidade		
Qtd	Cargo/Função	Titular
01.	Gerente de Risco e Conformidade	Jadislân Batista Aguiar
01.	Consultor Adjunto de Contencioso	Mariangela de Deus e Costa
01.	Gerente Executivo de Gestão de Pessoas	Mário Marcio Simões de Oliveira

ANEXO 7 – REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Adrea Mesquita Gramacho	21/01/2016	27/09/2016	R\$ 2.807,90	R\$ 23.399,17
Américo Martins dos Santos	-	27/03/2016	R\$ 2.807,90	R\$ 8.423,70
Andre Reis Diniz	28/09/2016	-	R\$ 2.807,90	R\$ 8.610,90
Célia Romeiro de Souza	-	19/10/2016	R\$ 2.807,90	R\$ 27.049,40
Edivaldo Aparecido Cuaio	-	-	R\$ 2.807,90	R\$ 33.694,80
Edson Antônio Edinho da Silva	-	02/05/2016	R\$ -	R\$ -
Erica Maria Teixeira de Andrade	-	20/01/2016	R\$ 2.807,90	R\$ 1.871,93
Laerte de Lima Rimoli	09/09/2016	-	R\$ 2.807,90	R\$ 11.231,60
Laerte de Lima Rimoli	20/05/2016	31/05/2016	R\$ -	R\$ -
Márcio de Freitas Gomes	25/05/2016	-	R\$ 2.807,90	R\$ 20.216,90
Marcus Vinicius Sinval	20/10/2016	-	R\$ 2.807,90	R\$ 6.645,40
Olavo Noleto Alves	03/05/2016	24/05/2016	R\$ 2.807,90	R\$ 1.872,00
Pedro Henrique Varoni de Carvalho	17/05/2016	19/05/2016	R\$ -	R\$ -
Pedro Henrique Varoni de Carvalho	28/03/2016	02/05/2016	R\$ 2.807,90	R\$ 2.807,90
Raphael Callou Neves Barros	30/09/2016	-	R\$ 2.807,90	R\$ 8.610,90
Ricardo Pereira de Melo	01/06/2016	08/09/2016	R\$ 2.807,90	R\$ 8.423,70
Ricardo Pereira de Melo	03/05/2016	16/05/2016	R\$ -	R\$ -

Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Ho Yiu Cheng	-	28/09/2016	R\$ 2.807,90	R\$ 25.271,10
Miguel Ragone de Mattos	-	01/03/2016	R\$ 2.807,90	R\$ 5.615,80
Myrian Pereira da Silva	02/03/2016	19/10/2016	R\$ 2.807,90	R\$ 21.340,01
Sinval Alan Ferreira Silva	-	19/10/2016	R\$ 2.807,90	R\$ 27.049,40
Duilio Malfatti Junior	20/10/2016	-	R\$ 2.807,90	R\$ 6.645,40
Éder Sousa Vogado	29/09/2016	-	R\$ 2.807,90	R\$ 8.610,90
Mila Rocha	20/10/2016	-	R\$ 2.807,90	R\$ 6.645,40

7 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

ANEXO 08 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras - BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2016

R\$ 1,00

	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO	<u>1.108.774.161,44</u>	<u>1.121.465.680,15</u>
PASSIVO CIRCULANTE	<u>132.301.449,76</u>	<u>743.536.291,70</u>
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar (10)	142.373,57	5.578.722,87
Salários, Remunerações e Benefícios (10.1)	135.474,33	297.141,16
Encargos Sociais a Recolher (10.2)	6.899,24	5.281.581,71
Fornecedores e Contas a Pagar (11)	<u>23.310.464,70</u>	<u>54.132.026,28</u>
Fornecedores	16.310.464,70	46.801.482,55
Outras Contas a Pagar	7.000.000,00	7.330.543,73
Obrigações Tributárias (12)	4.066,35	138.631,94
Provisões a Curto Prazo (13)	76.864.592,43	56.114.308,34
Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>31.979.952,71</u>	<u>627.572.602,27</u>
Dividendos (14)	23.217.901,60	20.352.571,24
Consignações (15)	<u>1.469.440,75</u>	<u>7.798.096,56</u>
Previdência Social	52.650,85	1.223.159,96
Tributos do Tesouro Nacional	1.348.056,66	6.109.383,91
Tributos Estaduais e Municipais	48.795,47	149.583,37
Outros Consignatários	19.937,77	315.969,32
Depósitos Não Judiciais	<u>7.212.547,55</u>	<u>2.537.625,17</u>
Créditos de Veículos de Comunicação e Outros (16)	7.212.547,55	2.537.625,17
Outras Obrigações a Curto Prazo (17)	80.062,81	655.855,45
Repasse Recebido Diferido (18)	-	596.228.453,85
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	<u>611.147.800,53</u>	<u>1.212.933,02</u>
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital (20.1)	-	1.212.933,02
Adiantamentos Recebidos (20.2)	611.147.800,53	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>365.324.911,15</u>	<u>376.716.455,43</u>
Capital Realizado	<u>300.000.000,00</u>	<u>300.000.000,00</u>
Capital Social Subscrito (22.1)	300.000.000,00	300.000.000,00
Reservas de Lucros	<u>65.324.911,15</u>	<u>76.716.455,43</u>
Reserva Legal	18.295.943,27	18.295.943,27
Reserva de Retenção de Lucros (22.2)	2.259.556,41	13.651.100,69
Reserva de Incentivos Fiscais	44.769.411,47	44.769.411,47

Demonstrações Financeiras - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

31 de dezembro de 2016

	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	85.638.873,21	75.991.781,97
Serviços de Comunicação (26.2)	67.493.551,67	54.250.073,80
Serviços de Agenciamento de Publicidade Legal (26.1)	18.145.321,54	21.741.708,17
DEDUÇÕES DA RECEITA	(14.957.276,94)	(10.038.701,43)
Cancelamentos de Receitas (27)	(3.546.642,56)	(896.266,71)
Abatimentos Incondicionais	(1.601.017,14)	(1.587.035,56)
Tributos Sobre Receitas de Serviços	<u>(9.809.617,24)</u>	<u>(7.555.399,16)</u>
COFINS	(7.240.350,33)	(5.075.355,39)
PASEP	(1.384.766,78)	(1.155.027,95)
ISS	(1.184.500,13)	(1.325.015,82)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	70.681.596,27	65.953.080,54
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (31)	(279.318.815,23)	(230.474.407,96)
RESULTADO BRUTO	(208.637.218,96)	(164.521.327,42)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	96.014.943,55	36.116.806,21
Despesas Gerais e Administrativas	<u>(357.257.148,26)</u>	<u>(357.103.259,60)</u>
Pessoal (25.1)	<u>(291.107.464,11)</u>	<u>(255.669.168,97)</u>
Salários e Vencimentos	(169.273.969,68)	(156.586.498,17)
Indenizações Trabalhistas	(20.098.211,52)	(8.948.735,02)
Benefícios Sociais	(43.038.184,46)	(35.674.955,37)
Encargos Sociais	(55.132.454,77)	(50.199.175,98)
Previdência Complementar (19)	(3.564.643,68)	(4.259.804,43)
Diárias	(504.025,23)	(786.510,22)
Remuneração de Conselheiros	(754.555,89)	(534.008,29)
Consumo de Materiais (25.3)	(431.001,88)	(1.016.577,19)
Serviços de Terceiros (25.2)	<u>(46.070.954,47)</u>	<u>(75.430.833,47)</u>
Públicos	(6.694.785,97)	(1.796.072,88)
Transportes	(6.736.009,08)	(4.717.221,91)
Técnicos	(1.173.556,89)	(36.272.168,21)
Seguros	-	(230.910,60)
Conservação e Manutenção	(14.347.162,47)	(11.559.736,97)
Locação de Bens	(13.522.620,04)	(11.444.713,68)
Gerais	(3.596.820,02)	(9.410.009,22)
Impostos e Taxas	(519.096,56)	(2.452.921,15)
Depreciações e Amortizações	(17.870.050,12)	(21.213.240,31)
Transferências do Tesouro Nacional (21)	<u>450.139.633,24</u>	<u>391.100.644,89</u>
Subvenções Econômicas	363.116.851,47	357.544.519,21
Contribuição Para Fomento da Radiodifusão Pública	87.022.781,77	33.556.125,68
Outras Receitas Operacionais (28)	3.132.458,57	2.119.420,92

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(112.622.275,41)	(128.404.521,21)
Resultado Financeiro (4.1.2.1)	<u>100.215.769,85</u>	<u>84.419.075,88</u>
Receitas Financeiras	104.011.380,44	87.058.205,59
(-) Despesas Financeiras	(3.795.610,59)	(2.639.129,71)
OUTRAS RECEITAS	<u>1.212.933,02</u>	<u>7.901.080,74</u>
Incorporação de Bens (24)	1.212.933,02	7.901.080,74
OUTRAS DESPESAS	<u>(197.971,74)</u>	<u>(115.539,61)</u>
Multas (29)	(197.971,74)	(109.439,88)
Despesas Diversas	-	(6.099,73)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(11.391.544,28)	(36.199.904,20)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (22.2)	(11.391.544,28)	(36.199.904,20)

Demonstrações Financeiras - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 de dezembro de 2016

R\$ 1,00

EVENTOS	CAPITAL SUBSCRITO/ REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS P/INVEST.	RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDOS EM 31.12.2014	200.000.000,00	18.295.943,27	49.851.004,89	144.769.411,47	-	412.916.359,63
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(36.199.904,20)	(36.199.904,20)
Aumento de Capital	100.000.000,00	-	-	(100.000.000,00)	-	-
Compensação de Prejuízos	-	-	(36.199.904,20)	-	36.199.904,20	-
SALDOS EM 31.12.2015	300.000.000,00	18.295.943,27	13.651.100,69	44.769.411,47	-	376.716.455,43
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(11.391.544,28)	(11.391.544,28)
Compensação de Prejuízos	-	-	(11.391.544,28)	-	11.391.544,28	-
SALDOS EM 31.12.2016	300.000.000,00	18.295.943,27	2.259.556,41	44.769.411,47	-	365.324.911,15

Demonstrações Financeiras - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31 de dezembro de 2016

R\$ 1,00

	2016	2015
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Período (22.2)	(11.391.544,28)	(36.199.904,20)
Ajustado por:		
Depreciações/Amortizações	31.221.141,62	33.275.450,89
Transferências do Tesouro Nacional (21)	(450.139.633,24)	(391.100.644,89)
Provisões	20.759.670,32	3.585.974,59
Juros Incorridos Não Pagos/Recebidos	(29.761,09)	(2.065.076,86)
Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa	824.199,75	619.101,79
Prejuízo/(Lucro) na Venda e/ou Baixa de Bens Permanente	503.494,10	291.514,35
Baixa de Adiantamento Para Aumento de Capital	(1.212.933,02)	-
(Aumento)/Redução de Créditos em Circulação	<u>18.440.990,50</u>	<u>(12.668.997,31)</u>
Fornecimentos a Receber	24.348.878,14	144.670,36
Créditos Tributários a Compensar e a Recuperar	(7.034.651,25)	(18.766.005,96)
Créditos Diversos a Receber	80.344,61	4.781.491,01
Devedores – Entidades e Agentes	-	(5.458,25)
Empréstimos e Financiamentos	12.168,57	6.259,26
Adiantamentos Concedidos	1.034.250,43	1.170.046,27
(Aumento)/Redução nos Estoques de Materiais de Consumo	516.154,38	(751.558,05)
(Aumento)/Redução de Valores Pendentes a Curto Prazo – Ativo	181.358,30	(109.597,92)
(Aumento)/Redução de Ativos Realizáveis a Longo Prazo	<u>(1.821.314,89)</u>	<u>(2.728.190,04)</u>
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	(1.825.167,62)	(2.690.783,56)
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	3.852,73	(37.406,48)
Aumento/(Redução) de Depósitos	<u>(1.653.733,43)</u>	<u>2.638.000,76</u>
Consignações	(6.328.655,81)	2.590.534,65
Depósitos de Diversas Origens	4.674.922,38	47.466,11
Aumento/(Redução) de Obrigações em Circulação	<u>(36.977.655,34)</u>	<u>24.133.208,67</u>
Fornecedores	(30.821.561,58)	26.302.292,52
Pessoal a Pagar	(161.666,83)	(895.731,88)
Encargos Sociais a Recolher	(5.284.068,70)	(1.697.357,37)
Obrigações Tributárias	(134.565,59)	78.769,74
Valores em Trânsito Exigíveis	21,17	(8.232,87)
Outras Obrigações	(575.813,81)	353.468,53
Aumento/(Redução) de Valores Pendentes a Curto Prazo – Passivo	(596.228.453,85)	199.410.040,01
Aumento/(Redução) de Outras Obrigações a Longo Prazo (20.2)	611.147.800,53	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(415.860.219,64)	(181.670.678,21)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aquisições) de Ativos Permanentes	(12.963.715,44)	(21.101.812,50)
(Incorporações) de Ativos Permanentes	-	(7.920.432,02)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE	(12.963.715,44)	(29.022.244,52)



INVESTIMENTOS		
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências do Tesouro Nacional (21)	450.139.633,24	391.100.644,89
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	450.139.633,24	391.100.644,89
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	21.315.698,16	180.407.722,16

VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	21.315.698,16	180.407.722,16
No Início do Período	751.946.719,29	563.402.450,65
No Final do Período	773.262.417,45	743.810.172,81

Demonstrações Financeiras - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

31 de dezembro de 2016

R\$ 1,00

	2016	%	2015	%
1 – RECEITAS	<u>75.026.987,86</u>	<u>25,43</u>	<u>75.973.582,20</u>	<u>32,01</u>
(1.1) Venda de Serviços	85.638.873,21	29,03	75.991.781,97	32,02
(1.2) Deduções da Receita Bruta	(14.957.276,94)	(5,07)	(10.038.701,43)	(4,23)
(1.3) Outras Receitas	4.345.391,59	1,47	10.020.501,66	4,22
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	<u>312.496.123,28</u>	<u>105,92</u>	<u>295.592.644,55</u>	<u>124,55</u>
(2.1) Custos dos Serviços Vendidos	279.318.815,23	94,68	230.474.407,96	97,11
(2.2) Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	33.177.308,05	11,24	65.118.236,59	27,44
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	<u>(237.469.135,42)</u>	<u>(80,49)</u>	<u>(219.619.062,35)</u>	<u>(92,54)</u>
4 – RETENÇÕES	<u>17.870.050,12</u>	<u>6,06</u>	<u>21.213.240,31</u>	<u>8,94</u>
(4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	17.870.050,12	6,06	21.213.240,31	8,94
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	<u>(255.339.185,54)</u>	<u>(86,55)</u>	<u>(240.832.302,66)</u>	<u>(101,48)</u>
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	<u>550.355.403,09</u>	<u>186,55</u>	<u>478.158.850,48</u>	<u>201,48</u>
(6.1) Receitas Financeiras	100.215.769,85	33,97	87.058.205,59	36,68
(6.2) Subvenções do Tesouro Nacional	450.139.633,24	152,58	391.100.644,89	164,80
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	<u>295.016.217,55</u>	<u>100,00</u>	<u>237.326.547,82</u>	<u>100,00</u>
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>295.016.217,55</u>	<u>100,00</u>	<u>237.326.547,82</u>	<u>100,00</u>
(8.1) Pessoal e Encargos	248.925.483,83	84,38	218.773.527,78	92,18
(8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	43.959.657,96	14,90	40.669.080,85	17,14
(8.3) Juros e Aluguéis	13.522.620,04	4,58	14.083.843,39	5,93
(8.4) Resultado Antes do IR e CSLL	(11.391.544,28)	(3,86)	(36.199.904,20)	(15,25)

**Demonstrações Financeiras - BALANÇO PATRIMONIAL**
31 de dezembro de 2016

R\$ 1,00

	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO	<u>1.108.774.161,44</u>	<u>1.121.465.680,15</u>
ATIVO CIRCULANTE	<u>819.102.089,51</u>	<u>817.131.872,68</u>
Caixa e Equivalente de Caixa (04)	<u>773.262.417,45</u>	<u>751.946.719,29</u>
Aplicações Financeiras (4.1.2)	742.548.188,86	743.810.172,81
Recursos Liberados Pelo Tesouro Nacional (4.2)	30.714.228,59	8.136.546,48
Créditos a Curto Prazo	<u>7.446.070,51</u>	<u>32.631.316,97</u>
Clientes – Duplicatas a Receber (05)	9.097.698,50	33.446.576,64
Empréstimos e Financiamentos Concedidos (9.1)	-	12.168,57
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa (3.2)	(1.651.627,99)	(827.428,24)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<u>33.697.396,43</u>	<u>27.160.118,62</u>
Adiantamentos Concedidos	<u>6.984.157,98</u>	<u>8.018.046,01</u>
A Pessoal (6.1)	440.639,95	712.403,19
Transferências Voluntárias (6.2)	6.543.497,56	6.969.119,56
A Fornecedores (6.3)	-	336.523,26
Tributos a Recuperar/Compensar (3.7)	26.413.317,85	18.766.005,96
Outros Créditos a Receber (07)	299.941,07	376.066,65
Estoque – Almoxarifado (3.3)	4.691.221,19	5.207.375,57
Despesas Antecipadas (08)	4.983,93	186.342,23
ATIVO NÃO CIRCULANTE	<u>289.672.071,93</u>	<u>304.333.807,47</u>
Realizável a Longo Prazo	<u>34.894.038,33</u>	<u>30.794.853,59</u>
Empréstimos e Financiamentos (9.1)	1.137.697,13	1.135.139,03
Depósitos Para Interposição de Recursos (9.2)	13.802.360,28	11.977.192,66
Créditos em Liquidação (9.3)	19.735.583,16	17.454.978,62
Créditos Diversos a Receber a Longo Prazo (9.4)	218.397,76	227.543,28
Investimentos	<u>57.261,10</u>	<u>57.261,10</u>
Participações Societárias (3.4)	57.261,10	57.261,10
Imobilizado (3.5)	<u>120.844.710,50</u>	<u>146.234.950,95</u>
Bens Móveis	<u>101.324.071,77</u>	<u>125.950.856,23</u>
Bens Móveis	335.855.517,61	333.215.859,00
Depreciações	(234.531.445,84)	(207.265.002,77)
Bens Imóveis	<u>19.520.638,73</u>	<u>20.284.094,72</u>
Bens Imóveis	34.538.204,86	34.530.985,23
Depreciações	(15.017.566,13)	(14.246.890,51)
Intangível (3.6)	<u>133.876.062,00</u>	<u>127.246.741,83</u>
Softwares	<u>3.938.192,53</u>	<u>5.552.153,56</u>
Softwares	15.415.665,76	15.415.665,76
Amortizações	(11.477.473,23)	(9.863.512,20)
Marcas, Direitos e Patentes	<u>129.937.869,47</u>	<u>121.694.588,27</u>
Marcas, Direitos e Patentes	197.192,68	172.384,68
Concessão de Direito de Uso	138.490.548,00	128.802.666,22
Amortizações	(8.749.871,21)	(7.280.462,63)

7 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

ANEXO 09 – Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

NOTA 01 – Contexto Operacional

A Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC é uma empresa pública instituída pela Medida Provisória nº 398, de 10/10/2007, convertida na Lei nº 11.652, de 07/04/2008, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, por força do Art. 7º, inciso VIII, da Medida Provisória nº 726, de 12/05/2016, convertida na Lei nº 14.341, de 29/09/2016, e organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) devem ser de titularidade da União.

NOTA 02 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

A EBC tem sua Contabilidade incorporada ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, de forma total, de onde são extraídos os Relatórios exigidos pela Lei nº 4.320/64, bem como o Balanço Patrimonial na forma da Lei nº 6.404/76 e alterações emanadas das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

As demonstrações foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e, com observância à legislação societária.

Em cumprimento ao que determina o item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016, de 06/11/2006, alterado pelo Acórdão TCU nº 23, de 25/01/2008, deve-se esclarecer que não há divergência entre os valores do Balanço Patrimonial levantado sob os regimes das contabilidades pública e societária.

NOTA 03 – Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa são resumidas a seguir:

3.1 – Apuração de Resultados

A apuração é feita de acordo com o regime contábil de competência, destacando-se os seguintes procedimentos:

- ❖ Os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre os ativos e passivos, de curto e longo prazo, são apropriados “pro-rata die”, e, quando for o caso, com base na cotação da moeda estrangeira, na data de encerramento do exercício.
- ❖ As provisões sobre férias e 13º salário, bem como os encargos, são reconhecidas por competência mensal, segundo o período de aquisição.

3.2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas prováveis na realização de valores a receber, originários da venda de produtos, foi constituída sobre créditos vencidos até 31 de dezembro de 2015, excluindo-se clientes que sinalizaram positivamente quanto à liquidação dos débitos no decorrer de 2017.

3.3 – Estoques

O estoque é constituído pelo almoxarifado de materiais de consumo, valorizados ao custo médio de aquisição, tendo em vista a ausência de efeitos relevantes sobre os seus itens.

3.4 – Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição ou de integralização e são referentes a valores investidos no FINOR e FINAM.



3.5 – Imobilizado

Está demonstrado pelo valor de incorporação dos bens recebidos da União e pelo custo de aquisição e/ou construção para os bens adquiridos após a constituição da Empresa, diminuídos da depreciação acumulada, cujo cálculo foi realizado pelo método linear. É composto como segue:

Em R\$ 1,00

RUBRICA	TX DEP %	2016			2015			
		CUSTO	DEPRECIAÇÃO	LÍQUIDO	CUSTO	TRANSF.	DEPRECIAÇÃO	LÍQUIDO
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10	11.574.562,30	(7.185.632,41)	4.388.929,89	11.405.327,40	-	(6.079.100,62)	5.326.226,78
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	20	35.631.854,93	(33.070.979,67)	2.560.875,26	34.844.266,98	-	(31.230.826,84)	3.613.440,14
VEÍCULOS	20	10.716.696,53	(10.408.495,56)	308.200,97	10.591.276,03	125.420,50	(9.917.839,53)	798.857,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10	269.989.745,15	(183.788.883,55)	86.200.861,60	276.161.588,64	(7.854.679,25)	(159.881.885,50)	108.425.023,89
OUTROS	10	7.942.658,70	(77.454,65)	7.865.204,05	213.399,95	7.729.258,75	(155.350,28)	7.787.308,42
TERRENOS	0	14.689.183,80	-	14.689.183,80	14.689.183,80	-	-	14.689.183,80
EDIFICAÇÕES	4	12.091.611,95	(8.513.451,85)	3.578.160,10	12.084.392,32	-	(8.162.945,11)	3.921.447,21
INSTALAÇÕES	10	3.182.872,16	(2.962.192,35)	220.679,81	3.182.872,16	-	(2.921.490,57)	261.381,59
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	10	4.574.536,95	(3.541.921,93)	1.032.615,02	4.574.536,95	-	(3.162.454,83)	1.412.082,12
TOTAL		370.393.722,47	(249.549.011,97)	120.844.710,50	367.746.844,23	-	(221.511.893,28)	146.234.950,95

A movimentação do imobilizado para o exercício de 2016 e de 2015 é a seguinte:

Em R\$ 1,00

	2016	2015
Saldo Inicial Líquido	146.234.950,95	165.466.895,23
Adições:		
Aquisições	2.756.223,96	10.598.050,00
Baixas Líquidas	(8.692,40)	(59.190,50)
(-) Depreciações/Amortizações	(28.137.772,01)	(29.770.803,78)
Saldo Final Líquido	120.844.710,50	146.234.950,95

3.6 – Intangível

Refere-se aos registros de marcas da Empresa, softwares, domínios e direitos de uso, principalmente no que pertine ao uso de nomes de programas de rádio e televisão, e produções sonoras e audiovisuais. É composto como segue:

Em R\$ 1,00

RUBRICA	TX AM OR T %	2016			2015		
		CUSTO	AMORTIZ AÇÃO	LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZ AÇÃO	LÍQUIDO
SOFTWARES	20	15.415.66 5,76	(11.477.473 ,23)	3.938.192, 53	15.415.66 5,76	(9.863.512, 20)	5.552.153, 56
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUST	10	197.192,6 8	(99.031,81)	98.160,87	172.384,6 8	(82.650,36)	89.734,32
CONCESSAO DIR. USO DE COMUNICACAO	*	138.490.5 48,00	(8.650.839, 40)	129.839.7 08,60	128.802.6 66,22	(7.197.812, 27)	121.604.8 53,95
TOTAL		154.103.4 06,44	(20.227.344 ,44)	133.876.0 62,00	144.390.7 16,66	(17.143.974 ,83)	127.246.7 41,83

*Taxa estabelecida em função do tempo contratual.

A movimentação do intangível para o exercício de 2016 e de 2015 é a seguinte:

Em R\$ 1,00

	2016	2015
Saldo Inicial Líquido	127.246.741,83	109.954.651,66
Adições:		
Aquisições	10.212.689,78	20.796.737,24
Baixas Líquidas	(500.000,00)	-
(-) Amortizações	(3.083.369,61)	(3.504.647,07)
Saldo Final Líquido	133.876.062,00	127.246.741,83

3.7 – Tributos a Recuperar/Compensar

Os créditos tributários originaram-se principalmente das antecipações por estimativa de IRPJ e CSLL, reguladas pelos artigos 222 a 230 do Decreto nº 3.000/99, além das retenções incidentes sobre os valores recebidos pela venda de serviços a órgãos da Administração Pública Federal, disciplinadas pela Instrução Normativa nº 1.234, de 2012, da Receita Federal do Brasil. Esses créditos serão utilizados para compensar tributos apurados a partir do ano de 2017.

NOTA 04 – Caixa e Equivalente de Caixa

4.1 – O valor de R\$ 773.262.417,45 compõe-se das aplicações financeiras e da disponibilidade do limite de saque com vinculação de pagamento, do seguinte modo:

4.1.2 – Aplicações Financeiras - as aplicações financeiras, R\$ 742.548.188,86, compõem-se dos seguintes valores:

4.1.2.1 – O valor de R\$ 725.696.061,69 refere-se à aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional, disciplinada pelo Art. 5º-A da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, alterado pelo Art. 12, da Lei nº 12.833, de 2013, que autoriza “as empresas públicas, exceto as instituições financeiras, a aplicar os seus recursos financeiros na Conta Única do Tesouro Nacional.” Esses recursos são originários da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, somente para fins de aplicação financeira uma vez que não se incluem no Orçamento autorizado para a EBC, exercício de 2016. Os rendimentos são apropriados pela empresa no respectivo período de competência, pois são estimados na Lei Orçamentária Anual – LOA, em cada exercício financeiro.

4.1.2.2 – O valor de R\$ 16.852.127,17 procede de aplicações financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pelo Banco do Brasil S.A., na forma do que dispõem o Decreto-Lei nº 1290, de 1973, e a Resolução nº 3284, de 2005, do Conselho Monetário Nacional. O aumento/redução dessa rubrica vincula-se ao recebimento de receitas próprias e à necessidade de recursos para o pagamento de obrigações contratuais.

4.2 – Recursos Liberados pelo Tesouro Nacional – R\$ 30.714.228,59 referem-se ao recebimento de recursos financeiros vinculados ao limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, que se destinam ao pagamento de despesas com pessoal, fornecimento de bens/serviços, investimentos, entre outras. A variação no valor do saldo desta rubrica vincula-se ao montante de recursos repassados pela Setorial de Programação Financeira e à necessidade de pagamentos lastreados na Fonte Tesouro.

NOTA 05 – Clientes – Faturas/Duplicatas a Receber

Representa os créditos da EBC junto aos clientes dos serviços de publicidade legal e de outros serviços de comunicação. A redução do saldo origina-se do aumento do fluxo de pagamentos do Contrato SECOM que, em 2015 foi de R\$ 38,7 milhões e em 2016 de R\$ 78,8 milhões.

NOTA 06 – Adiantamentos Concedidos

6.1 – A Pessoal – refere-se a adiantamento de férias e de 13º salário. Este último encontra-se em fase de análise para descontos e/ou da adoção de outras medidas que se fizerem necessárias.

6.2 – Transferências Voluntárias - referem-se a convênios firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, com a finalidade de fomentar a produção de conteúdos educativos, culturais, artísticos e informativos. Os valores são baixados mediante a apresentação da prestação de contas devidamente aprovada pela autoridade competente. Neste exercício houve baixa contábil de R\$ 425.622,00 referentes à prestação de contas dos convênios firmados com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tabatinga, R\$ 44.590,00, e com a Fundação Israel Pinheiro, R\$ 381.032,00.

6.3 – A Fornecedores – o saldo do exercício de 2015 foi baixado em 2016 e correspondia a valores pagos pelo direito de transmissão radiofônica, sem exclusividade, dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e de transmissão em TV aberta, sem exclusividade, dos Jogos Paralímpicos Rio 2016.

NOTA 07 – Outros Créditos a Receber

Compõem-se dos seguintes valores: R\$ 63.899,24 – débitos de terceiros, em decorrência de prejuízos causados à empresa, e que se encontra em cobrança judicial; R\$ 118.334,80 - ressarcimento de despesas com pessoal cedido da EBC para outros órgãos; R\$ 47.489,74 - multa de 50% sobre o saldo de FGTS cujas rescisões de contrato de trabalho foram canceladas; R\$ 69.448,82 - saldos negativos de rescisões de contratos de trabalho; R\$ 748,00 - débitos atribuídos a empregados, e R\$ 20,47 referentes a saldo de suprimimento de fundos que será baixado em janeiro/2017.

NOTA 08 – Despesas Antecipadas

São pagamentos de despesas que contribuem para a formação de resultados em mais de um período e são reconhecidas no período de competência.

NOTA 09 – Créditos Realizáveis a Longo Prazo

9.1 – Empréstimos e Financiamentos

O valor de R\$ 1.137.697,13 representa os contratos de alienação de imóveis funcionais, em cumprimento a Lei nº 8.025/90, regulamentada pelo Decreto nº 99.266/90, e a venda de imóveis comerciais ocorridas no exercício de 2003. Os contratos são administrados pela Caixa Econômica Federal. Em 2015 o valor de R\$ 12.168,57, no Ativo Circulante, referia-se às parcelas vencíveis até o fim de 2016.

9.2 – Depósitos para Interposição de Recursos - trata-se de depósitos realizados para proporcionar à empresa o direito de recorrer de decisões judiciais. O acréscimo verificado no período comparativo origina-se de novos depósitos realizados.

9.3 – Créditos em Liquidação – refere-se a “devedores por aquisição de bens” que são pessoas jurídicas de direito público interno que adquiriram, em certame licitatório, emissoras de rádio incluídas no plano de desmobilização implementado em 1989. Esses créditos estão sendo cobrados judicialmente.

9.4 – Créditos Diversos a Receber em Longo Prazo – essa rubrica compõe-se dos seguintes valores:

9.4.1 – R\$ 84.925,16 referentes à venda de Participações Societárias Minoritárias, efetuadas pelo BNDES, em cumprimento do Decreto nº 1068/94, que trata do Programa Nacional de Desestatização. Pela alienação foram recebidas Notas do Tesouro Nacional, série “P”, resgatáveis em 15 anos, que se encontram sob a custódia do Banco do Brasil S/A.

9.4.2 – R\$ 111.897,34 corresponde a títulos de clientes que se encontram em cobrança judicial, e,

9.4.3 – R\$ 21.575,26 refere-se a débito de ex-empregado, que se vincula à cobrança de saldo negativo de rescisão de contrato de trabalho, em cobrança judicial.

NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar

10.1 – Salários, Remunerações e Benefícios - registra as obrigações decorrentes da folha de pagamentos. O saldo apontado deverá ser pago no mês subsequente.

10.2 – Encargos Sociais a Recolher – refere-se a encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamentos, que devem ser recolhidos até a data do respectivo vencimento.

NOTA 11 – Fornecedores e Contas a Pagar em Curto Prazo

São valores devidos aos fornecedores de bens e serviços. A redução de 56,9% encontra representatividade no pagamento de obrigações contratuais vencidas no exercício anterior.

Nesta Rubrica consta o valor de R\$ 7.000.000,00 que corresponde a obrigações decorrentes do Contrato de Gestão nº 17/2009, vigente até 31/12/2013. O pagamento desse valor aguarda o saneamento de pendências decorrentes do encerramento do referido contrato, conforme consta da Nota 24.

NOTA 12 – Obrigações Tributárias

Refere-se à retenção de tributos objeto da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 2012. Os valores serão recolhidos no ato do pagamento ao fornecedor.

NOTA 13 – Provisões

Provisões constituídas para riscos trabalhistas, riscos cíveis e férias, como segue:

13.1 – As despesas com a provisão para riscos trabalhistas, consideradas prováveis, somam até 31/12/2016 o valor de R\$ 32.068.864,98, e, representam as ações em fase de execução. Aquelas classificadas a título de perdas possíveis, como se verifica no Memorando nº 1078/2016/Consultoria Conjunta Contenciosa/CONJU/PRESI/EBC, atingem o valor de R\$ 64.857.805,41. Seguindo-se a orientação dada pelo Pronunciamento Contábil CPC 25 este valor não deve ser contabilizado, apenas divulgado em nota explicativa.

13.2 – Provisão para Riscos Cíveis – as ações cíveis, classificadas como perda provável, totalizam em 31/12/2016 o valor de R\$ 15.122.583,10, e, aquelas consideradas como perdas possíveis somam R\$ 20.156.786,28, conforme consta do Memorando nº 1078/2016/Consultoria Conjunta Contenciosa/CONJU/PRESI/EBC.

13.3 – Provisão para Férias – a provisão para férias e encargos sociais soma neste exercício R\$ 29.673.144,35.

NOTA 14 – Dividendos

Refere-se ao dividendo obrigatório apurado com base no lucro líquido ajustado de 2014, pendente de pagamento em função da falta de disponibilidade orçamentária.

Ao longo dos exercícios de 2015 e 2016 a Empresa fez a solicitação de crédito suplementar mas não obteve êxito, ou seja, no Diário Oficial da União, de 24/12/2015, foi publicado crédito suplementar no valor de R\$ 40.940.000,00, entretanto não houve a liberação de quotas dos limites orçamentário e financeiro. Em 2016 foi protocolado no Sistema de Planejamento e Orçamento – SIOP o pedido de Crédito Suplementar nº 64097, no valor de R\$ 23,2 milhões, com vistas à quitação desse débito, porém a solicitação não foi atendida.

NOTA 15 – Consignações

São valores que se consignam à empresa, por meio de descontos em sua folha de pagamentos e das retenções tributárias legalmente disciplinadas (desconto de empréstimos pessoais, INSS, imposto de renda, previdência privada e outros semelhantes). Os valores são pagos até as datas dos respectivos vencimentos.

NOTA 16 – Depósitos para Veículos dos Serviços de Publicidade Legal e Outros

Constitui-se, de modo relevante, dos valores a serem repassados aos veículos de comunicação que executam os serviços de publicidade legal, devidos pela EBC em função da sua condição de agência de publicidade. O acréscimo/diminuição dessa rubrica vincula-se ao fluxo de pagamento no período, por parte dos clientes.

NOTA 17 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Destacam-se nessa rubrica rescisões de contratos de trabalho, R\$ 51.135,98; multa de 40% sobre o saldo de FGTS a título de indenização, R\$ 28.858,53; e R\$ 68,30

referem-se a créditos disponibilizados para o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, no aguardo da fatura correspondente.

NOTA 18 – Repasses Recebidos Diferidos

O saldo apresentado em 31.12.15 refere-se ao diferimento de repasses financeiros recebidos da Fonte Tesouro, para os quais não houve execução e/ou autorização orçamentária no exercício de 2015. Destacam-se nesta rubrica os valores da Fonte 0172 – Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, R\$ 595.478.730,85, destinados somente a aplicações financeiras, na forma citada na Nota Explicativa 4.1.2. No exercício corrente o mencionado saldo foi baixado e transferido para receita a título de Repasse Diferido.

NOTA 19 – Plano de Aposentadorias e Pensões

A EBC deu continuidade ao Plano de Aposentadorias e Pensões originário da incorporada RADIOBRÁS, RADIOBRASPREV, atualmente intitulado EBC PREV. O Plano de Benefícios e Custeio assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Oficial Básica.

A gestão financeira dos recursos do fundo cabe à BB Previdência Fundo de Pensão Banco do Brasil, a quem compete também promover o controle de contribuições, concessão, manutenção, cancelamento e pagamento dos benefícios.

Pelos serviços prestados, são devidas as seguintes taxas à BB Previdência:

- Administração do Ativo: 0,5% ao ano sobre o saldo diário do fundo, mensalmente levado a débito do patrimônio;
- Administração do Passivo: 2,0% sobre o valor das contribuições mensais e esporádicas vertidas pela patrocinadora e pelos participantes;
- Excedente Financeiro: 15% sobre os ganhos decorrentes de aplicação dos recursos garantidores das reservas técnicas que ultrapassarem a variação da TR, acrescida da taxa de 6% ao ano.

As contribuições efetuadas pela patrocinadora e pelos participantes, em 2016 e 2015, foram:

Em R\$ 1,00

RUBRICA	2016	2015
Contribuições dos Participantes	8.429.029,06	8.570.585,15
Contribuições da Patrocinadora	6.352.429,42	6.795.266,23

Os valores pagos à BB Previdência registrados na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE restringem-se às Contribuições da Patrocinadora. Estas, como se verifica, estão detalhadas em parte na rubrica “Outras Receitas/Despesas Operacionais”, como “Previdência Complementar” (R\$ 3.564.643,68) e parte compondo a rubrica “Custo dos Serviços Prestados” (R\$ 2.787.785,74), conforme especificado na Nota 31.

NOTA 20 – Adiantamentos Recebidos

20.1 – Bens para Futuro Aumento de Capital – até o ano de 2015 o valor de R\$ 1.212.933,02 permaneceu nessa Rubrica tendo em vista os seguintes fatos: no exercício de 2010 a EBC recebeu bens da União, na forma que determinam os §§ 3º e 4º do art. 26 da Lei nº 11652, de 2008, e destinou-os a aumento do Capital Social, conforme consta do Processo/EBC nº 2500/2010. Entretanto, a realização da Assembleia Geral para deliberar sobre o aumento do Capital Social condicionava-se à edição de Decreto Autorizativo, previsto no Decreto-Lei nº 1.678/1979, que foi solicitado pela empresa junto ao órgão competente. Em 2016, a empresa, considerando o tempo decorrido entre o recebimento dos bens e a permanência da Rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, verificou a situação desses bens e constatou que o valor contábil dos mesmos já não oferecia sustentação adequada ao aumento do Capital. Dos 4.082 bens recebidos 3.620 apresentavam valor inferior a R\$ 440,00 e destes 2.109 tinham valor inferior a R\$ 20,00. Dessa forma, a empresa solicitou o cancelamento da edição do Decreto Autorizativo e procedeu a baixa do valor de R\$ 1.212.933,02 na Rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital contabilizando-o em uma Conta de Variação Patrimonial Ativa a título de Incorporação de Bens, de acordo com a Deliberação DIREX Nº 39/2016.

20.2 – Adiantamento Recebido de Órgão, Entidade – refere-se ao valor do Recurso Diferido no exercício de 2016, contabilizado na Conta 82111.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar. O valor total de R\$ 611.147.800,53 origina-se da Fonte 0172 - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e foi repassado, pela Secretaria do Tesouro Nacional, somente para fins de aplicação financeira, conforme cita o Art. 5º - A da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, alterado pelo Art. 12 da Lei nº 12.833, de 2013, que autoriza as empresas públicas, exceto as instituições financeiras, a aplicar os seus recursos financeiros na Conta Única do Tesouro Nacional.

Os mencionados recursos, exceto para fins de aplicação financeira, encontram-se indisponíveis para a empresa em consequência da falta de autorização orçamentária para sua utilização, uma vez que a Lei Orçamentária Anual ou demais instrumentos afins não consignam no Orçamento da EBC o referido valor.

NOTA 21 – Transferências do Tesouro Nacional

21.1 – A Empresa recebeu neste exercício R\$ 450.139.633,24 a título de subvenção econômica, que somados aos recursos diferidos, R\$ 611.147.800,53, totalizam transferências financeiras no total de R\$ 1.061.287.434,77, da seguinte forma:

21.1.1 – Repasses Recebidos – esses recursos somam no período, R\$ 363.116.851,47 excluindo-se a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, citada no item 21.2, e foram transferidos sob as seguintes classificações: Pessoal – R\$ 264.773.307,97; Custeio – R\$ 97.752.465,52; e Investimentos – R\$ 591.077,98.

21.1.2 – Dentre os valores informados no item 21.1.1 encontram-se cifras que foram transferidas para a EBC, por meio de TED – Termo de Execução Descentralizada, feitas pelos seguintes órgãos: SEPIR, R\$ 240.000,00; ANCINE – R\$ 3.096.111,11; Fundação Osvaldo Cruz – R\$ 295.742,32; e FNDE – R\$ 295.335,66 destinadas à produção de conteúdos audiovisuais.

21.2 – Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública – CFRP – neste exercício foi repassado à EBC o valor total de R\$ 102.691.851,45, classificados da seguinte forma: R\$ 8.000.000,00 a título de Investimento; R\$ 79.022.781,77 destinados

a Custeio e R\$ 15.669.069,68 foram destinados somente para fins de aplicação financeira, conforme consta da Nota Explicativa 20.2.

NOTA 22 – Patrimônio Líquido

22.1 – Capital Social

O Capital Social Integralizado é de R\$ 300.000.000,00, dividido em 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencente exclusivamente à União e compõe-se da dotação inicial autorizada pelo Decreto nº 6.246, de 24/10/2007, no montante de R\$ 20.000.000,00, acrescido do lucro de 2007, no valor de R\$ 79.636,14, do lucro de 2008, no valor de R\$ 490.314,56, do lucro de 2009 no valor de R\$ 109.025.131,72, de parte do lucro de 2010 no valor de R\$ 23.140.791,74, de R\$ 47.264.125,84, proveniente da incorporação do Patrimônio Líquido da Empresa Brasileira de Comunicação S/A – RADIOBRÁS, e, da incorporação da Reserva de Incentivos Fiscais, no valor de R\$ 100.000.000,00, conforme consta da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 27/04/2015.

22.2 – Resultado do Período

A empresa apurou R\$ 11.391.544,28 de prejuízo neste exercício. Contribuíram de forma decisiva para a formação do prejuízo as despesas de natureza extra orçamentária, destacando-se entre estas as provisões para férias e encargos sociais, ações judiciais trabalhistas e cíveis, as quais totalizam no exercício R\$ 20.759.670,32, e, a depreciação/amortização de bens, R\$ 31.221.141,62.

A absorção do prejuízo no valor de R\$ 11.391.544,28 será realizada pela Reserva de Lucro, na forma que disciplina o parágrafo único da art. 189 da Lei nº 6.404/1976. Esta Reserva, em 31/12/16, antes da compensação do prejuízo, apresentava saldo no valor de R\$ 13.651.100,69.

NOTA 23 – Imposto de Renda e Contribuição Social

Adotou-se a escrituração mensal do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR para efeito de redução/suspensão das antecipações mensais obrigatórias do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.

Após as adições e exclusões permitidas sobre o resultado, apurou-se um Prejuízo Fiscal de R\$ 25.428.870,10 e Base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de R\$ 22.749.779,42, gerando Saldo Negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ de R\$ 5.911.815,92 e Saldo Negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de R\$ 11.023.209,05, a serem utilizados nos exercícios seguintes, para compensação de valores de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, conforme disposições da Instrução Normativa/Receita Federal do Brasil nº 1.300/2012.

Demonstração do Lucro Real / Base de Cálculo da CSLL em 31/12/2016

Em R\$ 1,00

Exercício	IRPJ		CSLL	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo Líquido antes da CSLL/IRPJ	(11.391.544,28)	(36.199.904,20)	(11.391.544,28)	(36.199.904,20)
Total das Adições	7.897.704,1	8.518.447,4	7.897.704,18	8.518.447,41

	8	1		
Total das Exclusões	(21.935.030,00)	(24.455.085,29)	(19.255.939,32)	(23.643.189,41)
Base de Cálculo antes da Compensação	(25.428.870,10)	(52.136.542,08)	(22.749.779,42)	(51.324.646,20)
Prejuízo/Lucro Real / CSLL Real	(25.428.870,10)	(52.136.542,08)	(22.749.779,42)	(51.324.646,20)
(-)IRPJ/CSLL Retidos/Antecipações/Incentivos Fiscais	(5.911.815,92)	(9.029.343,03)	(11.023.209,05)	(9.690.351,71)

Fonte: Livro de Apuração do Lucro Real – Gerência de Controladoria / Coordenação de Tributos

Destacam-se entre as exclusões previstas pela legislação do IRPJ e da CSLL as Subvenções para Investimentos, R\$ 15.736.656,97 e o Ressarcimento da Propaganda Eleitoral Gratuita de R\$ 2.672.236,60.

NOTA 24 – Incorporação de Bens – Contrato de Gestão

Em cumprimento ao que determina o Art. 26 da Lei nº 11.652, de 2008, a empresa encerrou em 31/12/2013 o Contrato de Gestão nº 17/2009 mantido com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, que se destinava ao fomento e à execução de atividades de produção e transmissão de conteúdos de radiodifusão educativa, cultural e informativa, de pesquisa, capacitação, planejamento e desenvolvimento tecnológico no âmbito público e privado, com vistas à gestão de aperfeiçoamento do sistema público de comunicação.

Os Parágrafos 3º e 4º do art. 26 da Lei nº 11.652/2008 citam que: a) Parágrafo 3º - Reverterão à EBC os bens permitidos, cedidos ou transferidos para a ACERP pela União para os fins do cumprimento do contrato de gestão referido no caput deste artigo; b) Parágrafo 4º - Em decorrência do disposto neste artigo, serão incorporados ao patrimônio da União e transferidos para a EBC o patrimônio, os legados e as doações destinados à ACERP sujeitos ao disposto na alínea *i* do inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

Em função do que disciplina o Parágrafo 3º acima citado, nos exercícios de 2014 e 2015, a empresa contabilizou a incorporação de bens no valor de R\$ 9.076.302,27, da seguinte forma: na Rubrica Adiantamento para Futuro Aumento de Capital R\$ 1.212.933,02, com nova situação apontada na Nota Explicativa 20.1, e na Rubrica Bens Móveis a Classificar R\$ 7.863.369,25.

Os bens registrados na Conta Bens Móveis a Classificar referem-se a bens considerados, em laudo de avaliação objeto do Processo/EBC nº 2500/2010, como inservíveis e/ou de consumo, entretanto os órgãos de controle recomendaram o registro dos bens no ativo imobilizado, até que sejam avaliados e tenham destino certo. Para avaliação e destinação dos bens a empresa constituiu comissões de empregados, emitindo para tanto, em janeiro/2015, as Portarias-Presidente nºs 004, 005 e 006. Os trabalhos desenvolvidos por essas comissões encontram-se em fase de conclusão no encerramento deste exercício.

As transferências legisladas no Parágrafo 4º supramencionado não foram cumpridas. Com vistas à solução dessa pendência a EBC ingressou com as seguintes ações judiciais em desfavor da ACERP:

a) processo n.º **43125-13.2015.4.01.3400** em trâmite na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que tem por objeto a incorporação ao patrimônio da União e transferência à EBC dos saldos, recursos e excedentes financeiros havidos

em função da aplicação de recursos públicos originários do Contrato de Gestão n.º 17/2009, inclusive os advindos de outros contratos firmados com fundamento no referido Contrato de Gestão, bem como aqueles decorrentes de reconhecimento judicial da imunidade de tributos da Organização Social. Essa ação foi ajuizada pela EBC em 29/07/2015 atribuindo-se valor à causa de R\$ 92.082.920,23 (noventa e dois milhões, oitenta e dois mil, novecentos e vinte reais e vinte e três centavos). O Processo encontra-se em fase instrutória, sendo que o andamento processual atual é a juntada da especificação de provas da EBC e da ACERP.

b) processo n.º **0079815-18.2016.4.02.5101** em trâmite na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que tem por objeto a obrigatoriedade de transcrição da titularidade à EBC do bem imóvel registrado sob a matrícula nº 20342 no Cartório do 2º Ofício da Capital do Rio de Janeiro situado no Rio de Janeiro/RJ no prédio da Rua da Relação nº 18 (térreo – parcial; sobreloja – parcial; 2º pavimento; 3º pavimento; 5º pavimento; 6º pavimento; 8º pavimento; 11º pavimento; 12º pavimento e terraço – parcial), e prédio da Rua do Lavradio nº 80 (térreo – parcial; sobreloja – parcial; 2º pavimento; 3º pavimento; 4º pavimento; 5º pavimento; 6º pavimento; 7º pavimento; 8º pavimento; 9º pavimento e 10º pavimento). Essa ação foi ajuizada em 15/06/2016 e o valor atribuído à causa foi de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para fins de alçada. A ACERP foi citada por carta precatória, sendo que está correndo prazo para apresentar contestação. Esses imóveis foram adquiridos pelo valor total de R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), conforme se verifica no Termo de Compromisso de Compra e Venda.

NOTA 25 – Despesas Gerais e Administrativas

25.1 – Pessoal

Em R\$ 1,00

Rubrica	2016			2015		
	Despesa Total	Custo dos Serv. Prestados CSP	Despesa Após CSP	Despesa Total	Custo dos Serv. Prestados CSP	Despesa Após CSP
Pessoal	423.831.153,45	(132.723.689,34)	291.107.464,11	376.015.731,02	(120.346.562,05)	255.669.168,97
Salários e Ordenados	257.255.556,45	(87.981.586,77)	169.273.969,68	236.939.274,37	(80.352.776,20)	156.586.498,17
Benefícios Sociais	57.911.519,07	(14.873.334,61)	43.038.184,46	48.900.344,54	(13.225.389,17)	35.674.955,37
Previdência Complementar	6.352.429,42	(2.787.785,74)	3.564.643,68	6.795.266,23	(2.535.461,80)	4.259.804,43
Encargos Sociais	82.213.436,99	(27.080.982,22)	55.132.454,77	74.432.110,86	(24.232.934,88)	50.199.175,98
Indenizações Trabalhistas	20.098.211,52	-	20.098.211,52	8.948.735,02	-	8.948.735,02

As despesas com pessoal somaram no ano de 2016 R\$ 423.831.153,45, sendo R\$ 132.723.689,34 evidenciados na rubrica “Custo dos Serviços Prestados”, conforme especificado na Nota 31, e R\$ 291.107.464,11 evidenciados na rubrica “Outras Receitas/Despesas Operacionais”, no item “Pessoal”. O somatório das despesas com pessoal (R\$ 423.831.153,45) abrange, para além das despesas efetivamente pagas no exercício, as provisões para férias e sentenças trabalhistas, uma vez que estas são contabilizadas no período em que são reconhecidas, ou seja, no seu período de competência. O pagamento de ações trabalhistas será realizado mediante sentença judicial.

O valor total das despesas do exercício de 2016, R\$ 423.831.153,45, comparado com o mesmo período de 2015, R\$ R\$ 376.015.731,02, apresenta variação de 12,7%, que decorre de incrementos ocorridos em 2016, entre eles:

- a) desligamento de ocupantes de Funções Comissionadas (sem vínculo) que impactou a rubrica de Indenizações Trabalhistas;
- b) reajuste salarial promovido na folha de dezembro de 2016, retroativo a novembro de 2016, no total de 6,87%, incluindo a tabela de funções comissionadas, conforme determinado no Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017, firmado após conciliação no Tribunal Superior do Trabalho - TST;
- c) implementação, em dezembro de 2016, retroativa a outubro de 2016, da progressão salarial de uma referência para todos os empregados da Empresa que tivessem mais de um ano de exercício na EBC até o dia 01/10/2016, o que consumiu 1% do valor da folha de pagamento, conforme determina o inciso IV, Art. 1º da Resolução n. 009/CCE.

No que tange aos gastos com Benefícios Sociais, as justificativas apresentadas acima também são aplicáveis, além dos seguintes fatores:

- reajuste em 7,87% no auxílio-alimentação, correspondente à variação integral do IPCA no período, e manutenção das cestas alimentação extras, conforme determinado no Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017, firmado após conciliação no Tribunal Superior do Trabalho - TST;
- reajuste de 7,87%, correspondente à variação integral do IPCA no período, sobre o auxílio deficiência e auxílio creche, conforme determinado no Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017, firmado após conciliação no Tribunal Superior do Trabalho - TST.

25.2 – Serviços de Terceiros

Em R\$ 1,00

Rubrica	2016			2015		
	Despesa Total	Custo dos Serv. Prestados CSP	Despesa Após CSP	Despesa Total	Custo dos Serv. Prestados CSP	Despesa Após CSP
Serviços de Terceiros	177.075.816,08	(131.004.861,61)	46.070.954,47	170.728.164,05	(95.297.330,58)	75.430.833,47
Públicos	57.026.425,02	(50.331.639,05)	6.694.785,97	45.624.971,28	(43.828.898,40)	1.796.072,88
Transportes	8.920.740,62	(2.184.731,54)	6.736.009,08	8.633.327,05	(3.916.105,14)	4.717.221,91
Técnicos	46.392.843,17	(45.219.286,28)	1.173.556,89	47.124.602,06	(10.852.433,85)	36.272.168,21
Seguros	-	-	-	369.692,49	(138.781,89)	230.910,60
Conservação e Manutenção	28.746.853,31	(14.399.690,84)	14.347.162,47	24.273.151,96	(12.713.414,99)	11.559.736,97
Locação de Bens e Serviços	26.196.559,89	(12.673.939,85)	13.522.620,04	26.292.665,77	(14.847.952,09)	11.444.713,68
Gerais	9.792.394,07	(6.195.574,05)	3.596.820,02	18.409.753,44	(8.999.744,22)	9.410.009,22

Os Serviços de Terceiros totalizam no ano de 2016 R\$ 177.075.816,08 e no mesmo período de 2015 R\$ 170.728.164,05. A variação de 3,72%, ocorrida no período comparativo, encontra representatividade nos seguintes fatores: a) repactuação de 27 contratos de terceirização de mão de obra, com crescimento médio de 8,67% sobre os valores vigentes; b) reajuste da ordem de 5,3% para os contratos de locação de imóveis e de outros serviços, exceto terceirização de mão-de-obra; c) encontra-se nesse Grupo, também, o crescimento de 24,6% na provisão para ações cíveis com a inclusão de nova ação neste exercício.

No que concerne à redução de despesas, verifica-se que no ano de 2016 foi promovida a supressão de objeto em diversos contratos administrativos, em um percentual de 21%, além da rescisão de 07 contratos de produção de conteúdo.

25.3 – Consumo de Materiais

Em R\$ 1,00

Rubrica	2016			2015		
	Despesa Total	Custo dos Serv. Prestados CSP	Despesa Após CSP	Despesa Total	Custo dos Serv. Prestados CSP	Despesa Após CSP
Consumo de Materiais	897.901,73	(466.899,85)	431.001,88	1.783.183,04	(766.605,85)	1.016.577,19

As despesas contabilizadas nesta rubrica totalizam no exercício de 2016 R\$ 897.901,73 que, deduzidos do custo dos serviços prestados, R\$ 466.899,85, resultam em R\$ 431.001,88, os quais se encontram evidenciados na DRE, na rubrica Outras Receitas/Despesas Operacionais, no item Consumo de Materiais. Em 2015 o total foi de R\$ 1.783.183,04 e foram atribuídos ao custo dos serviços prestados o valor de R\$ 766.605,85 resultando no saldo de R\$ 1.016.577,19, que se encontra evidenciado na DRE na mesma rubrica e no mesmo item aqui citado.

A redução de 49,6% no consumo de materiais, no período comparativo, deve-se à seguinte situação: no exercício de 2015 havia grande demanda de materiais represada em consequência da falta de estoque. Regularizado esse fato as requisições foram atendidas gerando valor elevado do consumo. No ano de 2016 o estoque formado no ano anterior permitiu o atendimento tempestivo às requisições de materiais.

NOTA 26 – Receita dos Serviços

26.1 – A redução da receita originária dos serviços de publicidade legal foi ocasionada pela queda de 14% na venda desses serviços, motivada pela redução da demanda por parte dos clientes e aumento dos percentuais de descontos concedidos pelos veículos de comunicação.

26.2 – A variação positiva de 24,4% ocorrida na receita dos serviços de comunicação relaciona-se com o aumento do faturamento do Contrato SECOM que, em 2015 foi de R\$ 41,9 milhões e em 2016 de R\$ 52,4 milhões. Outro fator que contribuiu para esse crescimento foi à prestação de serviços durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

NOTA 27 – Cancelamento de Receitas

Registra o cancelamento de notas fiscais emitidas com algum tipo de inconsistência nos dados da nota fiscal (descrição dos serviços, data, valor e outros semelhantes). O crescimento no período comparativo encontra representatividade no cancelamento da Nota Fiscal nº 1808, no valor de R\$ 2.786.684,64, que foi substituída pela Nota Fiscal nº 1878.

NOTA 28 – Outras Receitas Operacionais

Constitui-se de valores que se referem, entre outros, à recuperação de despesas para as quais não foi possível a anulação no próprio exercício, devolução do saldo de diárias concedidas, restituição de salários originária da concessão de auxílio doença, conforme Cláusula Vigésima-Sexta do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, da cessão de empregados cedidos sem ônus para a EBC e da restituição de depósitos judiciais em função da perda de ações favoráveis à empresa.

NOTA 29 – Multas

As multas originam-se de pagamentos decorrentes de infrações à legislação, destacando-se o valor de R\$ 192.578,66, referente à notificação do Ministério Público do Trabalho e Emprego, em função do não preenchimento de vagas destinadas a beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiências habilitadas.

NOTA 30 – Remuneração Paga a Empregados e Administradores

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal, em 2016, paga pela EBC a seus empregados e administradores, calculada na forma disciplinada pela alínea “e” do Art. 1º da Resolução nº 3, de 31/12/2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR/MPOG/MF, são as seguintes:

Em R\$ 1,00

Administradores	2016	2015
Maior Remuneração	32.380,60	32.792,40
Média Remuneração	28.758,69	27.054,12
Menor Remuneração	25.136,79	25.273,02
Empregados		
Maior Remuneração	44.348,96	33.253,75
Média Remuneração	5.562,00	7.000,57
Menor Remuneração	2.505,15	3.505,48

Em 31 de dezembro de 2016, o número de empregados totalizava 2.467, sendo 2.312 do quadro próprio, detalhados a seguir:

EMPREGADOS	2016	2015
EFETIVOS	2.312	2.172
Sem Função Comissionada	1.808	1.898
Sem Função Comissionada – RJU	174	-
Com Função Comissionada – EBC*	247	200
Com Função Comissionada – RJU	5	-
Cedidos Para Outros Órgãos.	78	74
Aposentados Por Invalidez	(30)	-
SEM VÍNCULO	121	178
Com Função EBC	114	171
Com Função FCC	7	7
REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS À EBC	34	243
Requisitados de Outros Órgãos à EBC Com Função Comissionada – EBC	13	36
Requisitados de Outros Órgãos à EBC Sem Função Comissionada	21	23
Requisitados de Outros Órgãos à EBC – RJU	-	184
TOTAL	2.467	2.593
Diretores*	6	8

Fonte: SENIOR/SIGEPE - Posição em jun/2016

NOTA 31 – Custo dos Serviços Prestados

Em 2016 a apuração do Custo Total dos Serviços Prestados da EBC foi de R\$ 279 milhões, dos quais R\$ 133 milhões referem-se a custos de Pessoal (que abrange, dentre outras, despesas com Previdência Privada), R\$ 131 milhões de Serviços de Terceiros e R\$ 15 milhões de Outros Custos Gerais e Administrativos, conforme Quadro detalhado abaixo:

Em R\$ 1,00

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS PARA DRE		
	31/12/2016	31/12/2015
GERAIS E ADMINISTRATIVAS = (1) + (2) + (3)	279.318.815,23	230.474.407,96
(1) PESSOAL	132.723.689,34	120.346.562,05
+ Vencimentos e Vantagens Fixas	67.984.171,32	62.192.627,89
= Outras Despesas Variáveis	17.660.003,10	16.246.117,30
+ Prorrogação de Jornada	17.013.430,13	15.414.005,41
+ Horas Extras	646.572,97	832.111,89
= Encargos Sociais	27.080.982,22	24.232.934,88
+ FGTS	7.135.246,01	6.087.929,08
+ Previdência Social	17.984.799,04	16.363.953,90
+ Salário Educação	1.960.937,17	1.781.051,90
+ Previdência Privada	2.787.785,74	2.535.461,80
+ Decisões Judiciais	2.337.412,35	1.914.031,01
= Benefícios Sociais	14.873.334,61	13.225.389,17
+ Auxílio Refeição/Alimentação	7.226.581,20	6.654.843,52
+ Auxílio Transporte	302.224,24	265.575,86
+ Assistência Médica	6.391.683,07	5.436.435,29
+ Assistência Pré-escolar	952.846,10	868.534,50
(2) SERVIÇOS DE TERCEIROS	131.004.861,61	95.297.330,58
= Serviços Continuados	54.342.827,33	33.887.144,71
+ Água	545.040,79	527.115,79
+ Energia Elétrica	10.244.684,15	8.703.988,93
+ Condomínio	1.053.824,36	1.290.518,53
+ Aluguel de Veículos em Viagem	546.575,37	653.576,30
+ Passagem	1.157.184,33	2.819.492,08
+ Hospedagem	1.360.569,21	567.430,21
+ Telecomunicações	39.434.949,13	19.325.022,87
+ Contratos	76.662.034,28	61.410.185,87
(3) GERAIS E ADMINISTRATIVOS OUTROS	15.590.264,28	14.830.515,33
+ IMPOSTOS E TAXAS	889.576,49	270.207,08
+ DIÁRIAS	882.696,44	1.731.491,82
= CONSUMO DE MATERIAIS	466.899,85	766.605,85
+ Consumo Imediato (B)	11.841,30	173.434,47
+ Consumo Requisição (C)	455.058,55	593.171,38
+ DEPRECIACÃO	13.351.091,50	12.062.210,58

(A) Os percentuais das linhas de PESSOAL, SERVIÇOS DE TERCEIROS e GERAIS E ADMINISTRATIVOS OUTROS demonstram a participação de cada um em relação ao total;
(B) Consumo Imediato = Material indisponível no estoque (almoxarifado). Providencia-se a compra com distribuição direta para o solicitante. Geralmente trata-se de despesas emergenciais; (C) Consumo Requisição = Material disponível no estoque (Almoxarifado).

A metodologia de apuração de custos utilizada está considerando como custos de Pessoal: folha de pagamento, encargos sociais, previdência privada e benefícios sociais; para Materiais: matérias-primas aplicadas ou consumidas na produção; para Serviços de Terceiros: locação, água, luz, impostos, manutenção,

viagens, telecomunicações e outros aplicados na produção; e para Depreciação: valores de depreciação dos equipamentos utilizados na produção.

O valor apurado trata-se de custos referentes ao que está sendo aplicado na produção dos produtos/serviços comercializados pela EBC.

8 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

ANEXO 10 – PARECER JURÍDICO DE MÉRITO

Parecer Jurídico de Mérito nº 426/2016/GEDAP/PROJU-EBC.

Processo nº 0817/2016.

Interessado: Coordenação de Gestão de Contratos Administrativos.

Assunto: Solicitação de análise e Parecer sobre os efeitos das Leis nºs 12.546/2011 e 13.161/2015 sobre os contratos firmados pela EBC.

À Gerência de Direito de Administração Pública.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de análise e manifestação acerca de Consulta formulada pela Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas, que suscita questionamentos acerca dos efeitos das Leis nºs 12.546/2011 e 13.161/2015, que tratam da Desoneração da Folha de Pagamento – “Plano Brasil Maior”, sobre os contratos firmados pela EBC com prestadores de serviços atingidos pela legislação federal, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União – Acórdãos nº 2859/2013 e 1212/2014, ambos decisão do Plenário.
2. Vale ressaltar que o tema da Consulta já foi analisado por esta Procuradoria Jurídica nos Pareceres Jurídicos de Mérito nºs 107/2015 e 178/2015, sendo claramente explanados os limites dos aspectos jurídicos à aplicação da Lei nº 12.546/2011 e os pontos que a área técnica deveria observar para aplicação da desoneração da folha de pagamento para os setores da economia salvaguardados pela normativa.
3. Os autos foram instruídos com os seguintes documentos: a) cópia da Lei nº 12.546/2011 (fls. 2/25); b) cópia da Lei nº 13.161/2015 (fls. 26/28); c) cópia do Acórdão nº 2859/2013 – TCU/Plenário (fls. 31/36); d) cópia do Parecer Jurídico de Mérito nº 107/2015/GEDAP/PROJU-EBC (fls. 37/41); e e) Despacho da Coordenação de Gestão de Contratos Administrativos (fl. 42) que, após sucinto histórico dos procedimentos adotados nos processos de contratação da B2Br *Business to Business* do Brasil Ltda. e da Aerocargas Transporte e Logística Ltda., apresenta questionamentos, os quais serão tratados diretamente na fundamentação da presente manifestação.
4. É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

5. Preliminarmente, cumpre referir que a presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados.
6. A função deste órgão de assessoramento é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada, no intuito de evitar eventual nulidade de atos e a responsabilização de agentes.
7. A conformidade dos atos de gestão desta empresa pública com o Direito¹ é feita sem caráter vinculativo, em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem compete, dentro da margem da discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.
8. Dito isto, passaremos à análise pontual dos questionamentos apresentados:

A) Qual o impacto das alterações na Lei nº 12.546/2011 sobre os contratos vigentes na EBC?

Inicialmente, devemos lembrar que a Desoneração da Folha de Pagamento surgiu com a edição da Lei nº 12.546/2011, como uma forma de estimular as contratações e aumentar a competitividade com a adequação da base de Cálculo da Contribuição Patronal Previdenciária - CPP, que antes se dava por 20% (vinte por cento) em relação ao valor da Folha de Pagamento.

A referida normativa, no que tange à incidência das contribuições previdenciárias, sofreu sucessivas alterações, inclusive com novas adequações da base de cálculo, devendo ser observado o período de vigência e as disposições regulamentares nelas especificadas.

Importa mencionar que o art. 7º da Lei nº 12.546/2011, afeto a empresa B2Br, foi alterado pela Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012, posteriormente convertida na Lei 12.715/2012. Ainda, alterado pela Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, convertida na Lei 13.043/2014. Por fim, pela Lei nº 13.161/2015.

¹ Subitem 4.6.8 do Regimento Interno, aprovado pela Deliberação CONSAD nº 58/2015, de 01/04/2016.

Portanto, para cada período, deverá ser observada a normativa vigente e os procedimentos já recomendados pelo Tribunal de Contas da União. Da mesma forma, se a alteração legislativa determinou a adequação da base de Cálculo da Contribuição Patronal Previdenciária – CPP para outro setor, a partir da vigência de tal regra, estes setores passarão a se submeter ao regramento.

Considerando que a desoneração opera efeitos financeiros nos contratos da Administração Pública, como salientado no Acórdão nº 2859/2013 - P, todas as alterações posteriores que impactarem nas contratações vigentes poderão dar causa ao procedimento de revisão.

A título de elucidação, o acordo com o atual art. 7º da Lei nº 12.546/2011, com a redação dada pela Lei nº 13.161/2015, vigente a partir da sua publicação em 31/08/2015, o contribuinte poderá optar pela Desoneração da Folha de Pagamento ou pelo antigo regime de Tributação de 20% (vinte por cento) sobre a folha de pagamento, como previsto abaixo, com base no art. 9º, §§ 13 a 15, da Lei nº 12.546/2011:

Art. 9º Para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei:

(...)

§ 13 A opção pela Desoneração da Folha de Pagamento será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a janeiro de cada ano, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irretratável para todo o ano calendário;

§ 14 Excepcionalmente, para o ano de 2015, a opção pela Desoneração da Folha de Pagamento será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a novembro de 2015, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irretratável para o restante do ano;

§ 15 No caso de empresas que contribuem simultaneamente com as contribuições previstas nos arts. 7º e 8º, a opção valerá para

ambas as contribuições, e não será permitido à empresa fazer a opção apenas com relação a uma delas;

Nesse sentido, os gestores contratuais da EBC devem fazer a análise da pertinência da revisão dos contratos vigentes, considerando os procedimentos e regras dos contratos, com ou sem Planilha de Custos, que envolvem objetos atingidos pela Lei nº 12.456/2011 e suas alterações, como no caso do contrato vigente com a empresa B2Br.

Por oportuno, destaca-se o Roteiro de Orientações para os procedimentos que envolvam os contratos referentes à desoneração da folha, com base na interpretação dos Acórdãos nº 2859/2013-P e 1212/2014-P do Tribunal de Contas da União². Ele pode ser utilizado pelos gestores dos contratos como instrumento orientador da aplicação da legislação e do entendimento do TCU.

B) Caso sejam estes os mesmos já vistos anteriormente (casos B2Br e Aerocargas), como deverá a área administrativa proceder? Será necessário o aditamento dos contratos? Caso as empresas não concordem com a alteração dos contratos, deverão ser rescindidos os contratos e realizadas novas licitações?

O presente questionamento se assemelha àquele já analisado por esta Procuradoria Jurídica nos contratos com a B2Br *Business to Business* do Brasil Ltda. e da Aerocargas Transporte e Logística Ltda.. Em linhas gerais, para as novas apreciações, devem ser respeitadas as particularidades das regras de cada contrato: objeto contratual totalmente desonerado ou parcialmente; regime de dedicação da mão de obra na prestação do serviço; contratos com ou sem planilha de custos.

No âmbito legal, a alteração de alíquota de tributos nos contratos administrativos caracteriza fato do príncipe³, que constitui hipótese da aplicação da Teoria da Imprevisão, que altera o equilíbrio econômico-

² <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/roteiro-das-orientacoes-a-serem-expedidas-pela-slti>, acessado em 26 de abril de 2016.

³ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014: “O ponto nuclear da teoria do fato príncipe reside em que a lesão patrimonial derivada de um ato estatal válido, lícito e perfeito é objeto de indenização”.

financeiro do contrato, autorizando assim sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente. As novas circunstâncias dariam ensejo ao reequilíbrio da equação contratual, através da revisão contratual.

Esta conduta não atinge o objeto principal do contrato, não impede que o serviço continue sendo prestado, entretanto, outro preço atinge-o indiretamente, o que exige a revisão do contrato.

Nesse sentido, o desequilíbrio pode se dar tanto em desfavor do particular quando da Administração. A área técnica deve averiguar, quanto a isto, quais os efeitos da alteração da legislação tributária sobre cada contrato em particular. Com efeito, a alteração tributária descrita pode tanto implicar uma redução nos custos dos empreendimentos de infraestrutura como uma majoração de suas despesas respectivas, dependendo da relação entre os valores despendidos em remuneração do fator trabalho e os valores auferidos a título de renda bruta definida na forma da lei.

Para a aplicação da revisão dos contratos vigentes, deverá ser avocado o §5º, do art. 65, da Lei nº 8.666/1993, por meio de acordo bilateral. Transcreve-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Quanto à utilização da revisão de preços nos contratos anteriormente firmados com empresas beneficiadas pelo “Plano Brasil Maior” e suas consequências, o Tribunal de Contas da União proferiu decisão consubstanciada no Acórdão nº 2859/2013-Plenário – (TCU-013.515/2013-6):

9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:

9.2.1. nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresa beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custos, atendendo para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação. (g.n.)

Por fim, a revisão de preços constitui hipótese de alteração contratual, sendo assim, esta deverá ser instrumentalizada por meio de Termo Aditivo. Tal procedimento deve ser atinente às regras da alteração contratual previstas na Lei nº 8.666/1993, devendo ser analisado os princípios e regras do certame e atender, principalmente, o interesse público.

Tal procedimento deve se dar sem prejuízo à utilização da apostila, conforme orientação do Parecer Jurídico de Mérito nº 1144/2014/Gerência de Controle/Procuradoria Adjunta de Controle e Contencioso/PROJU-EBC, autos do processo nº 2486/2014, que concluiu:

13.2. Que as medidas juridicamente cabíveis devem sofrer análise individualizada, no contexto de cada contrato administrativo, o que não impede a adoção das seguintes diretrizes para dar atendimento às determinações do TCU, levando-se em consideração se o instrumento jurídico encontra-se em via de ser firmado, vigente ou extinto:

(...)

b) contratos vigentes – revisá-los com fundamento no art. 65 § 5º, da Lei nº 8.666/93, por meio de acordo bilateral (art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93), ou por meio de apostilamento unilateral, nos casos em que aquele não for possível;

C) Para os contratos que já se encerraram, deverá ser adotado o mesmo procedimento de cálculo e revisão dos valores? A cobrança de supostos valores a serem ressarcidos será por via administrativa ou judicial, por tratarem-se de vínculos já encerrados?

Para tais indagações, devemos analisar os comandos apontados no subitem 9.2.2 do Acórdão nº 2859/2013-P, *in verbis*:

9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo; (g.n.)

Ademais, devem ser observadas as disposições dos subitens 6.8.1 e 6.8.3 do Acórdão nº 1212/2014-P, *in verbis*:

6.8.1. Acerca dos contratos encerrados, o item 8 do voto do Relator deixou expressamente consignado que: "igualmente, devem ser tomadas providências para que se obtenha o ressarcimento dos valores pagos a maior em relação aos contratos (...) já encerrados.

6.8.3. Em síntese, a inobservância de exigência legal (art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993) que previa a revisão de contratos impactados pela criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais resultou em dano ao erário. Dessa forma, a Administração tem o poder-dever de buscar recompor a lesão causada aos cofres públicos, ainda que os referidos contratos já tenham sido encerrados, considerando a primazia do interesse público e a imprescritibilidade das ações de ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo erário.(g.n.)

Nesse sentido, destaca-se que a determinação relativa ao subitem 9.2.2, do Acórdão nº 2859/2013-P, pressupõe situações que envolvem contratos já encerrados que apresentam planilhas de custos. Entretanto, por força da

decisão posterior do mesmo Tribunal, especificamente no subitem 6.8.3, do Acórdão nº 1212/2014-P, aquela determinação se estende a todos os contratos já encerrados, objeto da desoneração da folha de pagamentos de que tratam ambos os citados Acórdãos, sejam eles os que apresentam planilhas de custos; os que não apresentam planilhas de custos; os que envolvem atividades desoneradas e não desoneradas.

Quanto ao procedimento utilizado para a cobrança de supostos valores a serem ressarcidos, o subitem 9.2.2. do Acórdão nº 2859/2013-P, transcrito acima, orienta aos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior.

No entanto, caso o encaminhamento da cobrança administrativa ocorra de forma infrutífera, os autos devem ser instruídos e encaminhados à Procuradoria Jurídica para providências relacionadas à proteção dos interesses da EBC.

D) No caso das licitações em curso, é necessária a alteração em seus Projetos Básicos/ Termos de Referência para que constem destes a previsão da aplicação da Lei nº 12.546/2011?

De acordo com a Norma de Requisição e Material e/ou Serviço nº 216, aprovada pela Resolução DIREX nº 107/2013, de 24/06/2013, no âmbito da EBC, a qualquer tempo, a área requisitante poderá solicitar a alteração da RMS e do Projeto Básico, desde que devidamente justificada e aprovada pela autoridade competente, *in verbis*:

5.7 A qualquer tempo, o Requisitante poderá solicitar a alteração, a suspensão ou o cancelamento da RMS e do Projeto Básico ou do Termo de Referência, por meio de comunicação formal, devidamente justificada e aprovada pela autoridade que a autorizou, que será juntada ao processo.

Ademais, as regras preestabelecidas no certame devem atender ao princípio da isonomia, afastando a possibilidade de diferenciação dos participantes do certame. Quanto ao assunto, o TCU manifestou-se no Acórdão nº 6013/2015⁴, que o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.546/2011 não ampara a adoção de dois orçamentos estimativos

⁴ Segunda Câmara, TC 013.680/2015-3, Relator Ministro Augusto Nardes, 25.8.2015.

como critério de aceitabilidade de preços máximos na licitação, a depender de a licitante recolher a contribuição previdenciária sobre o valor da receita bruta ou sobre o valor da folha de pagamento.

Nesse ínterim, s.m.j., entendemos que os Termos de Referência/ Projetos Básicos devem ser alterados para fazer constar a previsão da Lei nº 12.456/2011.

III - CONCLUSÃO

9. Pelo exposto, tendo em vista a incidência da desoneração da folha de pagamento das empresas abarcadas pela Lei nº 12.456/2011 e suas alterações, recomendamos às áreas responsáveis que considerem as orientações indicadas neste Parecer para fins de análise dos casos concretos, seja por ocasião da instauração de contratações, da gestão de contratações vigentes e da reavaliação de contratos encerrados.

10. É o parecer.

Maurício Charlita de Freitas

Advogado
OAB/DF 25.891

Hanna R S Ferreira

Coordenadora de Licitações e Contratos Diretos
OAB/DF 26.399

De acordo. Encaminhe-se à Sr^a. Procuradora Adjunta Consultiva.

Em: 21/06/2016.

CÍNTIA DE MORAES

Gerente de Direito de Administração Pública

De acordo. Restitua-se à Diretoria de Administração Finanças e Pessoas para atendimento dos termos do presente parecer e adoção de providências para a regular continuidade do processo.

Em: 21/06/2016.

NARA VIEIRA BUCAR

Procuradora Adjunta Consultiva